ÁGUAS DO NORTE
Grupo Águas de Portugal

Relatório de Gestão e Contas do Ano de 2022

16 de fevereiro de 2023

[Versão aprovada pelo Conselho de Administração na sua reunião de 16 de fevereiro de 2023]

ÍNDICE

Nota Prévia 7
Parte A - Relatório de Gestão da Águas do Norte, S.A. 9
Mensagem do Presidente 11
Quem Somos 13
A Missão, a Visão e os Valores 13
A Missão 13
A Visão 13
Os Valores Éticos 13
Descrição, Atividade e Presença 14
A Cadeia de Valor 16
A Estrutura Acionista, a Estrutura Organizacional e os Órgãos Sociais 17
A Estrutura Acionista 17
A Estrutura Organizacional 17
Os Órgãos Sociais 18
A Carteira de Participações e as Sucursais 24
A Carteira de Participações 24
As Sucursais 24
A Síntese de Indicadores 25
Os Indicadores Económicos e Financeiros 25
Os Reconhecimentos, os Prémios e as Certificações 27
Os Destaques do Ano e os Principais Acontecimentos 29
Administrativa e Financeira 29
Investimento 29
Exploração 35
As Orientações Estratégicas 50
Os Deveres e Responsabilidades da Administração 51
As Políticas 51
O Enquadramento 54
A Envolvente 54
O Setor 56
A Regulação 60
A energia no Grupo AdP 63
O Sistema Multimunicipal 70
O Sistema de Águas 73
A Sustentabilidade 75
A Estratégia de Sustentabilidade 2021/2025 76

Os *Stakeholders* ou as Partes Interessadas 77
Deveres especiais de prestação de informação 78
Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco 78
A Atividade Operacional 83
Investimento 83
Exploração 83
Gestão de Subconcessões 90
Clientes 90
Sustentabilidade Empresarial 92
Laboratório 100
Tecnologias de Informação e Inovação 105
Compras e Logística 106
Gestão do Capital Humano 110
Financeira 124
Investigação e Desenvolvimento & Inovação 125
Eventos Posteriores ao Fecho 129
Cumprimento das Orientações Legais 130
Considerações Finais 149
Proposta de Aplicação de Resultados 151
Anexo ao Relatório 152
Parte B - Contas do Exercício de 2022 153
Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022 155
Demonstração da Posição Financeira 155
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral 157
Demonstração das Alterações do Capital Próprio 158
Demonstração dos Fluxos de Caixa 159
Decomposição de Caixa e seus Equivalentes 160
Notas às Demonstrações Financeiras 161
1. Atividade económica da Águas do Norte, S.A. 161
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas 163
3. Novas normas e alteração de políticas 167
4. Informação por segmentos operacionais 170
5. Políticas de gestão de risco 172
6. Ativos intangíveis 177
7. Ativos fixos tangíveis 179
8. Locações 182
9. Outros ativos financeiros 186

10. Desvio de recuperação de gastos 187
11. Clientes 188
12. Outros ativos 196
13. Inventários 197
14. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 197
15. Caixa e equivalentes de caixa 200
16. Capital próprio 200
16.5 Reservas e outros ajustamentos 202
17. Provisões, ativos e passivos contingentes 202
18. Acréscimo de gastos de investimento contratual 206
19. Subsídios ao investimento 206
20. Passivos Financeiros 207
21. Fornecedores e outros passivos 209
22. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9 211
23. Rédito de contratos com clientes 211
24. Gastos das vendas 214
25. Fornecimentos e serviços externos 214
26. Gastos com pessoal 215
27. Amortizações, depreciações e reversões do exercício 216
28. Perdas por imparidade e reversões do exercício 216
29. Outros gastos e perdas operacionais 216
30. Outros rendimentos e ganhos operacionais 217
31. Gastos financeiros 217
32. Rendimentos financeiros 218
33. Imposto sobre o rendimento 218
34. Saldos e transações com partes relacionadas 220
35. Investimento contratual 221
36. Rendimento garantido 222
37. Honorários de auditoria e de revisão legal 223
38. Outros assuntos 223
Parte C - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal 224
Introdução 225
Relatório das Atividades Operacionais 225
Investimento 225
Clientes 232
Exploração 236
A Sustentabilidade Empresarial 238

Contas Operacionais – Alta 241
Demonstração da Posição Financeira 241
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral 243
Demonstração das Variações do Capital Próprio 244
Demonstração dos Fluxos de Caixa 245
Decomposição de Caixa e seus Equivalentes 246
Parte D - Sistema de Águas da Região do Noroeste 247
Relatório das Atividades Operacionais 249
Introdução 249
Sistemas Municipais 249
Investimento 255
Exploração 258
Sustentabilidade Empresarial 279
Contas Operacionais – Baixa 282
Demonstração da Posição Financeira 282
Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral 284
Demonstração das Variações do Capital Próprio 285
Demonstração dos Fluxos de Caixa 286
Decomposição de Caixa e seus Equivalentes 287
Parte E - Pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas 289

Nota Prévia

O Relatório e Contas de 2022 da Águas do Norte, S.A. está organizado em cinco partes:

- **Parte A** - Relatório de Gestão da Sociedade
- **Parte B** - Contas da Sociedade
- **Parte C** - Atividades e Contas da *alta*, referente à concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal
- **Parte D** - Atividades e Contas da *baixa*, referente à parceria do Sistema de Águas da Região do Noroeste
- **Parte E** - Pareceres de Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Desta forma pretende-se evitar a repetição de informação redundante, bem como, efetuar uma análise segregada da atividade da alta e da baixa, para dar resposta às necessidades e expectativas dos diversos *stakeholders* da Sociedade e às obrigações contratuais de apresentação autónoma das *contas operacionais* destas duas atividades.

A análise do exercício do ano de 2022 da Águas do Norte, S.A. deve igualmente contemplar o Relatório do Governo Societário do Ano de 2022, que é apresentado em documento específico e autónomo.

Os valores são apresentados em euros (EUR) salvo indicação explícita em contrário.

Parte A -
Relatório de Gestão da Águas do Norte, S.A.

Mensagem do Presidente

Caros acionistas,

Nos termos dos estatutos e da legislação aplicável vem o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. apresentar o Relatório de Gestão e Contas relativo ao exercício de 2022.

Depois de mais de dois anos de constrangimentos ao nível da sociedade e da economia devido à pandemia por COVID-19, que condicionaram e transformaram o funcionamento das organizações, o ano de 2022 foi igualmente marcado pelas perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela crise geopolítica internacional, em resultado da invasão da Ucrânia pela Rússia, tendo-se verificado um aumento generalizado dos preços das matérias primas, dos materiais, equipamentos e da mão-de-obra.

Mas a atividade da empresa foi especialmente marcada neste ano pelo contexto de seca extrema que atravessou o território nacional. Neste seguimento, a Águas do Norte, S.A. foi confrontada com a necessidade de implementar um plano de contingência para acompanhamento das disponibilidades de água nas diversas origens, procedendo a permanentes ajustamentos e medidas para garantir que nunca faltasse a água na torneira dos consumidores, tendo trabalhado em estreita articulação com as diferentes entidades, designadamente Municípios, Agência Portuguesa do Ambiente e Entidade Reguladora.

Apesar destas contrariedades, a empresa conseguiu superar todas as dificuldades, mantendo a continuidade dos serviços prestados à população residente nos municípios servidos pelo sistema de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal e pela parceria do sistema de águas da região do Noroeste, dentro dos padrões mais elevados de qualidade e sem qualquer interrupção.

Os resultados de 2022 da Águas do Norte, S.A. registaram um volume de negócios de 128,3 milhões de euros e um resultado líquido do exercício positivo de 9.322.272 euros.

O Desvio de Recuperação de Gastos demonstra-se num valor contabilístico de natureza excedentária (Superavit Tarifário) no valor de 8.476.170 euros.

O EBITDA ajustado atingiu neste exercício o valor de 59,4 milhões de euros.

A Qualidade da Água fornecida no ano assentou num grau de conformidade de 99,7% na alta e de 99,2% na atividade em baixa, dando continuidade ao patamar de excelência no desempenho da empresa no domínio de água segura, dentro dos padrões de referência da ERSAR.

No que concerne à conformidade das Águas Residuais tratadas, o grau de cumprimento foi de 99,2% na alta e de 86,3% na baixa.

O sistema em alta registou em 2022 uma distribuição de 76,3 milhões de m^3 de água e o tratamento de 74,7 milhões de m^3 de águas residuais. No que respeita à parceria da baixa os volumes faturados foram de 3 milhões de m^3 em água e de 4,9 milhões de m^3 na prestação de serviços de águas residuais.

No ano de 2022 o investimento total realizado aumentou cerca de 18% face ao ano anterior, tendo atingido um montante de 32,3 milhões de euros em empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e de outros investimentos.

Dando cumprimento ao compromisso assumido no sentido da melhoria contínua no âmbito da respetiva gestão e desempenho, a Águas do Norte, S.A. manteve durante o ano de 2022 a acreditação do Laboratório de Análises, bem como a certificação do seu sistema de gestão nos referenciais da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, Gestão de Ativos e Gestão de Energia e alargou o leque das certificações da empresa à área da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), de acordo com a norma Portuguesa NP 4457.

Em 2022 a Águas do Norte, S.A., alargou ainda a fronteira do seu Sistema de Gestão de Energia certificado pela norma NP EN ISO 50001:2012 para a captação de Troporiz e a ETA da Lapela, perfazendo um total de 16 instalações, verificando-se que o consumo da fronteira do SGE representa 48,5% do consumo de energia na totalidade das infraestruturas da empresa.

A manutenção destas certificações constituiu o reconhecimento do forte compromisso da Águas do Norte, S.A. com o desenvolvimento sustentável dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, o que permite evidenciar, junto dos clientes, acionistas e restantes partes interessadas, que as políticas, valores e as melhores práticas de gestão estão eficazmente implementadas na organização, desde o primeiro dia da sua atividade.

Dá-se também destaque no ano de 2022 à manutenção da tendência registada nos últimos anos na redução do nível de endividamento, que neste exercício registou uma diminuição de cerca de 9 milhões de euros na dívida total da empresa face ao ano anterior.

O prazo médio de pagamentos reduziu de 46 para 43 dias.

No que respeita à Parceria entre o Estado e os oito municípios do Sistema de Águas da Região do Noroeste, deu-se início à atividade de abastecimentos de água às freguesias do Vale do Leça do concelho de Santo Tirso, tendo ficado este ano igualmente marcado pela aprovação da candidatura ao aviso n.º 5/REACT-EU/2021do programa COMPETE, no valor de 13 milhões de euros, para a expansão de redes de águas residuais.

O ano de 2022 foi ainda marcado por iniciativas dedicadas às temáticas relacionadas com Segurança no Trabalho e Ambiente, com especial destaque para aquelas que decorrem do Plano de Intervenção resultante do diagnóstico dos riscos psicossociais, designado por Be Better. Este plano contempla ações de promoção de saúde ocupacional customizadas e específicas a cada unidade funcional e visa a obtenção do bem-estar organizacional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores em contexto laboral.

A Águas do Norte, S.A. venceu o Prémio Kaizen Institute Global, na categoria de "Excelência na Inovação", e também, pelo segundo ano consecutivo, a Águas do Norte foi finalista no Portugal Digital Awards 2022, desta vez com o projeto 'Barragens na Palma da Mão'.

Com a apresentação do nosso relatório e contas de 2022, cabe uma especial palavra de agradecimento aos nossos trabalhadores pelos sucessos alcançados no exercício em análise, reconhecendo o seu elevado sentido de missão, e, sobretudo, pelo comprometimento de cada um para alcançar as metas de eficiência traçadas, em circunstâncias particularmente complexas e exigentes como as vivenciadas neste último ano.

Expressamos igualmente o agradecimento aos nossos acionistas e clientes, por constituírem a motivação para fazermos mais e melhor, pela confiança depositada, e por nos fazerem ver a importância que representa a Águas do Norte no território em que se insere.

A todos os fornecedores, empreiteiros, consultores e prestadores de serviços pela partilha continuada de soluções que nos permitem melhorar continuamente.

Ao Fundo Ambiental, ao POSEUR e ao programa COMPETE pela constante colaboração e pela comparticipação financeira que muito contribuiu para os resultados apresentados.

A todas as empresas do grupo pela permanente partilha de experiências e de conhecimento.

À APA pela constante disponibilidade e colaboração.

Por último, importa prestar o devido o agradecimento a todos os elementos que integram os órgãos sociais da Sociedade, bem como e à Entidade Reguladora e às Tutelas do Ambiente e das Finanças pela permanente cooperação e rigor com que acompanham o trabalho da empresa.

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

José Luís Machado do Vale
Presidente do Conselho de Administração

Quem Somos

A Missão, a Visão e os Valores

A Missão

Prestar um serviço público de abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, sustentável e inovadora, contribuindo continuamente para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento da região.

A Visão

Ser uma referência no setor da Água, prestando de um serviço de excelência.

Os Valores Éticos

Os colaboradores da Águas do Norte, S.A., no desempenho das suas funções e no âmbito das suas competências, deverão pautar a sua ação pelo respeito e cumprimento integral dos valores anteriormente definidos, considerando:

Espírito de Servir | Agir com zelo e dedicação no cumprimento da missão do serviço público;

Excelência | Atuar de forma perseverante, procurar sistematicamente soluções de inovação e desenvolvimento tecnológico, contribuir para a otimização dos processos que conduzam ao aumento da eficácia e da eficiência, e atuar com espírito de iniciativa, tendo em vista a melhoria contínua;

Integridade | Seguir um comportamento de práticas anticorrupção e suborno, adotar práticas que evitem conflitos de interesses, garantir a confidencialidade e sigilo profissional e seguir comportamentos não discriminatórios;

Responsabilidade | Agir com justiça e equidade, adotar atitudes e medidas que promovam o desenvolvimento sustentável, respeitar as normas e convenções respeitantes aos direitos dos trabalhadores, não tomar atitudes ou ter comportamentos que prejudiquem a empresa, combater situações que possam pôr em causa a imagem e o prestígio da empresa, desenvolver uma consciência ambiental, de segurança e de responsabilidade social, e partilhar conhecimento e informação;

Rigor | Ser coerente e consequente na prática dos valores e princípios, cumprir e fazer cumprir a legislação, as normas, os manuais e os regulamentos internos, decidir com isenção, equidade e objetividade, ser transparente nos processos, nas decisões e na difusão dos critérios, e proteger o património da empresa;

Transparência | Garantir a integração e o relacionamento transparente e constante, adotar estratégias e desenvolver ações em sintonia com elevados padrões de ética e divulgar, interna e externamente, a sua política da empresa.

Descrição, Atividade e Presença

A Águas do Norte, S.A.

A Sociedade Águas do Norte, S. A., criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, passou em 2017 por um processo de cisão, ao abrigo do Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, dando origem à criação de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e o novo sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto, em ambos os casos por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio - sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal.

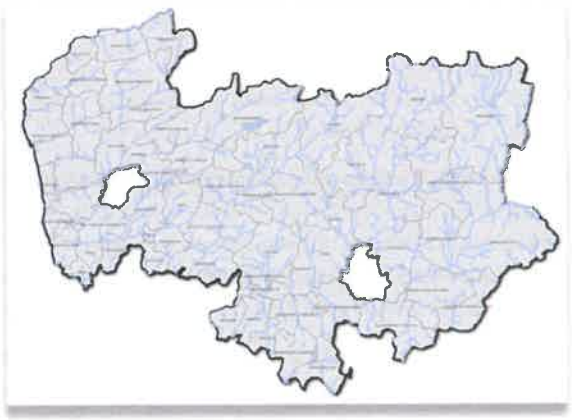
Neste enquadramento, o ano de 2017 concretizou a referida cisão, produzindo efeitos em termos contabilísticos e fiscais a 1 de Janeiro de 2017.

Enquadrada com a sua nova realidade, a Sociedade Águas do Norte, S. A. mantém como objeto social a exploração e gestão:

a) Do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal (Sistema Multimunicipal), criado nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do referido decreto-lei;

b) Do Sistema de Águas da Região do Noroeste, (Sistema de Águas) sistema municipal de abastecimento de água e de saneamento, criado em resultado de parceria estabelecida entre o Estado e municípios celebrada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009 de 9 de abril.

A Águas do Norte, S.A. tem assim sob sua responsabilidade a gestão de dois sistemas, um multimunicipal de alta e um municipal de baixa, sendo a primeira empresa do país em que existe uma verticalização da atividade nestes moldes.



O Sistema Multimunicipal, criado pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no Sistema Multimunicipal, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

O Sistema Multimunicipal assim criado resultou da agregação de dois sistemas multimunicipais, extintos na mesma data, designadamente:

a) - Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Trás -os -Montes e Alto Douro, criado pelo Decreto-Lei n.º 270 -A/2001, de 6 de outubro;

b) - Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 41/2010, de 29 de abril;

O Sistema Multimunicipal integra como utilizadores os seguintes municípios:

a) No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Arcos de Valdevez, Armamar, Boticas, Bragança, Caminha, Celorico de Basto, Chaves, Esposende, Fafe, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Melgaço, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Monção, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Paredes de Coura, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Trofa, Valença, Valpaços, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais;

b) No abastecimento de água, os municípios de Barcelos, Maia;

c) No saneamento de águas residuais os municípios de Amarante, Amares, Cabeceiras de Basto, Felgueiras, Guimarães, Lousada, Terras de Bouro, Vila Verde e Vizela.

Com base no disposto no n.º 2 da Cláusula 1.ª do Contrato de Concessão, a Águas do Norte, S.A. sucedeu em todos os direitos e obrigações das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, que foram extintas nos termos do referido Decreto-Lei, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de trabalho, contratos de cedência de pessoal, contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, incluindo as infraestruturas do sistema integrado de despoluição do vale do Ave, o contrato de concessão para a exploração e gestão do sistema integrado de despoluição do vale do Ave celebrado com a Tratave – Tratamento de Águas Residuais do Ave, S. A., os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, contratos de gestão dos sistemas municipais que hajam sido celebrados por essas concessionárias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, quaisquer contratos de fornecimento e de recolha celebrados.

A Águas do Norte, S.A. sucedeu, igualmente, à Águas do Noroeste, S.A., na exploração e gestão do Sistema de Águas, em resultado da celebração de contrato de parceria pública, entre o Estado Português e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, em 5 de julho de 2013, e da celebração de contrato de gestão entre o Estado, os referidos municípios e a Águas do Noroeste, S.A., em 26 de julho de 2013.

Com esta parceria a Águas do Norte, S.A. assegura o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas em *baixa* aos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães e de saneamento a Fafe, Santo Tirso e Trofa. Com esta atividade, a Águas do Norte, S.A. garante de forma regular, contínua e eficiente, a prestação de serviços de água e a construção e/ ou renovação das redes em *baixa*, a mais de 80.000 clientes. A área dos 8 municípios abrangidos pelo Sistema de Águas é de 1.654 km2 e a população de 300 mil habitantes, três por cento da população portuguesa.

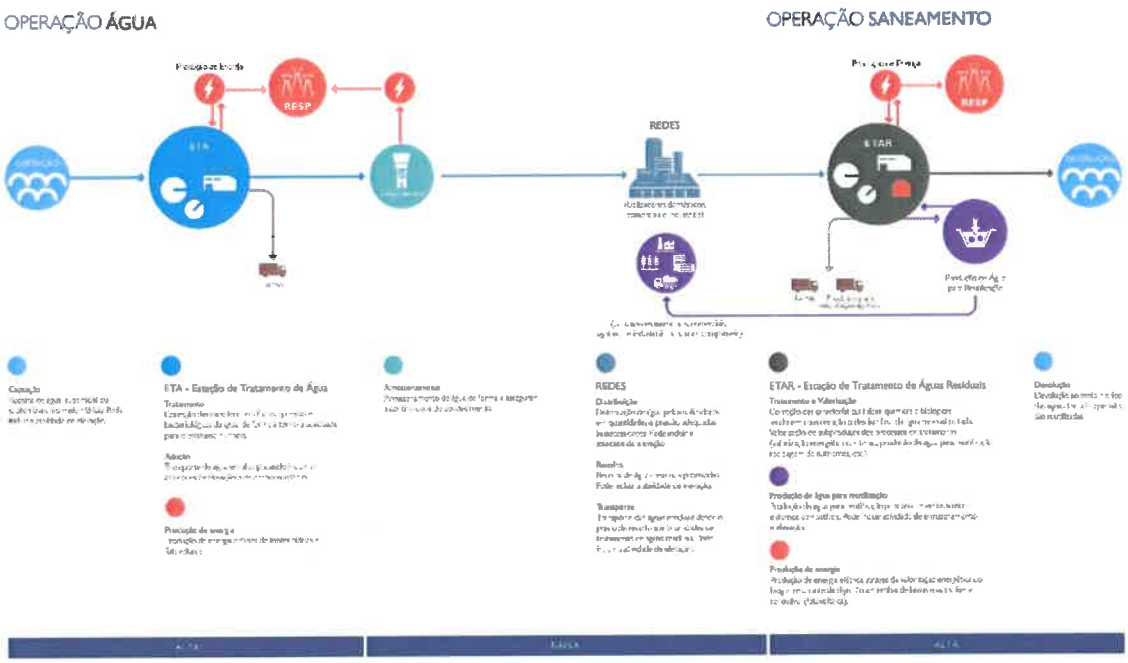
Os Estatutos

Os Estatutos da Águas do Norte, S.A. foram publicados pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, conjugada com a Declaração de Retificação n.º 35/2015 publicada no Diário da República, 1.ª série, de 27 de julho de 2015, e foram alterados pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro.

A Cadeia de Valor

Ainda que a Operação seja a nossa atividade mais visível, a Águas do Norte, S.A. atua numa extensa e complexa cadeia de valor, agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Nas representações gráficas abaixo apresentadas expomos a visão sistémica da cadeia de valor do negócio – para o abastecimento de água e para o saneamento de águas residuais –, bem como a especificação das atividades de operação.



A Estrutura Acionista, a Estrutura Organizacional e os Órgãos Sociais

A Estrutura Acionista

A Águas do Norte, S.A. é uma sociedade de direito privado e capitais públicos detida pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, com uma participação correspondente a 68,73% do capital social, e por um conjuto de Municípios que totalizam uma participação de 31,27%.

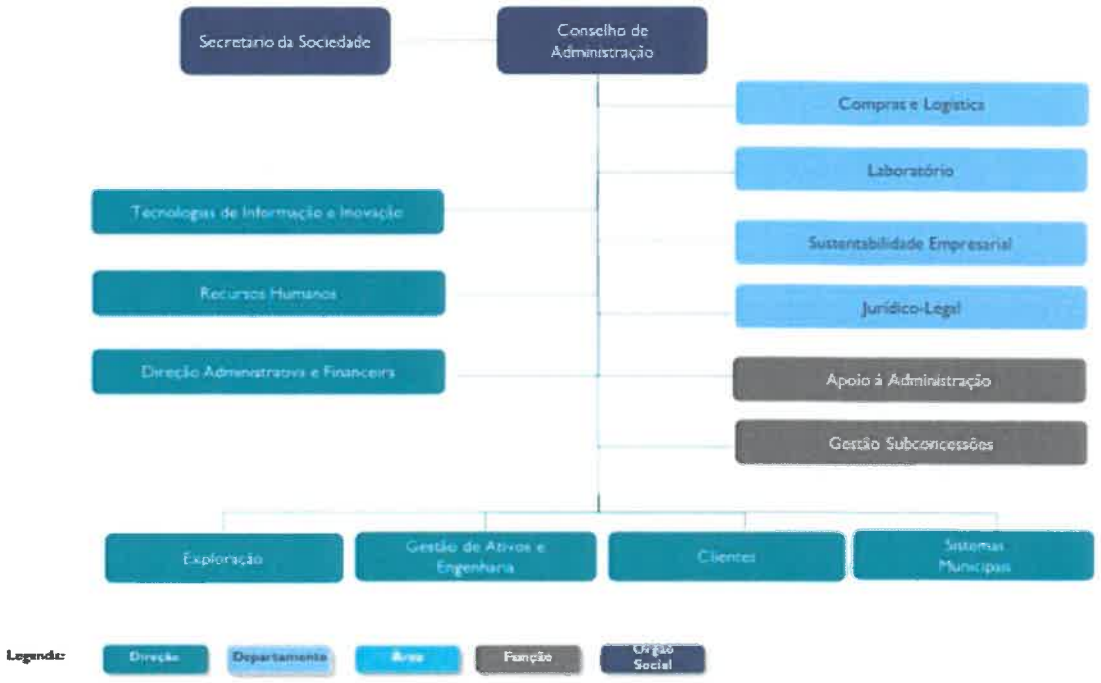
O capital social estatutário da Águas do Norte, S.A. é constituído por 111.061.732 ações, de valor nominal igual a 1,00 EUR (um euro), nominativas e assumindo exclusivamente a forma escritural, sendo 97.812.177 da categoria A e 13.249.555 da categoria C (Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro).

A informação detalhada sobre este ponto pode ser consultada na Parte B deste R&C, em concreto **na Nota 16.**

A Estrutura Organizacional

Para o desenvolvimento da sua missão, a Águas do Norte, S.A. organizou internamente os seus recursos em diversos órgãos funcionais que, no final de 2022, tinham a seguinte representação.

Organograma da Águas do Norte. S.A.



O modelo organizacional baseia-se nos seguintes vetores de atuação:

- Filosofia de orientação para o cliente, assegurando proximidade aos Municípios e aos utilizadores municipais, garantindo a melhor qualidade do serviço público prestado, implementando e desenvolvendo as valências associadas a uma direção de clientes;
- Concentrar o que for possível, em particular das áreas de suporte (administrativos, financeiros e de apoio), garantindo a não duplicação de funções e tarefas, na procura da eficiência e do aproveitamento das sinergias geradas com vista à maximização da relação gasto / benefício;
- Reforçar a importância do capital humano maximizando as capacidades dos colaboradores através da criação de uma direção de recursos humanos;
- Desenvolver modelo organizacional para a gestão do sistema multimunicipal que possibilite a articulação com o modelo a implementar para as "baixas", conjugando direções com unidades funcionais baseadas em departamentos e áreas, que possibilite a adequada segregação de gastos e de proveitos por unidade de negócio e por área de atividade, respeitando as responsabilidades e tarefas comuns e próprias.

Sobre esta macroestrutura a Águas do Norte, S.A. aplica a sua matriz territorial, por via da existência da sua sede em Vila Real e dos polos de Barcelos e Guimarães.

Relativamente às áreas operacionais, o modelo desenvolve-se com base nas seguintes premissas:

- Integração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, maximizando economias de gama;
- Integração territorial do sistema multimunicipal e integração vertical com os sistemas municipais, maximizando economias de escala;
- Reorganização territorial dos centros de operação e de manutenção, com base nos centros existentes nas empresas agregadas, com responsabilidades e tarefas comuns e próprias por unidade de negócio e atividade;
- Modelo que possibilite a prestação de serviços de manutenção à unidade de negócios da *baixa*, aproveitando, sempre que possível, as potenciais economias de escala;
- Modelo que possibilite a segregação de gastos por atividade e, quando ocorra, por unidade de negócio.

Os Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2022 os membros dos órgãos sociais eram os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral

Eleitos na Assembleia Geral de 8 de junho de 2018

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Mesa da Assembleia-Geral	Presidente	Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, José Maria Cunha Costa
	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes
	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira

Em 28 de abril de 2021, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da empresa, para o mandato 2021 – 2023, abaixo identificados.

Mandato		Órgão	Cargo	Nome do Titular	Designação	
Início	Fim				Forma	Data
2021	2023	Mesa da Assembleia Geral	Presidente	Joaquim Luís Nobre Pereira *	Assembleia Geral	28/04/2021
			Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes		
			Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira		

(*) Nomeado em Assembleia Geral de 21 de março de 2022, na sequência da renúncia ao cargo por José Maria Cunha Costa apresentada a 1 de outubro de 2021

Conselho de Administração

Na Assembleia-Geral de 28 de abril de 2021, foram eleitos os membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021 – 2023, abaixo identificados.

Órgão	Cargo	Membro	Nome do Titular
Conselho de Administração	Presidente	Executivo	José Luís Carneiro Machado do Vale
	Vice-Presidente	Executiva	Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
	Vogais	Executivo	Filipe José Araújo da Silva
		Executiva	Cristiana da Costa Barbosa
		Não executivo	Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
		Não executivo	António Gonçalves Bragança Fernandes
		Não executiva	Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues (*)

(*) Apresentou renúncia ao cargo a 25 de julho de 2022, com efeitos a 31 de agosto de 2022

Ver informação constante da alínea I do ponto D da secção VII – Remunerações, do Relatório de Governo Societário.

Conselho Fiscal

Eleitos na Assembleia Geral de 10 de abril 2019 para o mandato 2019-2021. Em Assembleia Geral de 2022 foi retirado o ponto eleição do Conselho Fiscal para o mandato de fiscalização 2022-2024, por se considerar não haver condições de nomeação de novo mandato, mantendo-se em funções o Conselho Fiscal nomeado e o ROC.

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Conselho Fiscal	Presidente	Maria Albertina Barreira Rodrigues
	Vogais	Carlos Manuel de Jesus e Sousa de Araújo Ribeiro
		Nuno Miguel Linhares da Silva
	Vogal Suplente	Maria das Dores Sousa Silva

Revisor Oficial de Contas

Eleitos na Assembleia Geral de 10 de abril 2019 para o mandato 2019-2021. Em 2022 o Revisor Oficial de Contas manteve-se em funções não tendo havido qualquer nomeação.

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Revisor Oficial de Contas	Efetivo	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. com inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 , representada pelo Dr. José Alves Bizarro Duarte, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1957
	Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1737

Comissão de Vencimentos

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada a 29 de junho de 2020 foi aprovada uma revisão à constituição da Comissão de Vencimentos para o mandato 2018 – 2020, a qual passou a ter a seguinte composição constante.

Comissão de Vencimentos até 27 de abril de 2021:

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Comissão de Vencimentos	Presidente	Carla da Conceição Afonso Correia
	Vogais	AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.
		Fernando Gonçalves

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada a 28 de abril de 2021 foi nomeada a Comissão de Vencimentos para o mandato 2021 – 2023.

Comissão de Vencimentos desde 28 de abril de 2022

Órgão	Cargo	Nome do Titular
Comissão de Vencimentos	Presidente	Carla da Conceição Afonso Correia
	Vogais	AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.
		Fernando Gonçalves

O nosso Propósito

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela Águas do Norte tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

" Fazer a diferença na vida das pessoas" é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade

Assumimos COMPROMISSOS para cumprir o PROPÓSITO de FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela Águas do Norte em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.
- O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por Linha de Integridade, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou

externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.

Ambição - Trabalhar com propósito

- Durante o ano 2022, e no âmbito da política de valorização de competências dos/as Colaboradores/as, foram ministradas 23.098 horas de **formação profissional.** Deu-se continuidade ao projeto financiado pelo COMPETE - Tipologia Projetos Autónomos de formação – Formação de empresários e trabalhadores, que visa reforçar as competências dos/as Colaboradores/as da Águas de Norte, em domínios relevantes para a estratégia de inovação e competitividade da empresa.

- A Águas do Norte, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar, pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. A Águas do Norte anualmente revê o seu Plano de Igualdade de Género, as medidas previstas no **Plano de Igualdade de Género** são avaliadas e monitorizadas periodicamente de forma a assegurar o seu cumprimento e a identificar oportunidades de melhoria.

- Digitalização dos riscos para a saúde e segurança - Avaliação de riscos profissionais de centenas de instalações na aplicação GR360, plataforma desenvolvida pela AdNorte.

- Desenvolvida a plataforma GEPI-Gestão de Equipamentos de Proteção Individual. O GEPI é uma plataforma digital que permite gerir o processo relacionado com a gestão dos EPI em utilização na Águas do Norte e está acessível a todos os trabalhadores. Através desta plataforma é possível aceder a todo a

informação sobre os EPI homologados pela AdNorte, elaborar e gerir reservas, fazer o tratamento estatístico de todos os EPI requisitados, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos EPI.

- O ano de 2022 foi marcado por iniciativas dedicadas às temáticas relacionadas com Segurança no Trabalho e Ambiente, com especial destaque para aquelas que decorrem do Plano de Intervenção resultante do diagnóstico dos riscos psicossociais. Este plano, que se encontra integrado no **Programa Be Better**, contempla ações de promoção de saúde ocupacional customizadas e específicas para cada Direção/Departamento, dando os passos certos para a obtenção do bem-estar organizacional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida em contexto laboral. O Programa Be Better desafia os trabalhadores da AdNorte a construírem o seu trajeto de melhoria ao nível da saúde e bem-estar, promovendo a sua participação em iniciativas dedicadas a várias dimensões (equilíbrios eu e o outro, sociais e psicossociais e cidadania organizacional).Todo o programa é dinamizado através do recurso a uma plataforma dedicada e acessível através do telemóvel e/ou PC. Realizaram-se diversas atividades desde:

· Ações de formação, em regime presencial, sobre gestão e mitigação dos riscos psicossociais direcionadas ao *Top Management* e *Midle Management*,

· *Webinars* direcionados a todo o universo AdNorte que abordaram temas como a Conciliação Trabalho-Família, Escola-Família, Ser Equipa, Coesão e consenso entre equipas

· Atividades Outdoor – caminhadas e magustos.

Agir pelo clima

- Em 2022 o País enfrentou uma situação de seca extrema, levando a Águas do Norte a colocar sob forte vigilância as reservas de armazenamento das Albufeiras bem como todos os Subsistemas de água, promovendo a tomada de medidas que visaram garantir os volumes necessários à produção de água para abastecimento público. A Águas do Norte ativou a 03 de fevereiro de 2022 o Gabinete de Crise, conforme previsto no Plano de Comunicação para Emergências na Qualidade e Quantidade da Água, para o evento "condições meteorológicas extremas – seca". Até ao dia 06 de janeiro de 2023, data considerada de retorno à normalidade, foram realizadas 16 reuniões do Gabinete de Crise, mais de 30 horas de discussão e análise deste evento. Na resposta a este evento, identificado e acompanhado em cerca de 29 Subsistemas, dos quais 18 são da Alta, foram implementadas 113 medidas de contingência e 27 medidas estruturais. Estas medidas permitiram, de um modo geral, monitorizar a evolução dos níveis de água, diminuir o volume de água captada nas origens vulneráveis e, consequentemente, prolongar as reservas de água.

- Continuidade na implementação do Programa "ZERO – Neutralidade Energética", desenvolvendo-o com base em dois pilares essenciais:

a. Pilar da Produção;

b. Pilar da Eficiência Energética;

- Implementação de um "Sistema piloto UNLOAD Controlo para descarga de águas pluviais" na Estação Elevatória de Quinta do Faião do subsistema de saneamento de Vilar-Sernancelhe.

- Sistemas de Gestão de Energia -ISO50001, cerca de 54 % do consumo total de energia da Águas do Norte, S.A. incide num total de 21 instalações, que são as prioritárias para a implementação desta norma. Manutenção do Certificado em 16 infraestruturas na NP ISO 50001: ETAR de Vila Real, ETA de Areias de Vilar, ETA e Captação do Pinhão, ETA e Captação de S. Jorge, Estação Elevatória de Barradas, Estação Elevatória de Casais, ETA do Vilar, ETA do Alto Rabagão, ETA do Sordo, ETAR de Serzedo, ETA e Captação do Azibo, ETA e Captação de Lapela

- Renovação da Certificação energética da frota com classificação – B;

- Adesão à mobilidade elétrica;

- **Produção de Energia,** A Águas do Norte, S.A. apesar de grande consumidora de energia elétrica dispõe de algumas instalações elétricas que produzem energia elétrica, quer ao abrigo do autoconsumo, assim como de venda à rede, no âmbito da Microprodução e Mini produção, utilizando para o efeito diferentes tecnologias, nomeadamente Fotovoltaica, Cogeração a Biogás e Hídrica.

Acelerar a economia circular

- Plano de Ação para a Reutilização do Grupo AdP que envolve projetos de produção de água para reutilização (ApR). A Águas do Norte já submeteu os processos para obtenção de licenciamento da plataforma LUA

Inovar para Impactar

Ao longo do ano de 2022, foram dinamizadas várias atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), sendo que se destacam as principais:

- Conclusão com sucesso o processo de certificação e adquiriu o estatuto de empresa certificada em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), de acordo com a norma Portuguesa NP 4457
- Organização de um conjunto de webinars, "À conversa com" por forma a manter ativa a troca de ideias e experiências do setor da água.
- Celebração de vários protocolos de colaboração no âmbito do Programa ARQUIMEDES, e que visam estabelecer relações de colaboração Científica e Tecnológica em diferentes domínios entre a Águas do Norte e algumas Universidades.
- Apresentação de várias candidaturas a programas de financiamento de projetos em diferentes temáticas, e em que se destacam as que foram aprovadas:
    - "ATPT – Água da Torneira para Todos"
    - PRR | "[JB1] [AM2] [AM3] Vine & Wine Portugal - Driving Sustainable Growth Through Smart Innovation"
    - "GREENValue – Valorização da Geração de Recursos Em Espaço Natural"
    - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) inerentes à sua atividade no ano de 2021, e que reforça a aposta contínua, da Águas do Norte, em projetos de I&D.

Educar para a Sustentabilidade / Valorizar os territórios

- Campanha "Não meta tudo no mesmo saco" - com objetivo foi a sensibilização dos principais envolvidos, técnicos de limpeza que operam nas nossas instalações, para a importância da correta separação dos resíduos recicláveis, tendo em conta que Águas do Norte, S.A. tem como uma das suas missões desenvolver a sua atividade num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental.
- Meia Hora de Bom Ambiente - é uma campanha que consiste em despender 30 minutos de uma jornada de trabalho dedicados ao Ambiente. O objetivo da área de Sustentabilidade é promover e divulgar práticas relacionadas com gestão de resíduos, utilização eficiente de água e de energia, política de circularidade e ciclo de vida.
- Visitas técnicas às infraestruturas do Sistema Multimunicipal num total de 36 visitas, com um total de 1.064 visitantes.
- Realização de 371 ações de educação ambiental, juntos de 54 Municípios que integram o Sistema Multimunicipal, tendo impactado cerca de 23.500 participantes, na sua grande maioria crianças e jovens em idade escolar.
- Durante o Dia Nacional da Água, que se comemora anualmente a 1 de outubro, a Águas do Norte, desafiou a comunidade educativa de Esposende para a pintura mural da Estação Elevatória de Cepães, sob orientação do artista plástico Tiago Hacke, com a finalidade dar a conhecer parte da biodiversidade associada aos ambientes aquáticos locais.
- Dinamizadas mais de 200 sessões de visualização do filme "Dimensão S", através do qual se concretizou uma promoção para o consumo da água da rede pública como um elemento central do estilo de vida saudável. A realização desta iniciativa foi capaz de envolver cerca de 30.000 participantes, distribuídos por 60 Municípios do universo Águas do Norte.
- Continuidade à realização e divulgação da Campanha de Sensibilização Ambiental, com incidência na componente de saneamento, #TRATAMOSoseuESGOTO, que assentou essencialmente na promoção dos meios móveis de recolha de saneamento que a Águas do Norte disponibiliza aos seus clientes em "baixa", servidos pelo Sistema de Águas da Região do Noroeste.
- No âmbito do estado de Seca severa que assolou Portugal em 2022, a Águas do Norte, em conjunto com a AdVT – Águas do vale do Tejo/EPAL, desenvolveu a campanha "Poupe Água Hoje para ter Amanhã", com especial enfoque nos municípios servidos pelo sistema de abastecimento de água de Ranhados e que foram mais afetados pela escassez de água - S. João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa e Tabuaço. A Águas

do Norte divulgou e promoveu ainda, junto dos restantes municípios da área de concessão, a campanha desenvolvida pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática - "Feche a Torneira", tendo sido desenvolvidas as seguintes peças de comunicação: Anúncios para imprensa escrita, Cartazes A3 e A4, Roll up, imagens para mupis, imagens para redes socias, infomail, outdoors e spots de rádio.

A Carteira de Participações e as Sucursais

A Carteira de Participações

O capital social estatutário da Águas do Norte, S.A. é constituído por 111.061.732 ações, de valor nominal igual a 1,00 EUR (um euro), nominativas e assumindo exclusivamente a forma escritural, sendo 97.812.177 da categoria A e 13.249.555 da categoria C (Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro).

A Administração Central do Grupo AdP, através da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., detém uma participação correspondente a 68,73% do capital social e os Municípios, na sua totalidade, detêm uma participação de 31,27% do capital social.

Refira-se, ainda, que os titulares dos Órgãos Sociais da Águas do Norte, S.A. não detêm quaisquer ações e obrigações emitidas pela Águas do Norte, S.A., nem são, direta ou indiretamente, titulares de participações socais qualificadas noutras entidades.

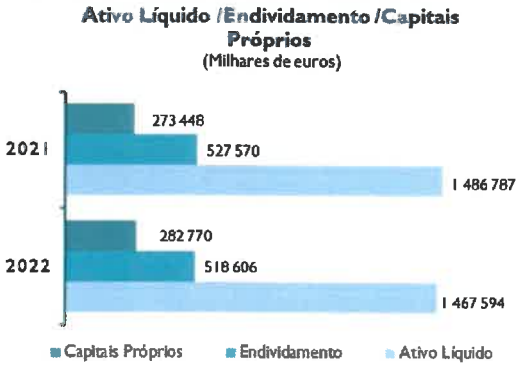
As Sucursais

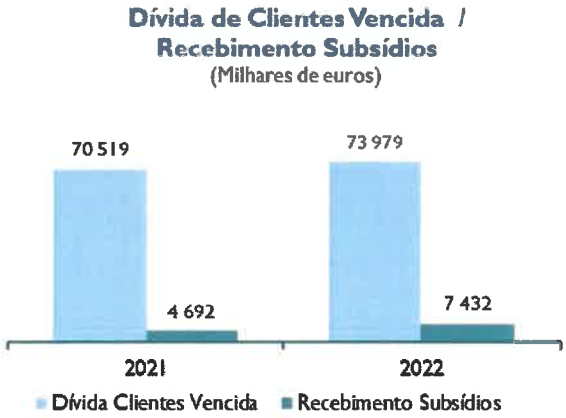
A Águas do Norte, S.A. não tem qualquer sucursal no território nacional ou no estrangeiro.

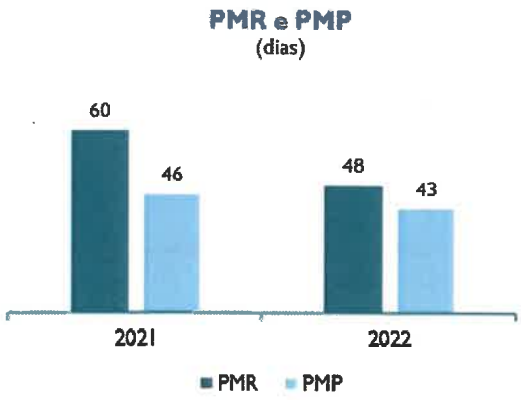
A Síntese de Indicadores

Nas páginas seguintes são apresentados um conjunto de indicadores – económico e financeiros e de atividade - com o objetivo de espelhar de forma rápida a Águas do Norte, S.A. no ano de 2022.

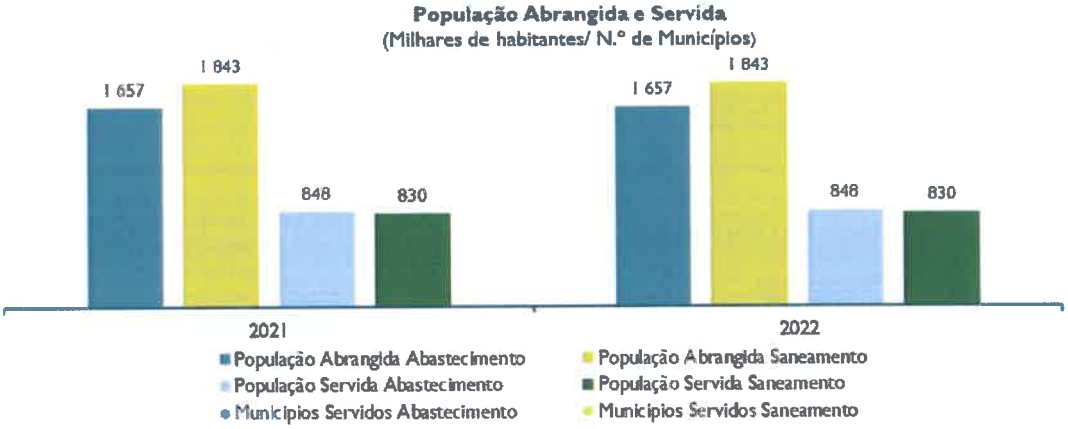
Os Indicadores Económicos e Financeiros

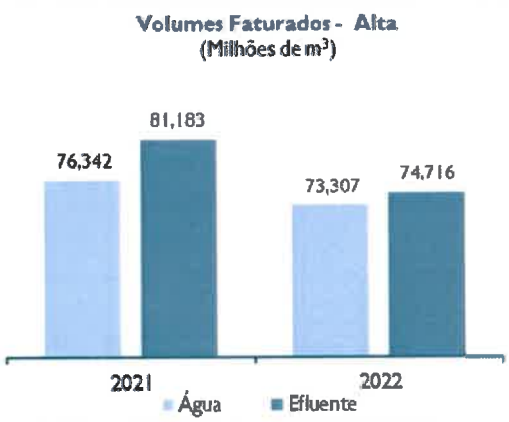


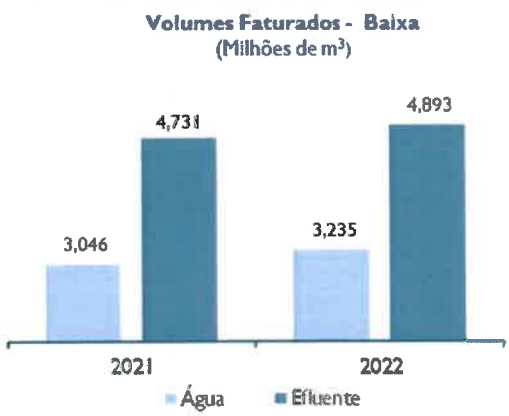


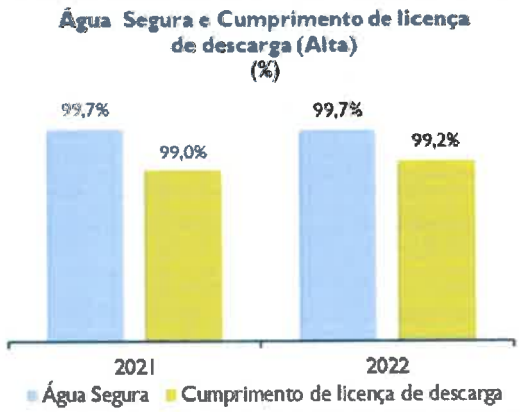


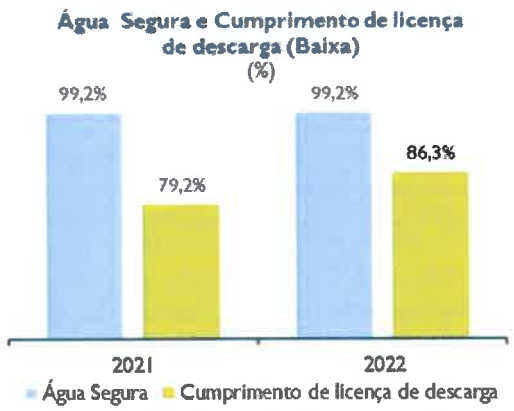
Os Indicadores de Atividade











Valores a aguardar validação da ERSAR à data de encerramento do presente relatório.

Os Reconhecimentos, os Prémios e as Certificações

Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Energia, Ativos e Investigação, Desenvolvimento e Inovação

A Águas do Norte, S.A. renovou durante o ano de 2022 a certificação do seu sistema de gestão nos referenciais da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, (NP EN ISO 9001:2015, NP EN ISO 14001:2015, NP EN ISO 45001 e SA 8000:2014). As certificações abrangem a totalidade das instalações na sua atividade em alta. As auditorias de renovação foram realizadas por entidade externa certificadora, a SGS Portugal.

Dando cumprimento ao compromisso assumido por esta empresa em 2019, a Águas do Norte, S.A. manteve em 2022 a certificação do seu Sistema de Gestão de Ativos, tendo sido realizada a auditoria de acompanhamento segundo a norma NP EN ISO 55001, tendo alargado o âmbito ao subsistema do Azibo.

Paralelamente a AdNorte alargou em 2022 a fronteira do seu Sistema de Gestão de Energia certificado pela norma NP EN ISO 50001:2012 para a captação de Troporiz e a ETA da Lapela perfazendo um total de 16 instalações. Verifica-se que o consumo da fronteira do SGE representa 48,5% do consumo de energia na totalidade das infraestruturas da AdNorte.

No ano de 2022 a AdNorte manteve a certificação em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), de acordo com a Norma Portuguesa NP 4457. A implementação deste sistema permitiu o aumento da eficácia e desempenho na procura de soluções inovadoras na área de sistemas de água, saneamento de águas residuais e energia. De igual modo orienta a empresa no caminho da inovação e na forma como desenvolve as suas atividades de I&D, tendo sempre presente a procura de resultados, não só no que diz respeito à inovação mas incluindo novos produtos, serviços, processos, métodos de marketing ou organizacionais e de canalizar todo o seu conhecimento e toda a sua criatividade, concretizando-os em Inovação.

A Águas do Norte em 2022 auditou e sustentou a certificação energética da sua frota automóvel, mantendo a classificação B.

A manutenção destas certificações constituiu o reconhecimento do forte compromisso da Águas do Norte, S.A. com o desenvolvimento sustentável dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e evidenciou, junto dos clientes, acionistas e restantes partes interessadas, que as políticas, valores e as melhores práticas de gestão estão eficazmente implementadas na organização, desde o primeiro dia da sua atividade.

Compromisso de integridade

Águas do Norte subscreveu, no dia 17 de dezembro de 2021, o compromisso de integridade do Grupo Águas de Portugal, que está assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela Águas do Norte e pelas restantes empresas que constituem o grupo com atividade no domínio do abastecimento de água e saneamento, representando um comprometimento com a implementação da Política de Integridade do Grupo AdP, nomeadamente visando garantir a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados e assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O modelo de integridade está plasmado na sua Política de Integridade, onde se identificam os diferentes órgãos e instrumentos internos que materializam a implementação dos compromissos no âmbito da ética, compliance e outras obrigações legais relacionadas.

O nosso referencial de ética organizacional é apoiado também nos Princípios de Bom Governo e está em alinhamento com a recomendação da OCDE sobre Integridade Pública e os Princípios do Global Compact das Nações Unidas,

nomeadamente o 10º Princípio que promove o combate à corrupção em todas as suas formas, e com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, respeitante à Paz, Justiça e Instituições Eficazes da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Já a estrutura de governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo AdP, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A resposta da Águas do Norte, S.A. aos desafios está bem patente na evolução das taxas de cobertura dos sistemas integrados, cuja exploração e gestão estão sob a sua responsabilidade, na resolução dos passivos ambientais assim como nos indicadores de qualidade de serviço.

A Águas do Norte, S.A., enquanto empresa com função ativa na sociedade e no ambiente, está empenhada numa gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente e inovadora, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

A empresa prosseguiu em 2022 empenhada em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

No ponto da atividade operacional, é analisada de forma mais detalhada o trabalho executado e os projetos desenvolvidos pelo departamento de Sustentabilidade Empresarial ao longo de 2022.

Os Destaques do Ano e os Principais Acontecimentos

Administrativa e Financeira

Dando continuidade a uma aposta de resposta eficaz às exigências do setor, marcado pelo envolvimento e relacionamento, com as tutelas, do Ambiente e das Finanças, e com o Regulador, a Direção Administrativa e Financeira deu cumprimento à sua função de reforçar a capacidade de antecipação e e de proatividade para assegurar o compromisso de uma resposta eficaz aos desafios impostos pelos principais *stakeholders* da empresa, incluindo uma resposta às exigências da própria organização.

Na área da Tesouraria e Financeira, consolidou-se a política de rigor e de otimização, com particular destaque para a diminuição do prazo médio de pagamentos, em linha com as exigência legais, tendo-se conseguido uma diminuição, de 46 dias em 2021 para 43 dias em 2022, e, simultâneamente, continuou a reduzir-se o nível de endividamento, que registou uma diminuição de cerca de 9 milhões de euros face ao ano transato.

No processo contabilístico, destaca-se o processo de registo de faturas de fornecedores através de faturação eletrónica foi consolidado, com recurso à plataforma da ESPAP, permitindo a contabilização de cerca de 20,8 milhões de euros de despesas, equivalente a cerca de 18.000 faturas que não foram recebidas em papel. Por outro lado, otimizou-se a contabilização de acordo com a IFRS 16 e assegurou-se, a passagem a firme de cerca de 35.6 milhões de euros de ativos que se encontravam em curso, dando continuidade à regularização deste tema.

Na vertente fiscal, encontrando-se a Águas do Norte, S.A. inserida na Unidade de Grandes Contribuintes, o ano decorreu com normalidade, sem registo de incidências significativas sendo de assinalar a ausência de desenvolvimentos face ao Direito de Audição Prévia exercido por nós ao indeferimento pela Autoridade Tributária, de três RAT's (Revisão de Ato Tributário) para os anos de 2011, 2012 e 2013, com o objetivo fundamentar e obter junto da AT a aceitação para a recuperação de amortizações de investimento contratual não realizado, anteriormente tributadas, a incluir nas Modelos 22 daqueles anos, traduzindo-se num ganho fiscal a favor da empresa. No seguimento da notificação de 07.12.2022, por parte da ANI - Agência Nacional da Inovação, da decisão final de deferimento integral da candidatura ao SIFIDE de 2020. no montante de cerca de 340 mil euros, procedeu-ss à substituição da Modelo 22 desse exercício. A dedução do benefício fiscal no apuramento da coleta de IRC, permitiu o recálculo do imposto final de 2020. A restituição daquele montante a favor da Águas do Norte, SA. ocorrerá em 2023.

Na área da gestão documental e administrativa, deu-se continuidade à otimização organizacional, nomeadamente na melhoria de circuitos documentais, automatização de processos e gestão de espaços de arquivo. Neste âmbito foram ainda estudadas novas oportunidades e linhas de atuação através do processo de digitalização, priorizando necessidades de acessibilidade, preservação e confidencialidade dos documentos. Com o objetivo de aumentar a eficiência administrativa e uniformizar procedimentos, foram implementados métodos de trabalho para uma melhor gestão das Entidades do Gestor documental – iPortal.

No que toca ao planeamento e controlo de gestão, consolidamos o processo de implementação do *Balanced Scorecard* através da utilização de plataforma para o efeito, disponível para consulta de toda a organização, dando continuidade à melhoria de processos de reporte interno, com disponibilização de informação a outras áreas da empresa, nomeadamente em matéria de controlo orçamental.

O enquadramento regulatório e do setor empresarial do estado, exigiram uma atenta e reforçada ação na vertente de regulação e *compliance* e de relacionamento com entidades como a ERSAR e a UTAM, em coordenação com a AdP, ficando o ano de 2022 marcado pelo registo contabilístico de um Desvio de Recuperação de Gastos de cerca 8.476 mil euros, de **natureza excedentária (Superavit Tarifário)** e, consequentemente, pela continuidade da diminuição do saldo tarifário acumulado.

Investimento

Na componente do Investimento, deu-se continuidade a um conjunto de ações e tarefas caracterizadas, essencialmente, pela elaboração e aprovação de estudos e projetos, pelo lançamento de concursos e pela construção de infraestruturas

programadas no Contrato de Concessão, bem como pela submissão de candidaturas com vista aos apoios que foram disponibilizados. Por facilidade de leitura, tais tarefas são apresentadas separadamente, quer para o Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Norte de Portugal (SMM), quer para a Parceria do Sistema de Águas da Região do Noroeste (Parceria).

Para a concretização deste investimento há ainda um conjunto significativo de tarefas que se caracteriza pela transversalidade a toda a direção, e mesmo à organização. Razão pela qual se opta pela sua apresentação em separado, destacando-se os principais desenvolvimentos corridos no âmbito da Gestão de Ativos, dos Sistemas de Informação Geográfica, das Expropriações e das Barragens.

SMM

Relativamente à componente de abastecimento de água, destacam-se as intervenções importantes na área de abrangência do Sistema de Abastecimento de Água a Paredes de Coura, com a conclusão do sistema adutor à ETA de Insalde, a inclusão da ligação do furo de Porreiras e a alteração do sistema adutor do eixo ETA-Insalde - RR Cossourado, que visam garantir a cobertura ao Município pelo sistema em "alta" da Águas do Norte. Destaque, ainda, para a continuação das intervenções na área de abrangência do SAA de São Jorge, com a continuidade dos trabalhos de reabilitação da conduta adutora de Bertiandos, com cerca de 11,4 km, desde o Ponto de Entrega (PE) Viana Cidade até à cidade, por alteração da sua tubagem através da técnica de "*relining*", com a introdução de tubagem nova em PEAD DN355 na tubagem atual de fibrocimento DN400. Ainda na componente de abastecimento de água em alta, destacam-se, nos Subsistemas de Abastecimento de Água de Lapela e S. Jorge, a conclusão das empreitadas das ligações aos reservatórios de Azenhas (Valença) e Mangoeiro (V.N. Cerveira), que visam o reforço da adução ao reservatório de Azenhas e, por outro lado, a suprir as necessidades das populações de Mangoeiro e Calvário. Os trabalhos de reabilitação da Barragem da Queimadela, em Fafe, decorreram a bom ritmo, encontrando-se em fase de conclusão, bem como a empreitada de Execução das Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Carreira, Guimarães, Lamelas, Agrela, Reservatório e a Adutora de Albom (Santo Tirso) – Lote C, em Santo Tirso, com uma forte componente de rede em "alta" que se encontra em fase de conclusão. Foi iniciada e encontra-se numa fase muito adiantada a "*Empreitada de Execução da Ligação do SAA do Alto Rabagão – SAA Arcossó*", com um valor de contrato de 1.538.506 EUR.", tendo-se também concluído a empreitada de *"Execução do Abastecimento ao Reservatório da Serra de Santa Isabel (Valpaços)"* no valor de 260.000EUR,

Na componente de saneamento de águas residuais em alta, destacam-se intervenções importantes na área de abrangência de Viana do Castelo, nomeadamente com a conclusão das redes de saneamento em Serreleis, Cardielos, Torre e Vila Mou, com vista ao aumento do atendimento das populações e melhoria das condições ambientais locais junto às linhas de água, assim como o início da *"Empreitada do Sistema Elevatório de Punhe (Viana do Castelo)"* que se encontra numa fase avançada. Também pela sua importância, a *"Empreitada de Execução do Intercetor do Tâmega – 2ª Fase (Parte 1)"*, em Amarante, ficou concluída em 2022. Concluíram-se, ainda, as "Empreitadas de construção da ETAR de Terras de Bouro e da Estação Elevatória de Redondelo, (Terras de Bouro)", a "*Empreitada de instalação de FSC em Canedo e execução de BoxCulvert para travessia da linha de água (Celorico de Basto)*", a "*Empreitada de execução do intercetor da Ribeira de Loureiro (Vila Verde)*", a "*Empreitada de Remodelação do Sistema de Arejamento da ETAR de Vila Real, rumo à neutralidade energética*", a "*Empreitada Execução do Sistema de Drenagem Águas Residuais do Vale da Campeã (Vila Real)*", a "*Empreitada de Reabilitação do Intercetor do Pelhe - Troço entre a rua D. Sancho e a EE de Queimados (antiga EN14) - (V.N. Famalicão)*", a "*Empreitada para a aquisição e montagem de um Ozonizador na ETAR de Serzedo (Guimarães)*", entre outras. Referir, ainda, que foram consignadas em 2022 e encontram-se em curso, a "*Empreitada de Remodelação do Sistema de Aproveitamento de Bioagás da ETAR de Vila Real, rumo à Neutralidade Energética*", a "*Empreitada de Execução do Intercetor de Laúndos Nascente – Parte B – Estações Elevatórias de Laúndos e Ciclovia (Póvoa de Varzim)*", e a "*Empreitada de conceção-construção da remodelação da ETAR de Viana do Castelo*".

Há ainda a destacar o lançamento das empreitadas "*AA0797 - Empreitada Conceção/Construção de Beneficiação da Instalação Elétrica do SAA do AVE- ETA da Queimadela (Fafe)*", "*O0843 - Empreitada de Remodelação do Laboratório da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)*", "*AR0800 - Empreitada de Execução de poços de grossos nos SAR da AdNorte S.A.*" e "*O0901-Empreitada de beneficiação dos equipamentos sob pressão instalados nas infraestruturas da AdNorte S.A.*"

Destaque, ainda, para as empreitadas em curso, nomeadamente as "O0537 - Empreitada de Remodelação do Edifício Administrativo da ETA de Areias de Vilar (Barcelos), O0667 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção/Reparação de IEs da Águas do Norte, SA - Lote A - Douro Norte e Alto Tâmega_AA, e Lote D - Minho, Lima e Cávado_AA, O0760 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção/Reparação de IEs da Águas

do Norte, SA - Lote A - Trás-os-Montes, Douro Superior e Douro Sul_AA, e Lote B - Tâmega, Sousa e Ave_AA". Estes contratos pretendem "acelerar" as respostas face às necessidades de menor complexidade, cujos projetos/estudos possam ser executados "*in house*".

Por último, destaca-se a conclusão das empreitadas, "*AA0362 - Empreitada de Conceção/Construção de Beneficiação do SAA de Vila Chã - RE Crueiro (Murça)*", "*AA0687 - Empreitada de substituição da conduta elevatória R6-RAboim - SAA S. Jorge (Arcos de Valdevez)*", "*O0635 - Empreitada de Remoção de Coberturas com Amianto nas Infraestruturas da AdNorte*", "*AA0679 - Empreitada de reabilitação da ETA de Fonte Fria (Murça)*", "*AA0680 - Empreitada de Remodelação dos Balneários da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)*", "*O0926 - Empreitada de impermeabilização do Reservatório de Tanque em Celorico de Basto*", "*O0857 - Empreitada de Execução de Trabalhos de Suporte Provisório da Estrutura da EE Caça e Pesca – SAA Sordo*", "*AA0719 - Empreitada de execução da laje dos filtros da ETA de São Sebastião (Paredes de Coura)*", "*O0361 – Empreitada Geral de Construção e Reparação de Infraestruturas AdN - Lote A Trás-os-Montes e Lote B Minho AA*".

Quanto aos Estudos e Planeamento, adjudicaram-se diversos contratos de prestação de serviços de elaboração de Projetos, dos quais se destacam os seguintes: «*P0782 - Estudos e Projetos de Infraestruturas associadas ao Tratamento de Águas Residuais, à Captação e Tratamento de Água e a Infraestruturas associadas à neutralidade energética - Lote A - Oeste*» (no valor de 59 850,00 euros) e «*P0782 - Estudos e Projetos de Infraestruturas associadas ao Tratamento de Águas Residuais, à Captação e Tratamento de Água e a Infraestruturas associadas à neutralidade energética - Lote B - Este*» (no valor de 63 178,50 euros); foram ainda renovados os seguintes contratos: «*P0608 - Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao tratamento de águas residuais, à captação e tratamento de água e a infraestrutura associada à neutralidade Energética - Lote A - Oeste*» (no valor de 44 490,00 euros), «*P0608 - Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao tratamento de águas residuais, à captação e tratamento de água e a infraestrutura associada à neutralidade Energética - Lote B - Este*» (no valor de 44 490,00 euros), e «*P0607 - Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal - Lote B - Saneamento*» (no valor de 29 260,00 euros). Paralelamente, foram adjudicados os seguintes trabalhos auxiliares associados a diversos projetos: «*O0920 - Assessoria Técnica relativa ao Licenciamento Ambiental do Projeto de Reabilitação da ETA e Sistema Adutor de Água Bruta do Alvão (Vila Real)*» (no valor de 12 479 euros) e «*O0894 - Avaliação das condições geológicas-geotécnicas relativas a projetos localizados nos Municípios de Amarante, Arcos de Valdevez, Baião, Celorico de Basto, Esposende, Póvoa de Varzim e Ribeira de Pena*» (no valor de 55 846,00 euros).

Foi ainda desenvolvido internamente, em conjunto com a EXP - Gestão Energética, os elementos necessários à abertura de um novo procedimento de instalação de 10 (dez) centrais fotovoltaicas para autoconsumo, com a designação «*O0854 - Empreitada de Conceção-Construção de Centrais Fotovoltaicas para Autoconsumo II*».

No âmbito do POSEUR, a Águas do Norte apresentou cinco candidaturas ao Aviso POSEUR-12-2022-02 - *Overbooking* Condicionado – Entidades Gestoras em Alta – Operações no âmbito dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, com elevada maturidade, envolvendo as seguintes empreitadas: "*GAE AA0362 - Beneficiação do Reservatório de Crueiro (Murça)*", "*AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimarei, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote C – Alta*", "*AA0578 - Subsistema de Abastecimento de Água de S. Jorge. Ligação ao reservatório de Mangoeiro (V.N.Cerveira) - Lote 2*", "*AR0433 - Empreitada de Execução do Sistema de Interceção e Elevação nas Freguesias de Serreleis, Cardielos, Torre e Vila Mou (Viana do Castelo) - Lote 2*" e "*AR0662 - Empreitada de Execução da Intercetor de Loureiro (Vila Verde)*". O montante elegível aprovado corresponde a 3,5 milhões de euros, dos quais 2,9 milhões de euros serão financiados a título não reembolsável, mas condicionado à disponibilidade financeira do Programa, a apurar aquando do respetivo encerramento.

Durante o ano de 2022 foram submetidos oito Relatórios Finais associados a Operações já concluídas, no âmbito do POSEUR.

Relativamente à Operação POSEUR-03-2012-FC-000030, dois anos após a apresentação do Relatório Final, a mesma foi finalmente considerada pelo POSEUR como "Encerrada".

De destacar, ainda, os seguintes pedidos de autorização ao Concedente para a realização do seguinte investimento não previsto no Contrato de Concessão, submetidos durante o ano de 2022:

- "Ligações das redes de drenagem de águas residuais de Felgueiras ao intercetor de Vila Fria (Travessias do rio Vizela) (Felgueiras de Vizela)": Investimento autorizado 169 mil euros;

- "Empreitada de conceção-construção de centrais fotovoltaicas para autoconsumo II": Investimento autorizado 1.185 mil euros;

- "Reabilitação da ETA do Alvão, sistema adutor e aproveitamento hidroelétrico (Via Real)": Investimento autorização 4.968 mil euros, dos quais 4.250 mil euros deverão ser deduzidos ao montante global de investimento futuro projetado no atual contrato de concessão para a realização de investimento de substituição/reabilitação/renovação, estando os restantes associados ao Programa Zero – Neutralidade Energética;

- Novo preço Base associado à "Empreitada de execução da ligação do SAA Pinhão – SAA Vila Chã": Investimento autorizado 7.000 mil euros, correspondendo a um acréscimo de 2.800 mil euros face ao inicialmente autorizado em novembro de 2021 e

- "Empreitada de Instalação de Caudalímetros e Trabalhos de Beneficiação dos SAA do Alvão e Alto Rabagão (Vila Real e Chaves)": Investimento a autorizar 1.000 mil euros.

PARCERIA

Na componente de abastecimento de água, destaca-se o bom desenrolar das Empreitadas de Execução das Redes de Abastecimento de Água nas Freguesias de Carreira, Guimarei, Lamelas, Agrela e Água Longa, Reservatório e Adutora de Albom (Santo Tirso) - Lote A, B e C, encontrando-se em fase de conclusão, tendo terminado a Empreitada Rede de Abastecimento de Água e Drenagem de Fermentãos (Cinfães). Destacam-se as consignações das empreitadas de Construção de rede de Saneamento e Abastecimento (Baião e Cinfães) - Lote 1 (Baião) e o Lote 2 (Cinfães), assim como da Empreitada de construção de rede de saneamento, sistema elevatório e reabilitação da rede de abastecimento de água - Lote 2 (Arouca)

No que importa ao saneamento de águas residuais, destaca-se a conclusão das empreitadas, Extensões de Redes de Drenagem de Águas Residuais nas Freguesias de São Gens, Estorãos e Vila Cova (Fafe), Empreitada de Repavimentação da EM 754, e abastecimentos e saneamento de águas residuais urbanas na EM 754 (Vila chã do Marão) e na EM 750 (Fridão) - Amarante, Empreitada de ligação da rede de drenagem de águas residuais de Canastrês, União das freguesias de Ancede e Ribadouro (Baião), Empreitada de construção de rede de drenagem de águas residuais nas freguesias de Fervença e Codessoso (Fase 2) - Lote 2 (Celorico de Basto), entre outras. Destacam-se as consignações das Empreitadas de Construção de rede de Saneamento e Abastecimento (Baião e Cinfães) - Lote 1 (Baião) e o Lote 2 (Cinfães), assim como da Empreitada de construção de rede de saneamento, sistema elevatório e reabilitação da rede de abastecimento de água - Lote 2 (Arouca), e destaca-se ainda o início dos trabalhos da Empreitada de construção de rede de saneamento - Lote 1 (Fafe) e Lote 2 (Celorico de Basto), bem como da Empreitada de construção de rede de saneamento, sistema elevatório e reabilitação da rede de abastecimento de água - Lote 1 (Amarante) e da Empreitada de Empreitada de Construção de Rede de Saneamento na freguesia de Monte Córdova (Santo Tirso).

No que respeita aos investimentos de substituição/reabilitação de infraestruturas de abastecimento de água e águas residuais, destaca-se o desenrolar das Empreitadas GAE-EB0722 - Empreitada geral de substituições/renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote A (Municípios de Santo Tirso e Trofa), Lote B (Municípios de Celorico de Basto e Fafe), Lote C (Municípios de Amarante e Baião) e Lote D (Municípios de Arouca e Cinfães).

Destacam-se, ainda, as empreitadas GAE-EB0803 - Acordo Quadro Singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote A (Municípios de Amarante e Baião), Lote B (Municípios de Arouca e Cinfães), Lote C (Municípios de Celorico de Basto e Fafe), Lote D (Municípios de Santo Tirso e Trofa), GAE-EB0836 - Acordo Quadro Singular para execução de empreitadas de ligações de redes de drenagem de águas residuais - Lote A (Município de Santo Tirso) e Lote B (Município da Trofa), que têm como objetivo a execução de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, que aliam à componente do abastecimento de água a componente das águas residuais, com a execução de ramais de água e de saneamento, bem como pequenas extensões que visam a adesão ao sistema de abastecimento de água e drenagem de águas residuais. Estas empreitadas visam dar resposta às necessidades operacionais dos sistemas municipais afetos à Parceria, com especial relevo para a execução de ramais de abastecimento de água e águas residuais.

Na componente de abastecimento de água, foram ainda executados trabalhos com vista à otimização dos sistemas de água existentes através da instalação de equipamentos, no âmbito dos contratos seguintes: Aquisição de Serviços de Instalação de Válvulas Redutoras de Pressão - Lote 1 (Amarante), Lote 2 (Arouca), Lote 3 (Baião), Lote 4 (Celorico de Basto), Lote 5 (Cinfães), Aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e registo - Lote

I (Amarante), Lote 2 (Baião), Lote 3 (Celorico de Basto) e Aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e registo para Arouca.

Ainda em 2022, destaca-se a conclusão das empreitadas, O0868 - Empreitada para a construção de bases de betão para os novos sistemas de tratamento de abastecimento de água no Vale do Leça, Santo Tirso, O0879 - Empreitada de reconstrução da Câmara de Manobras do RR de Pias - Cinfães, GAE-EB0560 - Empreitada de Reabilitação da PITAR de Chãos/Ribeira e Barreiro/Souselo (Cinfães), GAE-EB0372 - Empreitada geral de substituições/renovações de infraestruturas do Sistema de Águas da Região do Noroeste - Lote C (Arouca, Baião e Cinfães), GAE-EB0387- Empreitada para execução de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais Municípios de Amarante e Celorico de Basto - Lote A, Municípios de Baião e Cinfães - Lote C, Municípios de Fafe, Santo Tirso e Trofa - Lote D

Salienta-se, por último, a abertura de novos procedimentos, nomeadamente: GAE-EB0724- Acordo Quadro Singular para execução de empreitada de pavimentação de estradas municipais e nacionais afetadas pela instalação de infraestruturas em Amarante, Baião - Lote A e Celorico de Basto e Fafe - Lote B.

Quanto aos Estudos e Planeamento, adjudicaram-se as seguintes prestações de serviços: «PB0833 - Estudos e Projetos de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste no concelho de Celorico de Basto - Lote A» (no valor de 73 950,00 euros), «PB0833 - Estudos e Projetos de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste no concelho de Santo Tirso - Lote B» (no valor de 69 298,00 euros), e «PB0833 - Estudos e Projetos de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais no Sistema de Águas da Região do Noroeste no concelho de Fafe e Trofa - Lote C» (no valor de 89 766,00 euros); foi ainda renovado o seguinte contrato: «PB0609 - Estudos e projetos de infraestruturas associadas ao ciclo urbano da água no Sistema de Águas da Região do Noroeste» (no valor de 37 890,00 euros).

No âmbito das candidaturas, o ano de 2022 destaca-se pela aprovação da reprogramação financeira relativa ao projeto «POCI-07-62H1-FEDER-181416 - Sistema de Águas da Região do Noroeste - Investimentos em sistemas de saneamento em baixa», que beneficiou de um aumento da comparticipação comunitária no valor de 2,54 milhões de euros, sendo o fundo atual aprovado de 15,54 milhões de euros associado a um investimento elegível de 16,22 milhões de euros.

Durante o ano de 2022 foram submetidos treze Relatórios Finais associados a Operações já concluídas, no âmbito do POSEUR.

Gestão de Ativos

No âmbito da atividade da Gestão de Ativos, e no que respeita ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento e Saneamento do Norte de Portugal, destacam-se as seguintes atividades:

A monitorização e a otimização do Sistema de Gestão de Ativos (SGAt), que conduziram, já no final de 2022, à manutenção da Certificação do Sistema de Gestão de Ativos da ÁGUAS DO NORTE, S.A., de acordo com a norma ISO 55001, e o seu alargamento ao Subsistema de Abastecimento de Água do Azibo.

As correções à estrutura analítica dos subsistemas e respetivas componentes e verificação e atualização das Ordens das atividades associadas a cada família de infraestruturas.

A execução do contrato «GAE_O0606 - Aquisição de Serviços de Avaliação da Condição das Infraestruturas Lineares de Águas Residuais da Águas do Norte», referente ao levantamento do estado/condição de intercetores, e a preparação de novo concurso com o mesmo âmbito.

A operacionalização da "FACIL – Ferramenta de avaliação da condição de infraestruturas lineares", em ambiente SIG, relativa à avaliação da condição, risco e cálculo de estimativas orçamentais associadas a várias opções de reabilitação para redes de coletores e, futuramente, para as câmaras de visita, partilhada por toda a empresa e que trará uma série de mais-valias para a organização, das quais se destacam, para além do apoio à tomada de decisão, a otimização de recursos (humanos e materiais), a análise gráfica e georreferenciada das anomalias detetadas e a sua apresentação em mapas temáticos.

A continuação dos desenvolvimentos da plataforma ÓTIMA, que reúne o máximo de dados relevantes para a tomada de decisão sobre os ativos operacionais, assente, inicialmente, em três módulos principais - Cadastro, Análise e Inspeção dos ativos – e que, durante 2022, se alargou à Inventariação de novas infraestruturas e correção de cadastro existente ("FICA" – Ferramenta de Inventariação e Cadastro de Ativos).

A realização de inspeções constantes do respetivo Plano de Inspeção aprovado, bem como de outras não planeadas, que resultam sobretudo de necessidades comunicadas por outras Áreas, ou que advêm do próprio Sistema de Gestão de Ativos.

A conclusão da vigência inicial do contrato da prestação de serviços «GAE_O0655 – Modelação hidráulica dos Subsistemas de Abastecimento de Água da Águas do Norte, S.A.» e a sua renovação por mais 1 ano, abrangendo mais subsistemas, a conclusão dos contratos «*GAE_O0641 - Aquisição de Serviços de Modelação Hidráulica do Subsistema de Águas Residuais de Serzedo*», «*GAE_O0642 - Aquisição de Serviços para Otimização do funcionamento hidráulico do SAA de Areias de Vilar*», «*P0659 - Aquisição de Serviços de Elaboração do Projeto de Modelação hidráulica do SAA de Castanheira-Insalde e do SAR de Paredes de Coura*» e da prestação de serviços para reconciliação financeira do cadastro físico dos ativos da Águas do Norte.

Execução e prorrogação do prazo, por mais 6 meses, da vigência inicial (1 ano) da prestação de serviços «*GAE_O0672 - Avaliação Funcional das Instalações de Águas do Norte*», cujo âmbito é o diagnóstico da performance e da condição das infraestruturas não lineares sob a exploração direta da Águas do Norte nas suas diversas componentes – construção civil, equipamentos eletromecânicos e elétricos e instrumentação e automação - e, por sua vez, definir medidas de beneficiação necessárias (novo ou reabilitado) de modo a melhorar o seu desempenho, a execução da digitalização e respetiva planimetria das instalações, substituição das etiquetas físicas por etiquetas NFC e validação e/ou correção do inventário dos ativos operacionais.

No âmbito do Sistema de Águas da Região do Noroeste, destacam-se as novas correções à estrutura analítica dos subsistemas e respetivas componentes e verificação e atualização das Ordens das atividades associadas a cada família de infraestrutura, imprescindível para a realização da inventariação, caracterização e valorização dos ativos operacionais do Sistema de Águas da Região do Noroeste e para a sua inserção nas aplicações informáticas da empresa. Foi adiado para 2023 o lançamento de um concurso de inventariação dos ativos, para que a mesma seja já realizada na ferramenta "*FICA*".

Sistemas de Informação Geográfica

No primeiro trimestre de 2022, finalizou-se a migração dos dados e deu-se início, em modo de produção, ao desenvolvimento da nova ferramenta de *SIG - ArcGIS Utility Network (UN)* - plataforma adquirida no âmbito da prestação de serviços "*PRC_0270/2021 – Aquisição de Serviços de Manutenção Evolutiva da Plataforma Colaborativa de Informação Geográfica – ArcGIS*". A partir desse momento, desenvolveram-se novas capacidades de edição, visualização e impressão em *ArcGIS Pro* ®. Encontra-se, ainda, em desenvolvimento e parametrização na UN funcionalidades como *Subnetworks* (ZMC, zonas de pressão, bacias de drenagem, etc.), contentores e a integração da informação comercial a partir do *AQUAmatrix*.®

Foi desenvolvida, em conjunto com a Área de Gestão de Ativos, uma nova ferramenta de avaliação da condição e risco e estimativa orçamental para reabilitação de caixas de visita de saneamento, tendo sido carregadas e avaliadas cerca de 6 700 caixas, ou seja, a totalidade de caixas inspecionadas no âmbito da prestação de serviços "*EGA-O0326 – Avaliação da Condição das Infraestruturas Lineares de Águas Residuais Integradas e Partilhadas*". Em termos de codificação de ramais, atributo que liga o ramal em SIG e o sistema de gestão comercial (*AQUAmatrix®*), fez-se um esforço no carregamento nos últimos 2 anos, e no final de 2022 estavam codificados cerca de 90% dos ramais abastecimento de água e cerca de 85% ramais saneamento de águas residuais (codificados em SIG relativamente aos ramais de *AQUAmatrix®*).

Expropriações

No decorrer do ano de 2022, para promover a disponibilidade de terrenos necessários à construção de infraestruturas, foram instruídos junto da Secretaria de Estado do Ambiente e da Energia 14 processos de constituição de servidões administrativas e 3 processos de expropriação, totalizando 90 parcelas de terreno. No mesmo período foram despachados e publicados em Diário da República 21 processos de declaração de utilidade pública urgente, abrangendo 239 parcelas de terreno. No âmbito do direito privado celebraram-se 93 contratos de indemnização amigável, por expropriação ou constituição de servidões administrativas, continuando a apresentar-se uma percentagem superior a 90% para a resolução de indemnizações amigáveis. Realizaram-se 9 escrituras notariais de aquisição de terrenos e 16 registos de constituição de ónus de servidões administrativas. Para a execução de novas infraestruturas elaboraram-se 20 processos de expropriação/servidão, com um total de 86 parcelas de terreno de propriedade privada, em que se inclui a identificação das parcelas, a inventariação da respetiva descrição e inscrição matricial, titularidade e avaliação das indemnizações.

Barragens

A Águas do Norte, SA tem sob a sua gestão as barragens do Arroio, Alvão Cimeira, Alvão_Fundeira, Camba, Queimadela, Palameiro, Salgueiral, Sordo e Vale Ferreiros, estas construídas pelos municípios e integradas no Sistema Multimunicipal, e ainda as barragens da Ferradosa, Olgas, Pinhão, Pretarouca, Sambade, Vale Torno e Veiguinhas já construídas pela empresa. Além destas barragens encontra-se em fase muito adiantada de integração as barragens do Azibo e Vila Chã,, tendo sido publicado a 24 de Outubro o Decreto-Lei n.º 160/2019 que procedeu à designação da Águas do Norte, SA. como entidade gestora da barragem do Azibo, prevendo-se que se concretizem no ano de 2023. Está também em curso a proposta de integração pelas Águas do Norte da barragem do Peneireiro, prevendo-se um estudo de avaliação prévio por parte do LNEC. Mantém-se pendente a integração prevista no contrato de concessão das barragens de Serra Serrada, Açude de Gralhas I, Açude de Gralhas II, Açude de Montezinho I, Açude de Montezinho II e Bastelos.

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidas diversas atividades com o objetivo de garantir o cumprimento legal decorrente do Regulamento de Segurança de Barragens, bem como o cumprimento do preconizado nos Planos e Observação das barragens sob a gestão da Águas do Norte. Neste âmbito, tem vindo a ser dada continuidade a uma estreita colaboração com os departamentos de barragens de betão e de barragens de terra do LNEC que além de lhes estarem legalmente delegadas responsabilidades para as barragens de Classe I, é-lhe também reconhecida capacidade científica na área de que resultam vantagens óbvias para a empresa, tendo-lhe sido adjudicado o acompanhamento técnico necessário para o ano de 2022. Ainda neste âmbito importam salientar os trabalhos em conclusão relativos à "*Empreitada de Reabilitação da Barragem de Queimadela*", bem como o lançamento de concurso para a "*Empreitada de reabilitação do sistema da descarga de fundo da Barragem do Sordo*". Registe-se, ainda que está em execução o projeto de reabilitação das barragens do Alvão (Cimeira e Fundeira). No ano de 2022 foram realizados trabalhos de limpeza e desmatação das barragens no âmbito do contrato-quadro para a aquisição de serviços de limpeza e o dos terrenos das barragens da Águas do Norte, S.A. (PRC_0323/2020_GAE - O0604).

Está também em curso uma empreitada para o desenvolvimento de ferramenta de gestão das barragens sob a gestão da Águas do Norte, que garanta a monitorização permanente de um conjunto de grandezas decorrentes da implementação dos respetivos Planos de Observação e outras relacionadas com a sua exploração, bem como a organização de uma plataforma que permita o registo de dados, garantir os *outputs* adequados às necessidades não só internas como também a comunicação e alimentação das bases de dados do LNEC, bem como proporcionar a capacidade de previsão de comportamentos e garantir previsibilidade.

Tendo em atenção os períodos de seca que se verificaram nos últimos anos hidrológicos e a crescente preocupação com as alterações climáticas e crescente probabilidade da necessidade de fazer face a emergências e situações extremas, reconhece-se a importância e utilidade que a monitorização dos níveis das albufeiras que há largos anos a empresa tem vindo a efetuar, permitindo a avaliação contínua das reservas de água existentes.

Exploração

Centros de Exploração Integrados no Sistema Multimunicipal

Ao longo do ano de 2022 os processos relacionados com a exploração decorreram de acordo com os modelos implementados, mantendo a resposta adequada aos clientes e a qualidade de serviço exigida.

Como síntese dos acontecimentos mais marcantes podemos referir:

A – Abastecimento de Água

Centro de Exploração do Alto Tâmega Douro Norte AA

- Conclusão dos trabalhos de remodelação e atualização tecnológica do sistema de automação e supervisão do subsistema de abastecimento de água de Pinhão;
- Reabilitação de duas das quatro bombas da estação elevatória da captação bem como da estação elevatória da ETA do Pinhão, trabalhos realizados no âmbito da implementação da ISO 50001;
- Reparação do variador do grupo electrobomba 01 da captação da ETA do Pinhão;

- Aumento da capacidade de dosagem de cloro na ETA do Pinhão através da instalação de clorómetros e hidroinjetores novos de capacidade superior;

- Otimização da dosagem de reagentes na ETA do Alvão com particular impacto na redução da dosagem de coagulante;

- Conclusão dos trabalhos de remodelação da ETA de Fonte Fria e arranque do abastecimento através da conduta adutora para abastecimento ao Ponto de Entrega de São Sebastião, em Murça, permitindo reduzir a captação de água quer da barragem de Vila Chã, quer da Estação Elevatória de Mascanho, produzindo água a um custo muito inferior. Foi ainda feita a remodelação da câmara de perda de carga 5 da conduta adutora entre a ETA de Fonte Fria e o Ponto de Entrega de São Sebastião;

- Arranque e conclusão da empreitada de instalação da estação de tratamento de água do Crueiro, com a tecnologia de ultrafiltração, tendo iniciado a fase de arranque da ETA;

- Monitorização detalhada do volume armazenado na albufeira de Vila Chã com realização da batimetria da albufeira que permitiu a relocalização da jangada para uma zona que com maior volume armazenado disponível;

- Realização de plano de contingência pronto a entrar em funcionamento em caso de rotura de disponibilidade de água bruta para abastecimento à ETA de Vila Chã;

- Limpeza dos poços de captação de Mascanho e respetivos drenos de captação no rio Curros, permitindo aumentar a capacidade de captação e melhorar muito a qualidade da água bruta captada em Mascanho;

- Realização de levantamento de origens alternativas nos concelhos de Alijó e Murça para eventual utilização em caso de rotura de disponibilidade de água bruta na albufeira de Vila Chã;

- Realização de melhoria na preparação da cal e do coagulante na ETA do Sôrdo, com introdução do silo de cal e de depósito de coagulante, para utilização a granel;

- Acompanhamento da remodelação da automação das instalações elétricas e da supervisão da ETA do Sôrdo, em particular os trabalhos de remodelação de todos os quadros elétricos e sistema de automação/supervisão da ETA;

- Acompanhamento e entrada em serviço da nova conduta com extensão de 1.200 metros, com início na conduta jusante da câmara de perda de carga 4, que veio substituir um troço integrado do subsistema de abastecimento de água do Sôrdo que apresentava elevados problemas estruturais;

- Ligação do poço de lamas na galeria dos decantadores da ETA do Sôrdo ao emissário em alta, com aplicação de medidor de caudal e ligação das lamas espessadas ao emissário em alta;

- Execução de alguns trabalhos de manutenção 'anti corrosão' de tubagens, acessórios e equipamentos (conduta principal de alimentação de água bruta, caixa de água filtrada) na ETA do Sôrdo;

- Alteração da localização do quadro elétrico geral da Estação Elevatória de Caça e Pesca. Colocação em funcionamento de dois grupos eletrobomba (um em cada poço) para fornecimento de água à ETA das Pedreiras (Peso da Régua) no período de seca;

- Verificação/colocação em funcionamento dos sistemas de tratamento da ETA das Pedreiras, dos sistemas de controlo e automação, bem como dos equipamentos de medição, devido ao período de seca em que foi necessário fornecer água à cidade do Peso da Régua a partir desta instalação;

- Execução de nova instalação elétrica no reservatório Alexandre Herculano, para certificação, com instalação de novo quadro elétrico, circuitos de iluminação e tomas, bem como execução de rede externa de terrar;

- Remodelação e atualização tecnológica do sistema de automação e supervisão do subsistema de abastecimento de água do Alto Rabagão e sistema adutor do subsistema de abastecimento de água de Arcossó;

- Acompanhamento da Empreitada de interligação entre os subsistemas de abastecimento de água do Alto do Rabagão e do Arcossó, com central de recloragem e correção de pH no reservatório e ponto de entrega de Águas Frias;

- Implementadas medidas de contingência no subsistema de abastecimento de água de Arcossó através da instalação de nova 'bomba sobrepressora', para colmatar incapacidade de elevação de água à cabeça da ETA para tratamento devido ao baixo níveis de água na albufeira

- Implementadas medidas de contingência no subsistema de abastecimento de água de Arcossó através da instalação de jangada provisória na albufeira de Arcossó com fecho e adutora de rega, que transporta água a esta estação de tratamento de água, por forma a ser reparada para que volte a ser estanque e fiquem minimizadas perdas hídricas a associadas a fissuração de juntas de dilatação, e através do levantamento de captações alternativas;

- Implementadas medidas de contingência no subsistema de abastecimento de água do Alto Rabagão através do levantamento de captações alternativas, da realização de trabalhos de desassoreamento sob a jangada de captação de água, a através da preparação de um projeto para uma nova jangada de captação;

- Acompanhamento da realização da manutenção dos grupos de bombagem 01 e 02 da Estação Elevatória 02 da ETA do Alto Rabagão;

- Acompanhamento/apoio da obra de troca das tubagens de entrada no reservatório de Medeiros, abertura de porta e acesso à instalação;

- Construção de uma represa provisória no rio Rabaçal para assegurar a cota necessária e a normalidade de funcionamento da captação da ETA do Rabaçal e a gestão de descargas de água, armazenada nas barragens/ albufeiras de Bouçoães Sonim e Rebordelo, e construídas para produção de energia elétrica, mas que nas circunstâncias de seca extrema e prolongada se tornaram reserva estratégica de água bruta para tratamento e adução nas captações do rio Rabaçal;

- Montagem de parafusos de cal na ETA do Rabaçal passando a dosear a cal de forma independente para cada cuba, alteração elétrica ao sistema e ainda adaptação da automação existente. Alteração nas bombas de cal, com a montagem de nova bomba peristáltica para funcionar em alternância com a existente, retiradas as bombas existentes de parafuso, deixando uma para reserva instalada;

- Substituição dos dois grupos eletrobomba da Estação Elevatória de Possacos por novos e todos os trabalhos acessórios;

- Colocação em abastecimento, com origem na ETA do Rabaçal, realizando a adução do reservatório de Possacos para o reservatório Integrado de Possacos como medida de reforço ao sistema adutor do subsistema de abastecimento de água do Rabaçal

- Acompanhamento das várias obras em curso no subsistema de abastecimento do Rabaçal, no ponto de entrega de Santa Isabel e alteração da Estação Elevatória do Vassal;

- Acompanhamento das várias obras em curso no subsistema de abastecimento de Vila Chã: ultrafiltração no reservatório do Crueiro e remodelação da ETA de Fonte Fria

- Acompanhamento das várias obras em curso no subsistema de abastecimento de Valpaços Integrado: criação de uma estação elevatória para abastecimento da ETA integrada com origem na ETA do Rabaçal, alteração das tubagens na ETA integrada para colocar em funcionamento os dois reservatórios existentes;

- Acompanhamento/fiscalização do contrato de outsourcing da HDNI na ETA de Vila Chã;

Centro de Exploração do Douro Sul

- Certificação energética da ETA de Vilar pela norma ISO 50001 em curso, bem como controlo e implementação de uma série de medidas operacionais com vista à melhoria da eficiência energética;

- Implementado um novo sistema de supervisão eletrónica na ETA de Vilar;

- Exploração de novas bombas na Estação Elevatória ROM com uma eficiência energética muito superior e adquiridas com base no ganho energético obtido - RISCA;

- Montagem de nova rampa difusora de ozono na câmara de contacto da ETA Vilar;

- Adoção de boas práticas na Gestão Energética, resultando na diminuição do consumo específico de energia na captação, ozonização e tratamento;

- Melhoria no sistema de supervisão do sistema adutor em curso, nomeadamente: inclusão do Ponto de Entrega de Arícera e preparação no terreno de envio do caudal da conduta principal da Folgosa;

- Instalação de novo sistema ozonizador na ETA de Lumiares na etapa de pré-oxidação;

- Montadas duas novas bombas nos grupos de bombagem da Estação Elevatória de Vila Nova, na ETA de Lumiares;

- Operação do novo sistema de supervisão eletrónica da Barragem de Pretarouca na ETA de Balsemão;

- Modelação da operação do SAA Balsemão e Lumiares.

Centro de Exploração do Cávado/Ave AA

- Conclusão das obras de remodelação dos balneários da ETA de Areias de Vilar. Esta obra teve por objetivo reabilitar o espaço de balneários utilizado pelos colaboradores de operação da ETA e Sistema Adutor, nas componentes de construção civil e substituição de equipamentos de arrumação individual, para melhoria das condições de utilização e atualização do espaço às normas de higiene, segurança e saúde no trabalho;

- Início do processo de remodelação do sistema de difusão de Ozono nas duas Torres de Pré-Ozonização da ETA de Areias de Vilar, para melhoria da eficiência desta etapa do processo de tratamento. A intervenção contempla a alteração da estrutura de suporte e distribuição dos difusores e substituição dos respetivos difusores, para ajuste da capacidade de doseamento do gás para o caudal dimensionamento de tratamento da ETA, que contemplou a instalação de 2 novas unidades de produção de ozono;

- Início da empreitada de construção de um edifício de secagem solar das lamas desidratadas da ETA de Areias de Vilar. O parque de secagem solar consiste num modelo de estufa, construído numa base impermeável de betão armado coberto com uma estrutura de metálica, painéis translúcidos e um sistema de ventilação forçada, que em conjunto com fatores climatéricos de temperatura e radiação solar, contribuem para o processo de secagem das lamas. Este investimento vai permitir aumentar o teor de matéria seca das lamas produzidas na ETA, diminuindo a quantidade de lamas a transportar e depositar em destino final autorizado, reduzindo os custos associados à fase do processo de tratamento de lamas;

- Conclusão do estudo de Avaliação Técnico-Económica de Oportunidades de Otimização do Funcionamento hidráulico do subsistema de abastecimento de água de Areias de Vilar, que incidiu na construção de um modelo hidráulico do sistema adutor, no software WaterGEMS. O estudo resultou num conjunto de propostas de implementação de oportunidade pontuais de melhoria ensaiadas no modelo, que inclui alterações ao modo de exploração dos reservatórios e regulação do caudal de entrada através de válvulas limitadoras de caudal, com o objetivo concreto de otimizar o circuito hidráulico de algumas zonas de abastecimento, com implicação direta na redução dos custos energéticos de operação do Sistema. Mas, também propostas de investimento de ampliação de reservas estratégicas de abastecimento, especificamente a elaboração de estudos e projetos de ampliação dos reservatórios de Adães e Cerite, apresentadas como de medidas fundamentais para melhoria da resiliência do subsistema de abastecimento de água de Areias de Vilar;

- Conclusão do projeto de atualização tecnológica, licenciamento e renovação dos sistemas de Supervisão da ETA e sistema adutor de Areias de Vilar. O projeto teve por objetivo remodelar a arquitetura de automação dos sistemas para reforço da segurança dos sistemas de gestão, com a implementação de sistemas operativos e supervisão eletrónica recentes e mais seguros. Esta alteração veio possibilitar a integração da operação destes sistemas no mecanismo centralizado de alarmística, Centro de Alertas e Notificações (CAN), a possibilidade de acesso via web à supervisão eletrónica e ainda o controlo de acessos personalizado ao utilizador, com níveis de acesso pré-definidos, sincronizados com ActiveDirectory;

- Conclusão do projeto de remodelação e atualização tecnológica dos sistemas de Automação, e Supervisão da ETA das Andorinhas, que incluiu igualmente a remodelação do quadro elétrico e eletrificação de comando manual dos equipamentos. Este projeto permitiu agregar num só sistema operativo de gestão o controlo da ETA de sistema adutor, redundante com o Datacenter, aumentando a resiliência de disponibilidade da supervisão eletrónica, uniformização da simbologia com os restantes sistemas operativos, o que veio facilitar a operação remota do sistema pela equipa da sala de comando central da Águas do Norte, S.A., a Water See, ainda poupança de energia com a regulação do funcionamento dos equipamentos de acordo com as tarifas energéticas e a mobilidade do posto de comando das infraestruturas, através do acesso remoto à supervisão eletrónica, via PC, tablete ou smartphone, de forma segura;

- Instalação de medidores de caudal nas condutas de saída/distribuição dos reservatórios RR Zona Alta, RR Vale d'Eirigo e RR de Enfermaria, infraestruturas integradas no sistema adutor do subsistema de abastecimento de água de Areias de Vilar, como instrumentos de medida de volumes de faturação, no cumprimento das condições estabelecidas no contrato de concessão das Águas do Norte, S.A.;

- Desativação do sistema disperso de abastecimento de Igreja Monte, designadamente a captação subterrânea e sistema de desinfeção, com a interligação do abastecimento do lugar de Igreja, da União de freguesia de Monte Queimadela, no município de Fafe, ao subsistema de abastecimento de água do Rabagão;

- Início do abastecimento de água ao município de Celorico de Basto através do subsistema de abastecimento de água do Rabagão com a conclusão da empreitada de Abastecimento de Água ao município de Celorico de Basto - 1.ª fase, que possibilitou a integração dos reservatórios de Vilar, Regedouro, Ourilhe, Molares, Gagos, Veade 2, Gémeos, Tanque /Vila no Centro de Exploração Cávado Ave;

- Realização de trabalhos de manutenção ao nível da reabilitação dos componentes hidráulicos, elétricos e de instrumentação nos reservatórios do município de Celorico de Basto, integrados no subsistema de abastecimento de água do Rabagão, que permitiu a integração da monitorização do seu funcionamento no sistema de monitorização eletrónica;

- Instalação de sonda de nível para monitorização do nível de água da Albufeira de Venda Nova, no local da captação da ETA do Rabagão;

- Execução de inspeções subaquáticas às zonas de captação do subsistema de abastecimento de água de Areias e Vilar e subsistema de abastecimento de água do Rabagão, com a realização de trabalhos de desassoreamento dos poços de bombagem e verificação do estado de conservação dos equipamentos submersíveis de captação;

- Iniciação da execução da "Empreitada de Beneficiação da Instalação Elétrica do Subsistema de Abastecimento de Água do AVE- ETA da Queimadela (Fafe)", que inclui a remodelação das instalações elétricas para correção de anomalias diagnosticadas nas instalações elétricas, com a instalação de novos quadros elétricos, instalação de nova instrumentação, variadores de velocidade, automação e integração no sistema de supervisão eletrónica;

- Conclusão do processo de transição da informação de gestão dos sistemas de abastecimento da plataforma NAVIA (rotinas e registos operacionais) para a nova ferramenta de gestão GERE, em todos os subsistemas de abastecimento de água do Centro de Exploração Cávado Ave;

- Alargamento do procedimento de disponibilização do acesso a dados operacionais dos sistemas de abastecimento a novos municípios, designadamente a informação dos medidores de caudal, volumes instantâneos e totalizados medidos nos pontos de entrega, através da plataforma de gestão operacional GERE;

- Criação de um novo ponto de entrega no município de Santo Tirso para reforço do abastecimento na zona de abastecimento de água em "baixa" integrada no Sistema de Águas da Região do Noroeste;

- Instalação de um novo ponto de entrega no município de Vieira do Minho para abastecimento de água ao lugar de Vilela, na freguesia de Pinheiro, executado através de uma picagem na conduta adutora gravítica, com a instalação dos equipamentos necessários de controlo de pressão, medição de caudal e um reservatório de armazenamento com uma capacidade de 30m^3, considerando a impossibilidade do município de Vieira do Minho interligar esta zona de abastecimento ao reservatório RR4 de Pinheiro.

Centro de Exploração do Minho Lima AA

Na ETA de S. Jorge manteve-se um plano de melhoria operacional, tendo-se realizado as seguintes ações:

- Reformulação de sistema de doseamento de coagulante e polímero com substituição de tipos de bombas doseadoras e tubagens;

- Substituição de rotâmetros por medidores de caudal eletromagnéticos, nos sistemas de preparação de reagentes e carvão e leite cal para saturadores de água de cal;

- Beneficiação geral dos motores dos grupos elevatórios da captação de S. Jorge para a ETA;

- Ensaios de novas bombas para doseamento de leite cal tendo em vista a substituição dos atuais equipamentos;

No sistema adutor de S. Jorge deu-se continuidade à melhoria operacional e beneficiação infraestrutural das instalações que passou pelas seguintes atividades:

- Inclusão da ETA de Cavada no atual sistema de Telegestão;

- Inclusão da ETA de Azere no atual sistema de telegestão;

- Conceção e construção do ponto de entrega de Vila Nova de Muia;

- Conceção e instalação de novo ponto de entrega, RR 4 (ARV) EE Carral Cova, nos Arcos de Valdevez;

- Beneficiação e requalificação dos reservatórios de Vilar da Almas, Grajal e Calvelo;

- Início da beneficiação e requalificação do reservatório de Golf;

- Ligação de energia definitiva aos reservatórios de Golf e Carramelhe e Estação Elevatória de Golf;

- Instalação de baixada de energia definitiva no reservatório de Aboim (Arcos de Valdevez);

- Alteração do circuito hidráulico no reservatório de Golf;

- Colocação de equipamento de controlo altimétrico nos reservatórios de Samonde, Vilar das Almas, Grajal, Calvelo, R14 SW e R11 SW;

- Instalação de medição de caudal nos reservatórios R3 SW, R2 SW, R12 SW, R4 SW, R8 SW e R11 SW, (Arcos de Valdevez);

- Instalação de medidores de caudal nos reservatórios de abastecimento Ponte da Barca, R3 e R6;

- Início da obra de reperfilamento "relining" da conduta adutora de Bertiandos numa extensão de 11 km;

- Instalação de analisadores de cloro e pH nos reservatórios de Faquelo e Santo Ovídio ZB;

- Beneficiação dos equipamentos de bombagem da captação de Portuzelo;

- Reservatório de Seixinha, realização de ensaios de utilização de peróxido de hidrogénio como pré-oxidante em substituição do hipoclorito de sódio;

- Acompanhamento da elaboração de um estudo para a otimização do funcionamento hidráulico do sistema adutor de S. Jorge e Lapela, com a construção de um modelo hidráulico de gestão do subsistema adutor.

No Subsistema de Abastecimento de Água da Lapela e nos Subsistemas de Abastecimento de Água de Insalde e Codecede foram implementados planos de melhoria operacional e beneficiação infraestrutural que passou pelas seguintes atividades:

- Substituição e reforço do Sistema Adutor entre o reservatório de Insalde e os reservatórios de Mozelos, Formariz, Ferreira, Linhares e Cossourado;

- Reabilitação da captação furo de Porreiras, instalação de conduta elevatória e equipamento de desinfeção UV na chegada à ETA de Insalde;

- Inspeção e reabilitação das captações de Cavaleiros, Freande, Codecede e Porreiras;

- Início da instalação dos equipamentos de tratamento de água na ETA de S. Sebastião;

- Instalação de baixada elétrica no reservatório de Alto do Monte;

- Beneficiação do sistema de doseamento de hipoclorito de sódio no reservatório de S. Sebastião;

- Modernização da instalação elétrica e quadro elétrico da captação de Freande;

- Instalação de nova bomba na captação de Troporiz, com maior rendimento e melhor eficiência energética;

- Melhoria da instalação elétrica de monitorização dos grupos de bombagem da captação de Troporiz;

- Incremento da eficiência da etapa de filtração na ETA de Lapela, com reposição da coluna de filtração com areia de menor granulometria;

- Reformulação do sistema de bombagem de lama ao equipamento e desidratação da ETA de Lapela;

- Inclusão da ETA de Lapela no âmbito da cerificação energética ISO 50001;

- Substituição de 0,6 km de conduta adutora na adução ao reservatório de Tarouba, em zona considerada crítica devido a recorrentes roturas;

- Alteração do circuito hidráulico no abastecimento a Valença com a desativação de 5 km de conduta em fibra a jusante do reservatório de Ganfei;

- Instalação de medidores de caudal, para efeitos de faturação, à saída dos reservatórios de abastecimento a Valença, D2 Seara, R2 D. Manuel, R3 Gandra, R4 Tarouba e R5 S. Pedro da Torre;

- Criação do ponto de entrega de Zona Industrial, com obra de ligação à conduta de distribuição e instalação de medição de caudal;

- Instalação do ponto de entrega de Silva;

- Requalificação do reservatório de Azenhas e sua integração no sistema de abastecimento de Lapela, com instalação da Estação Elevatória de Azenhas e respetiva conduta elevatória;

- Instalação de válvulas de controlo altimétrico nos reservatórios de Valença, R2 D. Manuel, R4 Tarouba e R5 S. Pedro.

Centro de Exploração da Terra Fria / Terra Quente

- Substituição dos quatro grupos eletrobomba da captação do Azibo, como medida de otimização energética, contribuindo para uma diminuição do consumo energético desta instalação;

- Beneficiação de toda a rede de Leite de Cal da ETA do Azibo, incluindo substituição das quatro bombas de leite de cal por equipamentos mais eficientes e de todo o circuito hidráulico, contribuído para uma melhoria significativa desta etapa de tratamento e resiliência da instalação;

- Colocação de circuito de tomadas elétricas socorridas, nas balanças dos tambores de cloro da ETA do Azibo;

- Iniciou-se o abastecimento de água ao ponto de entrega de Grijó do subsistema de abastecimento de água do Azibo, solicitado pelo município de Macedo de Cavaleiros, após municipalização do abastecimento a esta localidade;

- Beneficiação da Estação Elevatória do Ramo Nascente, do subsistema de abastecimento de água do Azibo, com substituição dos dois grupos de bombagem e instalação de variadores de frequência, como medida de eficiência energética e aumento de fiabilidade da instalação. Substituição do autómato, programação e atualização da supervisão eletrónica com os novos equipamentos;

- Instalação de medidor de caudal na conduta elevatória do Ramo Nascente para garantir a medição do volume efetivamente elevado neste ramo do sistema, apoio ao balanço hídrico e gestão de perdas;

- Beneficiação da Estação Elevatória de Macedo de Cavaleiros, do subsistema de abastecimento de água do Azibo, com substituição dos dois grupos de bombagem e instalação de variadores de frequência, como medida de eficiência energética e aumento de fiabilidade da instalação. Substituição do autómato, programação e atualização da supervisão eletrónica com os novos equipamentos;

- Instalação de medidor de caudal na conduta elevatória de Macedo de Cavaleiros para garantir a medição do volume efetivamente elevado para o reservatório da Amendoeira;

- Substituição de uma das bombas da captação de Edroso, do subsistema de abastecimento de água da Lomba;

- Instalação de uma bomba na conduta de saída da ETA de Aguieiras, para o ramo de Vinhais, com variador de frequência, que permitiu incrementar o caudal para este ramo em cerca de 20% face ao caudal máximo, melhorando assim a condição de fornecimento aos pontos de entrega deste ramo durante a época estival;

- Instalação de uma nova bomba de maior débito, na Estação Elevatória de Soutilha, com variador de frequência para regulação do caudal em função da necessidade ao longo do tempo, particularmente para dar resposta aos elevadores consumos da época estival e, ao mesmo tempo, minimizar o impacto na conduta;

- Fornecimento pontual de água bruta da barragem de Veiguinhas, ao município de Bragança.

Centro de Exploração da Terra Quente / Douro Superior

- Reabilitação e arranque da ETA da Camba, como medida de reforço ao subsistema de abastecimento de água de Sambade, face ao período de seca e diminuição do volume de armazenamento da albufeira de Sambade;

- Arranque de vários nascentes (Valongo dos Azeites, Espinhosa, Riodades e Paredes da Beira) do município de São João da Pesqueira, em reforço ao subsistema de abastecimento de água de Ranhados, como medida de contingência do período de seca, face ao volume de água disponível na albufeira de Ranhados. Nas captações de Espinhosa e Riodades foi substituída a brita calcária;

- Colocação de grades nas janelas exteriores do edifício de exploração da ETA do Arroio, atendendo ao isolamento da instalação é necessário garantir um maior grau de segurança para evitar atos de furto/vandalismo;

- Beneficiação da ETA da Estevaínha, do município de Alfândega da Fé, para servir de reforço ao subsistema de abastecimento de água de Sambade, como medida de contingência do período de seca, face ao baixo nível de água na albufeira de Sambade e à degradação da qualidade da água aí armazenada. Instalação de filtros de areia fechados e todos os equipamentos e circuitos associados, para a produção de água para abastecimento público. Substituição dos portões de acesso e porta exterior e instalação de cobertura para os filtros;

- Ativação da linha de carvão ativado na ETA de Sambade como medida de resposta à alteração da qualidade de água bruta da origem;

- Aumento de capacidade de produção do subsistema de abastecimento de água da Ferradosa através da reabilitação do Furo 5, como reforço de água bruta;

- Arranque do sistema elevatório de interligação da albufeira de Valtorno ao Palameiro, para alteração da origem de água afluente à ETA do Palameiro, como medida de contingência face à degradação da qualidade da água bruta da albufeira do Palameiro;

- Instalação de bomba doseadora de coagulante na ETA do Palameiro, como medida de controlo da degradação da qualidade da água na origem;

- Instalação de captação flutuante no Baixo Sabor como reforço ao subsistema de abastecimento de água do Salgueiral, atendendo à diminuição do volume armazenado na albufeira do Salgueiral e consequente degradação da qualidade da água.

B – Saneamento de Águas Residuais

Centro de Exploração do Alto Tâmega / Douro Norte AR

- Procedeu-se à instalação e operacionalização de sondas de monitorização analítica, a nível de oxigénio dissolvido e amónia para controlo de processo em diversas ETAR do Centro de Exploração, com o intuito de otimizar os consumos de energia;

- Na ETAR de Vila Real, procedeu-se a ensaios de codigestão, através da prestação de serviços do Biogas Lab, com diversos efluentes de agroindústrias da região para os digestores da ETAR de Vila Real, com o intuito de aumentar a produção de biogás e assim incrementar a produção de energia;

- Procedeu-se a mudança dos meios de enchimento dos leitos percoladores das ETAR de Canelas e ETAR de Galafura, através da recuperação de enchimento da antiga ETAR de Britelo, aumentando assim as suas eficiências de remoção de matéria orgânica, reutilizando materiais da empresa. No caso da ETAR de Canelas, procedeu-se a mecanização do braço percolador, para garantir a eficiência de tratamento pretendida;

- Foi concluída uma nova descarga de emergência da Estação Elevatória Souto do Bispo do subsistema de saneamento de Vilarandelo com ligação direta ao meio hídrico, com o objetivo de não provocar inundações em terrenos adjacentes à estação elevatória;

- Conclui-se a empreitada de remodelação do sistema de arejamento na ETAR de Vila Real, rumo à Neutralidade Energética, que incluíram a mudança de três sopradores, rede difusora e difusores das duas linhas de tratamento, mudança de instrumentação de controlo de oxigénio dissolvido e amónia, além da mudança do sistema de controlo de arejamento. Estas beneficiações permitiram reduzir 30% da energia consumida atualmente na ETAR de Vila Real;

- Iniciou-se a empreitada para a remodelação do sistema de aproveitamento de biogás da ETAR de Vila Real, rumo à Neutralidade Energética, que inclui a mudança dos atuais cogeradores para um de maior potência, alteração dos permutadores de calor, revestimento térmico dos dois digestores e a construção de uma linha de espessamento/adução para substratos externos de efluentes agroindustriais para promover a codigestão. Esta medida permitirá aumentar a produção de energia em 85%;

- Procedeu-se à mudança de difusores dos tanques de arejamento da ETAR de Chaves e da ETAR de Peso da Régua com o objetivo de aumentar a eficiência energética do sistema de arejamento;

- Teve início a prestação de serviço para o fornecimento e montagem de gradagens automáticas na Estação Elevatória de Sanjurge do subsistema de saneamento de Chaves, Estação Elevatória de Godim do subsistema de saneamento de Peso da Régua, Estação Elevatória de Sabroso de Aguiar e Estação Elevatória de Pedras Salgadas do subsistema de saneamento de Sabroso de Aguiar, que irá melhorar a extração automática de gradados nestas instalações críticas;

- Implementação dos novos sistemas de supervisão em nove Sistemas de Águas Residuais do Centro de Exploração, integrado Estações Elevatórias e ETAR com interligação com outras ferramentas de monitorização da empresa;

- Foi concluída a instalação de um novo reservatório de sulfato de alumínio de maior capacidade na ETAR de Peso de Régua, de forma a maximizar a receção a granel e melhorar também as condições de segurança dos colaboradores;

- Foram fabricadas e colocadas plataformas de acesso aos diversos equipamentos de remoção de gradados e unidades de preparação de polímero associado a desidratação de lamas para melhorar as condições de segurança dos colaboradores;

- Procedeu-se à mudança do triturador da Estação Elevatória de Salgueiral do subsistema de saneamento de Peso da Régua. É um ativo crítico para o correto funcionamento da bombagem da maioria das águas residuais deste sistema;

- Foi substituída uma das bombas da Estação Elevatória de Godim do subsistema de saneamento de Peso da Régua, por uma de maior caudal e mais eficiente;

- Procedeu-se a trabalhos diversos de beneficiação em algumas Estações Elevatórias e ETAR a nível de substituição de tampas, escadas, guarda-corpos e grades de proteção e a nível de combate à corrosão;

- Promoção de ações de sensibilização para a utilização das ferramentas/aplicativos disponíveis na Águas do Norte, S.A., nomeadamente AQUAMAN, POVVER, SIGAME, GERE e outras.

Centro de Exploração do Douro Sul

- Implementação de novo Sistema de Supervisão na ETAR de Vilar-Sernancelhe;

- Diminuição de entupimentos e manutenção nas bombas motivado pela instalação dos mecanismos de elevação dos cestos de gradados no subsistema de saneamento de Vilar-Sernancelhe;

- Remodelação da obra de entrada da ETAR de Lamego e da Estação Elevatória de Adega do Chão;

- Instalação de analisadores de rede na ETAR de Lamego para o programa de eficiência energética;

- Implementação de controlo de nível do poço da Estação Elevatória de Adega do Chão com sonda hidrostática com vista à eficiência energética;

- Substituição da sonda de oxigénio na ETAR de Caldas de Aregos para monitorização e afinação do processo de arejamento com vista à eficiência energética e diminuição do ruído;

- Instalação de sistema de recolha de sobrenadantes do tipo "skimmer" no decantador das ETAR de Moimenta da Beira, Tabuaço, Ervedosa do Douro, São João da Pesqueira, Armamar e Leomil;

- Sistema de desodorização com bio filtro humidificado para a linha sólida da ETAR de Moimenta da Beira;

- Ponte raspadora superficial retangular para sistema de recolha de sobrenadantes nos decantadores das ETAR de Moimenta da Beira, São João da Pesqueira e Armamar;

- Colocação de plataformas de acesso aos contentores de lamas das ETAR de Leomil, Ervedosa do Douro e Armamar;

- Implementação de sistema de reutilização de água nas ETAR de Moimenta da Beira, São João da Pesqueira e Tabuaço;

- Novos sistemas de supervisão nas ETAR de São João da Pesqueira, Ervedosa do Douro, Moimenta da Beira, Leomil, Armamar, Tarouca e Tabuaço;

Centro de Exploração do Minho Interior

- Início de exploração de duas novas estações elevatórias - Couto e Ázere, e respetivo sistema intercetor, no subsistema de saneamento de Arcos de Valdevez;

- Ativação do sistema de desodorização na ETAR de Arcos de Valdevez nos meses de Verão como forma de reduzir odores junto à estrada, provenientes da linha de lamas;

- Remodelação da Estação Elevatória de Ponte Velha, do subsistema de saneamento de Arcos de Valdevez;

- Instalação de sistema de oxigénio puro na ETAR de Ponte da Barca durante a campanha de vindimas, como forma de compensar sobrecarga orgânica típica deste período;

- Colaboração com o município de Melgaço, como membro consultivo do Green Team, no projeto de certificação ambiental "Melgaço + Sustentável";

- Intervenções de melhoramento externo na Estação Elevatória do Souto, no subsistema de Saneamento de Remoães;

- Implementação de sistemas de aproveitamento de água dos decantadores para aspersão e limpeza da superfície dos mesmos;

- Acompanhamento dos clientes industriais de forma a sensibilizar para o cumprimento dos valores de emissão do Regulamento de Exploração da Águas do Norte, S.A.;

- Acompanhamento da empreitada de agregação e atualização da automação e da supervisão de todos os subsistemas de saneamento do núcleo de exploração;

- Limpeza de acessos e desmatações em intercetores gravíticos, nos subsistemas de saneamento de Remoães, Valença e Paredes de Coura;

- Reparação de caixas de visita nos intercetores gravíticos IG Tabuaças, IG Pontes, IG Longos, IG Pevidém, IG Brito;

- Inspeção e limpeza preventiva de vários intercetores gravíticos, criados mais de 250 pedidos de trabalho para resolução de anomalias;

- Substituição dos reservatórios de combustível dos geradores de emergência da ETAR Mosteiro;

- Instalação de medidor de caudal de faturação - Rio Pequeno;

- Substituição de tampas em mau estado de conservação por tampas em PFRV em várias ETAR;

- Otimização do processo das ETAR Paredes, Valdosende, São Bento e Pereiró de modo a promover a evolução da velocidade de decantação e a diminuição nos valores de parâmetros físico químicos do efluente final;

- Instalação de sistema de oxigénio puro na ETAR de Pereiró como forma de compensar sobrecarga orgânica resultante do aumento de caudal no período de época balnear;

- Substituição do medidor de caudal de faturação da Estação Elevatória de Santo Emilião;

- Desvio de caudal da Estação Elevatória de Barroca para o intercetor gravítico IG Tratave como medida de eficiência energética;

- Substituição do posto de transformação da Estação Elevatória de Barroca devido a incêndio;

- Prolongamento da descarga da ETAR Admeus;

- Instalação de ramal e contador de água para a Estação Elevatória de Vizela (Duplicação) com vista a melhorar as condições operacionais da instalação;

- Instalação temporária de sistema de desodorização de lamas (silo) da ETAR de Serzedo;

- Reparação das tubagens de recirculação de lamas, reparação do edifício e portão da sala dos compressores e substituição da sonda SCAN da ETAR de Serzedo;

- Melhorias na rede de saneamento e limpeza dos intercetores do subsistema de saneamento de Serzedo;

- Substituição do medidor de caudal e instalação de sistema de televigilância na ETAR de Santa Maria do Bouro;

- Colocação de vedação na Estação Elevatória de Lago;

- Instalação de sistema de televigilância nas Estações Elevatórias de Amares;

- Instalação de descarregador no intercetor gravítico IG Amares do subsistema de saneamento Cávado/Homem;

- Automatização das comportas das Estações Elevatórias de Carvalhinhos, Souto e Ponte (em curso);

- Limpeza de desmatação da Ribeira da Ronqueira;

- Desativação da Fossa Sética de Outeiro (Lago), Estação Elevatória de Prozelo e Fossa Sética de Crasto;

- Alteração da entrada de água residual à Estação Elevatória de Pedreira evitando o antigo poço da ETAR compacta, como forma de reduzir maus cheiros e consumo de energia (proveniente do arejamento);

- Colocação do medidor de caudal do Ponto de Recolha de Amares em funcionamento;

- Reparação do tamisador da Estação Elevatória de Reguenga;

- Desenvolvimento do processo instrução de licenciamento como Operador de Gestão de Resíduos (OGR) das ETAR do Sousa, ETAR de Cávado/Homem e ETAR de Ponte da Baia;

- Otimização dos processos de digestão anaeróbia nas ETAR de Ponte da Baia e Sousa com o objetivo de incrementar a produção de biogás e a redução da produção de lamas, garantindo autossuficiências periódicas diárias;

- Limpeza de acessos e desmatações em intercetores gravíticos, bem como limpeza preventiva dos vários intercetores gravíticos e estações elevatórias do subsistema de saneamento do Sousa;

- Entrada em funcionamento da Fossa Sética de Canedo - Celorico de Basto;

- Colocação de energia na Estação Elevatória de Boucinha do subsistema de saneamento de Britelo;

- Implementação de limpeza automática do decantador na ETAR de Vila Meã (em curso);

- Reparação de caixas de visita nos coletores gravíticos de Rio Odres e de Ataíde que se encontravam em mau estado, sendo ponto habitual de obstruções e infiltrações;

- Desativação da Estação Elevatória de Tílias e ligação ao intercetor de Ponte da Baia;

- Instalação de Medidores de Caudal de faturação em Amares (Pontos de Recolhas de Rendufe e de Ponte Nova);

- Substituição de triturador das Estações Elevatórias de Mosteiro e de Santo Emilião, por grelhas verticais automáticas;

- Substituição dos reservatórios da saturação na ETAR de Serzedo;

- Melhoria das instalações da Estação Elevatória de Admeus;

- Alteração da instalação dos grupos de bombagem de água reutilizada na ETAR de Santo Emilião;

- Reparação da unidade combinada de remoção de gorduras e areias da ETAR de Santa Maria do Bouro;

- Reparação do parafuso de Arquimedes 1 da ETAR de Serzedo e do parafuso de Arquimedes 2 do 1° estágio da ETAR do Sousa;

- Instalação de ozonizador de reserva na ETAR de Serzedo;

- Instalação de desinfeção na água do furo da ETAR de Mosteiro,

Centro de Exploração do Minho Litoral

- Arranque da obra de Remodelação da ETAR de Viana do Castelo-Cidade;

- Substituição dos difusores de fundo do tanque de arejamento da ETAR de Vila Nova de Cerveira;

- Instalação de analisadores de rede nas ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial, ETAR de Penices, ETAR de Vila Nova de Cerveira e ETAR de Esposende, para monitorização/controlo do consumo energético;

- Arranque das obras de instalação de parque fotovoltaico na ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial, ETAR de Esposende, ETAR de Marinhas e ETAR de Campos;

- Instalação de grades mecânicas nas seguintes estações elevatórias: EE Labruge, EE Guidões, EE inicial da ETAR de Água Longa e EE inicial da ETAR de Penices;

- Exploração da ETAR de Penices e ETAR de Viana do Castelo-Zona Industrial em condições adversas como resultado da ligação de efluentes industriais fortemente concentrados (Porminho e Resulima);

-Reforço do sistema de arejamento na ETAR de Penices com a aquisição de arejador portátil e reforço da desidratação das lamas com a instalação de filtro banda portátil;

- Reforço do sistema de arejamento da ETAR de Viana do Castelo-Cidade através da aquisição de dois arejadores portáteis;

- Mantém-se a necessidade de beneficiação de algumas infraestruturas de saneamento devido à sua idade, mau estado de conservação e limitações operacionais (incluindo as escassas condições de segurança), nas estações elevatórias: EE 5 de Outubro, EE Darque, EE S. Romão do Neiva, EE S. Pedro Torre, EE Seixas, EE Âncora Lage, EE Fontela, EE Afife, EE Mariana, EE Rio Covo;

- Beneficiação da Estação Elevatória de Praça de Touros;

- Instalação de variadores de velocidade em equipamentos associados ao arejamento para otimização de consumos de energia nas ETAR de Vila Nova de Cerveira, ETAR de Caminha, ETAR da Gelfa e ETAR de Campos.

Centro de Exploração da Terra Fria / Terra Quente

- Intervenção no decantador primário n.º 3 da ETAR de Bragança para reparação da caixa de recolha de escumas. Procedeu-se ainda à substituição das borrachas dos raspadores de superfície e das rodas dos raspadores de fundo;

- Intervenção no decantador primário n.º 1 da ETAR de Bragança para substituição dos suportes do defletor e reparação da base do decantador. Procedeu-se à picagem do betão e assentamento de uma nova camada de pavimento;

- Instalação de um novo analisador/medidor de metano, na rede de Biogás da ETAR de Bragança;

- Intervenção no tanque de arejamento n.º 2 da ETAR de Mirandela para manutenção da rede de arejamento e substituição de difusores danificados;

- Requalificação integral do classificador de areias de aço inox da ETAR de Mirandela;

- Substituição do compressor de ar de serviço da ETAR de Mirandela, por um mais eficiente, com melhoria na rede de ar e eliminação de fugas;

- Montagem de válvula seccionamento guilhotina a montante da bomba de lamas do filtro banda da ETAR de Mirandela;

- Fabrico de três novos contentores adaptados, em inox, para elevação de gradados, areias e gorduras na Estação Elevatória da Preguiça do subsistema de saneamento de Mirandela;

- Beneficiação da iluminação exterior da ETAR de Mirandela, mais eficiente, com diminuição do consumo energético e melhoria na iluminação geral da instalação;

- Beneficiação da iluminação exterior da ETAR de Macedo, mais eficiente, com diminuição de consumo energético.

Centro de Exploração da Terra Quente / Douro Superior

- Instalação de um sistema de Água para Reutilização (ApR) na ETAR de Vila Nova de Foz Côa, com o objetivo de fornecer água residual reutilizada ao município de Vila Nova de Foz Côa para rega de espaços verdes, reduzindo o consumo de água potável da rede de abastecimento público e, consequentemente, os consumos de água provenientes do subsistema de abastecimento de água de Ranhados;

- Instalação de plataforma de acesso ao percolador da ETAR de Vale da Teja, para permitir acesso aos bicos para limpeza;

- Foram tapados com gradil (tipo PRFV), o canal da obra de entrada e todos os locais onde existe a probabilidade de se verificaram quedas em altura, nas ETAR de Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Flor;

- Instalação de escada de acesso ao leito percolador nº1, bem como guarda-corpos associado, na ETAR de Torre de Moncorvo. Corresponde ao único leito percolador da instalação sem acesso fixo à superfície do meio filtrante e aos braços rotativos de adução de caudal;

- Instalação de guarda-corpos em diversos órgãos da ETAR de Freixo de Espada à Cinta;

- Retificação do classificador de areias da ETAR de Vila Nova de Foz Côa;

- Instalação de guarda-corpos no tanque imhoff da ETAR de Torre de Moncorvo como medida de segurança;

- Instalação de guarda-corpos em diversos órgãos da ETAR de Vila Flor, nomeadamente no decantador primário e no decantador secundário;

- Instalação de corrimão de proteção no tanque de lamas da ETAR de Alfândega da Fé.

Atividades de Suporte à Exploração dos Sistemas

A contratação de bens e serviços é uma atividade essencial para suportar os exigentes desafios da exploração dos sistemas, nomeadamente no âmbito da elaboração de peças procedimentais e respetiva tramitação, bem como da gestão dos processos administrativos conducentes à celebração de contratos.

Neste domínio, importa destacar:

1) Continuidade de vários contratos decorrentes de concurso públicos, nomeadamente:

- Prestação de serviços de Operação e Manutenção de um conjunto de Subsistemas do Alto e Baixo Minho Interior e Douro Interior;

- Prestação de serviços de Fiscalização e Exploração de Subsistemas pertencentes ao Sistema de Águas da Região do Noroeste;

- Prestação de serviços de Operação e Manutenção das ETAR, EE e Fossas Séticas Coletivas do Sistema de Águas da Região do Noroeste;

- Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Lamas de ETAR;

- Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Lamas de ETA;

- Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Resíduos produzidos nas Instalações da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de serviços de Gestão de Lamas de ETAR da Águas do Norte, S.A.;

- Prestação de serviços de Transporte de Água em Autotanque;

- Prestação de serviços de Controlo de Pragas nas infarestruturas das Águas do Norte, S.A.;

- Fornecimento de Reagentes necessários aos processos de tratamento em ETA e ETAR, nomeadamente de Floculantes, Sulfato de Alumínio, Policloreto de Alumínio, Hidróxido de Cálcio, Hipoclorito de Sódio e Hidróxido de Sódio, Clorito de Sódio e Ácido Clorídrico, Coagulantes Orgânicos e Cloreto Férrico;

- Fornecimento de Oxigénio Puro para a ETAR de Viana do Castelo - Cidade;

- Fornecimento de Oxigénio para a ETAR de Penices;

- Fornecimento de Oxigénio para a ETAR de Pereiró;

- Fornecimento de CO_2 para a ETA de Arcossó;

- Aquisição de Coagulante Ambifloc para a ETAR de Serzedo;

- Prestação de serviços de Manutenção de Serralharias nas Infraestruturas da Águas do Norte, S.A.;

- Prestação de serviços de Manutenção Preventiva dos Sistemas de Dióxido de Cloro e Doseamento de Cloro;

- Prestação de serviços de Manutenção Preventiva dos Sistemas de Ozonização da Águas do Norte, S.A.;

- Prestação de serviços de Manutenção de Equipamentos de Ar Condicionado, Ventilação e Refrigeração;

- Prestação de serviços de Reparação e Conservação de Equipamentos Eletromecânicos;

- Prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva das Centrífugas da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Manutenção de Reparação dos Cogeradores de Biogás da Águas do Norte, S.A.;

- Execução de Ramais em Baixa Tensão para as Instalações Elétricas da Águas do Norte, S.A.;

- Empreitada de Reparação de Pavimentos nos Municípios servidos pelo Sistema de Águas da Região do Noroeste;

- Aquisição de Contadores de Caudal e Equipamentos de Comunicação e Registo no Sistema de Águas da Região do Noroeste com vista ao combate a perdas e infiltrações;

- Prestação de serviços de Instalação, Substituição e Retirada de contadores de água;

- Aluguer de Máquina com Manobrador para os Centros de Exploração de Baião e de Celorico de Basto;

- Aluguer de Máquina com Manobrador para os Municípios de Arouca, Cinfães e Amarante;

- Prestação de serviços de Limpeza e Desobstrução com Viatura Hidroaspiradora na Área de Intervenção da Águas do Norte, S.A.;

- Prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Grupos Geradores de Emergência da Águas do Norte, S.A.;

- Prestação de Serviços de Aluguer de Depósitos de Armazenamento de Combustível para apoio a Geradores de Emergência da Águas do Norte, S.A.;

- Prestação de serviços de Limpeza e Desinfeção dos Reservatórios de Água dos Subsistemas de Abastecimento da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Meio Filtrante para as Infraestruturas do SARN;

- Aquisição e Instalação de Equipamentos para Integração de Dados na Ferramenta KISENSE;

- Empreitada de Reparação e Manutenção de Redes de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais em Baixa;

- Fornecimento de Gasóleo de Aquecimento para a ETAR de Vila Real;

- Aquisição de Energia Elétrica em AT;

- Aquisição de Energia Elétrica em MT e BTE;

- Aquisição de Energia Elétrica em BTN;

- Aquisição de serviços de auditoria energética nas infraestruturas da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Manutenção das Instalações Elétricas de Alta e Média Tensão da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva do Parque de Carregadores de Viaturas Elétricas da Águas do Norte, S.A.;

- Contrato de Projeto de Mercado de Regulação de Rede "MRR"- Custos de energia da ETA de Areias de Vilar;

- Prestação de Serviços de Manutenção preventiva e corretiva de Disjuntores MT / DIVAC;

- Aquisição de UPS 80kVA 380V para o Laboratório da ETA de Areias de Vilar;

- Prestação de Serviços de Instalação de analisadores de rede para integração no POWER;

- Aquisição de Serviços de Monitorização de Consumos Energéticos, Manutenção e Instalação de Equipamentos Eletrobomba para a EE do Reservatório de Origem de Moimenta;

- Aquisição de Serviços de Monitorização de Consumos Energéticos, Manutenção e Instalação de Equipamentos Eletrobomba para a captação de água bruta do SAA do Azibo;

- Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva para os Empilhadores da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de sistema de neutralização de odores para as instalações da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Manutenção dos Equipamentos de Segurança da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição, fornecimento e montagem de grupos de eletrobombas para instalações da Águas do Norte, S.A.;

- Aluguer de Mini-giratórias para o Centro de Exploração das Redes Municipais;

- Aquisição de Serviços de Limpeza de Terrenos nas Infraestruturas da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Serralharia para as Estações Elevatórias dos Subsistemas de Saneamento do Ave e Vila do Conde Sul;

- Aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão nos Subsistemas de Abastecimento de Água do Sistema de Águas da Região do Noroeste;

2) Abertura de vários procedimentos de concurso público nomeadamente:

- Aquisição de Serviços de Recolha, Transporte e Envio a Destino Final de Areias e Gradados;

- Aquisição de serviços de recolha e transporte de águas residuais de ETAR e fossas séticas;

- Fornecimento de Gases Industriais para as Estações de Tratamento da Águas do Norte, S.A.;

- Fornecimento de Carvão Ativado para as Estações de Tratamento da Águas do Norte, S.A.;

- Fornecimento de Reagentes para as Estações de Tratamento da Águas do Norte, S.A. - Permanganato de Potássio;

- Fornecimento de Reagentes para as Estações de Tratamento da Águas do Norte, S.A. - Hipoclorito de Cálcio;

- Fornecimento de Reagentes para as Estações de Tratamento da Águas do Norte, S.A. - Hipoclorito de Sódio;

- Fornecimento de Policloreto de Alumínio para as Estações de Tratamento da Águas do Norte, S.A.;

- Fornecimento de Carbonato de Sódio e Anti espumas para as Estações de Tratamento da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Meio Filtrante para as Infraestruturas de abastecimento de água da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Controlo Metrológico de Equipamentos de Medição e Instrumentação – Básculas;

- Aquisição de Serviços de Controlo Metrológico de Equipamentos de Medição e Instrumentação – Manómetros;

- Aquisição de Serviços de Manutenção preventiva aos Variadores de Frequência em Média Tensão na Estação Elevatória de Casais;

- Aquisição de Aeroflots para as ETAR de Viana do Castelo-Cidade, Caminha e Gelfa;

- Aquisição de Aeroflots para as ETAR de Água Longa e Penices;

- Fornecimento e Montagem de grupos de bombagem para a Estação Elevatória de Possacos (Subsistema de Abastecimento de Água do Rabaçal);

- Aquisição de Serviços de Manutenção e Reparação dos cogeradores de biogás da Águas do Norte, S.A. – ETAR do Sousa, de Ponte da Baia e Vila Real;

- Aquisição de Serviços de Manutenção do Analisador de Amónia da ETA de Areias de Vilar;

- Aquisição de difusores de Ozono para a ETA de Areias de Vilar;

- Aquisição de Serviços de Reparação de Parafusos de Arquimedes da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Manutenção preventiva aos Variadores de Frequência em Média Tensão na Estação Elevatória de Casais;

- Aquisição de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos de elevação de carga da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Manutenção Corretiva dos Equipamentos associados aos Sistemas Automáticos de Deteção de Incêndio da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Medidores de Gases Fixos da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de serviços de reparação e conservação dos equipamentos eletromecânicos da Águas do Norte, S.A.;

- Aluguer de contentores para armazenamento de resíduos para a Águas do Norte S.A.;

- Empreitada de Reparação e Manutenção de Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento em Baixa - Santo Tirso de Trofa;

- Empreitada de Reparação e Manutenção de Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento em Baixa – Fafe;

- Empreitada de Reparação e Manutenção de Redes de Abastecimento de Água e de Saneamento em Baixa - Amarante, Baião e Celorico de Basto;

- Aquisição de Serviços para execução de descarregadores de tempestade no intercetor do Selho (integrado no Sistema de Saneamento de Serzedelo);

- Aquisição de Serviços para execução de descarregadores de tempestade no intercetor do Ave Duplicação (integrado no Sistema de Saneamento de Serzedelo);

- Aquisição de Serviços de Manutenção e Fornecimento de peças para os sobrepressores da ETAR de Serzedo;

No que se refere a atividades associadas à gestão dos sistemas destacam-se os seguintes pontos:

- Otimização das ferramentas de gestão operacional no pressuposto da sua interligação com as plataformas de contabilidade analítica e de gestão documental, com resultados ao nível dos prazos decorrentes das necessidades aquisitivas e permitindo uma análise integrada ao universo de compras da Direção de Exploração;

- Desenvolvimento contínuo da aplicação informática de gestão da operação GERE passando esta a ser o sistema de gestão para todas as equipas operacionais, tanto do Sistema Multimunicipal como das Redes Municipais, tornando-se a única fonte agregadora de informação operacional e permitindo a interação com outras plataformas de gestão da Águas do Norte, S.A.;

- Utilização do software de Gestão de Manutenção AQUAMAN na adequada gestão das atividades de manutenção dos sistemas explorados pelas Águas do Norte, S.A.;

- Desenvolvimento contínuo das plataformas de monitorização de consumos energéticos - POVVER e consumos de reagentes - REACTE;

- Desenvolvimento do Plano de Gestão de Lamas da Águas do Norte, S.A.;

- Otimização dos processos de desidratação de lamas de ETA e ETAR com a aplicação de taxas de doseamento máximas de floculantes e a avaliação de alternativas para transformação desses subprodutos em recursos;

- Desenvolvimento dos Planos de Segurança da Água da Águas do Norte, S.A. segundo a metodologia da Organização Mundial de Saúde, em conformidade com os requisitos da ERSAR, perfazendo um total de 88 avaliações de risco (AvR).

As Orientações Estratégicas

As Orientações Estratégicas Gerais

O Conselho de Administração deverá assegurar que a Águas do Norte, S.A., sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado;
b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidade de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
h) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

As Orientações Estratégicas Específicas

No quadro da missão que lhe está cometida, a Águas do Norte, S.A., deverá prosseguir as seguintes linhas de Orientação Estratégica:

- Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais para o setor da água e do ambiente:
  - ✓ Assegurando a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade
  - ✓ Implementando estratégias que possibilitem assegurar a qualidade, continuidade e equidade no acesso aos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, e
  - ✓ Promovendo a melhoria da qualidade de vida e das condições de saúde pública das populações que servimos;
- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do sistema multimunicipal
  - ✓ Prosseguindo a promoção da eficiência na prestação dos serviços e a implementação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade económica e financeira das operações, e
  - ✓ Promovendo a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes, numa prudencial gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- Promover a sustentabilidade na utilização de recursos naturais
  - ✓ Desenvolvendo ações que visem a preservação da água, enquanto recurso estratégico essencial à vida e a promoção de soluções integradas para a gestão do ciclo urbano da água,
  - ✓ Contribuindo para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as soluções de aproveitamento dos ativos e recursos endógenos, de racionalização de consumos energéticos e de redução ou compensação de emissões, e

- ✓ Contribuindo para a preservação do património natural e ambiental, em harmonia com a requalificação ambiental dos recursos hídricos existentes na região onde se insere;
- Implementar uma estratégia para o desenvolvimento socioeconómico da região
  - ✓ Contribuindo para a qualificação das competências humanas e empresariais regionais na área dos recursos hídricos, nomeadamente através da dinamização do mercado dos prestadores de serviços nas atividades de engenharia, operação e manutenção, e
  - ✓ Desenvolvendo uma estratégia integrada e de parceria de I&D, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio;
- Desenvolver uma cultura de grupo na empresa concessionária do sistema multimunicipal
  - ✓ Implementando uma gestão baseada nas competências e na capacidade produtiva do grupo empresarial que integra, e
  - ✓ Assegurando uma cultura organizacional orientada para a utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência.

Os Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, consequentemente, do setor e do Grupo AdP. Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

As Políticas

A Águas do Norte, S.A., assumindo o compromisso de contribuir ativamente para a promoção de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do setor da água, para o desenvolvimento sustentado dos serviços de águas, para a gestão dos recursos disponíveis no País e num quadro de respeito integral dos requisitos legais e normativos, compromete-se a antecipar, a avaliar e a promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, colaboradores e colaboradoras, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas.

Os Princípios do Sistema de Responsabilidade Empresarial

A Águas do Norte, S.A. coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com todas as partes interessadas, implementando uma estratégia de negócio assente nos seguintes princípios:

- **Satisfação do Cliente e das outras Partes Interessadas** - Manter a satisfação do cliente e das outras Partes Interessadas, antecipando e correspondendo às suas necessidades e expectativas, e estabelecer parcerias, com vista à melhoria do serviço público prestado aos consumidores;
- **Motivação dos Colaboradores** - Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos Colaboradores e das Colaboradoras, através da adequação e atualização de competências, sensibilização, formação e condições de trabalho, fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual e criatividade, através de um processo de consulta e participação;

- **Igualdade de género** – Garantir uma política de igualdade de género, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, e de conciliação das obrigações profissionais e familiares, implementando políticas e práticas flexíveis de organização do trabalho, que promovam o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional, promover um melhor aproveitamento dos recursos humanos e implementar as melhores práticas de promoção da igualdade, como fator de desenvolvimento e um contributo ativo para a evolução das sociedades.
- **Eficiência dos Processos** - Dotar a região de infraestruturas capazes de garantir a missão da empresa, procurando um constante aperfeiçoamento e inovação em todas as fases e processos, adotando soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa;

  Assegurar a otimização dos processos procurando garantir a qualidade, a segurança e a continuidade da prestação do serviço público, o uso eficiente e sustentável dos recursos, a minimização dos impactes ambientais e riscos de segurança, bem como a proteção da poluição, dos acidentes graves com substâncias perigosas utilizadas, das lesões, dos ferimentos e dos danos para a saúde dos Colaboradores e Colaboradoras, ou outros que trabalhem em nome ou ao serviço da Águas do Norte, e da comunidade envolvente;

  Desenvolver as necessárias ações de manutenção das infraestruturas, nomeadamente dos sistemas de abastecimento de água e sistemas de águas residuais, promovendo as alterações que permitam manter a sua eficiência de funcionamento.

  Assegurar a disponibilidade de informação e dos recursos necessários ao cumprimento dos objetivos e metas, os quais visam a utilização mais eficiente da energia e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, e assegurar a aplicação de critérios de eficiência energética na conceção e aquisição de produtos e serviços, quando economicamente viável;

  Respeitar integralmente todos os requisitos legais, normativos e outros que a Águas do Norte subscreva.

- **Desenvolvimento Sustentável** - Apostar nas vertentes económica, social e ambiental, cumprindo toda a legislação e requisitos aplicáveis, assim como as expetativas das partes interessadas, promovendo um modelo de organização que permita o desenvolvimento sem prejudicar as necessidades das gerações futuras.
- **Compromissos Sociais** - Respeitar a liberdade e promover a valorização dos colaboradores, das colaboradoras e das restantes partes interessadas, recusando o trabalho infantil, valorizando a liberdade na relação de trabalho, a liberdade de associação e representação e a igualdade de oportunidades e promover a segurança e a higiene. Assegurar a eliminação de perigos e redução de riscos de Segurança e Saúde no Trabalho, de forma a prevenir a ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde e bem como garantir uma cadeia de fornecimento que partilhe os mesmos valores.
- **Gestão de ativos** – Gerir os ativos de uma forma segura numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, o risco e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos, da otimização dos processos, e apoio à tomada de decisão nos investimentos, bem como da melhoria contínua da eficiência do sistema de gestão de ativos.
- Melhoria Contínua e Inovação - Acompanhar a evolução da sua envolvente, apostar na aprendizagem permanente e no aprofundamento do conhecimento, promover e adotar práticas de inovação aberta e de cooperação, como forma de assegurar a investigação, o desenvolvimento e a inovação imprescindíveis à melhoria contínua do Sistema de Gestão da Águas do Norte, nas vertentes de qualidade, ambiente, energia, segurança, responsabilidade social e ativos;
- **Investigação, Desenvolvimento e Inovação** - Criar valor para os stakeholders (clientes, acionistas, colaboradores, concedente, fornecedores, comunidade e demais partes interessadas) no domínio do setor da água, investigando, desenvolvendo e inovando em soluções tecnológicas que assegurem a sustentabilidade económica e ambiental da empresa e da região em que se insere.
- **Transparência e Comunicação** - Adotar uma postura de transparência comunicando e partilhando, com as partes interessadas, a política empresarial, os objetivos estabelecidos e o desempenho atingido nas diferentes vertentes do desenvolvimento sustentável.
- **Transformação Digital** - Alcançar a maturidade digital catalisando a modernização da Águas do Norte. Promover a simplificação dos processos, a segurança, a resiliência e privacidade dos dados, por forma a assegurar a salvaguarda da informação bem como uma gestão inteligente da tecnologia.

A Política de Sustentabilidade

A Águas do Norte, S.A. tem a Sustentabilidade no seu negócio. É com o compromisso para com as gerações atuais e futuras que desenvolve a sua atividade, de interface com a sociedade e o ambiente, contribuindo para a resolução de questões que melhoram a vida das populações.

A administração e os colaboradores da Águas do Norte, S.A. obrigam-se ao exercício de práticas que contribuem para o progresso e bem-estar nas comunidades e para a requalificação ambiental da região, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos, contribuindo de forma decisiva para a sustentabilidade ambiental, económica e social.

A Política de Responsabilidade Social

Importa, ainda, referir que no domínio da Responsabilidade Social, a estratégia da Águas do Norte, S.A. assenta em duas vertentes:

- ✓ Uma interna relacionada com a gestão dos recursos humanos, a higiene, a segurança e saúde no trabalho, a gestão da mudança e a gestão do impacto ambiental;
- ✓ Uma externa que envolve a rede das comunidades locais, os clientes e fornecedores, os acionistas e investidores e a gestão ambiental.

Estas duas vertentes interagem e resumem as áreas de atuação social responsável da Empresa, o seu comportamento para com os colaboradores e o ambiente e o seu relacionamento com os fornecedores e clientes e com a comunidade em geral.

Neste contexto, a Águas do Norte, S.A. assume como Compromissos Sociais, o respeito, a liberdade e a promoção da valorização dos colaboradores e das restantes partes interessadas, a recusa do trabalho infantil, a valorização da liberdade na relação de trabalho, a liberdade de associação e representação, a igualdade de oportunidades, a promoção da segurança e higiene no trabalho, a prevenção da ocorrência de lesões, ferimentos e danos para a saúde, assegurando o recurso a uma cadeia de fornecimento que partilhe os mesos valores.

Assim, alinhados com as Declarações de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a legislação geral e Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) aplicável, comprometemo-nos a implementar os seguintes princípios:

- **Trabalho Infantil** – não utilizar ou apoiar a utilização de trabalho infantil.
- **Trabalho Forçado ou Compulsório** – não se envolver ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório.
- **Saúde e Segurança** – proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável e tomar medidas eficazes para prevenir potenciais incidentes à saúde e segurança e lesões ocupacionais ou doenças que decorram ou estejam associadas ao trabalho, minimizar ou eliminar as causas de todos os perigos inerentes ao ambiente do local de trabalho.
- **Liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva** – assegurar aos colaboradores e colaboradoras o direito de formar, se associar e organizar sindicatos da sua escolha, negociar coletivamente os seus interesses com a organização, bem como respeitar este direito e informar sobre o mesmo, sem que haja quaisquer consequências negativas ou retaliação pela organização.
- **Discriminação** – Não se envolver ou apoiar a discriminação na contratação ou de contrato de trabalho, remuneração, acesso a formação, promoção, término de contrato ou reforma, com base na raça, origem nacional, territorial ou social, classe social, nascimento, religião, deficiência ou incapacidade, sexo, orientação sexual, responsabilidades familiares, estado civil, associação a sindicato, opinião política, idade, patologia ou sintomatologia ou qualquer outra condição que possa estimular a discriminação.
- **Práticas Disciplinares** – Tratar todos os colaboradores e colaboradoras com dignidade e respeito, não se envolvendo ou tolerando a utilização de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal das pessoas. Não permitir nenhum tratamento rude ou desumano.
- Horário de Trabalho
  - ✓ cumprir com a legislação aplicável, bem como com o contrato coletivo de trabalho, nomeadamente respeitar o tempo de trabalho de uma semana normal, não excedendo as 48 horas,
  - ✓ facultar pelo menos um dia de folga, após seis dias consecutivos de trabalho,
  - ✓ assegurar que todo o trabalho extra seja voluntário, não excedendo as 12 horas por semana e que não tenha caráter regular.
- Remuneração
  - ✓ respeitar o direito dos colaboradores e colaboradoras a um salário de subsistência e assegurar que os salários pagos por uma semana normal de trabalho satisfaçam pelo menos os padrões mínimos legais e do contrato coletivo aplicável,

- ✓ não fazer deduções dos salários por razões disciplinares,
- ✓ assegurar que a composição dos salários e benefícios dos colaboradores e colaboradoras é detalhada de forma clara e regular, por escrito, em cada período de pagamento e do conhecimento daqueles,
- ✓ assegurar o pagamento aos colaboradores e colaboradoras em conformidade com a legislação,
- ✓ remunerar todas as horas extra, conforme definido pela legislação e contrato coletivo de trabalho,

estabelecer contratos de trabalho com vista à estabilidade no trabalho, com condições claras, cumprir os mesmos a dar a conhecer aos trabalhadores direitos e deveres de ambas as partes.

O Enquadramento

A Envolvente

Contexto Macroeconómico [1]

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

Global

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionado por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%. .

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

Zona do Euro

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora em um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o déficit é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em

[1] *Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.*

2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expetativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

O Setor

O setor a nível mundial [2]

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do Objetivo 6, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos. que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano.
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em e baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

[2] **Fonte**: http://www.worldbank.org; http://oecdobserver.org; https://iwa-network.org/; https://unric.org/pt/

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Crise Geopolítica e Energética [3]

- Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

- O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

- No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022).

- Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

- Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

- O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15 % do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7 %.

[3] Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

O abastecimento e o saneamento em Portugal [4]

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água

- 9,8 milhões de habitantes servidos
- 97% de alojamentos servidos
- 184 litros: consumo médio diário de água por habitante
- Tarifa média ponderada: 0,5581 EUR/m³
- Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59%

Saneamento de Águas Residuais

- 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
- 86% de alojamentos servidos
- 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
- 86% de alojamentos servidos com tratamento
- 1,8 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente
- Tarifa média ponderada: 0,5351 EUR/m

Dados RASARP 2022

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

[4] Fonte: http://www.ersar.pt/pt; https://www.apambiente.pt; Diário da República, 1.ª série

O Grupo AdP em 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.".

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional "Campanha Poupe água hoje para ter amanhã". Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921 As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde.

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os 'Prémios Verdes' uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os 'Prémios Verdes' destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central "Engenho Humano & Energia", fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de "Fazer a diferença na vida das pessoas".

O Grupo AdP é subscritor do compromisso "Business Ambition for 1.5°C" da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360° e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360° assenta num principio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, , que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima no Perú tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Perú), procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.

Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETA's de Salaulim e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa AquaInSilico, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA School of Science and Technology, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

A Regulação

Enquadramento Regulatório

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação Económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta de Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

AdN – atividade em "alta"

A Águas do Norte, S.A. é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em "alta".

As tarifas em "alta" praticadas são avaliadas pela ERSAR e aprovadas pelo Concedente sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a Águas do Norte, S.A., as tarifas encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contratos de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Com o processo de agregação dos sistemas, em 2015, foi criado um mecanismo de corredor tarifário, a componente tarifária acrescida (CTA), que veio a ser reforçado nos processos de cisão ocorridos em 2017. Estes mecanismos estão atualmente estabelecidos entre os sistemas do litoral e do interior, para ambos os serviços. A CTA do primeiro período tarifário ficou estatuída via diplomas de constituição dos sistemas beneficiários, sendo a sua atualização monitorizada pela ERSAR.

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

Durante o ano de 2022, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Norte, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e de aprovação pelo Concedente.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2022, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 2,18%.

O diploma constituinte da agregação e cisão da Águas do Norte, S.A., estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n. °16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da Águas do Norte, S.A., tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

Tendo por base os DRG brutos, validados pela ERSAR, em 2022, não se verificaram encargos não aceites por aquela entidade reguladora.

Em 31 de dezembro de 2022 estavam registados nas contas cerca de 179,6 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária, decorrentes das atividades da Águas do Norte, S.A.

AdN – atividade em "baixa"

A Águas do Norte, S.A. exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em" baixa", celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e n.° 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A Águas do Norte, S.A. está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.° 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em "baixa", nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A Águas do Norte, S.A. é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante o ano de 2022, as tarifas aplicadas na faturação pela Águas do Norte, S.A., foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR, não tendo sido aprovadas pelas Comissões de Parcerias.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da Águas do Norte, S.A. estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2022, estavam registados cerca de 43,7 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária, decorrentes das atividades da Águas do Norte, S.A.

Regulação da qualidade do serviço

A Águas do Norte, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da Águas do Norte, S.A., disponível em https://www.adnorte.pt/.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A Águas do Norte, S.A. que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a Águas do Norte, S.A. deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

Em 2022, no cumprimento da legislação, a Águas do Norte, S.A. implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela Águas do Norte, S.A. são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2022, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi divulgado pela ERSAR.

Regulação da interface com o utilizador

A Águas do Norte, S.A. está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

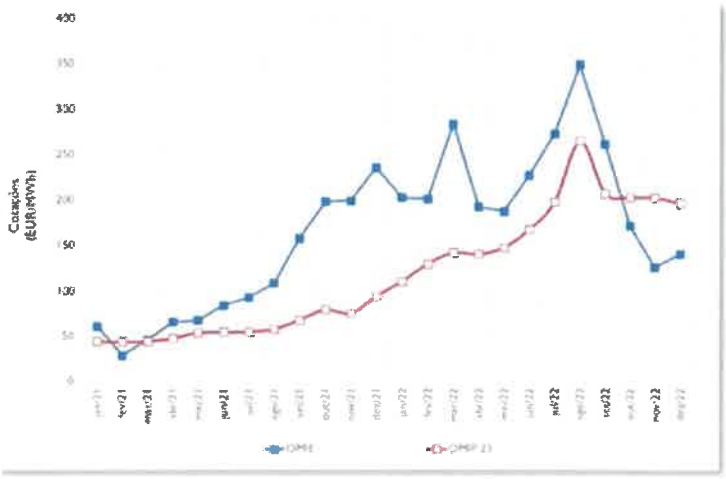
Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a Águas do Norte, S.A. dispõem de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet.

Em 2022 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

A energia no Grupo AdP

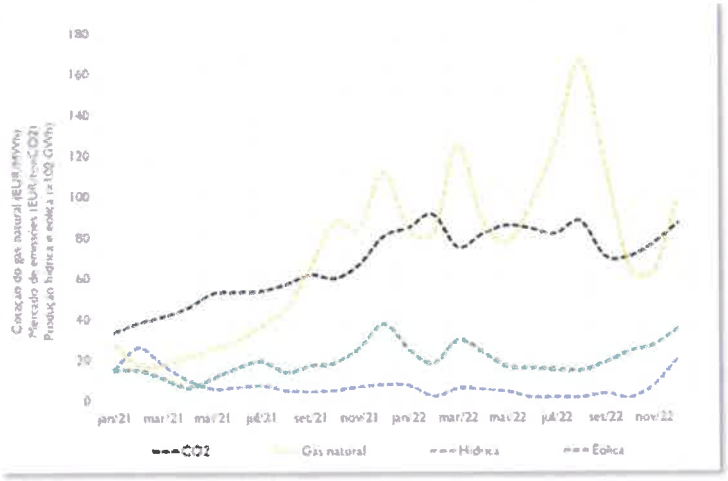
O preço da energia elétrica em Portugal

O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.



A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico[3] (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

[3] A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) – e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.° semestre. No 1.° semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.° semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

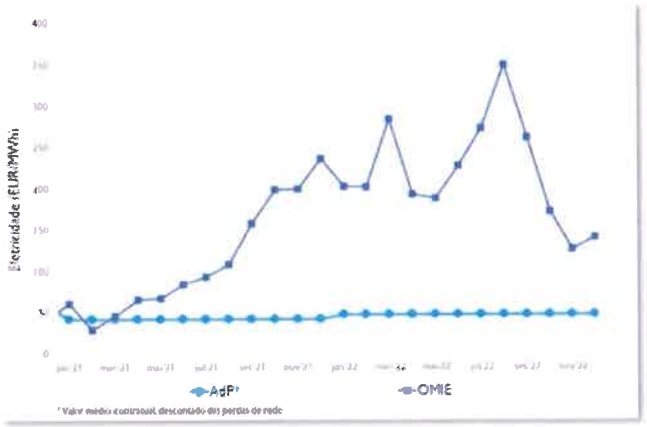
Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federão Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao

corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.



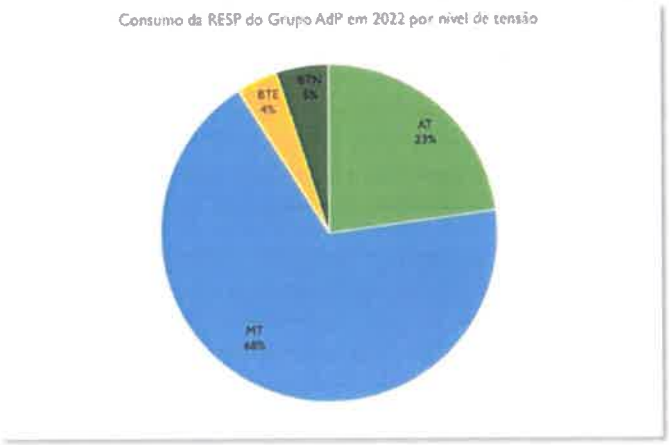
Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de *outsourcing*, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).



No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável -, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do quem em 20221) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO_2, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO_2/kWh para 0,237 kg CO_2/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

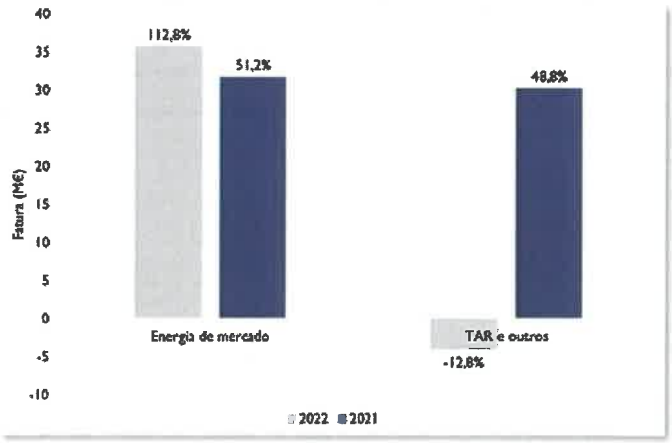
Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6 679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.



Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023.

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO_2, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.011 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A estratégia do Grupo AdP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO_2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,

- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 - Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

O Negócio

A Sociedade Águas do Norte, S. A. criada pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, tem como objeto social a exploração e gestão do:

a) Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal (Sistema Multimunicipal), criado nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do referido decreto-lei;

b) Sistema de Águas da Região do Noroeste, (Sistema de Águas) sistema municipal de abastecimento de água e de saneamento, criado em resultado de parceria estabelecida entre o Estado e municípios celebrada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009 de 9 de abril.

Nos pontos seguintes, e por atividade, são identificadas as principais responsabilidades da Sociedade assumidas contratualmente, nomeadamente em termos de construção, gestão e exploração, bem como os critérios para a fixação, revisão e atualização das tarifas aplicadas aos utilizadores.

O Sistema Multimunicipal

O Sistema Multimunicipal, criado pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, abrange a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no Sistema Multimunicipal, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

O Sistema Multimunicipal integra como utilizadores 63 municípios, dos quais 54 para a atividade de abastecimento de água e 61 para a atividade de tratamento de águas residuais.

A área abrangida pelo Sistema Multimunicipal é de 17.931 km2, 19% da área de Portugal continental, e presta serviços de abastecimento de água e/ou de tratamento de águas residuais a 1,3 milhões de habitantes que corresponde a cerca de 13% da população continental.

O conteúdo da concessão (Cláusula 1.ª) compreende:

- ✓ O concedente atribuiu à concessionária, nos termos do presente contrato e do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, a concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal (adiante designado por sistema), criado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, que

consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo, exceto nas situações previstas naquele contrato;

- ✓ A concessionária sucede em todos os direitos e obrigações das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, que são extintas nos termos do referido Decreto-Lei, incluindo na titularidade de quaisquer autorizações, licenças e concessões relativas à utilização de recursos hídricos e no exercício de atividades acessórias ou complementares e nas respetivas posições em todos os contratos vigentes, designadamente contratos de trabalho, contratos de cedência de pessoal, contratos de prestação de serviços, contratos de financiamento, contratos de cedência e de aquisição de infraestruturas, incluindo as infraestruturas do sistema integrado de despoluição do vale do Ave, o contrato de concessão para a exploração e gestão do sistema integrado de despoluição do vale do Ave celebrado com a Tratave – Tratamento de Águas Residuais do Ave, S. A., os contratos de operação e manutenção de infraestruturas, contratos de gestão dos sistemas municipais que hajam sido celebrados por essas concessionárias ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, e, sem prejuízo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, quaisquer contratos de fornecimento e de recolha celebrados;
- ✓ O sistema tem a configuração constante do projeto global constante do contrato de concessão, designado por projeto global do sistema, abrangendo a área do sistema integrado de despoluição do vale do Ave, e pode ter as adaptações técnicas que o seu desenvolvimento aconselhar e pode ser desenvolvido por fases, e as áreas abrangidas pelo projeto global do sistema encontram-se definidas naquele contrato;
- ✓ Nas áreas abrangidas pelo sistema, pode o concedente, com fundamento em razões ponderosas de natureza técnica e ou económica, autorizar a manutenção de sistemas alternativos de abastecimento de água e/ou de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, para utilizadores de áreas geográficas delimitadas, de pequena dimensão, estando o utilizador municipal e/ou o município utilizador obrigado à imediata desativação dos sistemas alternativos logo que ultrapassadas as razões justificativas da sua manutenção.

O objeto da concessão (Cláusula 2.ª) inclui:

- ✓ A atividade da concessão compreende, em regime de exclusivo, a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público, bem como a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e de efluentes industriais, bem como a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas e o respetivo tratamento e rejeição, que cumpram o disposto no regulamento de exploração relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente;
- ✓ O objeto da concessão compreende ainda o seguinte:

- A conceção, a construção, a instalação, a aquisição ou outro meio previsto para a afetação e a extensão, nos termos do projeto global constante do Anexo I, das infraestruturas e instalações necessárias à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público dos utilizadores e à recolha, ao tratamento e à rejeição dos efluentes domésticos, urbanos e industriais canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, e os respetivos tratamento e rejeição, incluindo condutas e coletores, estações elevatórias, estações de tratamento de água para consumo público e estações de tratamento de águas residuais;

- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, a instalação e a extensão de todos os equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público dos utilizadores e à recolha, ao tratamento e à rejeição de efluentes domésticos, urbanos e industriais canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, e os respetivos tratamento e rejeição;

- A conservação, a reparação, a renovação, a manutenção, a adaptação e a melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos previstos nas alíneas anteriores, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público e de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;

- O controlo dos parâmetros de qualidade da água fornecida e dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos sejam descarregados.

Em termos de serviço público (Cláusula 7.ª), a concessão abrange:

- ✓ A concessão tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem

como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

- ✓ A concessionária deve garantir durante todo o prazo da concessão o cumprimento dos objetivos relativos à adequação da interface com o utilizador, sustentabilidade da gestão do serviço e de sustentabilidade ambiental, que reflitam os pressupostos do EVEF em vigor, quando aplicável.

A Cláusula 17.ª do contrato de concessão define os critérios para a fixação das tarifas e que passam por:

- ✓ As tarifas são fixadas de forma a assegurar a proteção dos interesses dos utilizadores, a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico e financeiro da concessão, a estabilidade tarifária, a acessibilidade social dos serviços, a recuperação ou repercussão dos desvios de recuperação de gastos e dos ajustamentos de encargos e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da concessão;
- ✓ A fixação das tarifas obedece aos seguintes critérios:

  - Assegurar, dentro do período da concessão, a amortização do montante efetivo do investimento inicial a cargo da concessionária, bem como a amortização do ativo intangível e ativo fixo tangível das concessionárias dos sistemas referidos no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, considerado como investimento inicial, deduzido das comparticipações e dos subsídios a fundo perdido;

  - Assegurar a manutenção, reparação e renovação de todos os bens e equipamentos afetos à concessão;

  - Assegurar a amortização tecnicamente exigida de eventuais novos investimentos de expansão, modernização ou renovação do sistema especificamente incluídos nos planos de investimento autorizados, deduzido das comparticipações e subsídios a fundo perdido;

  - Atender ao nível de gastos necessários para uma gestão eficiente do sistema e à existência de receitas não provenientes das tarifas;

  - Permitir a cobertura dos encargos financeiros anuais decorrentes do modelo de financiamento da concessionária por capitais alheios, bem como os decorrentes de garantias e avales a prestar a terceiros;

  - Assegurar a recuperação dos desvios de recuperação de gastos existentes ou determinados nas sociedades concessionárias extintas;

  - Assegurar a recuperação dos desvios de recuperação de gastos que se gerarem no âmbito da concessão até ao termo do primeiro subperíodo do terceiro período tarifário;

  - Assegurar a recuperação dos ajustamentos de encargos que se gerarem no âmbito da concessão a partir do segundo subperíodo do terceiro período tarifário;

  - Assegurar a recuperação dos encargos que legalmente impendam sobre a atividade concessionada, nomeadamente os de natureza tributária, os resultantes do funcionamento da entidade reguladora do setor e da comissão de acompanhamento da concessão;

  - Assegurar uma adequada remuneração dos capitais próprios da concessionária.

Em termos tarifários, o contrato de concessão (Cláusula 18.ª) estabelece que:

- ✓ As tarifas a aplicar aos utilizadores no primeiro e segundo períodos tarifários são as previstas e definidas no contrato de concessão, a preços constantes de 2015, atualizadas para o ano da sua aplicação de acordo com as variações médias anuais do índice harmonizado de preços no consumidor;
- ✓ As tarifas a aplicar no terceiro período tarifário são aprovadas pela entidade reguladora do setor, nos termos da lei e regulamentação aplicáveis, devendo a concessionária apresentar para o efeito, até 30 de abril do ano anterior ao início do subperíodo em que vão vigorar, um projeto tarifário devidamente detalhado e justificado quanto aos rendimentos estimados e aos gastos previsionais de exploração, de investimento e financeiros, por atividade, para o período subsequente de 5 (cinco) anos;
- ✓ A entidade reguladora deve pronunciar-se sobre o projeto tarifário referido no número anterior até 30 de setembro;
- ✓ O projeto tarifário quinquenal deve proceder à revisão dos pressupostos técnicos e económico e financeiros constantes do contrato de concessão, e as tarifas propostas devem permitir a cobertura integral dos gastos das atividades concessionadas, em cenário de eficiência produtiva de acordo com os critérios previamente definidos com a entidade reguladora do setor.

O Sistema de Águas

A Águas do Norte, S.A. sucedeu, igualmente, à Águas do Noroeste, S.A., na exploração e gestão do Sistema de Águas, em resultado da celebração de contrato de parceria pública, entre o Estado Português e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, em 5 de julho de 2013, e da celebração de contrato de gestão entre o Estado, os referidos municípios e a Águas do Noroeste, S.A., em 26 de julho de 2013.

Com esta atividade, a Águas do Norte, S.A. garante de forma regular, contínua e eficiente, a prestação de serviços de água e a construção e/ou renovação das redes em *baixa*, a mais de 80.000 clientes. A área dos 8 municípios abrangidos pelo Sistema de Águas é de 1.654 km2 e a população de 300 mil habitantes, correspondendo a cerca de 3% da população portuguesa.

Em termos contratuais (cláusula 4.ª do contrato de gestão), o Sistema de Águas compreende:

- ✓ Nas áreas territoriais definidas na solução técnica global constituída pelos Anexos ao Contrato de Gestão, os Municípios Parceiros atribuem à Águas do Norte, S.A. (também designado por Entidade Gestora da Parceria ou EGP), em regime de exclusivo, a exploração e a gestão dos serviços de águas, as quais devem ser realizadas pela EGP nos termos do contrato de gestão, do contrato de parceria e da legislação aplicável;
- ✓ Os Municípios não podem praticar quaisquer atos que possam, direta ou indiretamente, prejudicar o direito de exclusivo territorial atribuído à EGP, designadamente a utilização, no âmbito definido na solução técnica global, de captações de água para consumo humano, públicas ou privadas, bem como de sistemas coletivos de disposição de águas residuais domésticas de responsabilidade municipal;
- ✓ O Sistema tem a configuração constante da solução técnica global constante do contrato de gestão, que compreende as infraestruturas a construir e a renovar pela EGP e a ceder pelo Municípios. A solução técnica pode ser objeto de adaptações técnicas durante o período de vigência da Parceria, a efetuar através de revisões quinquenais;
- ✓ Os sistemas municipais que integram o Sistema são constituídos pelas infraestruturas, identificadas nos anexos referidos nos números anteriores, cuja operacionalidade concorre técnica e fisicamente de forma direta para a prestação dos serviços de águas aos utilizadores finais, nelas se incluindo, com a extensão e limites que decorrem dos referidos anexos, os equipamentos e mecanismos a construir pela EGP e funcionalmente afetos ao Sistema.

A exploração e gestão dos serviços (cláusula 5.ª) de águas abrange:

- ✓ A exploração e gestão dos serviços de águas compreende a distribuição de água para consumo público e a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores finais. Compreende ainda a captação e o tratamento de água e o tratamento e rejeição de efluentes nas infraestruturas identificadas, desde que, em qualquer caso, fora do âmbito geográfico definido nos sistemas multimunicipais que os Municípios integrem;
- ✓ O conjunto de infraestruturas referido no contrato pode ser ampliado por acordo entre as Partes, desde que existam razões de interesse público que o justifiquem;
- ✓ A atividade referida no n.º 1 abrange também:

  - A conceção, o projeto e a construção das infraestruturas necessárias à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema, incluindo a respetiva extensão, reparação, renovação e manutenção, de acordo com as exigências técnicas aplicáveis e nos termos da solução técnica global;

  - A aquisição, a manutenção e a renovação de todas as infraestruturas e instalações necessários à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema;

  - O controlo dos parâmetros de qualidade da água para consumo humano distribuída e ou dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas ou entregues às entidades gestoras em *alta*, ou, quando aplicável, tratadas, bem como, nesse caso, dos meios recetores em que sejam descarregadas;

- ✓ A atividade referida pode ser efetuada diretamente pela EGP ou por terceiros, sem prejuízo da sua responsabilidade perante os Parceiros, mediante a celebração de contratos de concessão da exploração e da gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema (designada por concessão de centros de exploração), nos termos admitidos pelo Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, desde que obtido o parecer favorável dos Municípios cujas áreas territoriais estejam em causa, através da realização procedimento contratual nos termos do Código dos Contratos Públicos;

- ✓ A EGP pode exercer outras atividades, ainda que materialmente idênticas à atividade relativa à Parceria, de natureza complementar ou acessória, para as quais esteja técnica e funcionalmente habilitada.

Em termos tarifários, os critérios definidos (cláusula 26.ª) são os seguintes:

- ✓ As tarifas a praticar em qualquer dos períodos tarifários correspondem a tarifas necessárias, que se definem como sendo as tarifas que permitem a recuperação anual de todos os gastos anuais associados à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema e assegurar a sustentabilidade económico-financeira da EGP no âmbito das atividades relativas à Parceria, e a qualidade dos serviços;
- ✓ A recuperação anual de todos os gastos devidos com a exploração e a gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema referida no número anterior compreende, para além de outros, o montante correspondente aos valores mínimos garantidos ou às tarifas aplicadas aos caudais de água e efluentes medidos ou estimados devidos pelos Municípios nos termos dos contratos de concessão da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Noroeste, do sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do sul da área do Grande Porto e do sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto;
- ✓ O valor das tarifas a suportar pelos utilizadores finais deve ser progressivamente uniformizado até ao termo do período de convergência tarifária, tendo por base os princípios que determinam as trajetórias de convergência definidas no contrato de gestão;
- ✓ O período de convergência tarifária compreende várias fases e tem em conta as áreas territoriais dos Municípios, iniciando-se com a uniformização da estrutura tarifária, e culminando com a igualdade nos valores das tarifas em cada escalão, de acordo com a trajetória das tarifas médias, vertida no contrato de gestão.

As tarifas visam:

- ✓ Assegurar, dentro do prazo de vigência do presente Contrato:

  - A amortização do investimento inicial a cargo da EGP, deduzido das comparticipações e subsídios a fundo perdido, bem como, nos mesmos termos, a amortização do investimento de renovação, reabilitação e substituição;

  - A amortização tecnicamente exigida de eventuais novos investimentos de expansão ou modernização do Sistema especificamente incluídos nos planos de investimento, deduzido das comparticipações e subsídios a fundo perdido;

- ✓ Assegurar a manutenção, a reparação e a renovação tecnicamente exigida de todas as infraestruturas afetas à Parceria;
- ✓ Assegurar os encargos com as tarifas ou os valores mínimos garantidos às concessionárias dos sistemas multimunicipais de que os Municípios sejam utilizadores;
- ✓ Assegurar os encargos necessários à exploração e à gestão eficiente dos serviços de águas relativos ao Sistema, designadamente os obrigatórios, nos termos da lei ou da regulamentação aplicáveis, e os da prestação dos serviços de administração, gestão e assistência técnica;
- ✓ Assegurar a retribuição aos Municípios;
- ✓ Assegurar uma remuneração anual efetiva adequada dos capitais investidos por via da presente Parceria;
- ✓ Assegurar o pagamento de prestações pecuniárias aos concessionários dos centros de exploração, quando aplicável e nos termos do correspondentes contratos;
- ✓ Assegurar a recuperação dos encargos decorrentes do financiamento;
- ✓ Assegurar a recuperação de desvios de recuperação de gastos provenientes do primeiro período tarifário;
- ✓ Os gastos referidos devem incluir a parcela dos gastos comuns às atividades prosseguidas pela EGP, devendo, para esse efeito, ser objeto de adequada imputação a cada uma das atividades, em função da sua afetação.

A estrutura tarifária (Cláusula 25.ª) deve obedecer a:

- ✓ Os tarifários a aplicar pela EGP em cada um dos Municípios devem ter a mesma estrutura tarifária, e sem prejuízo das tarifas devidas pela prestação de serviços auxiliares, a estrutura tarifária compreende o seguinte:

  - Uma componente fixa;

  - Uma componente variável;

- ✓ A componente fixa a que se refere o número anterior corresponde ao valor necessário para, tendencialmente e em função do número de utilizadores, recuperar, em cada exercício, os gastos da EGP associados à disponibilização dos serviços e que não variam em função do número de utilizadores, designadamente os gastos com estrutura, recursos humanos ou investimento;
- ✓ A componente variável corresponde ao valor unitário aplicável em função do nível de utilização do serviço, em cada intervalo temporal, visando recuperar, em cada exercício, os gastos da EGP não recuperados através da componente fixa, incluindo a remuneração devida aos acionistas.

O modo de fixação, atualização e revisão das tarifas (Cláusula 27.ª) compreende:

- ✓ As tarifas aplicadas durante o período de convergência tarifária são as que resultam da aplicação do modelo definido no contrato de gestão e são objeto de atualização anual pela EGP, nos termos do disposto naquele contrato;
- ✓ As tarifas para os subperíodos tarifários subsequentes ao período de convergência tarifária são revistas quinquenalmente, aplicando-se no segundo subperíodo tarifário as tarifas resultantes da primeira revisão quinquenal, e são objeto de atualização anual;
- ✓ No âmbito do processo de revisão quinquenal das tarifas, a EGP procede a uma revisão obrigatória do EVEF em vigor, estabelecendo a trajetória tarifária e os objetivos de gestão do subperíodo tarifário subsequente;
- ✓ Os projetos tarifários quinquenais são submetidos pela EGP à Comissão de Parceria, acompanhados da pronúncia da entidade reguladora sobre a conformidade do tarifário com a regulamentação e legislação em vigor;
- ✓ A Comissão de Parceria só pode rejeitar um projeto tarifário apresentado pela EGP se o mesmo violar regras imperativas de fixação de tarifas previstas no contrato de gestão, no contrato de parceria ou na legislação aplicável.

A Sustentabilidade

A Sustentabilidade é parte integrante da estratégia de gestão, porquanto sustenta a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a qualidade dos nossos serviços, ao longo do tempo, está alicerçada nas nossas preocupações éticas, sociais, laborais económicas e ambientais. A Águas do Norte tem por missão prestar serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, está bem ciente da enorme responsabilidade inerente a estas atividades essenciais à qualidade de vida e da saúde das pessoas, ao desenvolvimento das atividades económicas e à preservação do ambiente, contribuindo ao longo das últimas décadas para uma profunda transformação do setor.

No que respeita à promoção dos ODS e ao reforço do compromisso com as pessoas, com a saúde pública e com o ambiente, entre as diferentes iniciativas promovidas nacional e internacionalmente merece especial atenção a adesão do Grupo Águas de Portugal à iniciativa "Joint Statement on the Right to Sanitation", lançada por um conjunto de entidades europeias, com a qual se pretende que a Comissão Europeia introduza disposições legais, na revisão da Diretiva do Tratamento Urbano de Águas Residuais, que garantam o melhor acesso possível a serviços de saneamento para todo o Continente Europeu, em consonância com as disposições de direitos humanos.

O acesso à água, o mais precioso dos recursos, assim como o saneamento, são direitos humanos consagrados pela ONU, apresentando a água e a segurança hídrica um papel central no quadro dos ODS da Agenda 2030, assumindo o ODS 6 "Água e saneamento para todos" uma importância transversal porque "sem água não há vida, é o core do Grupo Águas de Portugal e é para ele que trabalhamos todos os dias.

Não obstante os 17 ODS estarem interligados, a necessidade de água potável e saneamento é transversal à concretização de todos os outros. Importa, pois referir que o ODS 6 - Água Potável e Saneamento, impacta a concretização dos outros ODS, conferindo ao Grupo AdP um papel fundamental e de elevada responsabilidade no caminho dos ODS, em Portugal e além-fronteiras.

Em 2022 a Águas do Norte, S.A., continuou comprometida com o desenvolvimento sustentável. Caminhou com afinco e compromisso no combate às alterações climáticas, apostou forte na economia circular e na inovação e empenhou-se nas políticas sociais rumo ao cumprimento da Agenda 2030.

A estratégia passa pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Promoção da eficiência energética das infraestruturas com redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, onde se inserem medidas de redução de perdas de água e de afluências indevidas às redes de saneamento.
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.
- Maximização da energia produzida para autoconsumo mediante a alteração do padrão de operação, incorporando a produção e armazenamento de energia no core da atividade de abastecimento, saneamento e reutilização, promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência, a digitalização e uma aposta na qualificação dos trabalhadores/as.

2022 foi o ano de regresso à normalidade depois do período conturbado marcado pela Pandemia Covid19. Neste contexto, prosseguimos o nosso caminho mantendo os processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios da universalidade, qualidade de serviço, eficiência e garantia que nunca faltasse água na torneira e que as suas águas residuais fossem tratadas.

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade. A nossa atuação face aos compromissos assumidos e metas encontram-se plasmados no relatório de sustentabilidade (consolidado) do Grupo AdP disponível em www.adp.pt.

De forma a enfrentar os grandes desafios societais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, impôs-se uma evolução do paradigma, rumo que assumimos no Quadro Estratégico de Compromisso (QEC), reflexão estratégica, envolvendo todos os gestores e trabalhadores e trabalhadoras do Grupo, onde sistematizamos a nossa visão para 2030.

Em junho de 2020, o Conselho de Administração da AdP SGPS promoveu o desenvolvimento de uma reflexão estratégica, envolvendo todos os gestores e trabalhadores e trabalhadoras do Grupo, que deu origem ao Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo Águas de Portugal. O QEC expressa a nossa ambição de uma busca permanente das melhores práticas, visando estabelecer um rumo mobilizador e que permitirá consolidar a nossa visão partilhada e afirmativa, criando valor para todas as partes interessadas. Este quadro estratégico pretende dar resposta à evolução do paradigma e aos grandes desafios societais relacionados com este setor, reforçando a capacidade de resposta do Grupo à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular e permitindo prosseguir uma utilização mais eficiente dos recursos, os objetivos de melhoria da qualidade da água e dos níveis de atendimento das populações, colocando Portugal entre os melhores desempenhos ambientais da Europa.

Este quadro estratégico vem dar respostas a 12 desafios nas áreas de governação, excelência de serviço e utilidade social e reflete a experiência coletiva de décadas dos verdadeiros especialistas no setor da água, que são os trabalhadores e trabalhadoras do Grupo Águas de Portugal.

Em 2022 o Grupo reviu a estratégia de sustentabilidade com base nos desafios definidos neste Quadro Estratégico e os nossos compromissos e metas 2021-2023. Foi um processo transversal e participativo que teve o envolvimento dos principais stakeholders, assim como a mobilização da inteligência coletiva enquanto ativo principal do Grupo.

A Estratégia de Sustentabilidade 2021/2025

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos stakeholders, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A nossa estratégia de sustentabilidade até 2025 está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

Os *Stakeholders* ou as Partes Interessadas

A Águas do Norte, S.A. está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

Deveres especiais de prestação de informação

A Águas do Norte, S.A., cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco

A Águas do Norte, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a Águas do Norte, S.A. se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2022 foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de **implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI)** do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

- ## Ambiente de Controlo

  Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

  Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

  É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- ## Avaliação dos Riscos

  Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

  O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

  Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expetativas.

- Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

A Águas do Norte encontra-se a proceder à adaptação do Manual base de Controlo Interno do Grupo AdP, com a incorporação das MRC já elaboradas, e das métricas aprovadas prevendo-se que a sua aprovação pelo Conselho de Administração ocorra no decurso de 2023.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, em 2023 será efetuado um primeiro exercício de verificação do cumprimento das métricas de avaliação do sistema de controlo interno, não vinculativo, que permitirá, no entanto, à empresa obter uma sensibilidade preliminar para o cumprimento das mesmas, bem como do funcionamento das componentes contempladas no sistema de controlo interno.

Uma vez concluída a implementação do SCI, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos chave, decorrentes das auditorias a realizar anualmente, possibilitarão a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração sobre o desempenho do SCI.

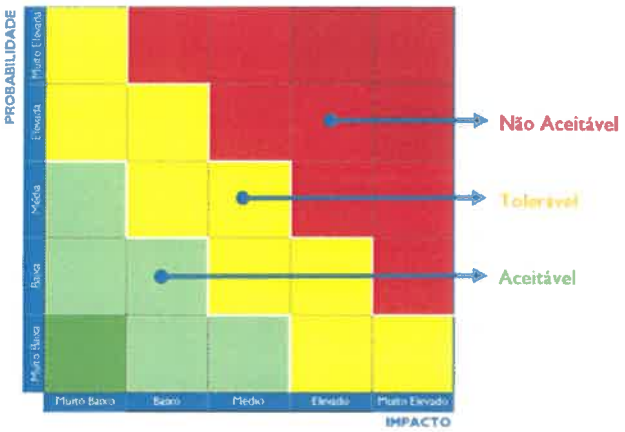
Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governação, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Norte,S.A., sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela Águas do Norte,S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a

desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a Águas do Norte, S.A. se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021:

- Sustentabilidade financeira - Risco de incapacidade de gerar meios que financiem a operação, que não leve a uma dependência excessiva de clientes-chaves e à incapacidade de recuperação do défice tarifário, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão.
- Relacionamento com municípios - Risco de não atingimento dos objetivos estratégicos da Organização, decorrente da ineficiente gestão do relacionamento com os municípios, originando litígios, consequentes dificuldades operacionais na exploração das infraestruturas e degradação da imagem da Organização.
- Gestão de contratos de Concessão ou Gestão - Risco de não obtenção do retorno expectável ao longo do período de vida do contrato de concessão, decorrente da conjuntura política, económica e financeira do país ou de um inadequado acompanhamento das métricas de gestão definidas para os mesmos.
- Gestão da dispersão geográfica - Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.
- Catástrofe – Risco de ocorrência de eventos catastróficos com impacto ao nível da continuidade do negócio.

RISCO FINANCEIRO

A informação relativa a este ponto deve ser consultada no ponto 2 do Cumprimento das Orientações Legais.

A Atividade Operacional

Investimento

A Águas do Norte, S.A., no âmbito do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, realizou cerca de 15,3 milhões de euros em empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e cerca de 5,9 milhões de euros em outros investimentos.

A Empresa deu igualmente continuidade ao plano de investimentos previstos para o Sistema de Águas da Região do Noroeste, realizando cerca de 8,5 milhões de euros em empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, e cerca de 2,5 milhões de euros em outros investimentos.

No global, em 2022, a Águas do Norte, S.A. realizou 32,3 milhões de euros de investimento, sendo 23,8 milhões de euros relativo a empreitadas, nas componentes de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, (dos quais 14,6 milhões em infraestruturas de abastecimento de água) e cerca de 8,5 milhões de euros em outros investimentos.

Investimentos	Empreitadas (Milhares de EUR)	Outros Investimentos [1] (Milhares de EUR)	Investimento Total (Milhares de EUR)
Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	15 323	5 939	21 263
Sistema de Águas da Região do Noroeste	8 466	2 524	10 990
TOTAL	**23 789**	**8 464**	**32 253**

(1) Inclui Estudos e Projetos, Fiscalização de Obras, Assessorias Técnicas, Terrenos e Apoio às Expropriações, Capitalizações e Outros Investimentos.

Foram ainda registados 12.783 Euros em investimentos financeiros relativos OIF-Fundo de compensação do Trabalho.

Exploração

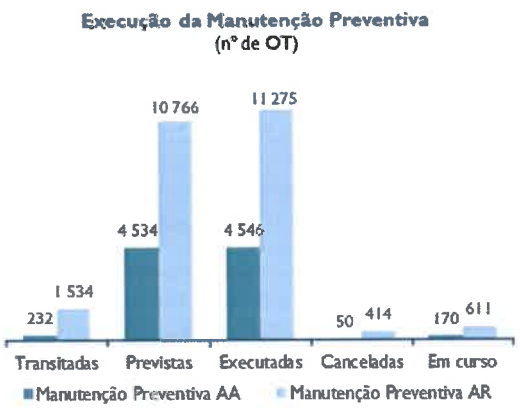
Gestão Técnica

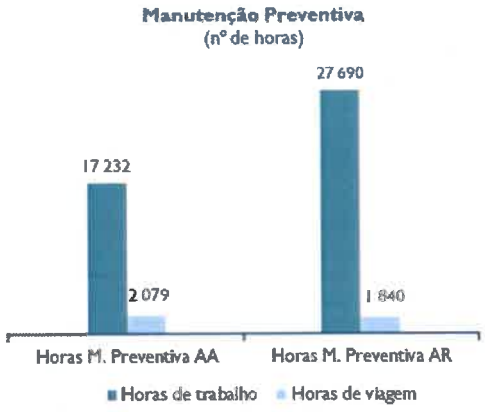
Durante o ano de 2022 a atividade desta área centrou-se na uniformização de práticas e metodologias e no suporte técnico, bem como o apoio na vertente técnica e financeira em articulação com as necessidades dos Centros de Exploração.

a) Gestão da Manutenção

A área da Gestão da Manutenção monitorizou o cumprimento do plano de manutenção preventiva estabelecido apoiando os responsáveis de manutenção nas suas atividades. Foram registadas 103.284 horas de trabalho pelas equipas de manutenção.

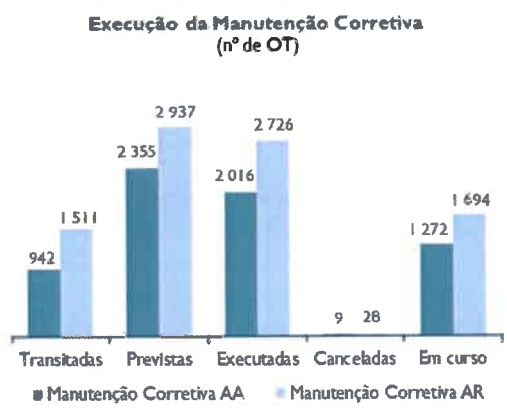
No que respeita à Manutenção Preventiva, os níveis de cumprimento do Plano da Manutenção atingiram o valor global de 95,3% num total de 15.821 ordens de trabalho realizadas, conforme se ilustra nos gráficos seguintes:

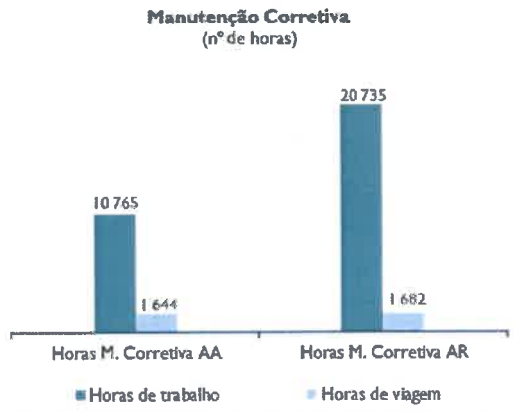




Execução do Plano de Manutenção Preventiva (%)	
Manutenção Preventiva AA	96,4%
Manutenção Preventiva AR	94,9%
Total	**95,3%**

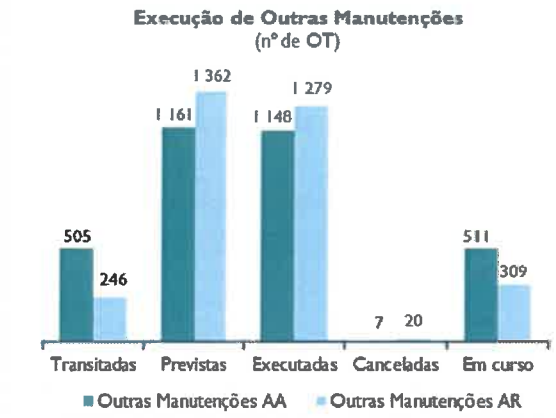
Em termos de Manutenção Corretiva, a percentagem de realização atingiu 61,5%, num total de 4.742 ordens de trabalho executadas.

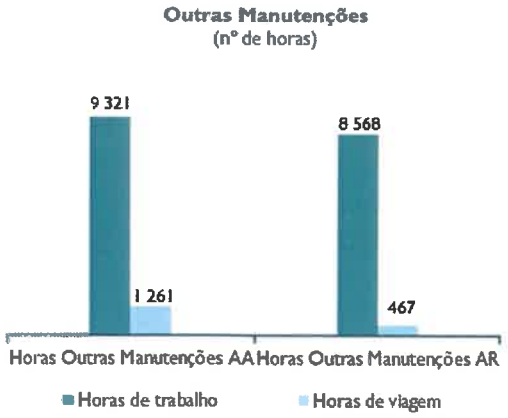




Execução do Plano de Manutenção Corretiva (%)	
Manutenção Corretiva AA	61,3%
Manutenção Corretiva AR	61,7%
Total	**61,5%**

Em Outras Manutenções, onde se incluem as manutenções de melhoria, obras novas e outros trabalhos diversos, a percentagem de realização atingiu 74,7 %, num total de 2.427 Ordens de Trabalho realizadas.





Execução do Plano de Manutenção - Outras Manutenções (%)	
Outras Manutenções AA	69,2%
Outras Manutenções AR	80,5%
Total	**74,7%**

Nas atividades de apoio, esta área assegurou ainda a gestão dos procedimentos de aquisição de serviços de manutenção transversal aos nove Centros de Exploração da atividade em alta e Sistemas Municipais, assim como também apoiou em diversos processos geridos pela Direção de Gestão de Ativos e Engenharia, Área de Compras e Logística e Direção Administrativa e Financeira.

De entre as diversas atividades desenvolvidas destaca-se a gestão da:

- Aquisição de serviços de manutenção de ar condicionado, ventilação e refrigeração afetos à atividade da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos associados aos sistemas automáticos de deteção de incêndios da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de serviços de manutenção corretiva dos equipamentos de elevação de cargas da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos empilhadores da Águas do Norte S.A.;

- Aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva das centrífugas da Águas do Norte, S.A.;

- Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva dos Sistemas de Ozonização da Águas do Norte, S.A.;

b) Instrumentação

Durante o ano 2022, esta área assegurou os diversos trabalhos relativos ao parque de instrumentos, quer verificação, manutenção, aquisição e suporte técnico aos nove Centros de Exploração da atividade em alta e Sistemas Municipais. Além das solicitações dos Centros de Exploração, também apoiou nos processos geridos pela Direção de Gestão de Ativos e Engenharia, dando suporte técnico nas componentes que lhe dizem respeito.

De entre os diversos trabalhos desenvolvidos destaca-se:

- Realização das verificações metrológicas em medidores de caudal de faturação de acordo com o previsto no plano de atividades bienal;

- Realização do controlo metrológico em básculas de acordo com o previsto no plano de atividades anual;

- Realização do controlo metrológico em manómetros de acordo com o previsto no plano de atividades anual;

- Realização do controlo metrológico em detetores fixos de gases e detetores portáteis de gases, de acordo com o previsto no plano de atividades anual;

- Realização de campanhas de medição de caudal e pressão para apoio ao cálculo do rendimento dos grupos de bombagem;

- Aquisição e manutenção de vários equipamentos de instrumentação, como medidores de caudal, medidores de nível, medidores de cloro, pH, turvação, condutividade, oxigénio, ozono, entre outros;

- Aquisição e instalação de medidores de caudal em várias infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento;

- Apoio à Área de Compra e Logística na preparação de diversos procedimentos de aquisição de equipamentos de instrumentação.

Gestão de Energia

Durante o ano 2022 a Área de Gestão de Energia teve como principais objetivos, continuar com a implementação de toda uma filosofia assente num conceito de Neutralidade Energética, devidamente alinhado com o "ZERO - Neutralidade Energética", programa definido para o grupo Águas de Portugal. Procurou ainda, a manutenção de todos os seus processos e procedimentos definidos nos anos transatos, desde a criação da Águas do Norte, S.A., e tendo como principal meta o contínuo desenvolvimento do Sistema de Gestão de Energia, sempre com o foco na promoção de ações e medidas de inovação, otimização e eficiência energética.

Como principais destaques pode referir-se:

- Continuidade na implementação do Programa "ZERO – Neutralidade Energética", desenvolvendo-o com base em dois pilares essenciais:

  a. Pilar da Produção;

  b. Pilar da Eficiência Energética;

Enquadrados no âmbito do Programa "ZERO", na AdNorte desenvolveram-se os seguintes projetos:

I. <u>Produção:</u>

- Conclusão da instalação de Unidades de Produção em Autoconsumo (UPAC) solar na ETA de Areias de Vilar e na ETAR de Terras de Bouro, tendo entrado ao serviço a UPAC da ETA de Areias de Vilar;

- Adjudicação de um procedimento para concessão construção de 16 Unidades de Produção Autoconsumo (UPAC) solar, equivalente a 3,2 GWp de potência de produção a instalar;

- Preparação de um processo de concurso público, para concessão construção de 11 Unidades de Produção em Autoconsumo (UPAC) solar, equivalente a 1,6 GWp de potência de produção a instalar;

- Adjudicação da empreitada de remodelação da ETAR de Viana-Cidade, a qual inclui a construção de uma Unidade de Produção em Autoconsumo (UPAC) solar de 20 kWp;

- Preparação de um processo de concurso público, para remodelação da ETA do Alvão, a qual inclui a construção de uma Unidade de Produção em Autoconsumo (UPAC) solar de 42,5 kWp, e a instalação de uma pico-turbina de 15 kW na entrada de água bruta na ETA;

- Preparação de um processo de concurso público, para remodelação da conduta adutora de água bruta, desde a Barragem do Alvão até à ETA do Alvão, a qual inclui a construção de uma central Mini-Hídrica de 350 kW, estando somente considerado nesta fase toda a parte de civil, ficando a parte de equipamento para fase posterior;

- Finalização do 1.º estudo preliminar para potencial Eólico em 5 locais/infraestruturas;

- Realização de estudo complementar, ao estudo prévio existente para a construção de uma Mini-Hídrica de aproveitamento de excedentes da Barragem de Pretarouca, com uma potência instalada de 1,2 MW;

- Adjudicação do procedimento de conceção construção para beneficiação da linha de Biogás da ETAR de Vila Real, aumentando a potência de Cogeração de 22 kWe para 120 kWe;

- Elaboração dos projetos de interligação à RESP, de 3 unidades de Cogeração existentes nas ETAR de Cávado-Homem, ETAR de Ponte da Baia e ETAR do Sousa, tendo por objetivo, potenciar a produção de energia em rendimentos das máquinas mais elevados.

II. Eficiência Energética:

- Desenvolvimento de procedimentos de monitorização e análise de eficiência e rendimentos de infraestruturas, nomeadamente sistemas elevatórios e seus equipamentos;

- Finalização dos 2 projetos "RISCA", para substituição de grupos de elevação na Estação Elevatória de ROM e na Captação do Azibo;

- Preparação de procedimentos para substituição de sistemas de bombagem, no sentido da otimização do processo elevação;

- Adjudicação de procedimentos para substituição de grupos de bombagem, tendo por objetivo a otimização do processo elevação (Estação Elevatória 01 Ramo Nascente; Estação Elevatória de Macedo de Cavaleiros; Captação de Troporiz; Estação Elevatória da ETA -Possacos);

- Finalização da empreitada de remodelação da linha líquida da ETAR de Vila Real, que teve como foco a otimização de processo e equipamentos, com o objetivo de melhor energeticamente a instalação;

- Realização de um Bypass na Estação Elevatória de Vassal do subsistema de abastecimento de água do Rabaçal, tendo por objetivo obter uma redução de consumo energético, através do aproveitamento da pressão de aspiração;

- Beneficiação da rede difusora de ar do tanque biológico, na ETAR de Vila Nova de Cerveira;

- Lançamento de um procedimento para aquisição de turbinas de arejamento mais eficientes, para as ETAR de Gelfa e Marinhas;

- Lançamento de um procedimento para aquisição de novos grupos de bombagem para Estações Elevatórias de águas residuais, tendo como objetivo a instalação de grupos mais eficientes e ajustados às condições de funcionamento;

- Inicio de implementação de um "Sistema piloto UNLOAD Controlo para descarga de águas pluviais" na Estação Elevatória de Quinta do Faião do subsistema de saneamento de Vilar-Sernancelhe.

Além dos processos específicos anteriormente mencionados, tivemos ainda os seguintes:

- Continuidade dos contratos de manutenção preventiva a Postos de Transformação e Geradores, Carregadores de viaturas elétricas, Disjuntores de Média Tensão de grupos de bombagem (Casais e Estação Elevatória 01 de Areias de Vilar), Variadores de velocidade de Média Tensão da Estação Elevatória de Casais;

- Início da execução e preparação dos seguintes contratos de Manutenção:

  - Cogeradores das ETAR de Ponte da Baia, ETAR do Sousa e ETAR de Vila Real;
  - Equipamentos de compensação de fator de potência (vulgo Baterias de condensadores);
  - Unidades de pequena produção de energia (UPP), autónomas e de tecnologia solar;

- Continuação do processo de monitorização desagregada de informação de energia pelas várias infraestruturas, consideradas maiores consumidoras, para integração dos dados no POWER;

- Continuidade com o processo de monitorização e manutenção de equipamentos de compensação de energia reativa;

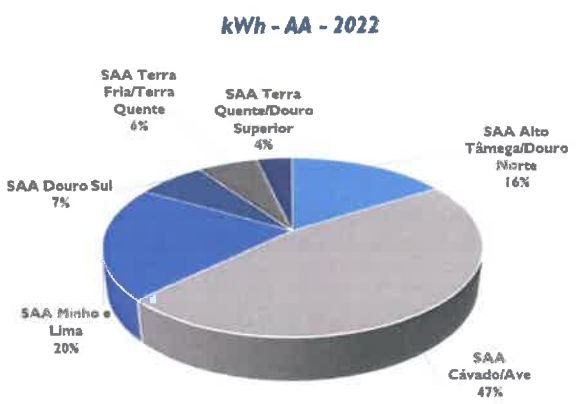
- Obtenção de certificado para mais duas infraestruturas na NP ISO 50001: ETA da Lapela e Captação de Troporiz;

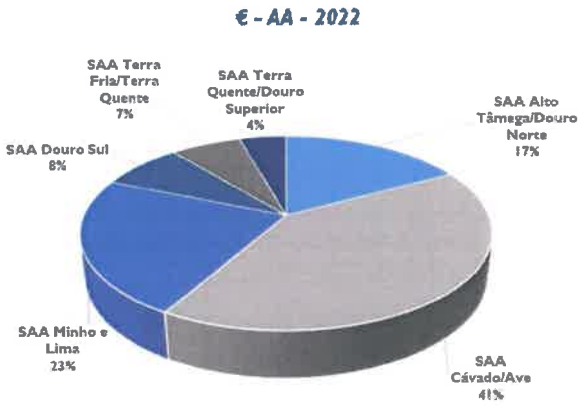
- Alargamento à fronteira da ISO 50001 de mais cinco infraestruturas: ETA do Rabaçal e ETA do Balsemão, ETA do Rabagão, Captação do Rabagão e ETAR de Penices;

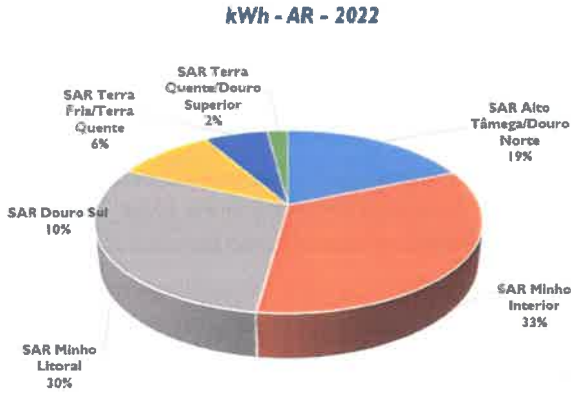
- Manutenção do Certificado em 16 infraestruturas na NP ISO 50001: ETAR de Vila Real, ETA de Areias de Vilar, ETA e Captação do Pinhão, ETA e Captação de S. Jorge, Estação Elevatória de Barradas, Estação Elevatória de Casais, ETA do Vilar, ETA do Alto Rabagão, ETA do Sordo, ETAR de Serzedo, ETA e Captação do Azibo, ETA e Captação de Lapela.

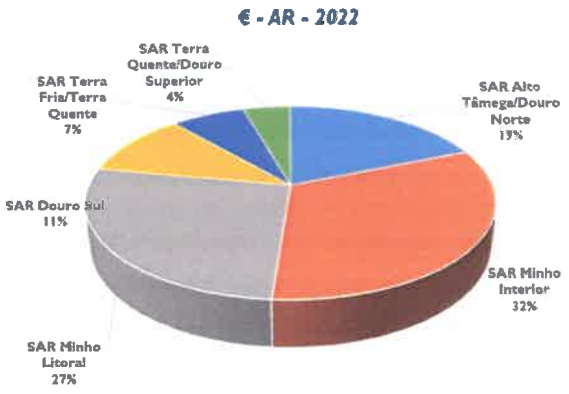
Análise aos Consumos

Em termos de consumos globais de energia, verificou-se uma quase total dependência da energia elétrica (> 99%). Para o ano de 2022 o consumo global de energia elétrica foi de cerca de 99 GWh na atividade da "Alta", 1,8 GWh na atividade da "Baixa" e 0,21 GWh em "suporte", representando um custo 4,6 milhões de euros na atividade da "Alta", 382 mil euros na atividade da "Baixa" e 29 mil euros em "suporte".









Todos estes custos e consumos de energia elétrica estão afetos aos 1.782 contratos de compra de energia, 1 em Alta Tensão (AT), 232 em Média Tensão (MT), 86 em Baixa Tensão Normal (BTE) e 1.463 em Baixa Tensão Normal (BTN).

Produção de Energia

A Águas do Norte, S.A. apesar de grande consumidora de energia elétrica dispõe de algumas instalações elétricas que produzem energia elétrica, quer ao abrigo do autoconsumo, assim como de venda à rede, no âmbito da Microprodução e Mini produção, utilizando para o efeito diferentes tecnologias, nomeadamente Fotovoltaica, Cogeração a Biogás e Hídrica. No ano de 2022 a produção de energia elétrica foi cerca de 3,5 GWh (Cogeração 2,6 GWh; Solar – 0,75 GWh; hídrica – 0,15 GWh), traduzindo-se num proveito estimado em cerca de 264.000 euros.

Sistema de Gestão de Consumidores Intensivos de Energia (SGCIE)

Durante o ano de 2022, foi atualizado todo o processo afeto às 5 instalações consideradas como Consumidoras Intensivas de Energia (CIE), registadas no SGCIE, tendo-se efetuado as auditorias e relatórios de acompanhamento legalmente impostas. No caso da ETA do Alto Rabagão, resultado de uma exploração muito particular, resultado do período de seca que o ano apresentou, passou em 2022, a ser considerada como CIE, fruto de apresentar um consumo energético anual superior a 500 tep.

Certificação Energética (NP ISO 50001:2012)

Cerca de 54 % do consumo total de energia da Águas do Norte, S.A. incide num total de 21 instalações, que são as prioritárias para a implementação desta norma tendo sido definido o seguinte plano:

- Fase 1 (2017-2018) abrangendo 21% do consumo total

  Certificação das instalações - ETA de Areias de Vilar e a ETAR de Vila Real, representando uma instalação na área de negócio tratamento de água e outra na área de negócio de tratamento de águas residuais.

- Fase 2 (2018-2019) abrangendo 45,3% (21% + 24,3%) do consumo total

  Alargamento da implementação da Norma a mais 10 instalações: ETA e Captação do Pinhão, ETA e Captação de S. Jorge, Estação Elevatória de Casais, Estação Elevatória de Barradas-Cerite, ETA do Vilar, ETA do Alto Rabagão, ETA do Sordo e ETAR de Serzedo.

- Fase 3 (2019-2020) abrangendo 47,1% (45,3% + 1,8 %) do consumo total

  Alargamento da implementação da Norma a mais 2 instalações: ETA e Captação do Azibo.

- Fase 4 (2021-2022) abrangendo o valor estimado de 52% do consumo total

  Alargamento da implementação da Norma a mais 4 instalações: ETA e Captação de Lapela, ETA do Balsemão e ETA do Rabaçal.

- Fase 5 (2023-2024) abrangendo o valor estimado de 54% do consumo total

  Alargamento da implementação da Norma a mais 3 instalações: ETA e Captação do Rabagão e ETAR de Penices.

Licenciamento e/ou alimentação de energia elétrica às infraestruturas

Paralelamente a Área de Gestão de Energia tem vindo a dar apoio na gestão de processos de licenciamento e/ou alimentação de energia elétrica às infraestruturas, tanto na atividade em "Alta" como em "Baixa", tendo no ano de 2022 promovido 31 novos processos de ligações de energia elétrica, e concluído 19 processos de ligação à Rede Elétrica de Serviço Público.

Gestão de Subconcessões

A Gestão de Subconcessões detém a gestão do contrato de concessão da TRATAVE, S.A. que explora várias infraestruturas - ETAR e respetivos sistemas de drenagem - que representam uma componente importante da atividade do saneamento do Sistema Multimunicipal da Águas do Norte, SA., abrangendo vários Municípios da Região do Vale do Ave.

O SIDVA constituiu um projeto Piloto à escala de bacia hidrográfica para a resolver de forma integrada o problema das águas residuais geradas pela Indústria Têxtil na região do Vale do Ave.

Para além da gestão corrente dos processos e das atividades constantes do contrato de Concessão, destacam-se as seguintes no ano de 2022:

Foi concretizada e está disponível a interligação aos SCADAS da Tratave, sendo possível a partir de um acesso web, visualizar as parametrizações, os modos de funcionamento e os caudais tratados entre um conjunto vasto de informação, podendo esta ser migrada para o NAVIA da Águas do Norte, S.A..

Em 2022, foi ainda integrada em plataforma da Adnorte (GERE) a informação dos caudalímetros da Vimágua e está a ser estudada a forma de integrar a informação dos caudalímetros da Tratave. A migração da informação oriunda das várias entidades gestoras das redes em alta e em baixa em uma única plataforma, permitirá à Adnorte e às restantes Entidades Gestoras, uma gestão integrada e mais eficiente das redes.

O grupo de trabalho - PREDAFI - constituído para o desenvolvimento de um Plano de Redução de Afluências Indevidas nas Redes de Drenagem integradas nos Municípios de Guimarães e Vizela, concluiu em 2022 o licenciamento e a construção dos três descarregadores de tempestade previamente estudados e simulados hidraulicamente no Município de Guimarães (descarregadores do Selho – DT 5SEL133, DT 5SEL125 e DT 5SEL112), para a mitigação de alguns pontos críticos nas redes já identificados no Estudo Prévio e no Plano de Ações, com o objetivo final de alívio das águas de infiltração nas redes de saneamento.

Adicionalmente, foi simulada hidraulicamente a construção de um descarregador que irá funcionar como descarregador de tempestade da ETAR de Serzedelo, com o objetivo de mitigar as descargas não controladas de águas residuais brutas que acontecem junto ao parque de lazer de Calça Ferros. Já foi aprovada a licença de construção e aguarda-se a melhoria das condições atmosféricas para a sua execução.

Clientes

No decurso do ano 2022 a Águas do Norte, S.A. deu continuidade ao modelo organizativo implementado nos anos anteriores, através do qual esta Concessionária aposta fortemente na implementação de uma estrutura direcionada para a eficiência interna e a melhoria sustentada dos serviços prestados aos Utilizadores (Municipais e Finais) do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal.

Nesse sentido, a Direção de Clientes cumpriu com o objetivo de se constituir como interface da empresa com todos os utilizadores do sistema multimunicipal, quer sejam os parceiros municipais, quer sejam os utilizadores finais, tendo gerido os vários canais de comunicação com estes e assegurado a resposta adequada às solicitações e esclarecimentos apresentados pelos mesmos.

A Direção de Clientes divide-se em duas áreas funcionais:

- A Gestão de Clientes, que se constitui como um canal direto de comunicação com os Utilizadores Municipais e Finais do Sistema Multimunicipal, assegurando a coordenação com as diversas áreas da Empresa no que diz respeito aos seus diversos processos: exploração, faturação, cobrança, comunicação e tratamento de reclamações, assim como a identificação e implementação de ações que contribuam para a melhoria dos indicadores económico-financeiros e o aumento da satisfação dos mesmos Utilizadores e de todas as partes interessadas, e
- A Comunicação e Educação Ambiental, com responsabilidade direta na comunicação interna e externa da empresa e no desenvolvimento da estratégia de comunicação e educação ambiental da empresa.

Desta forma, no âmbito da atividade desenvolvida pela Gestão de Clientes no ano de 2022, deverá referir-se a realização de mais de 120 reuniões de trabalho, e de proximidade, com os Utilizadores do Sistema Multimunicipal, tendo sido

desenvolvidos variados processos de negociação com alguns Utilizadores Municipais, com o objetivo de não só se proceder à regularização e normalização do relacionamento comercial e financeiro entre as duas partes, como também se formalizar a integração de infraestruturas municipais no Sistema Multimunicipal, com a consequente concretização da ligação ao mesmo por parte de alguns dos seus Utilizadores (Municipais e Finais).

Por outro lado, deverá igualmente ser destacado o facto de, no ano de 2022, se ter dado continuidade a realização de algumas das atividades adicionais que já tinham sido desenvolvidas pela Direção de Clientes ao longo dos anos de 2020 e 2021, nomeadamente:

- Organização e disponibilização de serviços de apoio aos Utilizadores da Águas do Norte nas atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, tendo existido uma interação com todos os interlocutores que se mostraram interessados para esse efeito. A realização deste tipo de ações está considerada na Política da Responsabilidade Empresarial a que a Águas do Norte se propôs, sendo umas das responsabilidades constantes da Missão, Visão e Estratégia da empresa.

- Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2021, de 24 de fevereiro, a Direção de Clientes procedeu-se ainda a uma série de ações de dinamização, bem como de avaliação de necessidades, as quais permitirão o desenvolvimento de um modelo técnico e económico subjacente à nova atividade principal e obrigatória atribuída à empresa, e a todas a entidades gestoras de Sistemas Multimunicipais, através do Decreto-Lei n.º 16+/2021, de 24 de fevereiro - Produção de Água para Reutilização (ApR) obtida a partir do tratamento de efluentes nas infraestruturas de tratamento de águas residuais que integram o Sistema Multimunicipal gerido pela Águas do Norte.

De igual modo, dando seguimento à estratégia estabelecida pela Águas do Norte, S.A. para concretizar a redução da dívida por parte de alguns dos Utilizadores Municipais, foram ainda desenvolvidas negociações com vários Utilizadores Municipais, no sentido de que, nos termos da Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2022 e do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, serem eventualmente celebrados acordos de pagamento das respetivas dívidas vencidas com prazos de pagamento mais alargados.

Em consequência, na sequência do acordo de regularização de dívida (ARD) celebrado no ano de 2021entre a Águas do Norte e o Município de Tabuaço, no ano de 2022 foi igualmente possível concluir-se o processo que permitiu a esta concessionária concretizar a cessão dos respetivos Créditos à Caixa Agrícola, com o consequente adiantamento da totalidade do respetivo valor (cerca de 3,4 milhões de euros) por parte desta entidade bancária.

Neste âmbito, foram ainda celebrados, entre a Águas do Norte e os Município de Tarouca e de Melgaço, dois Acordos de Transação, através dos quais foi possível concretizar a regularização da dívida de serviços relativa a cada um dos Municípios em causa, no valor de cerca de 965 mil euros e 609 mil euros, respetivamente. De referir que o processo de regularização de dívidas iniciado em 2019, e que teve continuidade nos anos subsequentes, permitiu igualmente a resolução e a diminuição de muitos dos processos judiciais que persistiam entre estes municípios ou utilizadores municipais e a Águas do Norte, S.A., dando-se assim um passo importante no sentido de se resolverem os processos litigiosos e de se proceder à normalização do relacionamento institucional entre as partes.

Dando cumprimento à estratégia definida para o ano de 2022, a área de Comunicação e Educação Ambiental (CEA) planeou e concretizou um conjunto de ações/ iniciativas, e respetivos suportes de comunicação, que permitiriam atingir os objetivos propostos no sentido de continuar a apostar numa forte ligação aos Utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal, assim como às suas Partes Interessadas.

A Águas do Norte, S.A. é uma empresa reconhecida pelas entidades que constituem o referido Sistema Multimunicipal, pelo que é frequentemente solicitada para colaborar nas ações levadas a cabo pelas mesmas, através da sua presença em exposições, seminários, atribuição de patrocínios, organização de diversos eventos e ações institucionais no âmbito do relacionamento institucional, organização e coordenação de visitas de estudo (Escolas e Universidades) e visitas técnicas às infraestruturas do Sistema Multimunicipal. De referir que, neste âmbito, durante o ano de 2022 foram realizadas 36 visitas, com um total de 1.064 visitantes.

No sentido de corporizar a estratégia de comunicação delineada para o ano de 2022, a CEA também levou a cabo a realização de 371 ações de educação ambiental, juntos de 54 Municípios que integram o Sistema Multimunicipal, tendo impactado cerca de 23.500 participantes, na sua grande maioria crianças e jovens em idade escolar. Desta forma, foi igualmente dado cumprimento ao Programa de Educação Ambiental que a Águas do Norte planeou para o mesmo ano.

Durante o Dia Nacional da Água, que se comemora anualmente a 1 de outubro, a Águas do Norte, desafiou a comunidade educativa de Esposende para a pintura mural da Estação Elevatória de Cepães, sob orientação do artista plástico Tiago Hacke, com a finalidade dar a conhecer parte da biodiversidade associada aos ambientes aquáticos locais.

Ainda no sentido de reforçar a comunicação e aproximação aos municípios, foram dinamizadas mais de 200 sessões de visualização do filme "Dimensão S", através do qual se concretizou uma promoção para o consumo da água da rede pública como um elemento central do estilo de vida saudável. A realização desta iniciativa foi capaz de envolver cerca de 30.000 participantes, distribuídos por 60 Municípios do universo Águas do Norte.

De referir ainda que, no âmbito da comunicação interna e institucional da empresa e durante o ano em análise, foram divulgadas internamente 95 notícias e publicadas externamente outras 80 notícias de interesse geral para todas as partes interessadas. Destaca-se ainda a publicação de 18 edições da Newsletter externa - AdNotícias e da Newsletter interna - Águas do Mês.

Tendo em conta a estratégia de ecoeficiência económica, social e ambiental que norteia a missão da Águas do Norte, S.A., e por forma a corresponder às necessidades atuais dos Municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal, deu-se igualmente continuidade à realização e divulgação da Campanha de Sensibilização Ambiental, com incidência na componente de saneamento, #TRATAMOSoseuESGOTO, que assentou essencialmente na promoção dos meios móveis de recolha de saneamento que a Águas do Norte disponibiliza aos seus clientes em "baixa", servidos pelo Sistema de Águas da Região do Noroeste.

No âmbito do estado de Seca severa que assolou Portugal em 2022, a Águas do Norte, em conjunto com a AdVT – Águas do vale do Tejo/EPAL, desenvolveu a campanha "Poupe Água Hoje para ter Amanhã", com especial enfoque nos municípios servidos pelo sistema de abastecimento de água de Ranhados e que foram mais afetados pela escassez de água - S. João da Pesqueira, Vila Nova de Foz Côa e Tabuaço. A Águas do Norte divulgou e promoveu ainda, junto dos restantes municípios da área de concessão, a campanha desenvolvida pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática - "Feche a Torneira", tendo sido desenvolvidas as seguintes peças de comunicação: Anúncios para imprensa escrita, Cartazes A3 e A4, Roll up, imagens para mupis, imagens para redes socias, infomail, outdoors e spots de rádio.

Sustentabilidade Empresarial

Sistema de Responsabilidade Empresarial

O Sistema de Gestão Integrado da Águas do Norte, S.A. reúne e uniformiza os requisitos de gestão nas vertentes da Qualidade, Ambiente, Segurança, Energia, Ativos, Responsabilidade Social e Investigação, Desenvolvimento e Inovação consolidando os 7 Sistemas de Gestão num único. Este sistema impõe uma maior eficiência nas operações e permite uma resposta coerente e ágil às expetativas das partes interessadas perante os desafios enfrentados pela organização. Por meio do SGI é possível otimizar metas e atividades com impacto direto nos objetivos que pretendem ser alcançados.

O Sistema de Gestão Integrado permite concretizar os compromissos da Águas do Norte, S.A. com a qualidade (NP EN ISO 9001), com a preservação do ambiente (NP EN ISO 14001), com a proteção dos ativos (NP EN ISO 55001) e das pessoas, incluindo o desenvolvimento de atividades de prevenção e de proteção contra riscos profissionais, garantindo condições de trabalho seguras a todos os que trabalham de, e para, a com a Empresa (ISO 45001), com a responsabilidade social (SA8000), com a eficiência energética (NP EN ISO 50001) numa ótica de aumento da sua eficácia e desempenho na procura de soluções inovadoras (NP 4457).

Este Sistema de Gestão Integrado permite, por meio do uso eficaz de recursos em todos os níveis e funções da Águas do Norte, SA, atingir as metas da organização, promover uma melhoria contínua nos processos e o desempenho financeiro através da redução de custos e desperdício.

No contexto atual, as questões ambientais associadas à utilização da energia encontram-se na ordem do dia, o que torna fundamental que as organizações estabeleçam os sistemas e processos necessários para melhorar o seu desempenho energético. Desta forma, o Sistema de Gestão de Energia da Águas do Norte, S.A. certificado pela norma NP EN ISO 50001 permite caminhar no sentido de uma melhor gestão energética, uma redução das emissões de GEE (Gases Efeito Estufa) e outros impactes ambientais e uma redução dos custos de energia, permitindo uma abordagem sistemática, no sentido de alcançar a melhoria contínua do desempenho energético reduzindo os seus custos operacionais por via do aumento da sua eficiência energética.

Esta certificação demonstra que a Águas do Norte, S.A implementou um sistema de gestão energético sustentável, aperfeiçoando a base de uso de energia e compromete-se a melhorar continuamente a sua performance a nível energético.

A gestão de ativos é um processo que envolve o equilíbrio entre diversas variáveis como custos, riscos, oportunidades, benefícios de desempenho, entre outros, visando a otimização de recursos. A gestão de ativos é uma vantagem estratégica para as organizações, contribuindo para o alcance dos resultados. A Águas do Norte, S.A. suporta com o seu Sistema de Gestão de Ativos a implementação das melhores práticas na gestão otimizada de ativos que permitem inventariar, cadastrar e avaliar os ativos tangíveis. A certificação na ISO 55001 fornece uma abordagem estruturada, suportada num conjunto de requisitos, para a conceção, implementação, manutenção e melhoria de todo o processo do ciclo de vida de um Sistema de Gestão de Ativos e permite planear e suportar as decisões de investimentos. Ao potenciar o desempenho e prolongar a vida dos ativos é possível aumentar o retorno obtido dos investimentos, maximizando a criação de valor e a satisfação de todas as partes interessadas com um foco muito particular na satisfação do cliente.

As organizações que apostam na inovação apresentam um alto potencial de diferenciação e são reconhecidas pelo seu crescimento sustentável, viabilidade económica e desenvolvimento da sociedade. A Águas do Norte, S.A. dando cumprimento ao compromisso assumido, manteve a certificação do seu Sistema de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, de acordo com a Norma NP 4457. A implementação desta norma foi uma boa aposta para a organização, sendo fundamental para a definição dos requisitos de um sistema eficaz de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), permitindo a definição de uma política de IDI de forma a alcançar os objetivos de inovação.

O sistema implementado baseia-se num modelo de inovação, suportado por interfaces e interações entre o conhecimento científico e tecnológico, o conhecimento sobre a organização e o seu funcionamento, e o mercado ou a sociedade em geral bem e tem como propósito aumentar a eficácia e o desempenho das suas atividades na procura de soluções inovadoras na área de sistemas de água, saneamento de águas residuais e energia. Para o ano de 2023 a Águas do Norte, S.A. pretende fazer a transição para a versão NP 4457:2021, publicada pelo IPQ em dezembro de 2021.

Para manter a conformidade deste sistema, avaliar com objetividade o grau de desempenho e definir áreas de melhoria, em termos de eficácia e eficiência, a Águas do Norte, S.A. mantém um Programa Anual de Auditorias, internas e externas, por entidade independente. Pelo menos uma vez por ano, é realizada uma revisão ao sistema de gestão, onde se analisa o desempenho dos vários processos e se estabelecem novos objetivos e metas.

Auditorias Realizadas em 2022 e Constatações Associadas

Com objetivo de avaliar, com objetividade, o grau de desempenho de uma organização de acordo com os Normativos de Qualidade, Ambiente, Segurança, Responsabilidade Social, Energia, Gestão de Ativos e Investigação e Desenvolvimento foram planeadas auditorias para 2022 como definido no Programa de Auditorias. A Águas do Norte mantém um Programa Anual de Auditorias, internas e externas realizadas por entidades independentes acreditadas pelo IPAC.

O desempenho e a conformidade do Sistema de Gestão são reportados trimestralmente à Administração sendo anualmente realizada a revisão pela gestão onde são estabelecidos objetivos e metas anuais.

Em 2022 foram realizadas as seguintes auditorias:

- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão de Ativos
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão de Energia
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão de Energia

- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão Responsabilidade Social
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão Investigação, Desenvolvimento e Inovação
- ✓ Auditoria de 2ª parte - Contrato de prestação de serviços – EFACEC
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Gestão de Ativos
- ✓ Auditoria de 2ª parte - Contrato de prestação de serviços - AGS
- ✓ Auditoria de 2ª parte - Contrato de prestação de serviços - HIDURBE
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Responsabilidade Social
- ✓ Auditoria de 2ª parte - Contrato de prestação de serviços – HIDURBE
- ✓ Auditoria Interna - Realização de Auditoria Interna de conformidade legal
- ✓ Auditoria Interna - Sistema de Responsabilidade Social
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Responsabilidade Social
- ✓ Auditoria Externa - Sistema de Gestão de Ativos

Todas as constatações foram registadas no sistema de apoio ao Sistema de Gestão e são analisadas e tratadas.

Visitas de Controlo Operacional

Encontram-se em vigor na Águas do Norte metodologias de supervisão da implementação e operacionalização das medidas de controlo operacional definidas ao nível da qualidade produto, dos usos significativos de energia, dos aspetos ambientais significativos, dos riscos sociais e dos riscos de SST, de modo a garantir o cumprimento dos requisitos estabelecidos na política da AdNorte.

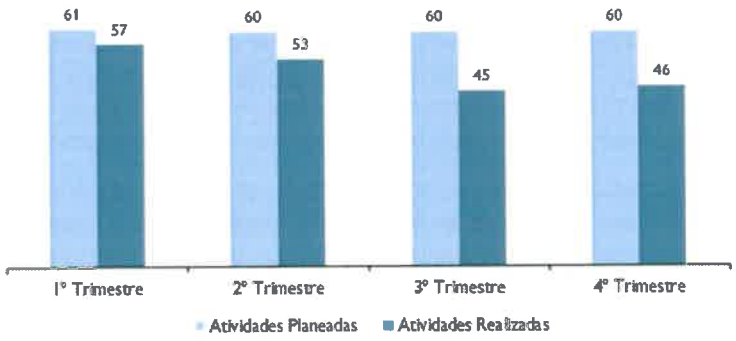
O método de supervisão estabelecido tem por base a seguinte hierarquia:

- Nível 1 – Auditoria 2ª Parte; Auditoria Interna
- Nível 2 – Visitas de controlo operacional planeadas
- Nível 3 – Visitas de controlo operacional casuísticas

Decorrente da análise do controlo operacional e das atividades desenvolvidas pela AdNorte e por terceiros, são supervisionados os seguintes tipos de atividades:

A. Atividades de operação e manutenção desenvolvidas pelas equipas internas da AdNorte;
B. *Outsourcing*;
C. Prestadores de serviços identificados como críticos nas matrizes de avaliação de riscos de SST, aspetos ambientais, riscos sociais e com impacto nos usos significativos de energia, tais como (lista não exaustiva) empresas de construção civil, de limpeza e vigilância, desmatação, limpeza e desinfeção de reservatórios, manutenção de parque AVAC, manutenção de PT, manutenção de equipamentos, ensaios e provas de ESP, ensaios de equipamentos de elevação de cargas, recolha e transporte de resíduos.

No decorrer do ano de 2022 as visitas de controlo operacional planeadas, do tipo A, B e C decorreram da seguinte forma:



Digitalização Sustentabilidade Empresarial

A Águas do Norte, S.A. coloca o seu empenho no cumprimento das obrigações e responsabilidades sociais para com todas as partes interessadas, implementando uma estratégia de negócio que assenta em vários princípios, nomeadamente o da transformação digital.

Pretende-se alcançar a maturidade digital catalisando a modernização da Águas do Norte, bem como promovendo a simplificação dos processos, a segurança, a resiliência e a privacidade dos dados, por forma a assegurar a salvaguarda da informação garantindo uma gestão inteligente da tecnologia.

Esta transformação foi pensada de modo a potenciar a produtividade das equipas com tecnologias que facilitem o trabalho do dia-a-dia e desmaterializem processos complexos para processos simples, por forma a impulsionar as capacidades dos colaboradores, economizando tempo e dinheiro.

Os primeiros passos para a transformação digital dos riscos empresariais foram dados no âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho, considerando que um dos objetivos estratégicos da AdNorte é do promover a melhoria das condições de segurança nos postos de trabalho, bem como nas áreas relacionadas com a qualidade do produto. Encontra-se já em curso a avaliação de riscos profissionais de centenas de instalações na aplicação GR360.º que depois de concluídas serão alvo de um plano de ação para mitigação e/ou minimização dos riscos classificados como significativos.

Para além da digitalização dos riscos para a saúde e segurança no trabalho foi igualmente desenvolvida a plataforma GEPI-Gestão de Equipamentos de Proteção Individual. O GEPI é uma plataforma digital que permite gerir o processo relacionado com a gestão dos EPI em utilização na Águas do Norte e está acessível a todos os trabalhadores. Através desta plataforma é possível aceder a todo a informação sobre os EPI homologados pela AdNorte, elaborar e gerir reservas, fazer o tratamento estatístico de todos os EPI requisitados, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos EPI.

Iniciativas

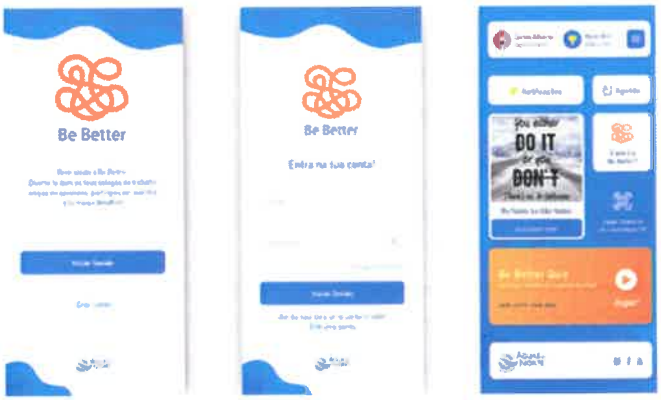
O ano de 2022 foi marcado por iniciativas dedicadas às temáticas relacionadas com Segurança no Trabalho e Ambiente, com especial destaque para aquelas que decorrem do Plano de Intervenção resultante do diagnóstico dos riscos psicossociais. Este plano, que se encontra integrado no Programa Be Better, contempla ações de promoção de saúde ocupacional customizadas e específicas para cada Direção/Departamento, dando os passos certos para a obtenção do bem-estar organizacional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida em contexto laboral.

Be Better
Gestão de Riscos Psicossociais

Programa Be Better

A Plataforma

O Programa Be Better desafia os trabalhadores da AdNorte a construírem o seu trajeto de melhoria ao nível da saúde e bem-estar, promovendo a sua participação em iniciativas dedicadas a várias dimensões (equilíbrios eu e o outro, sociais e psicossociais e cidadania organizacional).Todo o programa é dinamizado através do recurso a uma plataforma dedicada e acessível através do telemóvel e/ou PC.



Com esta plataforma pretende-se diminuir a distância entre colegas e fortalecer relações, de uma forma descontraída e criativa, chegando a todos, divulgando informação sobre os valores da empresa, os eventos a decorrer, publicação de artigos publicados e registo de testemunhos/sugestões. Verificou-se um contacto mais regular entre os trabalhadores da AdNorte, com recurso a jogos, criando uma competição saudável, de forma individual e de grupo, fomentando assim o espirito de equipa e de partilha.

As atividades

Com o intuito de promover melhorias em determinadas dimensões, nomeadamente:

- Exigências laborais
- Saúde e bem-estar
- Conflito trabalho/família
- Confiança horizontal e relações entre pares
- Insegurança laboral
- Compromisso face ao local de trabalho

Realizaram-se diversas atividades desde:

- Ações de formação, em regime presencial, sobre gestão e mitigação dos riscos psicossociais direcionadas ao *Top Management* e *Midle Management*,
- *Webinars* direcionados a todo o universo AdNorte que abordaram temas como a Conciliação Trabalho-Família, Escola-Família, Ser Equipa, Coesão e consenso entre equipas
- Atividades Outdoor – caminhadas e magustos.

Estas atividades contaram com uma forte participação dos trabalhadores da AdNorte e o retorno tem sido bastante positivo.

Saúde no Trabalho

Em 2022 os serviços de saúde no trabalho, em colaboração com os técnicos de segurança da AdNorte, visitaram instalações administrativas e operacionais (abastecimento e saneamento). Em resultado destas visitas foram elaborados relatórios que contemplam um conjunto de recomendações com vista à melhoria das condições de trabalho.

A articulação cada vez mais estreita entre os serviços de segurança e os serviços de saúde no trabalho tem resultado na proteção, cada vez mais eficaz, da saúde dos trabalhadores da AdNorte, sendo de suma importância as visitas que têm ocorrido e a partilha de informação que estes momentos proporcionam.

AMBIENTE

ApR – Avaliação de risco e Licenciamento

O consumo crescente de água tem contribuído para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, situação que tem sido agravada pela frequência e intensidade das secas que têm afetado o território nacional em resultado das alterações climáticas. A utilização de água residual tratada para fins não potáveis pode contribuir para minimizar os efeitos da escassez hídrica, enquanto origem de água alternativa, em linha com os princípios da economia circular sendo uma das medidas tendentes a melhorar a gestão do ciclo urbano da água, permitindo a sua utilização para usos compatíveis e preservando a sustentabilidade dos recursos hídricos para usos futuros.

De forma a promover o incremento da circularidade na utilização da água residual tratada destaca-se o Plano de Ação para a Reutilização do Grupo AdP que envolve projetos de produção de água para reutilização (ApR).

A Águas do Norte numa primeira fase avaliou o potencial de reutilização – análise da oferta de ApR com os possíveis usos, designadamente usos urbanos (e.g. rega de espaços verdes, lavagem de ruas, lavagem de veículos, lavagem de contentores de resíduos, combate a incêndios, recarga de autoclismos), usos paisagísticos (suporte de ecossistemas e usos recreativos de enquadramento paisagístico), rega agrícola, e as necessidades tendo em conta a qualidade compatível.

A evolução do quadro legal tem acompanhado a importância crescente que vem sendo conferida à utilização desta origem de água alternativa, tendo a Águas do Norte procedido à avaliação do risco de produção e utilização da ApR, em função dos perigos identificados e da cenarização de exposição dos diversos recetores envolvidos, de acordo com a tipologia de usos em causa, caraterizado o risco associado ao projeto e as respetivas medidas de gestão para minimização e controlo do mesmo, culminado alguns projetos com os pedidos de licenciamento à entidade competente APA.

A Águas do Norte já submeteu os processos para obtenção de licenciamento da plataforma LUA das seguintes instalações:

- ETAR de São João da Pesqueira;
- ETAR Foz Côa;
- ETAR Valpaços;
- ETAR Vidago;
- ETAR Viana Castelo ZI;
- ETAR Sebadelhe/Vale Teja

Sendo que até ao momento foi emitida uma licença de produção ApR emitida para a ETAR de São João da Pesqueira.

Campanha "Não meta tudo no mesmo saco"

Ciente da importância da correta separação dos resíduos encaminhados para reciclagem bem como do papel fundamental desempenhado pelos Serviços de Limpeza e Higienização das Instalações Administrativas da Águas do Norte no fecho do circuito com o encaminhamento destes resíduos produzidos para os ecopontos municipais a área de Sustentabilidade levou a cabo em 2022 uma campanha intitulada "Não meta tudo no mesmo saco".

O objetivo foi a sensibilização dos principais envolvidos, técnicos de limpeza que operam nas nossas instalações, para a importância da correta separação dos resíduos recicláveis, tendo em conta que Águas do Norte, S.A. tem como uma das suas missões desenvolver a sua atividade num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental.

Meia Hora de Bom Ambiente

É uma campanha que consiste em despender 30 minutos de uma jornada de trabalho dedicados ao Ambiente. O objetivo da área de Sustentabilidade é promover e divulgar práticas relacionadas com gestão de resíduos, utilização eficiente de água e de energia, política de circularidade e ciclo de vida.

Em 2022 foram realizadas sessões dedicadas ao tema Resíduos abrangendo 28 colaboradores num total de 8 horas.

Comunicação aos trabalhadores

Comissão de Ambiente e Segurança (*Comité de Saúde e Segurança* de acordo com a SA 8000)

Em matéria de comunicação com os trabalhadores a área de Sustentabilidade coordenou os trabalhos da Comissão de Ambiente e Segurança, que funciona como interface entre a Administração e os colaboradores relativamente aos temas de Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho. Esta comissão tem uma composição paritária e é constituída por 5 representantes da Administração e 5 Representantes dos Trabalhadores (eleitos a 20 de janeiro de 2022).

A CAS incentiva a participação de todos na emissão de recomendações que contribuam para a minimização dos impactos e ocorrências ambientais, prevenção de riscos profissionais, acidentes de trabalho e doenças profissionais, a promoção da saúde e das condições de trabalho, a condução de avaliações periódicas de segurança ocupacional de forma a avaliar e tratar perigos existentes e potenciais riscos para a segurança e saúde, a manutenção do registo das avaliações e das ações corretivas e preventivas, a promoção da melhoria da gestão ambiental e da segurança e para a formação dos trabalhadores.

A CAS solicita e aprecia sugestões dos trabalhadores sobre Ambiente, Segurança e Saúde do Trabalho e identifica melhorias, facilita a consulta aos trabalhadores, estabelecendo a interface entre a Administração e os demais trabalhadores.

Comissão de Ambiente e Segurança (*Comité de Saúde e Segurança* de acordo com a SA 8000)

Equipa de Desempenho Social

A Águas do Norte, S.A. reconhecendo que o diálogo no local trabalho é uma componente crítica da responsabilidade social, constituiu uma Equipa de Desempenho Social (EDS) com vista a estabelecer e facilitar a comunicação entre os trabalhadores e a Administração, de modo a garantir que as preocupações sociais são analisadas e tratadas, assegurando confidencialidade, com base em princípios de justiça social.

A Equipa de Desempenho Social (EDS) possui uma representação balanceada entre os representantes da gestão e os representantes dos trabalhadores para a SA8000 e reúne trimestralmente para analisar dados e identificar ações potenciais para reforçar o desempenho social.

Os representantes dos trabalhadores para a SA8000 visitam as instalações da AdNorte e os seus trabalhadores de acordo com um plano previamente apresentado a toda a Equipa de Desempenho Social. Destas visitas resultam relatórios com sugestões de melhoria ao nível dos vários requisitos da SA8000 que são devidamente encaminhadas e tratadas.

As posições emanadas pelos representantes dos trabalhadores e restantes membros da Equipa são consultivas e não vinculativas, todavia, a AdNorte compromete-se a valorizá-las tendo em conta a sua importância para o desejável alinhamento entre as iniciativas da empresa com as necessidades e preocupações dos trabalhadores.

Incidentes

Melhorar a prevenção de acidentes e doenças no local de trabalho é um dos grandes objetivos transversais para os próximos anos contemplado no Quadro Estratégico da UE para a saúde e segurança no trabalho 2021-2027.

O Departamento de Sustentabilidade Empresarial de modo a cumprir com os requisitos legais e normativos vigentes, executa a investigação exaustiva de todos os acidentes de trabalho, com a participação de todos os intervenientes (vítimas, testemunhas, chefias, técnicos de segurança, etc.) e efetua a análise estatística dos seus fatores chave com o intuito de obter conclusões sobre a evolução da sinistralidade e para que sirvam de base para a implementação de ações de melhoria contínua e de prevenção de lesões.

Em 2022 foram registados 27 acidentes de trabalho com incapacidade temporária absoluta. Com vista à diminuição dos acidentes de trabalho está em curso um plano de ação com medidas corretivas e preventivas, que incidem nos principais tipos e formas de acidente e nas suas principais causas.

Ações de Formação / Sensibilização

Em 2022 o Departamento de Sustentabilidade Empresarial promoveu 120 horas de informação/sensibilização a 400 formandos, em temáticas de Ambiente, Energia, Segurança e Responsabilidade Social.

Capacidade de Resposta a Emergências

Com vista a uma adequada capacidade de resposta a emergências, a Águas do Norte, S.A. realiza anualmente diversos tipos de exercícios e de simulacros, cujo objetivo é criar rotinas e treinar os procedimentos e comunicações inerentes a situações de emergência, avaliar o desempenho da resposta e assegurar a participação ativa de todos os intervenientes, nomeadamente no que respeita à segurança no trabalho e à gestão ambiental.

Estes exercícios e simulacros permitem testar procedimentos de nível tático, operacional e estratégico, essenciais ao cabal cumprimento do desempenho das equipas de segurança das instalações da Águas do Norte, S.A., na medida em que permitem a identificação de falhas e constrangimentos com vista à implementação de ações de melhoria.

A Área de Sustentabilidade Empresarial organiza vários exercícios e simulacros, planeados e executados ao nível das infraestruturas, que permitiram o acumular de experiência e conhecimento nesta temática.

Os exercícios realizados em 2022 tiveram como principais objetivos:

- Testar a operacionalidade dos planos de emergência (internos e externos) ou das medidas de autoproteção;
- Criar rotinas e treinar os procedimentos e comunicações inerentes a situações de emergência ou outras situações reais que causam perturbações;
- Avaliar o desempenho da resposta a situações de emergência;
- Assegurar a participação ativa de todos os intervenientes;
- Incrementar nos intervenientes a confiança na sua capacidade de resposta para preservar a vida e enfrentar as situações psicológicas negativas (ex. pânico, rejeição, etc);
- Minimizar os danos, reduzindo os fatores de desconhecimento, de surpresa, e de novidade que são resultados de situações de emergência reais, causadas por diversos fenómenos ou agentes perturbadores.

E foram os seguintes:

- Treino em equipamentos de proteção individual químico e de resgate (em vários Centros de Exploração)
- Derrame de Resíduos (ETAR da Chapa)
- Incêndio e evacuação (em todas as instalações com trabalhadores em permanência)
- Derrame de Produtos Químicos (ETAR de Serzedo, ETA do Rabagão e Armazém de Vila Real)

Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas

Tendo em vista o objetivo de "Contribuir para a melhoria do estado ecológico e químico das massas de água tal como estabelecido no Plano Nacional da Água e na Diretiva-Quadro da Água e promover ações com vista à adaptação às alterações climáticas, bem como à conservação da natureza.", o Grupo AdP - Águas de Portugal definiu um Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas do Grupo AdP (PEAAC), permitindo à AdNorte criar as bases para uma efetiva adaptação dos diversos subsistemas, integrando medidas flexíveis e a priorização de investimentos que reduzam a vulnerabilidade dos Sistemas. Sendo as alterações climáticas de carácter evolutivo e com elevada variabilidade, o PEAAC está em constante atualização e evolução.

Foram executadas algumas das medidas previstas no PEAAC, identificadas em 2018, investimentos que contribuíram, por um lado, para reduzir a vulnerabilidade da empresa às alterações climáticas e, por outro, aumentar a resiliência dos sistemas.

Em 2022 o País enfrentou uma situação de seca extrema, levando a Águas do Norte a colocar sob forte vigilância as reservas de armazenamento das Albufeiras bem como todos os Subsistemas de água, promovendo a tomada de medidas que visaram garantir os volumes necessários à produção de água para abastecimento público.

Dado este contexto, a Águas do Norte ativou a 03 de fevereiro de 2022 o Gabinete de Crise, conforme previsto no Plano de Comunicação para Emergências na Qualidade e Quantidade da Água, para o evento "condições meteorológicas

extremas – seca". Até ao dia 06 de janeiro de 2023, data considerada de retorno à normalidade, foram realizadas 16 reuniões do Gabinete de Crise, mais de 30 horas de discussão e análise deste evento.

Na resposta a este evento, identificado e acompanhado em cerca de 29 Subsistemas, dos quais 18 são da Alta, foram implementadas 113 medidas de contingência e 27 medidas estruturais. Estas medidas permitiram, de um modo geral, monitorizar a evolução dos níveis de água, diminuir o volume de água captada nas origens vulneráveis e, consequentemente, prolongar as reservas de água. Ainda se encontram em curso medidas de contingência, 13, e medidas estruturais, 36, que irão também contribuir para o reforço da capacidade dos sistemas, aumentando a resiliência e reduzindo vulnerabilidade dos mesmos.

Regulamento Geral Proteção de Dados

Para alinhar a organização com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, a Águas do Norte, S.A. desenvolveu um Plano de Trabalhos, assente nas melhores práticas conhecidas em sede de Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, Análise de Riscos, Continuidade de Negócio e Governance, nomeadamente:

- Segurança da Informação (ISO/IEC 27001 e 27002);
- Privacidade e Proteção de Dados (ISO/IEC 29100, 29134 e 29151);
- Controle de Riscos (ISO/IEC 31010) e Continuidade de Negócio (ISO/IEC 22301);
- "Information Technology Management System" (ISO/IEC 20000);
- Recomendações produzidas pelo Grupo de Trabalho do artigo 29.º.

A implementação deste projeto tem como principais objetivos:

- Conhecer a Organização, os seus fluxos de informação, e as ferramentas/tecnologias disponíveis;
- Definir uma estratégia, e uma política, com um plano de investimento adequado, para cobrir o gap identificado;
- Implementar a estratégia e a política, num quadro de integração matricial das áreas relevantes;

Foi criada uma estrutura de acompanhamento, para monitorizar não só a estrutura, como para garantir que a organização dispõe daquilo que é exigido em termos de "accountability" (auditorias regulares, ferramentas e formação).

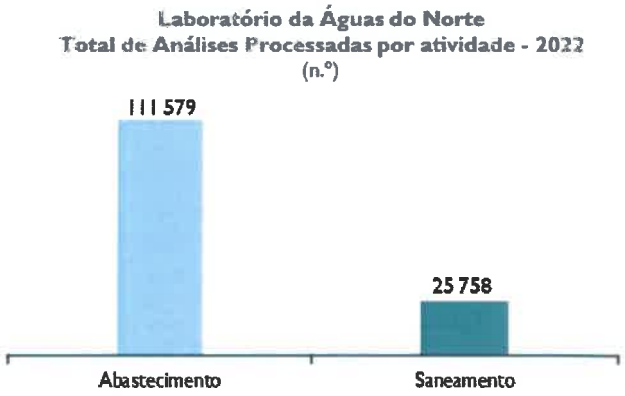
Laboratório

1. Serviços prestados

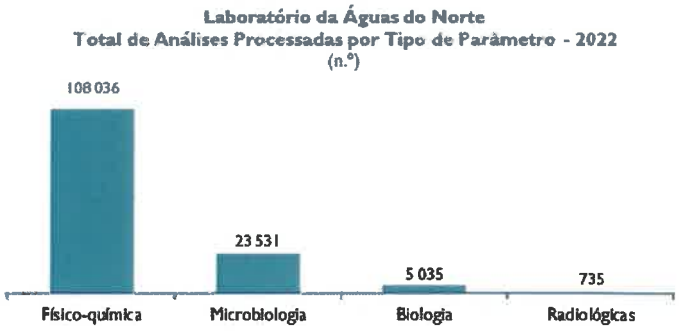
O Laboratório da Águas do Norte, S.A., ao longo do ano 2022, processou um total de 137.337 análises, o que representa um aumento de 18,91% em relação ao ano transato.

Importa referir que os planos analíticos são remetidos anualmente para o Laboratório e o mesmo é apenas responsável pela sua execução. As oscilações relativas ao número total de análises efetuadas na Águas do Norte estão assim diretamente relacionadas com os planos enviados pelo Cliente Interno e o número de análises solicitadas.

Destaca-se o acréscimo de 9.012 análises de abastecimento e 12.829 análises de saneamento, face ao ano 2021.



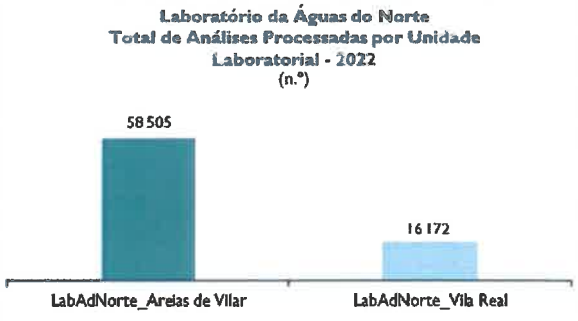
Numa observação mais detalhada, a distribuição do número total de análises processadas em 2022, por tipo de parâmetro, traduz-se da seguinte forma.



O ano de 2022 ficou marcado pelo arranque da nova Unidade Laboratorial do LabAdNorte, sito na ETAR de Vila Real, que teve por base um Laboratório de Processo já existente na Águas do Norte.

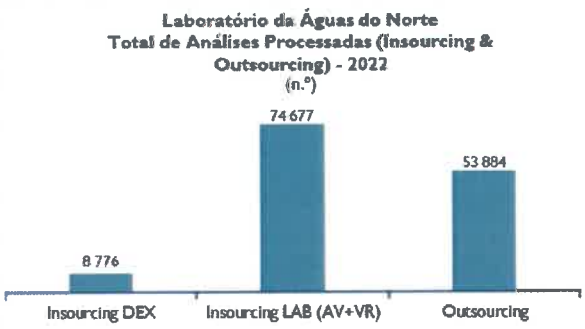
Com o início desta nova atividade foi possível a realização interna de controlos legais (PCQAR) e operacionais (PCO SAR), dotando assim o LabAdNorte de mais valências na área do Saneamento, prosseguindo com a decisão estratégica de internalização de ensaios.

Do ponto de vista da distribuição do número de análises, por Unidade Laboratorial, no gráfico contabilizam-se os ensaios realizados em 2022.



O número total de análises (abastecimento e saneamento) processadas, no que concerne a análises realizadas internamente (Insourcing), e a análises realizadas em Laboratórios contratados (Outsourcing) foi de 83.453 e 53.884, respetivamente.

Ainda de salientar, que uma pequena parcela das 83.453 análises realizadas internamente, foram da responsabilidade da Exploração (EXP), fruto da atividade dos seus Técnicos de Colheita Certificados. O número de análises realizadas em 2022, por essas equipas, foi de 8.776.



Em 2022 observou-se que, à semelhança de 2021, o número de análises realizadas internamente foi superior ao número de análises contratadas, correspondendo a 60,8% do total.

A nova Unidade Laboratorial do LabAdNorte contribuiu substancialmente para este objetivo, mantendo, conforme já referido, o foco na internalização de ensaios.

Adicionalmente aos serviços de controlo analítico prestados ao seu Cliente Interno, o Laboratório manteve a prestação de outro tipo de serviços à Exploração, nomeadamente a preparação e fornecimento de soluções químicas e a verificação de equipamentos de campo.

2. Acreditação

a. Auditoria interna

Segundo o referencial normativo de acreditação de laboratórios de ensaio e calibração, os laboratórios acreditados devem assegurar a realização de auditorias internas em intervalos planeados. As mesmas visam fornecer informação que permita determinar, se o sistema de gestão está conforme os requisitos definidos pelo laboratório, bem como os requisitos da NP EN ISO/IEC 17025;

Dando cumprimento ao estabelecido, foram realizadas 4 auditorias internas, ocorridas ao longo do mês de julho de 2022, com abrangência aos seguintes âmbitos de acreditação:

- ✓ Requisitos de Gestão da NP EN ISO/IEC 17025:2018;
- ✓ Requisitos Técnicos da NP EN ISO/IEC 17025:2018 - Área de ensaios Microbiológicos e Colheita de amostras;
- ✓ Requisitos Técnicos da NP EN ISO/IEC 17025:2018 Área de ensaios Físico-Químicos e Colheita de amostras;
- ✓ Requisitos Técnicos da NP EN ISO/IEC 17025:2018 Área de ensaios Físico-químicos - ICP-MS.

Foi submetido e avaliado, em simultâneo, o pedido de extensão de âmbito de acreditação para a determinação de Catiões por Cromatografia Iónica (azoto amoniacal, cálcio, magnésio, sódio e potássio).

b. Auditoria externa

A Auditoria externa ao Laboratório realizou-se em outubro de 2022, pela única entidade acreditadora em Portugal, nomeadamente, o IPAC – Instituto Português de Acreditação.

Na avaliação externa realizada, foram incluídos os parâmetros físico-químicos e microbiológicos acreditados, bem como a colheita de amostras, na totalidade dos parâmetros de cumprimento legal, no âmbito do controlo de qualidade da água destinada ao Consumo Humano.

A avaliação contemplou ainda o pedido de extensão dos ensaios, azoto amoniacal, cálcio, magnésio, sódio e potássio pela técnica analítica de Cromatografia Iónica.

3. Ampliação da atividade do Laboratório da Águas do Norte

O ano de 2022 foi assinalado pelo arranque da nova Unidade Laboratorial do LabAdNorte, sito na ETAR de Vila Real, que teve por base recursos já existentes na Águas do Norte, como instalações, recursos humanos e alguns materiais.

Esta nova atividade dotou o Laboratório de novas valências, principalmente na área do Saneamento, permitindo assegurar a estratégia definida de internalização de ensaios.

Como resultado desta estratégia de ampliação de atividade, em 2022 foi possível a realização interna do controlo legal de águas residuais da Região Operacional do Douro e alguns controlos operacionais, na nova Unidade Laboratorial.

4. Participações externas

a. Grupos de trabalho RELACRE

No decorrer do ano o Laboratório manteve-se membro de dois Grupos de trabalho da RELACRE. O Grupo de Trabalho da Amostragem (GT3), que tem por objetivo a revisão do Guia RELACRE N.º 28 – Amostragem de Águas, e o Grupo de Trabalho da Metrologia Química (GT5). No entanto, não se registou qualquer atividade relacionada com os dois Grupos de Trabalho.

b. Outras participações

- ✓ No âmbito da implementação da Recomendação (UE) 2021/472 da Comissão, de 17 de março de 2021, relativa a uma abordagem comum para o estabelecimento de uma vigilância sistemática do SARS-CoV-2 e das suas variantes nas águas residuais na EU, o Laboratório assegurou a logística de colheita e transporte de amostras;
- ✓ Em 2022 o Laboratório manteve-se como membro da equipa consultiva do projeto internacional NOR-WATER – Poluentes Emergentes, onde em junho de 2022 foram apresentados os resultados finais do mesmo;
- ✓ O Laboratório manteve-se como membro da equipa consultiva no âmbito do projeto internacional GLOMICAVE.

  Durante o terceiro trimestre de 2022, ocorreu o evento que assinalou os 24 meses do Projeto.

  O evento, denominado "Final agenda 24M meeting", decorreu em Guimarães, tendo sido organizado pela Águas do Norte, com participação ativa de uma representante do Laboratório, em conjunto com a Universidade do Minho.
- ✓ Em 2022 o Laboratório integrou o recém-criado Comité Especializado de Laboratório Acreditados do Grupo Águas de Portugal, tendo assumido a Coordenação do mesmo, nos quatro primeiros meses, que terminaram no final de dezembro.

5. Formação

No decorrer do ano 2022 foram ministradas as seguintes formações à equipa do Laboratório:

- Formação "*B10-OL-Preparação, Produção, Armazenamento e Ensaios de Desempenho de Meios de Cultura - Aplicação da Norma ISO 11133 e Amend nos Laboratórios*" ministrada pela Relacre;
- Formação "*noções básicas de ADR e CLP aplicadas ao Laboratório*", ministrada por Isabel Galhardo Morais;
- Formação em Excel Avançado ministrada pela *Entidade Índice ICT & Management;*
- Formação em Excel Intermédio ministrada pela *Entidade Índice ICT & Management*;
- Formação/Consultoria presencial em ICP-MS, ministrada pela EPAL;
- Formação "*Apresentação de resultados de acordo com a NP EN ISO/IEC 17025:2018*" ministrada pela RELACRE;
- Worshop "*Colheita de amostras de água destinada à análise de legionella – inclui o novo despacho 1547/2022*" ministrada pela RELACRE;
- Formação "*Requisitos Gerais de Competência para os Laboratórios: NP EN ISO/IEC 17025:2018 e Guias IPAC Aplicáveis*" ministrada pela RELACRE e EQS GLOBAL.

6. Revisão pela Gestão do Laboratório

Cumprindo com o preconizado na Norma de Acreditação, no final de março foram realizadas as reuniões de Revisão pela Gestão do Laboratório, tendo-se concluído que o sistema de gestão implementado se encontrava devidamente adequado.

7. Outros assuntos de interesse

- Auditorias de medição

No âmbito da cooperação entre o Laboratório da Águas do Norte e a RELACRE, ao longo do ano de 2022, foram realizadas, nas instalações da Unidade Laboratorial de Areias de Vilar, cinco Auditorias de Medição de Águas de Consumo Humano - determinação do cloro residual.

O Laboratório tem prestado serviços de Auditoria de medição de cloro residual, bem como, tem cooperado na organização de Ensaios de Campo, realizados nas instalações da Águas do Norte.

Esta cooperação tem trazido vantagens, como a participação em Ensaios Interlaboratoriais e a participação em ações de formação, sem custos para a Águas do Norte.

- Projeto LabN & GO

O projeto LabN & GO surgiu da necessidade de se melhorar o processo de expedição e receção de amostras. Tratando-se de um processo moroso e suscetível de erro, desenvolveu-se um conceito que, recorrendo à integração de diversas tecnologias, RFID, LoRaWAN, LIMS e plataforma IIoT, permitirá integrar um elevado grau de automatização ao processo e, ao mesmo tempo, melhorar outros processos complementares, como são o caso da gestão de lotes de frascos de colheita e a rastreabilidade de malas térmicas.

Em 2022 este projeto viu avanços significativos, estando em preparação um procedimento pré-contratual para a sua implementação.

- Certificação de Técnicos de Colheita de Amostras

O Decreto-Lei n.º 152/2017, que estabelece o Regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, prevê no seu artigo 10.º a certificação de técnicos de amostragem de águas, nos casos em que a recolha das amostras não seja realizada por laboratórios acreditados para o efeito.

Assim, de modo a garantir a manutenção da certificação dos técnicos de colheita da Águas do Norte, em 2022 foi renovada a certificação de cerca de trinta técnicos de colheita de amostras de água para Consumo Humano da Águas do Norte. Os

exames de renovação da certificação, promovidos pela RELACRE, em cooperação com o LabAdNorte, decorreram durante o primeiro semestre, na ETA de Areias de Vilar.

Todo o processo de certificação é devidamente acompanhado pelos técnicos do Laboratório da Águas do Norte, que suportam o processo de amostragem durante o ciclo de certificação, garantindo que são fornecidos os procedimentos de colheita em vigor e materiais adequados.

Tecnologias de Informação e Inovação

A Transformação Digital que está em curso tem originado uma enorme quantidade de dados e estes tornaram-se num dos principais ativos para a organização. O processo de "datificação" e a adoção de dados abertos tem resultado em novas formas de gerir o serviço, de forma mais criativa e inovadora. Mas, para isso, tem sido necessário quebrar os "silos de informação", eliminado as restrições de acesso aos dados, combinando os princípios da transparência, participação e colaboração. As tecnologias digitais estão a gerar uma nova forma de gestão da água. Estas permitem não só a monitorização em tempo real da qualidade e da quantidade da água, do desempenho dos ativos, como até podem criar modelos preditivos, e assim ajudar a melhorar a sustentabilidade dos recursos hídricos, a resiliência das infraestruturas e reduzir as emissões de carbono. Aliada à crescente integração das Tecnologias de Informação e de Operação, surgem novas oportunidades para melhor entender os sistemas de gestão da água em termos da sua complexidade e profundidade de rede, assim como ilustrá-los nos processos de produção, alarmística e tomada de decisão. A empresa insere-se cada vez mais num espaço físico combinado com o ciberespaço, utilizando tecnologias de ponta, e onde pessoas estão mais libertas dos inúmeros constrangimentos a que hoje estão sujeitos e mais preparadas para serem mais humanas, inteligentes, conectadas, eficientes e sustentáveis.

Desde 2019 que a Águas do Norte, tem vindo a investir de forma significativa em Tecnologias de Informação, procurando explorar o potencial do digital, adaptando-se à alteração do paradigma tecnológico para dar cumprimento, com qualidade e eficiência, às exigências regulatórias e às expectativas dos nossos clientes. Neste sentido, a Águas do Norte tem vindo a adotar um plano de Transformação Digital, utilizando tecnologias digitais, que aliadas à inovação organizacional, operacional e de modelo de negócio, tem permitido criar formas de operar e de se relacionar com os clientes. Este plano tem contribuído para evolução da maturidade digital da organização, apoiando-se no desenvolvimento de uma série de iniciativas, baseados nos seguintes princípios orientadores:

- Melhorar a capacidade resposta aos novos requisitos de negócio;
- Promover a consciencialização e envolvimento de todas as áreas na otimização e implementação de sistemas aplicacionais de suporte às respetivas atividades, em particular as relacionadas com as novas tecnologias de informação e comunicação;
- Implementação de um programa de segurança da informação visando a proteção de dados e a melhoria da segurança da informação e dos sistemas industriais de controlo;
- Melhoria dos níveis de serviço, entregando serviços de forma eficiente e eficaz, numa perspetiva de qualidade e superação das expectativas;
- Garantir a conformidade do Sistema de Informação com os requisitos legais, normativos e contratuais;
- Valorização do fator humano nos sistemas de informação, nomeadamente na qualificação, requalificação ou atualização de competências para alinhamento com a evolução tecnológica e inovação;
- Otimização e simplificação das suas infraestruturas tecnológicas, nomeadamente através da adoção de projetos de consolidação, assentes na premissa de um investimento inteligente.

De entre os diversos trabalhos desenvolvidos em 2022 destacam-se:

(i) Implementação de soluções de telecomunicações redundantes que permitam melhorar a proteção e a resiliência das redes, cuja implementação permitirá minorar o impacto sobre as infraestruturas, em caso de incidentes.

(ii) Segmentação das redes de telecomunicações, melhorando a segurança, através da divisão da rede em sub-redes menores e distintas, fornecendo controles e serviços de segurança exclusivos a cada sub-rede.

(iii) Atualização tecnológica dos equipamentos de rede, permitindo uma gestão das telecomunicações de forma mais eficaz e mais segura.

(iv) Modernização tecnológica de vários sistemas de telegestão., assente na premissa de um investimento inteligente, que tem levado a um salto tecnológico na exploração e gestão das redes de abastecimento de água e saneamento.

(v) Expansão dos sistemas de vídeo vigilância, incrementando segurança e capacidade de zelar de forma remota as infraestruturas.

(vi) Consolidação da plataforma do centro de operações de segurança de forma a prestar serviços de detecção e reação a incidentes de segurança de forma mais pronta. Destacar, nesta matéria, que a Águas do Norte passou a integrar, em 2022, a rede nacional Computer Security Incident Response Team (CSIRT).

(vii) Análises da infraestrutura tecnológica numa ótica de segurança, da qual resulta a identificação dos pontos a melhorar, bem como o conjunto de medidas para os efetivar.

(viii) Atualização da infraestrutura de processamento, tendo aumentado a segurança, resiliência e a respetiva capacidade de processamento e a infraestrutura de cópias de segurança.

(ix) Desenvolvimento aplicacional diverso, especializado no fornecimento de soluções integradas de gestão, desenvolvimento de soluções à medida, aplicações de workflow, interfaces, mapas, cruzamento de informação e outras, que têm permitido implementar e rentabilizar os serviços.

Compras e Logística

Introdução

O exercício de 2022, correspondente ao sétimo de atividade da Águas do Norte, foi um ano extremamente positivo para o Departamento de Compras e Logística, do ponto de vista geral.

Registou-se uma melhoria significativa na generalidade dos processos naquele que é o seu percurso para os patamares de desempenho desejados.

Mas, mais importante, a grande maioria dos processos estabilizou-se já nos níveis necessários para o bom funcionamento da Organização e, em alguns casos, atingiram-se mesmo os melhores resultados desde que há registo.

Feito o presente enquadramento geral, analisam-se os principais aspetos e realizações das diversas equipas da CLG nas secções seguintes.

Gestão Pré-contratual

Tendo já perseguido patamares elevados nos anos anteriores, a Equipa de Gestão Pré-Contratual teve, durante o ano de 2022, como principal objetivo manter o nível de performance registado, com enfoque nas possibilidades de otimização do processo sempre que se tal mostrou possível e necessário.

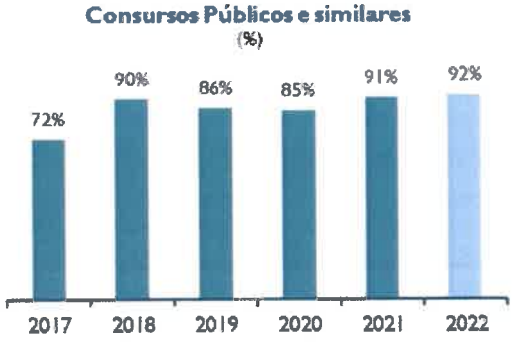
Garantiu, assim, a instrução e condução dos procedimentos pré-contratuais da Organização, entre outras formalidades que decorreram da execução dos contratos públicos então em vigor, procurando cumprir com o planeamento de contratação previsto para 2022. Excetuaram-se da atividade da Equipa a quase totalidade dos procedimentos de contratação de Empreitadas de Obras Públicas (EOP), da Área de Gestão de Ativos e Engenharia, os quais, pela sua especificidade, conjugada com a estratégia atual da empresa, são processos instruídos e conduzidos pela respetiva unidade orgânica.

Assim, a Área de Gestão Pré-Contratual garantiu o cumprimento da filosofia de Gestão dos Processos de Contratação Pública plasmado no Manual de Compras aprovado em 2019, assente nos seguintes pilares:

- Planeamento da Contratação da Empresa, centralizando todas as previsões de contratações no Plano Anual de Compras e enviando alertas atempados às Unidades Orgânicas para garantir que a preparação e instrução dos procedimentos de contratação ocorressem em momento que não comprometesse a data em que fosse necessário ter a contratação concluída;
- Controlo da execução contratual por prazo, também através do Plano Anual de Compras, de todas as contratações que são promovidas na Organização;
- Libertação das Unidades Orgânicas da necessidade de terem de conhecer detalhes procedimentais, legais e de boas práticas que se entende que devem ser incorporadas no processo por uma Equipa especializada nessas matérias, cabendo-lhes apenas assegurar em tempo útil a prestação da informação técnica de suporte à contratação;
- Promoção de contratação planeada, organizada e o mais concorrencial possível.

Em termos de desempenho, destaca-se:

- A performance da Equipa no que diz respeito ao tempo de preparação dos procedimentos. O tempo médio de instrução dos procedimentos continuou a registar melhorias, sendo de 1,9 dias em 2022, face ao tempo observado no período homólogo anterior (2021), de 2,3 dias;
- O enfoque no planeamento das contratações. Prova disso são os alertas gerados às várias Unidades Orgânicas da Organização com 280 dias de antecedência em relação ao término do contrato em vigor, quando implicam novas contratações, e com 150 dias de antecedência quando relacionadas com renovações contratuais;
- A utilização de tipologias de contratação que asseguram a existência de maior concorrência; Prova disso são os indicadores relativos ao recurso às tipologias de contratação de maior concorrência e ao recurso ao ajuste direto simplificado, ambos com valores muito positivos, de 92% e de 3,30%, respetivamente;
- A preocupação constante na celeridade dos processos. O Anúncio de Pré-Informação publicado no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos do artigo 48.º da Diretiva n.º 2014/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, e do artigo 34.º do CCP (Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31/08/2017), é um exemplo disso, sendo que permitiu que a Organização beneficiasse da redução do prazo para apresentação de propostas de 30 para 15 dias em 14 Concursos Públicos com publicidade internacional;
- A preocupação constante na melhoria do processo através do aperfeiçoamento contínuo das minutas de documentos utilizadas na instrução dos procedimentos de contratação e o desenvolvimento de checklists de apoio.



Para além destes resultados, o trabalho desta Equipa contribuiu de forma decisiva para os resultados em termos de tempo de tramitação, os quais serão reportados na secção dedicada à Área de Compras.

Equipa de Compras

A Equipa das Compras teve, durante o ano de 2022, como principal objetivo melhorar o indicador relativo ao "prazo padrão da tramitação" e dar especial enfoque ao processo de encerramento (fecho) de contratos, sem prejuízo de continuar a otimizar o processo e de dar continuidade aos elavdos níveis de performance registados no ano anterior.

No ano de 2022 foi possível atingir todos os objetivos estabelecidos, como resulta dos seguintes indicadores:

- Manteve um desempenho superior a 90% nos indicadores "Cumprimento de tempos padrão de tramitação", "Cumprimento de tempos padrão de pareceres" e "Cumprimento de tempos padrão de análise de faturas";
- O tempo médio de criação de documentos de compra resultantes de Informações Internas foi de 0,5 dias em 2022, resultado similar a 2021;
- O tempo médio de criação de pedidos de compra no ajuste direto simplificado, suscetível de pesquisa de mercado, foi inferior a 15 dias (período fixado como limiar do prazo padrão para este processo);
- A prossecução da tramitação de 265 procedimentos via plataforma eletrónica de contratação pública ou email, consoante o caso;
- A comunicação às Áreas Requisitantes de todas as necessidades (100%) de fecho dos contratos com data previsível de término em 2022.

Os indicadores "tempo médio de tramitação" e "percentagem de procedimentos que cumprem o tempo padrão" sofreram um ligeiro agravamento em 2022. Elencam-se de seguida as principais ocorrências identificadas como estando na origem desse mesmo agravamento: atraso processual na criação de imobilizados, dilatação dos prazos procedimentais na sequência da submissão de objeções pelos Concorrentes ou de pedidos de prorrogação de prazo para entrega de propostas, atraso na publicitação de contratos no portal Base e ocorrência de caducidade de adjudicações.

Destacam-se, ainda, os seguintes desenvolvimentos no decurso de 2022:

- Criação e implementação de dois robôs de *software - Robotic Process Automation* (RPA) – por um Colaborador do Departamento, sendo um projeto pioneiro na empresa, uma vez que os existentes até à data tinham sido criados por entidades externas. O RPA é um método para automatizar processos transacionais baseados em regras específicas permitindo que as tarefas repetitivas que antes exigiam uma ou várias pessoas para sua execução, agora sejam programadas nos sistemas informáticos da empresa e realizadas automaticamente. Os RPA criados permitiram a otimização do capital intelectual dos Colaboradores com atividades mais criativas e produtivas, através da redução da sua carga de trabalho em cerca de 15 horas por mês; um dos RPA criado e implementado nas Compras e Logística preenche as capas dos Processos de Contratação no Sistema de Gestão Documental (*iportaldoc*), representando em média uma carga de trabalho de 3h/mês, e o segundo RPA procede ao preenchimento do estado das Reservas na intranet, através da atualização diária da lista de todas as reservas ao Armazém pendentes, representando em média uma carga de trabalho de 12h/mês;
- Implementação de rotinas de verificação com vista à mitigação do risco nos processos de compra, tais como: análise de documentos de compra, análise às entradas de mercadoria, análise aos montantes adjudicados por contribuinte;
- Centralização da criação de todos os documentos de compra na equipa da Compras (com exceção dos documentos de compra relativos a investimento, sendo estes da responsabilidade da Direção de Gestão de Ativos e Engenharia).

Para ano de 2023, o principal foco é manter a generalidade dos níveis de performance referidos nesta secção e reforçar o processo de fecho dos contratos já terminados, considerando o histórico existente na empresa e a necessidade de regularização desta obrigação legal. Salienta-se, desde já, que foram, entretanto, designados Colaboradores da Área de Compras para efeitos de publicitação dos relatórios de execução dos contratos no portal Base, procedimento que será determinante para a obtenção dos resultados visados.

Equipa de Armazéns

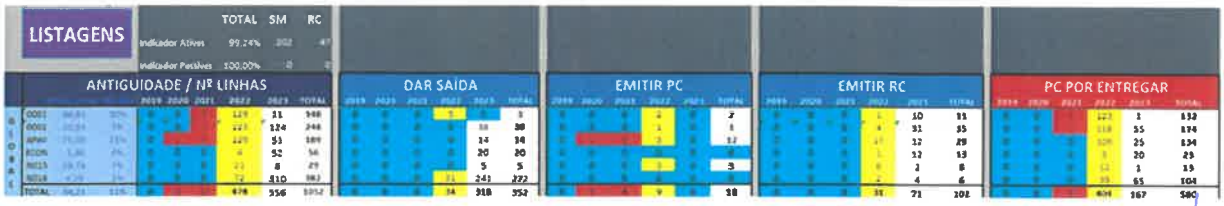
O ano de 2022 da Equipa de Armazéns foi marcado pela implementação e estabilização do novo fluxo de satisfação de reservas aos armazéns e pela recuperação dos atrasos verificados no seu tratamento.

No primeiro trimestre do ano foi implementado um novo fluxo de satisfação de reservas, apoiado na ferramenta informática desenvolvida internamente para o efeito, o que permitiu à Equipa uma visão global dos vários estados das reservas pendentes e focar o seu esforço no tratamento de cada um desses conjuntos de reservas.

Tal esforço permitiu que, em outubro de 2022, se atingisse o tratamento (entregues e/ou encomendadas) de 100% das reservas anteriores a 28/02/2022, e terminar o ano com uma média de tratamento superior a 99% para as reservas criadas após 01/03/2022.

Estes valores, a par da redução da percentagem de reservas com mais de 90 dias, de 43,29% para cerca de 11%, demonstram uma grande evolução dos resultados da área, alcançados mantendo em paralelo os trabalhos de mapeamento e inventariação do Armazém de Areias de Vilar, bem como o projeto "Nós Vamos Lá!!!".

Uma vez estabilizado o fluxo de tratamento das reservas, principal tarefa da área, o foco para o ano de 2023 será ao nível da determinação de quantidades e implementação de mecanismos que permitam manter *stocks* mínimos dos materiais com maior rotatividade e criticidade para a operação da Águas do Norte, assim como a conclusão do mapeamento do Armazém de Areias de Vilar.



Conclusão

Estes resultados colocam ao Departamento de Compras e Logística dois tipos de objetivos para 2023.

Desde logo o objetivo de concluir a estabilização dos (poucos) processos que ainda precisam de melhoria (fecho de contratos e definição de stocks mínimos dos materiais com maior rotatividade).

Nos restantes processos, continuar a percorrer os caminhos de melhoria contínua, otimização e superação para poder trazer mais valias de serviço às restantes Unidades Orgânicas da Empresa e contribuir para o cumprimento da Missão Global da Águas do Norte.

Gestão do Capital Humano

Dotação e Movimentação

Em 31 de dezembro de 2022, a equipa da Águas do Norte, S.A. era constituída por 598 Colaboradores/as em efetividade de funções, aos quais devem ser acrescidos os membros de Órgãos Sociais e 5 Colaboradores/as com vínculo suspenso por cedência ocasional a outras empresas do Grupo Águas de Portugal.

Assim, a equipa de Colaboradores/as da Águas do Norte, S.A. em efetividade, apresentou a seguinte evolução:

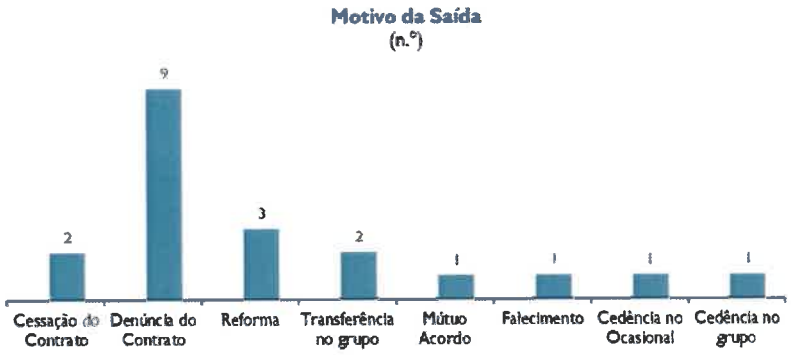
Colaboradores	Ano 2022
N.º de Colaboradores/as no início do exercício	602
N.º de Admissões	16
N.º de Saídas	20
N.º de Colaboradores no final do exercício	**598**

Admissões

Durante o exercício de 2022, a Águas do Norte, S.A. registou 16 admissões para reposicionamento do número de Colaboradores/as que saíram.

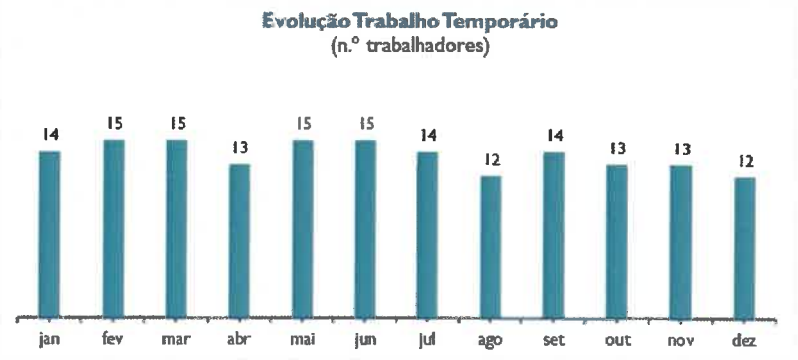
Saídas

Durante o ano 2022 registaram-se 20 cessações de contrato com a Águas do Norte, S.A., por vários motivos, sendo a saída por denúncia do contrato, reforma e cessação do contrato as razões maioritárias para a desvinculação:



Trabalho Temporário

Com o propósito de assegurar o dimensionamento das equipas de trabalho da Águas do Norte, S.A. considerado mínimo e adequado para resposta às regulares necessidades de serviço, a Águas do Norte, S.A. recorreu à contratação de serviços de utilização de trabalho temporário para colmatar necessidades urgentes nas suas diversas áreas de atividade.



No final de 2022, 12 trabalhadores/as temporários/as (6 homens e 6 mulheres) prestavam atividade nas equipas da Águas do Norte, S.A., que se traduz num rácio de 2% para o número de Colaboradores/as com contrato direto com a Águas do Norte, S.A..

Os trabalhadores temporários apresentam a seguinte distribuição por unidade organizacional, destacando-se o peso na Exploração com 50% destes recursos:

Distribuição por Atividades

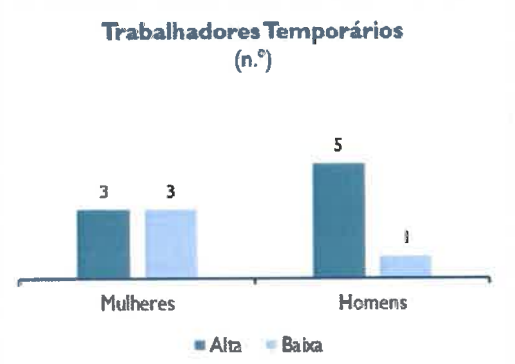
Final do exercício

No final do exercício de 2022, a equipa de Colaboradores apresentava a seguinte distribuição por atividade da Empresa:

Colaboradores		Ano 2022
N.º de Colaboradores/as no final do exercício		598
N.º de Colaboradores/as afetos/as à atividade em ALTA		518
	Admissões	14
	Saídas	18
N.º de Colaboradores/as afetos/as à atividade em BAIXA		84
	Admissões	2
	Saídas	2

Trabalho Temporário

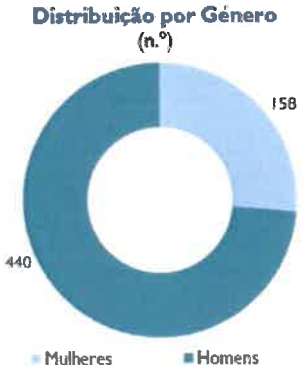
A contratação de serviços de trabalho temporário foi efetuada de modo autónomo para as atividades de alta e baixa, e no final do ano 2022 o contingente de trabalhadores temporários apresentava a seguinte distribuição:



Caraterização da Equipa

Distribuição por Género

A distribuição por género demonstra uma preponderância do sexo masculino com 74% dos Colaboradores da Empresa relativamente ao sexo feminino que conta com 26%.



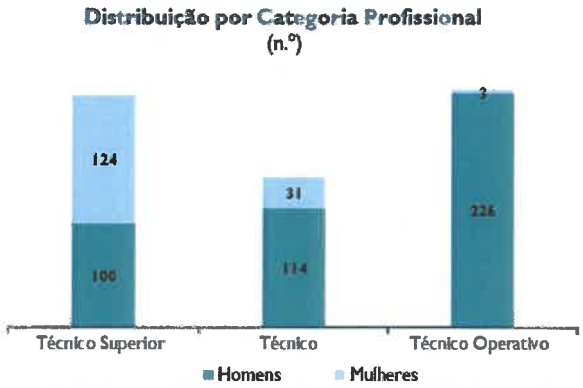
Esta diferença resulta, principalmente, do predomínio de Colaboradores do género masculino em funções operacionais. Todavia, esse facto não resulta da adoção pela Águas do Norte, S.A. de quaisquer práticas discriminatórias, antes do facto de, nos processos de recrutamento encetados para funções operacionais, o número de candidatos do género masculino ser esmagadoramente superior ao número de candidatos do género feminino.

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Norte, S.A., promoverá, divulgará internamente e disponibilizará, no sítio da Internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de remunerações.

Entre a população ativa, a Águas do Norte S.A. conta com 10 pessoas com deficiência e 5 pessoas de outras nacionalidades.

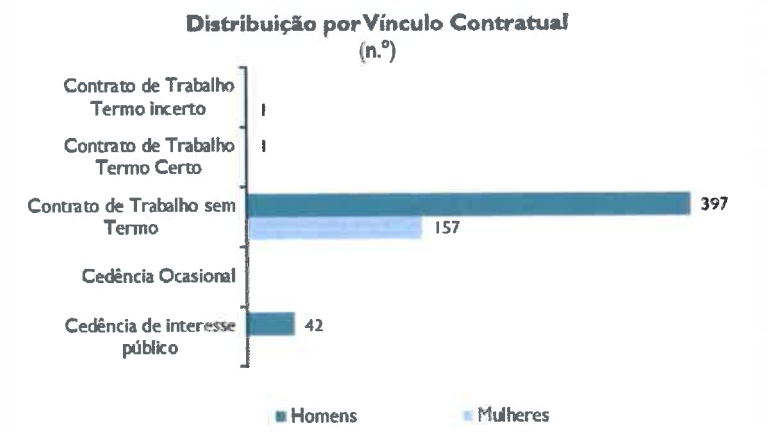
Distribuição por Categoria Profissional

Dos 598 Colaboradores que constituem a equipa de recursos humanos da Águas do Norte, S.A., 37% desempenham funções associadas à carreira Técnica Superior, 24 % desempenham funções associadas à carreira Técnica e 38% desempenham funções associadas à carreira Técnica Operativa.



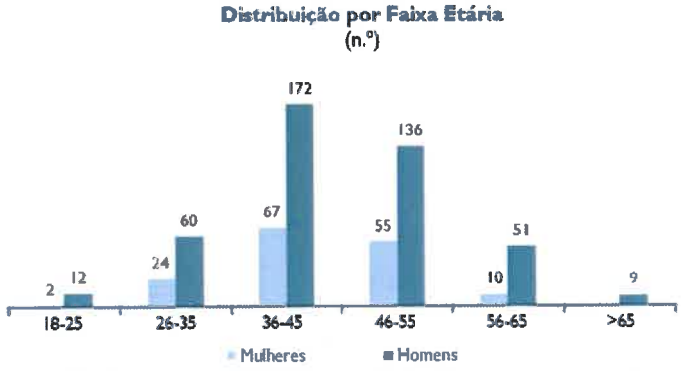
Distribuição por Vínculo Contratual

A equipa de recursos humanos da Empresa está contratada, maioritariamente, através de contrato de trabalho sem termo. De entre os/as 598 Colaboradores/as da Empresa, 554 colaboram no âmbito de contratos de trabalho sem termo, 1 colabora com contrato de trabalho a termo certo, 1 colabora com contrato a termo incerto e 42 encontram-se em cedência de interesse público.



Distribuição por Faixa Etária

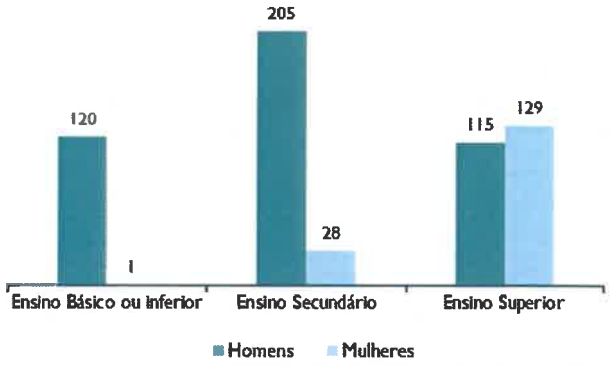
Analisando o perfil etário, verifica-se que a média de idades dos Colaboradores da Águas do Norte, S.A. em 31 de dezembro de 2022 é de 45 anos, com a seguinte distribuição por escalão etário:



Distribuição por Grau de Habilitação Académica

No que concerne às habilitações literárias, constata-se que 41% dos Colaboradores concluíram o ensino superior universitário ou politécnico, 39% finalizaram o ensino secundário e 20% terminaram o ensino básico.

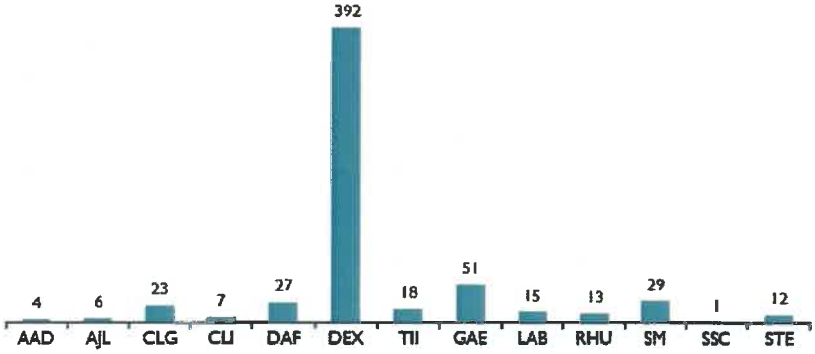
Distribuição por Grau de Habilitação Académica
(n.º)



Distribuição por Estrutura Organizacional

O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos 598 Colaboradores pelas unidades funcionais da estrutura organizacional, demonstrando que a Direção de Exploração inclui 66% dos recursos humanos da Empresa:

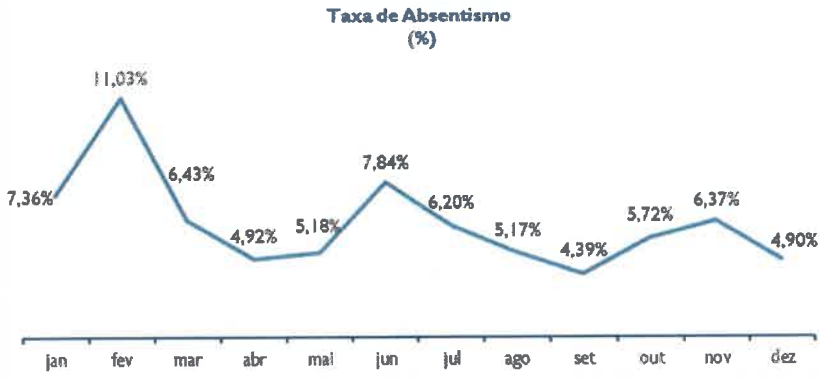
Distribuição por Estrutura Organizacional
(n.º)



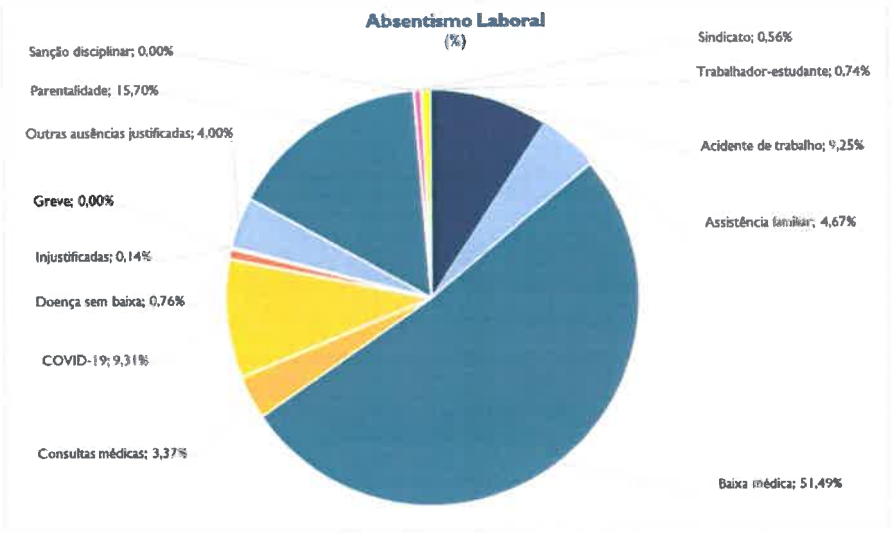
Outra Informação Relevante

Absentismo Laboral

A taxa de absentismo verificada durante o ano de 2022 situou-se nos 6,29 %, acima da taxa de absentismo apresentada em 2021 que se situou nos 5,51%, com a seguinte distribuição por mês, mostrando, todavia, uma redução no final do ano:



A distribuição do absentismo por motivo apresenta-se da seguinte forma:



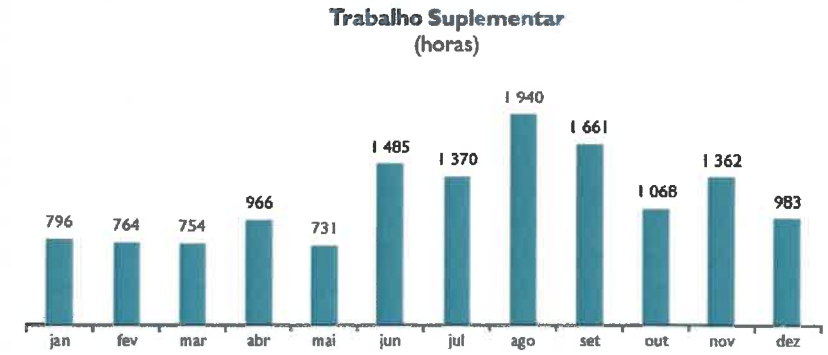
As ausências por baixa médica têm um impacto muito significativo no absentismo dos/as Colaboradores/as, correspondendo a cerca de 51,49 % do total do absentismo, pelo que a Águas do Norte, S.A. implementou ações de verificação de baixas médicas, nos termos previstos pela segurança social. Para garantir apoio a situações de ausência prolongada por baixa médica, em situação de fragilidade económica do Colaborador, a Águas do Norte, S.A. assegura o pagamento de complemento de vencimento que garanta o rendimento mensal habitual do/a Colaborador/a.

Por outro lado, as ausências associadas ao regime de parentalidade, correspondendo a 15,7 % de não presença com elevado impacto nas rotinas de serviço, são positivamente encaradas pela Águas do Norte, S.A., tanto mais que a empresa atribui, nos termos a indicar mais adiante, um cabaz de oferta para felicitar todos/as os/as Colaboradores/as aquando do nascimento de mais um filho.

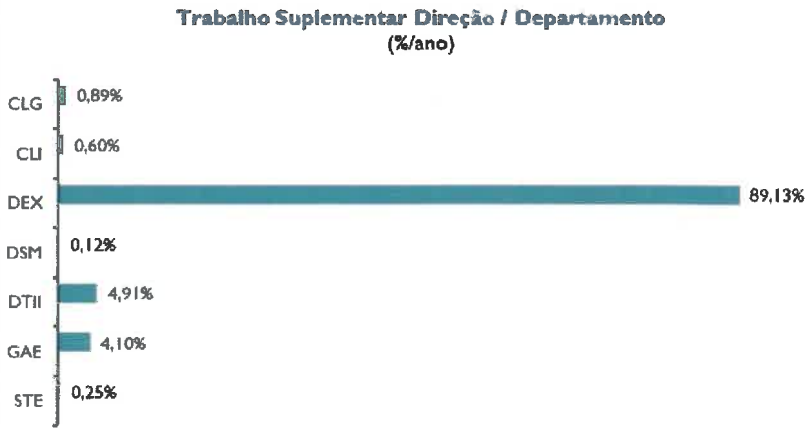
Trabalho Suplementar

O ano de 2022 permitiu concluir que a AdNorte aumentou, face a 2021, o volume de trabalho suplementar em cerca de 10%, num total de 1278 horas, tendo-se verificado a seguinte evolução:

O recurso ao regime de trabalho suplementar tem maior incidência nos meses de verão, nomeadamente associado à gestão do saneamento para proteção das zonas balneares, à gestão de abastecimento no difícil equilíbrio entre maiores consumos e menores volumes disponíveis e para minimização do impacto da redução das equipas de trabalho em período de férias. Apresenta-se a evolução mensal:



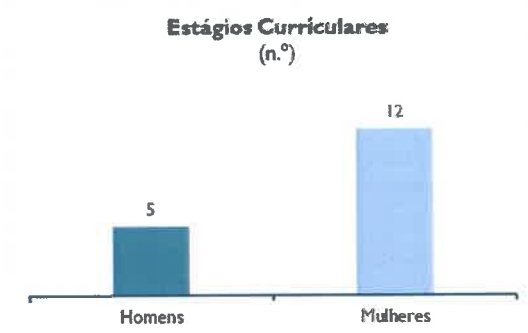
Naturalmente, a ocorrência do trabalho suplementar tem maior destaque na Direção de Exploração, conforme se apresenta no gráfico seguinte:



A prestação de trabalho suplementar foi remunerada nos termos da lei e conferiu aos respetivos Colaboradores, sempre que aplicável, o direito ao gozo do correspondente descanso compensatório remunerado.

Estágios de Formação Escolar e Profissional

Durante o ano de 2022 foi promovida a realização de estágios para complemento de formação escolar e profissional dos candidatos e realização de projetos de melhoria e desenvolvimento de grande utilidade para a Águas do Norte, S.A.. Em 2022, realizaram-se 17 estágios curriculares na Águas do Norte, S.A. com a seguinte distribuição:



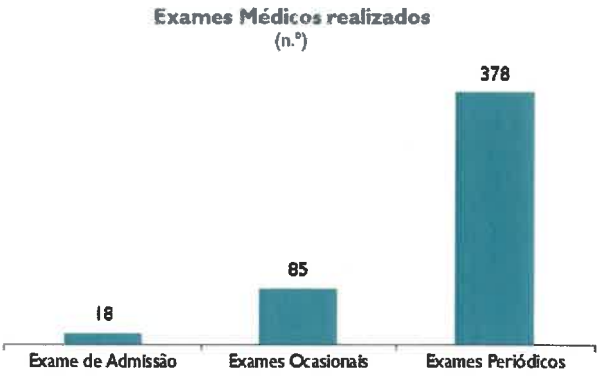
Os estágios realizados foram sustentados na elaboração prévia de um Plano de Estágio individual, validado pelo estagiário e respetivos orientadores de estágio na entidade escolar e na Águas do Norte, S.A..

Cerca de 50% dos estágios foram realizados no âmbito da Direção de Exploração, em atividades associadas à exploração das infraestruturas e nos laboratórios de processo para monitorização permanente da atividade da Empresa. No Laboratório foram realizados 20% dos estágios, na Direção de Recursos Humanos e na Direção de Gestão de Ativos e Engenharia – Expropriações cerca de 10%, e na Direção Administrativa e Financeira e no Departamento de Compras e Logística 5%.

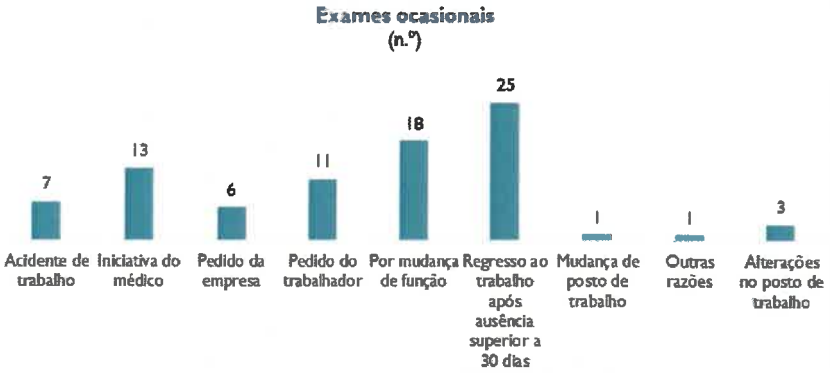
O acolhimento de estagiários/as é uma prática que a Águas do Norte, S.A. pretende continuar a fomentar para desenvolvimento de projetos de investigação que apoiem e impulsionem os níveis de eficiência e eficácia do desempenho da Empresa e, não menos importante, para possibilitar a partilha das boas práticas da Empresa com a comunidade envolvente, assumindo-se a Empresa, também, como um agente de formação em contexto profissional e de referência para a comunidade escolar.

Medicina do Trabalho

Durante o ano de 2022 realizaram-se 481 exames médicos no âmbito da Medicina de Trabalho para cumprimento das determinações legais aplicáveis. No gráfico seguinte descreve-se a tipologia dos exames realizados em 2022:

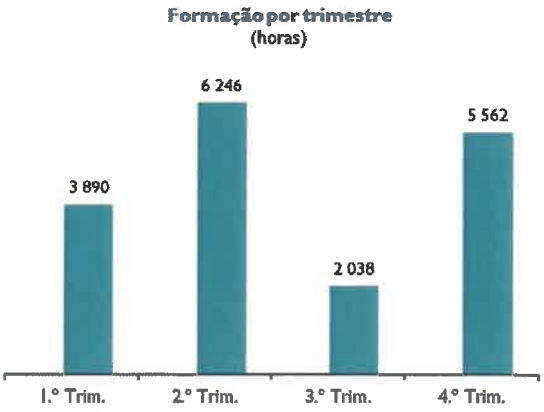


No ano de 2022, realizaram-se 85 exames ocasionais, com os motivos apresentados no gráfico seguinte:

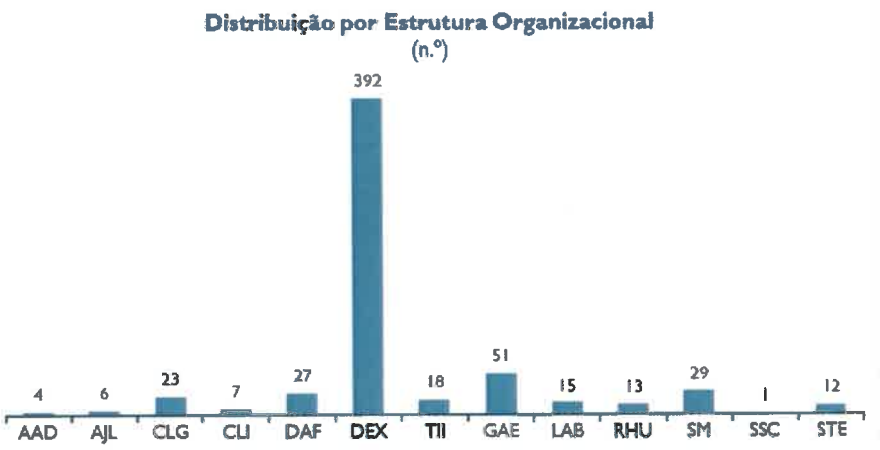


Formação Profissional

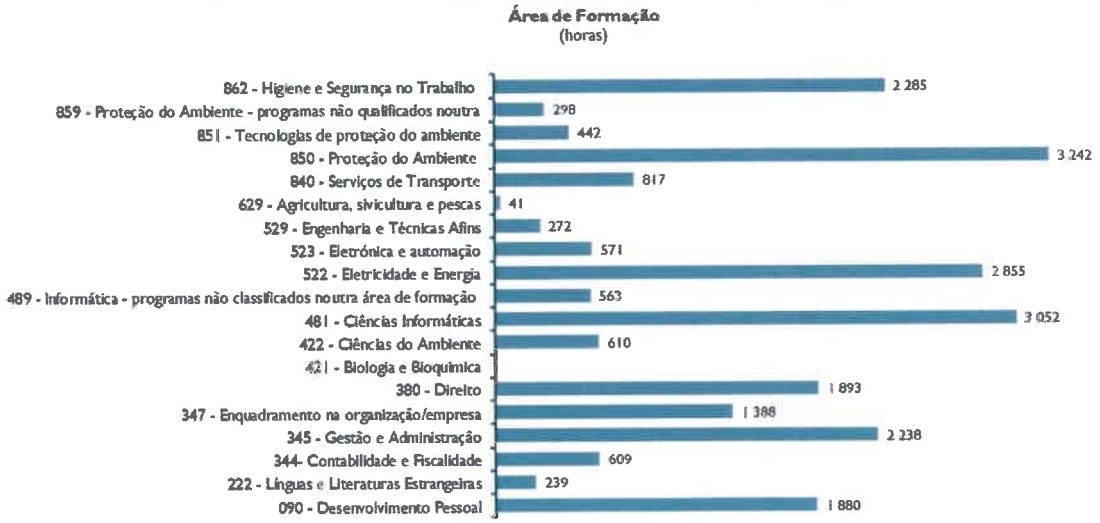
Durante o ano 2022, e no âmbito da política de valorização de competências dos/as Colaboradores/as, foram ministradas 17.735 horas de formação profissional.



A formação profissional ministrada abrangeu todos os domínios de intervenção da Águas do Norte, com destaque para a área da Exploração, com 63% de horas de formação.



Como podemos ver, através da seguinte representação gráfica, a formação englobou diferentes áreas de formação:



a) Formação Planeada

A formação planeada foi realizada tem como base as necessidades formativas evidenciadas pelas direções/áreas e que constam no plano de formação.

Neste âmbito, foram realizadas as seguintes ações de formação: Avaliação de Desempenho - Competências de Avaliação e Feedback (Avaliadores); Avaliado com Propósito ; Código dos Contratos Públicos; Colheita de Amostras de Água para Consumo Humano; Colheita de Amostras de Águas Residuais; Combate a Incêndios Combate a Incêndios Básica ; Conceitos Fundamentais de Proteção de Dados e o RGPD na Contratação Pública; Eletricidade Geral ; Estratégias de recuperação do trabalho; Excel Avançado; Excel Intermédio; Formação Processo de Gestão de Reclamações; Gestão de Incidentes Críticos;

Gestão de Projetos; Gestão de Stress na equipa; Habilitação Elétrica; Implementação ISO 55001:2014; Incertezas em Calibrações; Incorporação de Materiais Reciclados conforme DL 102-D/2020; Inglês Técnico; Metrologia ; Microbiologia em Sistemas de Abastecimento de Águas; Microbiologia em Sistemas de Tratamento de Águas Residuais; Normas Internacionais de Contabilidade; NP EN ISO/IEC 17025:2018; O Gestor do Contrato; Operação de Equipamentos de ETAR; Programação de Base Dados com SQL; Qualidade de Água – Geral ; Qualidade de Água (Microbiológicos e Bacterológicos); Sistemas de Tratamento de Água para Consumo Humano ; Sistemas de Tratamento de Água Residuais.

De referir que, durante o ano de 2022, deu-se continuidade ao projeto financiado pelo COMPETE - Tipologia Projetos Autónomos de formação – Formação de empresários e trabalhadores, que visa reforçar as competências dos/as Colaboradores/as da Águas de Norte, em domínios relevantes para a estratégia de inovação e competitividade da empresa.

No total foram realizadas 12.372 horas, abrangendo 1324 formandos/as.

b) Formação Não Planeada

Na tipologia de Formação Não Planeada, foram ministradas 5.363 horas de formação profissional, abarcando um total de 1907 formandos/as.

c) Comparativo entre formação planeada e formação não planeada

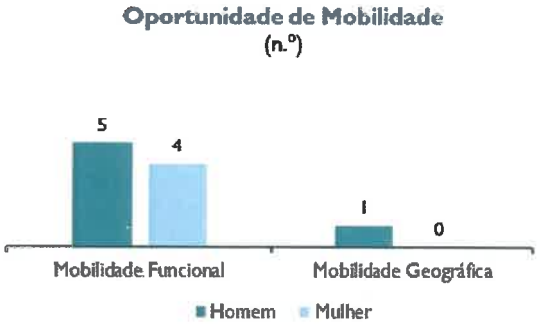
A formação planeada corresponde a 70% do total da formação dada, verificando-se um aumento significativo em relação ao ano transato, evidenciando o esforço de execução do plano de formação.

Oportunidades de Valorização dos Colaboradores

A política de gestão de recursos humanos, apostada na promoção da eficiência organizacional e do bem-estar dos/as Colaboradores/as, estabelece o primado do recrutamento interno para resposta a necessidades de reforço das equipas de trabalho. Antes de avançar com o processo de recrutamento externo, a Águas do Norte, S.A. divulgou todas as suas necessidades pela sua atual equipa de Colaboradores/as, permitindo situações de mobilidade funcional que correspondam aos interesses dos Colaboradores/as.

Também ao nível da mobilidade geográfica, têm sido criadas as condições para que os/as Colaboradores/as possam aproximar os locais de trabalho e residência, sempre que tal não tem impacto negativo no desempenho profissional.

As oportunidades de mobilidade interna proporcionaram, em 2022, a melhoria efetiva (pessoal e profissional) da vida de 10 Colaboradores/as da Águas do Norte, S.A.:



Recompensas Sociais

A Águas do Norte, S.A. disponibiliza diversas recompensas de âmbito social, com o objetivo de proporcionar condições de trabalho que valorizem os Colaboradores:

- ✓ **Cabaz NASCER NO NORTE:** Esta iniciativa atribui um cabaz-oferta aos filhos dos Colaboradores no momento do nascimento. É um cabaz-presente, composto por um valor monetário e bens de puericultura para apoio aos Colaboradores em momento de inúmeras despesas associadas a esta etapa familiar. Em 2022 foram entregues 12 cabazes.
- ✓ **PARABÉNS, O DIA É TEU:** No dia de aniversário, os Colaboradores estão dispensados de comparecer no local de trabalho. É um dia disponível para desfrutar em família do dia de aniversário.
- ✓ **Seguro de Saúde:** Permite a comparticipação das despesas de saúde do agregado familiar em aproximadamente 80%.
- ✓ **Seguro de Vida:** Assegura condições de proteção em caso de morte ou invalidez.
- ✓ **Dia da Mulher:** No dia 8 de março assinalou-se o Dia Internacional da Mulher.
- ✓ **Aniversário da Empresa:** convívio com os trabalhadores na ETA de Areias de Vilar.
- ✓ **Uma Gota, Uma Ideia!** Portal de ideias para promover a criatividade dos/das Colaboradores/as com atribuição de prémio aos 3 primeiros classificados que consiste na participação numa feira, congresso ou ação técnica.
- ✓ **SIGAME:** Atribuição de prémios aos 10 primeiros classificados com o objetivo de incentivar a atualização do cadastro da Empresa.
- ✓ **Oferta de Café aos Colaboradores:** A Águas do Norte oferece café/bebidas quentes aos Colaboradores.
- ✓ **Natal 2022:** Atribuição de um cabaz de Natal a cada Colaborador.
- ✓ **Natal dos Filhos:** Oferta de presente adequado à idade para os filhos dos Colaboradores com idades até aos 12 anos.
- ✓ **Cartão/Presente:** Atribuição de cartão/presente aos colaboradores que nos dias 24 e 31 de dezembro estiveram a garantir a continuidade de serviço.
- ✓ **Bolsas de Estudo:** No âmbito da estratégia de Responsabilidade Social Interna do Grupo Águas de Portugal, atribuição de bolsas de estudo aos filhos dos Colaboradores, sejam eles estudantes do ensino superior ou alunos com necessidades especiais. Para o ano letivo 2022/2023 foram atribuídas 11 bolsas de estudo para o ensino superior e 8 bolsas de estudo para necessidades especiais aos Colaboradores da Águas do Norte, S.A..

Plano de Bem-estar e Comunicação Interna

O Plano de Bem-estar e Comunicação Interna da Águas do Norte, S.A. tem como objetivo criar uma dinâmica de comunicação e envolvimento junto dos/das Colaboradores/as, que permita a adoção das ações de reforço da eficiência previstas, para fortalecer o nível de serviço da Empresa e a satisfação e motivação dos/das Colaboradores/as e Chefias.

Assente em vários eixos de intervenção, este Plano vem apoiar a dinamização e envolvimento das equipas, reforçar a importância de Colaboradores/as e Chefias, divulgar os valores e a cultura da empresa e reforçar a comunicação ascendente e descendente.

A taxa de execução dos objetivos traçados no referido Plano para 2022 foi de 87%.

Local e Meios de Trabalho

a) Gestão de Frota

No ano de 2022, a Gestão de Frota assegurou os principais indicadores:

- Número de viaturas manteve-se em 276 unidades (previstas no PAO 2021/2022);
- Gestão Operacional da Frota;
- Emissão de 667 ordens de manutenção no sistema SAP/PM
- Emissão de 1268 requisições de compra no sistema SAP/MM;
- Gestão de contratos centralizados com a Águas de Portugal;
- Gestão de contratos básicos internos da Águas do Norte;
- Substituição e respetiva devolução de 35 viaturas;
- Aumento do consumo de combustível em relação ao ano 2021 em 26 482 litros, justificado pelo aumento da atividade (desconfinamento), mas mantendo-se abaixo 21 049 litros em relação ao período pré-pandémico (2019);
- Melhoria significativa no consumo médio em 2022, sendo 7,23 litros/100 km face aos 7,44 litros/100 obtidos em 2021;
- Renovação da Certificação energética da frota com classificação – B;
- Continuidade no desenvolvimento da solução do sistema de geolocalização de viaturas operacionais;
- Melhoria no processo de reserva de viaturas partilhadas das Pool's.

b) Locais de trabalho

Em janeiro de 2022 celebrou-se o novo contrato, por lotes, com término em 2025, para aquisição do serviço de aluguer operacional e higienização de vestuário de trabalho, dando-se assim cumprimento à obrigação legal de limpeza e higienização do fardamento da AdNorte utilizado pelos/pelas Colaboradores/as de acordo com o Manual de Fardamento em vigor. Durante todo o ano foi realizado o devido acompanhamento do contrato com pedidos de cancelamento por saída/mobilidade de Colaboradores/as, bem como novas entradas e efetuada a gestão de um conjunto de melhorias apresentadas ao prestador de serviços para resolução entre as partes.

O serviço de transporte coletivo dos/das Colaboradores/as em mobilidade de Viana do Castelo para Barcelos continuou a ser garantido durante o ano de 2022, conforme acordado com os Colaboradores/as que preferiram esta modalidade de deslocação.

Prosseguiu-se com a gestão dos parques de estacionamento, nomeadamente em Vila Real, desencadeando-se os processos para registo e/ou retirada de viaturas através do reconhecimento de matrículas, referente às declarações apresentadas para este efeito pelos/pelas Colaboradores/as.

Foi disponibilizado nas diversas instalações de trabalho, equipamentos adequados para que os/as Colaboradores/as possam utilizar nas suas pausas dos tempos de trabalho, tais como eletrodomésticos para aquecer as suas refeições.

No refeitório existente nas instalações da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Areias de Vilar, devido às sucessivas declarações do estado emergência, bem como aos diplomas que estabeleceram medidas de combate à propagação da doença, determinando, entre outras, a restrição das deslocações autorizadas, ao dever geral de recolhimento domiciliário e à obrigatória adoção do regime de teletrabalho, verificou-se um impacto direto na execução do referido contrato. Face a este contexto, foi proposta a suspensão e prorrogação do prazo contratual relativa à prestação de serviços de exploração do refeitório da ETA de Areias de Vilar, com efeitos a 18 de janeiro de 2021, que conjugado com a remodelação do Edifício de Administrativo do Polo de Barcelos, permaneceu durante todo o ano de 2022.

Dando continuidade ao serviço externo de Portaria, Vigilância e Segurança Humana existente na ETA de Areias de Vilar que terminou em setembro de 2022, foi adjudicado um novo serviço, em outubro de 2022, para vigorar por um período de três meses, cuja gestão do contrato está sob a responsabilidade da Direção.

Na sequência da necessidade de remodelação, em 2022, do Edifício de Administrativo do Polo de Barcelos, situado na ETA de Areias de Vilar, designadamente dos gabinetes e salas de trabalho do piso 1, procedeu-se à aquisição de mobiliário de escritório, nomeadamente de mesas e cadeiras, adequado ao desempenho pretendido e de tipologia semelhante ao mobiliário utilizado nos Edifícios da Sede, em Vila Real, e do Polo de Guimarães, unificando a imagem dos espaços administrativos da Águas do Norte, S.A..

Financeira

Apresenta-se de seguida, de forma sucinta, a perspetiva económica e financeira, procurando evidenciar os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Águas do Norte, S.A., no ano de 2022, aconselhando-se que esta leitura seja conjugada com a análise às demonstrações financeiras do exercício e respetivas notas anexas.

Em consequência do Decreto-Lei nº 93/2015, de 29 de maio, que define e regulamenta o conceito de desvios de recuperação de gastos, assim como a obrigatoriedade do seu registo anual nas contas da empresa, o resultado líquido expresso nas demonstrações financeiras corresponde à remuneração acionista do respetivo ano, no entanto podem existir correções impostas pela ERSAR que determinem que o Resultado Líquido possa ser diferente da Remuneração Acionista, bem como o facto da variação do resultado de um ano para o seguinte resultar de variações no capital próprio a remunerar (Capital social realizado, Reserva legal e eventuais remunerações em dívida) e de variações nas taxas de referência para remuneração dos capitais.

Mostra-se assim determinante para validar o desempenho da empresa, analisar as rubricas, de Balanço e da Demonstração dos resultados, referentes a Desvios de Recuperação de Gastos e a forma como evoluíram no decorrer dos exercícios.

No exercício económico de 2022 a Águas do Norte, S.A. registou um resultado líquido positivo no montante de 9.322.272 EUR, dos quais, 8.495.265 EUR referentes aos acionistas com ações de categoria A, com designação de divisão da "Alta", e 827.007 EUR referente aos acionistas com ações de categoria C, com a designação de divisão da "Baixa".

Os Resultados Operacionais, incluindo o DRG, registaram um valor da ordem dos 20,0 milhões de euro. Excluindo o efeito do DRG os Resultados Operacionais ascendem a 28,5 milhões de euros, um decréscimo de 10,1% face a 2021.

Em linha com este desempenho operacional, o EBITDA ajustado em 2022 foi da ordem dos 59.4 milhões de euros, valor 8,1% abaixo do ano transato.

Os Resultados Financeiros registaram um aumento face a 2021 de 9,0%, cifrando-se em 2022 nos – 7,9 milhões de euros.

Durante o exercício de 2022 a Águas do Norte, S.A. registou na rubrica de Desvios de Recuperação de Gastos um ***superavit*** no valor de 8.476.170 EUR, em resultado do desvio tarifário apurado no ano, referente a um superavit na Alta no valor de 12.516.200 EUR, e a um deficit na Baixa no valor 4.040.029 EUR.

Para uma correta análise às contas salienta-se ainda o facto, da empresa incluir na sua conta de resultados a atividade da construção de infraestruturas, embora o valor daqui resultante tenha impacto nulo nos resultados operacionais e do exercício.

Para uma mais fácil análise às contas vamos expurgar o efeito dos rendimentos e dos gastos da construção.

Rendimentos e Ganhos

No exercício de 2022, os rendimentos e ganhos totais, não considerando os rendimentos de construção em ativos concessionados, atingiram os 154.447 milhares de euros, menos 2,4% (3.821 milhares de euros) que os obtidos em 2021. As rubricas com maior expressão, Vendas e Prestação de Serviços, apresentam uma redução de 2,4% (cerca de 3,2 milhões de euros).

Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas em 2022, excluídos os gastos de construção em ativos concessionados, atingiu os 133.890 milhares de euros, registando uma diminuição de 0,03% (- 42 milhares de euros) relativamente ao exercício de 2021.

As rubricas que mais contribuíram para esta diminuição foram as amortizações com uma diminuição de cerca de 2.690 milhares de euros (- 4,9%) em resultado da redução da taxa média de amortização, que está indexada diretamente aos caudais vendidos e que sofreram também uma redução.

Quanto às rubricas que apresentam um aumento face a 2021, foram Fornecimentos e Serviços Externos com um aumento no valor de 727 milhares de euros (+1,5%) e Gastos com Pessoal, com um aumento de 1.000 milhares de euros (+ 7,1 %).

Situação Patrimonial e Financeira

O Total do Ativo Líquido da Águas do Norte, S.A. atingiu em 31 de dezembro de 2022 o montante de 1.467.594 milhares de euros, evidenciando uma diminuição de 19.192 milhares de euros relativamente a 31 de dezembro de 2021, em resultado da diminuição de 27.259 milhares de euros nos Ativos Não Correntes e do aumento de 8.067 milhares nos Ativos Correntes.

Nos Ativos Não Correntes a variação verificada justifica-se, maioritariamente, pelas diminuições nos Ativos fixos tangíveis e intangíveis (-21.360 milhares de euros), consequência do impacto do registo das amortizações do exercício, no Desvio Tarifário Ativo (-8.476 milhares de euros), e na diminuição de Outros Ativos (-1.255 milhares de euros), bem como dos acréscimos verificados em Impostos Ativos Diferidos (+2.823 milhares de euros) .

Nos Ativos Correntes as maiores diminuições ocorreram nos Ativos Financeiros ao Justo Valor (-3.416 milhares de euros), por recebimento de ARD, em sinal contrário do acréscimo de Clientes (+5.217 milhares de euros), sendo que grande parte deste incremento (4.290 milhares de euros) é verificado em Outros ativos correntes, em concreto em Acréscimo de rendimentos juros a receber (+3.225 milhares de euros), Adiantamentos a fornecedores (+2.437 milhares de euros), e em sentido contrário as Perdas por Imparidade (-1.111 milhares de euros).

Relativamente ao Capital Próprio, o aumento foi de 9.322 milhares de euros, explicado pelo Resultados líquidos de 2022 (+9.322 milhares de euros).

O Total do Passivo da Águas do Norte, S.A. com o valor de 1.185 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022, teve uma diminuição de 28.515 milhares de euros relativamente a 31 de dezembro de 2021, em resultado das diminuições de 39.0411 milhares de euros nos Passivos Não Correntes e um aumento de 10.526 milhares de euros nos Passivos Correntes.

Nos Passivos Não Correntes a variação explica-se, pelas diminuições nos Empréstimos (-18.280 milhares de euros), nos Passivos de Locação (-837 milhares de euros), nos Impostos Diferidos Passivos (-2.430 milhares de euros) e nos Subsídios ao Investimento (-13.982 milhares de euros), nos Fornecedores e Outros Passivos (-923milhares de euros) e em Amortizações Investimento Futuro (-2.589 milhares de euros).

Nos Passivos Correntes as maiores diminuições ocorreram nos Outros Passivos correntes (-6.570 milhares de euros) e no Imposto Sobre o Rendimento (-962 milhares de euros), em contraposição com os aumentos ocorridos em Fornecedores (4.415 milhares de euros) e no Estado e outros entes Públicos (183 milhares de euros).

Investigação e Desenvolvimento & Inovação

A inovação é hoje um dos desafios centrais na Águas do Norte. Ambicionando a empresa posicionar-se dentro das principais referencias nacionais do setor nesta matéria, tem vindo a desenvolver projetos inovadores visando a excelência do serviço ao cliente, a resiliência, o digital, o capital humano, a neutralidade carbónica e a economia circular. Vivemos um tempo, em que a empresa tem alinhado a sua estratégia com a evolução do contexto e em que a tecnologia tem sido um poderoso driver de inovação. O paradigma mudou e tem sido necessário romper com algumas soluções do passado, acrescentando valor diferente daquele que estamos habituados, sem temer mudar a forma como habitualmente fazemos. Diante da eminente necessidade de evoluir, o tradicionalismo deve render-se à inovação. Uma estratégia a prazo, disruptiva, tolerante ao erro, que não se limite a gerar valor, mas sim a criar um valor de economia circular, poderá mudar e melhorar a nossa forma de lidar com o abastecimento de água e saneamento, bem como a relação destes com a gestão dos recursos hídricos.

Ao longo do ano de 2022, foram dinamizadas várias atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), sendo que se destacam as principais:

(i) Conclusão com sucesso o processo de certificação e adquiriu o estatuto de empresa certificada em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), de acordo com a norma Portuguesa NP 4457.

Selo da certificação pela NP 4457

(ii) Organização de um conjunto de webinars, "À conversa com" por forma a manter ativa a troca de ideias e experiências do setor da água.

(iii) Celebração de vários protocolos de colaboração no âmbito do Programa ARQUIMEDES, e que visam estabelecer relações de colaboração Científica e Tecnológica em diferentes domínios entre a Águas do Norte e algumas Universidades.

Celebração de protocolo de colaboração no âmbito do Programa ARQUIMEDES entre a UTAD e a Águas do Norte

Celebração de protocolo de colaboração no âmbito do Programa ARQUIMEDES entre a UMinho e a Águas do Norte

(iv) Apresentação de várias candidaturas a programas de financiamento de projetos em diferentes temáticas, e em que se destacam as que foram aprovadas:

a. "ATPT – Água da Torneira para Todos" - Fundo Ambiental - Aviso nº 14199/2022, destinado a apoiar financeiramente projetos direcionados a uma nova cultura ambiental, no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA 2022).

b. PRR | "Vine & Wine Portugal - Driving Sustainable Growth Through Smart Innovation" - PRR - Plano de Recuperação e Resiliência das Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Reindustrialização e verdes para a Inovação Empresarial no âmbito do AVISO N.º 02/C05-i01/2022, tem como foco a "Energia e transições tecnológicas"

c. "GREENValue – Valorização da Geração de Recursos Em Espaço Natural" - AVISO Nº 13/REACT EU/2021 - Apoio à Transição Climática - 'Intervenções de Resiliência dos territórios face ao risco Combate à desertificação através da rearborização e de ações que promovam o aumento da fixação de carbono e de nutrientes no solo".

d. Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) inerentes à sua atividade no ano de 2021, e que reforça a aposta contínua, da Águas do Norte, em projetos de I&D. Referir ainda que os elementos e projetos inovadores apresentados para os anos de 2019 e 2020 conduziram a uma decisão final de deferimento integral das candidaturas, com a atribuição de crédito fiscal nos montantes globais de 398.872,49€ e 340.434,38€, respetivamente.

Prémios

Águas do Norte, S.A. venceu o #Prémio Kaizen Institute Global, na categoria de "Excelência na Inovação"

Águas do Norte, S.A. venceu o Prémio Kaizen Institute Global, na categoria de "Excelência na Inovação". O Prémio KAIZEN™ reconhece o esforço das empresas que adotaram uma cultura de melhoria contínua, tendo a sua 11ª Edição sido realizada no passado dia 28 de abril de 2022. É composto por 6 categorias e tem como objetivo destacar organizações que sejam exemplo de benchmark de boas práticas. A respetiva comissão de avaliação das candidaturas é composta por elementos do Kaizen Institute Global e das seguintes entidades parceiras: Associação Portuguesa de Gestão Industrial, APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade, Católica Porto Business School, NOS SGPS e CEiiA // Centre of Engineering and Product Development. A Águas do Norte, S.A. concorreu com a plataforma CAN - Gestão Centralizada de Alarmes e Notificações.

Águas do Norte, S.A. venceu o Prémio Kaizen Institute Global, na categoria de "Excelência na Inovação"

Águas do Norte foi finalista do Portugal Digital Awards 2022 com o projeto "Barragens na Palma da Mão"

Pelo segundo ano consecutivo, a Águas do Norte foi finalista Portugal Digital Awards 2022, desta vez com o projeto 'Barragens na Palma da Mão'.

A Águas do Norte possui diversas origens de água maioritariamente superficiais, salientando-se de entre elas 26 barragens e açudes localizados em várias linhas de águas distribuídas por toda a área de concessão da empresa. As infraestruturas referidas, das quais 16 estão sob responsabilidade da Águas do Norte, são objeto de contínua observação, inspeção, monitorização e comando dos vários parâmetros operacionais, da legislação e dos Planos de Observação em vigor.

No sentido de permitir a sua gestão mais eficiente e partilhar a respetiva informação de uma forma mais prática e intuitiva, foi iniciado um projeto designado como "Barragens, na Palma da Mão".

O foco deste projeto está na modernização tecnológica das infraestruturas, que, apesar de estarem em funcionamento há largos anos, apresentam um enorme potencial de modernização que permitirá uma alteração do modelo operacional, com ganhos mensuráveis ao nível da segurança, do desempenho, da eficiência e da economia de recursos.

A gestão remota e o conhecimento do comportamento das barragens, nas várias dimensões, tem sido essencial para garantir o seu funcionamento adequado e para que os objetivos de utilização delineados para o respetivo aproveitamento hidráulico possam ser cumpridos, o que por si só representa um carácter inovador face ao panorama nacional.

Por outro lado, o projeto tem sido um auxiliar muito relevante para organização, para atuar e antecipar cenários no decorrer deste evento extremo de seca que assistimos, e que serão cada vez mais recorrentes, bem como na respetiva comunicação com as partes interessadas que nos acompanham contra as alterações climáticas e na consequente escassez de água.

O Portugal Digital Awards é uma iniciativa conjunta da Axians e da IDC, que visa reconhecer e premiar a excelência de organizações, suas equipas e líderes empresariais que, com visão e audácia, conduzem à transformação digital dos seus negócios, processos, produtos ou serviços e, consequentemente, da sociedade como a conhecemos.

Águas do Norte foi finalista do Portugal Digital Awards 2022 com o projeto "Barragens na Palma da Mão"

Eventos Posteriores ao Fecho

No que diz respeito à atividade em Alta, e no cumprimento do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, no seu artigo n.º 12, foi submetido à ERSAR, em 31 de janeiro de 2023, o pedido de aprovação do Desvio de Recuperação de Gastos apurado em 2022 para a atividade em Alta, no montante de 12.516.200 EUR, de natureza excedentária (**Superavit Tarifário**).

Neste seguimento, a Águas do Norte, aguarda que a ERSAR emita o respetivo Projeto de Decisão, ficando este ainda sujeito ao contraditório a apresentar pela Águas do Norte, S.A.

No que respeita à atividade em Baixa, será submetido à aprovação da Comissão de Parceria o pedido de aprovação do Desvio de Recuperação de Gastos apurado em 2022, no montante de 4.040.029,44 EUR, de natureza deficitária (Déficit Tarifário).

Não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício.

Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação		Justificação
	S	N	N.A.			
Objetivos de Gestão:						
Eficiência de Gestão	X				-1,27	
Dívida Comercial de devedores municipais	X				104,8%	
Limite ao endividamento	X				-1,7%	
Respeito Prazos de Pagamento		X			-7%	Apesar da diminuição em 7% face a 2021 não cumpre com a RCM 34/2008
Rentabilidade	X				35,1%	
Plano de Manutenção	X				95,3%	
Qualidade da Água Fornecida	X				99,7%	
Qualidade das Águas Residuais	X				99,2%	
Neutralidade Energética			X		Avaliação em 2023	
Plano de Lamas			X		Avaliação em 2023	
Reutilização			X		Avaliação em 2023	
Efluentes agroindustriais e agropecuários			X		Avaliação em 2023	
Metas a Atingir Constantes no PAO 2022 :						
Investimento	X			Real 2022 PAO 2022*	32 252 799 40 937 276	A execução do investimento foi inferior à prevista no PAO em cerca de 21,2%. Na origem deste desvio está fundamentalmente a revisão do calendário de execução, o aumento de Concursos desertos, indefinição na existência de fundos comunitários (PRR) e atraso na definição da solução a adotar.
Variação do Endividamento		X		Real 2022 PAO 2022*	518 606 450 510 181 010	O endividamento é superior ao PAO em 8,4 M€, i. é., cerca de +1,7%, como resultado de menor recebimento de clientes e de subsídios ao investimento.
Gastos com Pessoal	X			Real 2022 PAO 2022*	14 992 218 15 936 810	Os gastos com pessoal estão inferiores ao previsto em PAO em cerca de 5,9%
Gastos Operacionais/Volume de Negócios	X			Real 2022 PAO 2022*	51,35% 52,62%	Em 2022 o peso dos gastos operacionais, expurgados dos impactos excecionais e de imposição legal, no volume de negócios atinge 51,34%, valor inferior ao previsto no PAO
Gastos com deslocações, ajudas de custo e frota		X		Real 2022 PAO 2022**	2 524 376 2 010 595	O conjunto de gastos com deslocações, ajudas de custo e frota apresenta um aumento de 514 mil euros face ao PAO, com destaque para os gastos com a frota, cujo detalhe se apresenta no ponto 13 do COL. Em sede de despacho de aprovação de PAO 2022 não foi autorizado o aumento em 205 mil euros de gastos com a frota, tendo sido deduzido esse montante ao valor apresentado pela AdNorte
Número de viaturas	X			Real 2022 PAO 2022*	276 276	
Gestão do Risco Financeiro			X			A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas da AdP SGPS.
Limites de Crescimento do Endividamento	X				-1,64%	
Evolução do PMP a Fornecedores		X			-3	Diminuição de 3 dias em relação ao PMP de 31 de dezembro 2021, apresentando uma redução de 7%.
Atrasos nos Pagamentos ("*Arrears*")	X				-	
Recomendações do Acionista na Aprovação de Contas	X					Contas aprovadas sem recomendações do Acionista
Reservas emitidas na última CLC	X					CLC sem reservas

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação		Justificação
	S	N	N.A.			
Remunerações:						
Não Atribuição de Prémios de Gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X					
Órgãos Sociais - Redução Remuneratória nos termos do art.º 2.º da Lei 75/2014			X			
Órgãos Sociais - Redução de 5% por aplicação art.º 12º da Lei n.º 12-A/2010	X					
Auditor Externo - Redução Remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei 82-B/2014			X			Redução já prevista no contrato
Restantes Trabalhadores - Redução Remuneratória, nos termos do art.º 2º da Lei 75/2014			X			
Proibição de Valorização Remuneratória, nos termos do art.º 38º da Lei n.º 82-B/2014	X					
Artigo 32º e 33ºdo EGP						Informação apresentada no RGS capítulo divulgação de remunerações
Não utilização de Cartões de Crédito	X					
Não reembolso de Despesas de Representação Pessoal	X					
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X					
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço		X				O Desvio de Plafond verificado nos valores de combustível e portagens é decorrente de utilização profissional ao serviço da empresa
Despesas não documentadas ou confidências – n.º 2 do artigo 16º do DL n.º 133/2013						
Proibição de realização de despesas não documentadas	X					
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014						
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	X					
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X					
Contratação Pública						
Normas de Contratação Pública	X					
Contratos Submetidos a Visto Prévio do TC	X					
Auditorias do Tribunal de Contas			X			Não se verificou qualquer auditoria
Parque Automóvel						
Nº de Viaturas	X			Real 2022 Real 2021	276 276	
Gastos com Viaturas		X		Real 2022 Real 2021	2 497 774 2 009 427	Aumento de gastos com viaturas face a 2021 tendo como origem o aumento de gastos com combustíveis, alugueres, portagens, seguros e manutenção. Detalhe e fundamentação no ponto 13 do COL
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			Real 2022 Real 2021	65 891 202 68 016 683	Nota: Gastos excluídos de capitalizações. Os gastos com FSE, CMVMC e Gastos com Pessoal, excluindo os impactos excecionais e de imposição legal, são inferiores ao gastos de 2021. Ver detalhe e fundamentação apresentada no ponto 13 .
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125º da Lei 82-B/2014 / artigo 28.º do DL 133/2013)			X			A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS.

(*) Aprovado pela Tutela Financeira em 28 de janeiro de 2022 - Despacho n.º 110/2022 -SET

(**) Não aprovado a substituiçao das 154 viaturas e o correspondente aumento de gastos em 205,05 mil euros

1 Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

a) **Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2022, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou aplicar.**

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da Águas do Norte, S.A. são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 12 de julho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato de 2021 a 2023.

Em 2022, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pelo Concedente /Comissão de Parceria (conforme aplicável) e pela Tutela Setorial e Financeira.

Os objetivos de gestão fixados pelos acionistas para a Águas do Norte, S.A, para o ano de 2022, bem como os resultados obtidos, encontram-se listados no quadro seguinte:

	Indicadores		Modo de avaliação			Valor do Indicador
	Indicadores Financeiros					
1.	Eficiência de Gestão	(%)	Δ PRC < +0,10pp **Não Atingido**	-0,10pp ≤ Δ PRC ≤ +0,10pp **Atingido**	Δ PRC < -0,10pp **Superado**	-1,27
2.	Dívida Comercial de devedores municipais	(%)	DCDMA > 105% **Não Atingido**	95% ≤ DCDMA ≤ 105% **Atingido**	DCDMA < 95% **Superado**	104,8%
3.	Limite ao endividamento	(%)	Endividamento > 2% **Não Atingido**	1,5% ≤ Endividamento ≤ 2% **Atingido**	Endividamento < 1,5% **Superado**	-1,7%
4.	Respeito Prazos de Pagamento	Dia	PMP reduz + que 1 dia **Não Atingido**	PMP aumenta 1 dia **Atingido**	PMP ≤ 60 dias **Superado**	-7%
5.	**Rentabilidade**	(%)	Δ RL < -5% **Não Atingido**	-5% ≤ Δ RL ≤ 5% **Atingido**	Δ RL > 5% **Superado**	35,1%
	Indicadores Ambientais e de Serviço					
6	Plano de Manutenção	(%)	AE < 80% **Não Atingido**	80% ≤ AE < 90% **Atingido**	AE ≥ 90% **Superado**	95,3%
7	Qualidade da Água Fornecida	(%)	AQA < 97% **Não Atingido**	97% ≤ AQA < 99% **Atingido**	AQA ≥ 99% **Superado**	99,7%
8	Qualidade das Águas Residuais	(%)	AQAR < 90% **Não Atingido**	90% ≤ AQAR ≤ 95% **Atingido**	AQAR > 95% **Superado**	99,2%
9.	Neutralidade Energética	(%)	CICP ≥ 50% **Não Atingido**	CICP ≥ 75% **Atingido**	CICP ≥ 90% **Superado**	Avaliação em 2023
10.	Plano de Lamas	(%)	CEPL ≤ 20% **Não Atingido**	CEPL ≤ 40% **Atingido**	CEPL > 40% **Superado**	Avaliação em 2023
11.	Reutilização	Data	Data > 31 de março de 2022 **Não Atingido**	31 de março de 2022 ≤ Data < 31 de dezembro de 2021 **Atingido**	Data ≤ 31 de dezembro de 2021 **Superado**	Avaliação em 2023
12.	Efluentes agroindustriais e agropecuários	Data	Data > 31 de março de 2022 **Não Atingido**	31 de março de 2022 ≤ Data < 31 de dezembro de 2021 **Atingido**	Data ≤ 31 de dezembro de 2021 **Superado**	Avaliação em 2023
	Valor do Atingimento Global dos Objetivos de Gestão					**2,6**

Com base no resultado final obtido, o desempenho dos Gestores da Águas do Norte, S.A., no ano de 2022 foi considerado **Superado.**

b) Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2022, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como justificação para os incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.

Indicadores	PAO 2022	Executado 2022	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	4 128 967	9 322 272	5 193 305	mais 5.2 M€ face ao PAO como resultado da variação verificada na taxa OT a 10 anos (mais 1,92%) - Real (2,18%) e PAO (0,26%)
EBITDA	62 630 770	59 405 372	-3 225 398	menos 3,2 M€ face ao PAO como resultado do menor volume de Negócios, na sequência do menor volume de atividade.
Resultado Operacional [1] (EBIT)	14 940 759	20 017 836	5 077 077	Gastos operacionais inferiores ao estimado, com destaque para as amortizações (menos 3 M€), como resultado de volume de atividade inferior
Volume de Negócios [2]	132 053 671	128 314 892	-3 738 779	
Vendas	52 928 433	52 516 374	-412 059	
CTA - Vendas-Comp.Tar.Acr.	7 994 629	7 714 214	-280 415	
Prestação de serviços	60 599 860	57 305 303	-3 294 557	menos 3,3 M€ como resultado de menor atividade (menos 3,7 milhões de m³)
Fundo Ambiental	10 530 749	10 779 000	248 251	
Endividamento	510 181 010	518 606 450	8 425 440	mais 8,4 M€ como resultado de um menor nível de recebimentos de clientes e subsídios
Dívida Financeira Líquida [3]/EBITDA	8,15	8,73	7%	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do VN.

3) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento reduzido das disponibilidades.

c) Execução do Plano de Investimentos

Execução do Plano de Investimento – Real vs PAO 2022

Investimento	Real 2022	PAO 2022	Variação Real 2022 / PAO 2022	
			Valor	%
Empreitadas	23 789 096	33 218 340	-9 429 244	-28,4%
Prestações de Serviços	1 604 438	2 011 999	-407 560	-20,3%
Património	511 031		511 031	100,0%
Outros	6 348 233	5 706 937	641 295	11,2%
Total	**32 252 799**	**40 937 276**	**-8 684 477**	**-21,2%**

A execução do investimento, que se verificou ter sido inferior ao previsto em 21,2%, deveu-se, fundamentalmente, à revisão do calendário de execução, Concursos desertos, indefinição na existência de fundos comunitários (PRR) e atraso na definição da solução a adotar.

Plano de investimento	PAO 2022	Executado 2022							Desvio (PAO vs Executado)	Observações / medidas
		Total	Fontes de financiamento							
			Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endividamento	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Lista de investimentos selecionados para acompanhamento (quadro 20 PAO)	5 059 678 €	8 565 478 €	2 502 903 €	0 €	0 €	6 062 575 €	0 €	0 €	-3 505 801 €	
AA0647 - Substituição de Abastecimento de Água de S. Jorge. Reabilitação da conduta de Barcelinhos (Viana do Castelo)	1 394 164 €	2 502 903 €	2 502 903 €						-1 108 739 €	
AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimaral, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora da Albom (Santo Tirso) - Lote C	893 441 €	1 366 271 €				1 366 271 €			-472 830 €	Valor de execução que reflete a recuperação relativamente ao investimento planeado para 2021 e não executado nesse período. Incorpora também as revisões de preços fruto das condições de mercado.
AA0654 - Empreitada de substituição e reforço do Sistema Adutor desde o RR do Cossourado e do RR de Formarigo até à ETA de Inside, incluindo ligação do furo das Porreiras - SAA DE INSALDE (Paredes de Coura)	1 632 072 €	2 269 800 €				2 269 800 €			-637 728 €	
PRC_0425/2019_GAE-AA0497 - Empreitada de Execução de Redes de Abastecimento de Água nas freguesias de Carreira, Guimaral, Lamelas, Agrela e Água Longa e Reservatório e Adutora da Alboa (Santo Tirso) - Lote B	442 501 €	1 403 753 €				1 403 753 €			-961 252 €	
EB0716 - Execução das redes domésticas de drenagem de águas residuais do SAR de Rabada, nas freguesias de Burgães e Sequeiró (Santo Tirso)	697 500 €	1 022 751 €				1 022 751 €				
Outros investimentos (não considerados no quadro 20 do PAO)	4 344 332 €	13 049 140 €	9 993 468 €			3 010 716 €	44 956 €		-8 704 809 €	
Investimento iniciado em 2022, mesmo/mente relevantes (de acordo com a identificação constante do PAO) e que não constem das fichas de acompanhamento dos RET	6 268 183 €	1 306 787 €	1 306 787 €						4 961 396 €	
Restante investimento previsto	25 265 164 €	9 331 393 €	7 847 382 €			29 855 €	1 454 157 €		15 933 771 €	
Total do investimento	40 937 276 €	32 252 799 €	21 650 540 €	0 €	0 €	9 102 146 €	1 499 113 €	0 €	8 684 477 €	

2 Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo

do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

Anos	Real 2022	Real 2021	Real 2020	Real 2019	Real 2018
Encargos Financeiros - EUR	12 216 487	11 936 428	13 123 510	13 807 612	15 814 600
Taxa Média de Financiamento (%)	2,34%	2,23%	2,30%	2,35%	2,68%

3 Limites de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho (Lei do Orçamento de Estado para 2022), apurado nos termos da fórmula disposta no n. 4 do artigo 145. do Decreto-Lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (DLEO 2022)

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo AdP procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados e procurando obter a correspondente redução dos encargos financeiros.

Adotando uma posição conservadora e tendo em atenção as características de longo prazo dos ativos tem sido privilegiada a obtenção de financiamentos de longo prazo, com particular ênfase no BEI.

Adicionalmente a AdP SGPS iniciou em 2004 um processo de obtenção de financiamentos externos, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005, três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão obrigacionista em 2016.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia para do Grupo em matéria de serviço da dívida.

Relativamente ao regime de taxa de juro, tendo em conta o perfil de reintegração dos investimentos, tem vindo a ser privilegiado a contratação de empréstimos com um regime de taxa fixa (diretamente ou através da contratação de instrumentos financeiros de cobertura). Esta estratégia permitiu que cerca de 70% da dívida de longo prazo esteja contratada em regime de taxa fixa e, consequentemente, imune a oscilações futuras da taxa de juro.

Endividamento total – Real vs PAO 2022

Endividamento Financeiro Total (Bruto)	Real 2022	PAO 2022	Variação Real 2022 / PAO 2022	
			Valor	%
Empréstimos bancários e Acionista - não correntes	484 216 914	487 588 563	-3 371 649	-0,7%
Empréstimos bancários e Acionista - correntes	34 389 535	21 481 742	12 907 793	60,1%
Locação Financeira		1 110 704	-1 110 704	-100,0%
Endividamento total	**518 606 450**	**510 181 010**	**8 425 440**	**1,7%**

Variação do Endividamento (Execução)	Real 2022	Real 2021	Variação Real 2022 / Real 2021	
			Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e não Corrente)	518 606 450	527 569 778	-8 963 328	-1,7%
Capital Social	108 095 468	108 095 468	-	0,0%
Novos investimentos no ano 2022	1 435 734		1 435 734	
		Variação do Endividamento	**-1,64%**	

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - Novos\ Investimentos}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR – Financiamento Remunerado

Capital – Capital Social ou Capital Estatutário realizado

$$Endividamento = \frac{(518.606.450 - 527.569.778) + (108.095.468 - 108.095.468) - 1.435.734}{(527.569.778 + 108.095.468)} = -1,64\%$$

4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril; e Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, apresentamos o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da Águas do Norte, S.A., que em 2022 se situou nos 43 dias.

PMP	2022				2021				Variação 2022/2021	
	1.ºTrim.	2.ºTrim.	3.ºTrim.	4.ºTrim.	1.ºTrim.	2.ºTrim.	3.ºTrim.	4.ºTrim.	Nº de dias	%
Prazo (dias)	48	51	46	43	53	49	47	46	-3	-7%

O PMP da Águas do Norte, S.A. em 2022 registou um valor de 43 dias e uma redução de 3 dias, correspondendo a menos 6,5% face a 2021. Desta forma não se verifica o cumprimento do disposto no parágrafo 9 do anexo da RCM 34/2008.

A opção por uma redução mais moderada do PMP justifica-se pelo facto de se ter entendido que seria desejável não provocar um maior acréscimo no endividamento da empresa.

Importa, no entanto, referir que, apesar desta situação, a Águas do Norte encontra-se a assegurar o pagamento atempado de todas as faturas aos seus fornecedores, de acordo com as regras da contratação pública.

No quadro seguinte apresenta-se o mapa da posição a 31/12/2022 dos pagamentos em atraso, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 maio.

	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisições de Bens e Serviços	7 623 529	29 074	-1 471	23 267	239 564
Aquisições de Capital (Investimento)	5 220 398	187 699	295 678	327 235	-2 677 517
Total	12 843 928	216 773	294 208	350 502	-2 437 954

5 Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2022 aquando da aprovação das contas do exercício de 2021. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6 Remunerações

A informação relativa a este ponto está disponível no Relatório do Governo Societário, devendo ser consultado o capítulo VII. Remunerações, ponto D. Divulgação das Remunerações.

7 Da aplicação do disposto no artigo 32° e 33 ° do Estatuto do Gestor Público

Conforme republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet.

Membro do CA	Gastos com Comunicação (EUR)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
José Luís Machado do Vale	80	259	
Fernanda da Conceição Abreu Lacerda	80	113	
Filipe José Araújo da Silva	80	105	
Cristiana da Costa Barbosa	80	120	
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues *	n.a.		
António Gonçalves Bragança Fernandes	80	25	
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques	n.a.		
	Total	623	

* Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues Vogal não Executiva apresentou renúncia ao cargo a 25 de julho de 2022, com efeitos a 31 de agosto de 2022

Não existem despesas associadas a telefone domiciliário.

- Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do CA	Gastos anuais associados a Viaturas (EUR)				
	Plafond Mensal Combustiveis e Portagens	Combustivel	Portagens	Conservação Reparação e Outros	Total
José Luís Machado do Vale	572,28	4 279	2 150	225	6 654
Fernanda da Conceição Abreu Lacerda	515,05	4 490	1 670	19	6 179
Filipe José Araújo da Silva	457,82	4 124	1 205	25	5 354
Cristiana da Costa Barbosa	457,82	5 670	1 343	111	7 124
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues	não definido				0
António Gonçalves Bragança Fernandes	não definido				0
Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques	não definido				0
				Total	25 311

O Desvio de Plafond verificado nos valores de combustivel e portagens é decorrente de utilização profissional ao serviço da empresa

8 Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A Águas do Norte, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

9 Elaboração(de três em três anos) e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Norte, S.A. procede à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade

10 Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e do relatório Anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datado de 1 de julho de 2009.

A empresa adotou desde 1 de julho de 2015 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet da Empresa e na internet em: https://www.adnorte.pt/pt/aguas-do-norte/governo-da-sociedade/plano-de-prevencao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas/?id=82.

Durante o exercício de 2022 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada em 13 de janeiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e de boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Abrangendo toda a empresa, este plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas do Norte, S.A. procede à avaliação anual do PGRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"*a) … informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial*".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da Águas do Norte, S.A. e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdNorte uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A Águas do Norte, S.A. e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "*as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno*".

11 Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovidas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

A Águas do Norte, S.A. segue os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria, designadamente, as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação vigente (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro).

Relativamente à contratação não centralizada a Águas do Norte, S.A. dispõe de um "Manual de Compras", aprovado pelo Conselho de Administração na sua reunião de 14 de fevereiro de 2019 (em substituição do anterior "Manual de Aquisição de Bens e Serviços "em vigor desde 2015), o qual foi revisto pelo Conselho de Administração na sua reunião de 23 de setembro de 2019. Este Manual, que corresponde no seu essencial ao Manual de Compras Corporativo, com os ajustamentos necessários às especificações da Organização, pretende assegurar a necessária coordenação entre as diversas Áreas da Empresa na condução dos Procedimentos de Contratação. Deste modo, os diversos intervenientes no processo de compra, desde o requerente que apresenta a necessidade, passando pelos colaboradores que desenvolvem o processo aquisitivo, até aos decisores, terão, uma visão abrangente, partilhando os mesmos conceitos, designações, procedimentos e cooperando para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição. O Manual abrange as fases de Planificação da necessidade, Solicitação da necessidade, Contratação, Gestão do contrato e Avaliação e controlo.

A Águas do Norte celebrou durante o ano de 2022 um contrato de valor superior a 5 milhões de euros: "Aquisição de Energia Elétrica em Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial para as Empresas do Grupo Águas de Portugal", com o valor contratual de 8.702.360 EUR.

12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias. Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 144 º do DLEO 2022, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

Eficiência Operacional	Real 2022	PAO 2022	Real 2021	Real 2020	Real 2019	Variação Real 2022 /Real 2021 Valor	%	Variação Real 2021 /Real 2019 Valor	%
(0) EBITDA	59 405 372	62 630 819	64 635 274	60 260 727	64 970 691	-5 229 902	-8,1%	-5 565 319	-8,6%
(1) CMVMC	4 407 762	4 171 254	4 216 844	4 015 977	4 308 787	190 918	4,5%	98 975	2,3%
(2) FSE	48 761 845	48 874 807	48 091 055	47 350 410	46 655 640	760 790	1,6%	2 106 205	4,5%
(3) Gastos com Pessoal	17 019 258	17 714 665	15 894 780	15 125 009	15 252 799	1 124 478	7,1%	1 766 459	11,6%
i. Relativos aos órgãos sociais [a]	542 659	638 572	561 296	766 436	702 510	- 18 638	-3,3%	-621 013	-88,4%
ii. Indemnizações pagas por rescisão [a]	81 497	140 000	2 477	1 177	127 761	79 019	3189,8%	-127 761	-100,0%
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias [c]	-	-	-	-	-	-			
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais [a]	988 074	1 112 043	89 532	147 857	106 905	898 542	100,0%	881 169	100,0%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i; ii; iii e iv	15 407 029	15 824 050	15 241 474	14 209 539	14 315 623	165 555	1,1%	1 091 406	7,6%
(5) Impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais [b]	4 297 664	1 273 922	95 996	143 280	108 921	4 201 668	4376,9%	4 188 743	3845,7%
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional =(1)+(2)+(3)-(5)	65 891 202	69 486 804	68 016 683	66 348 117	64 108 306	- 2 125 482	-3,1%	1 908 378	2,9%
(7) Volume de negócios (VN) [b]	128 314 892	132 053 671	131 494 851	129 821 166	119 622 812	- 3 179 959	-2,4%	11 872 039	9,9%
Subsídios à exploração	17 360	219 401	-	40 697	54 722	17 360			
Indemnizações compensatórias									
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais [b]	-	-	-		618 026	-	100,0%	-618 026	-100,0%
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	128 314 892	132 053 671	131 494 851	129 821 166	120 240 838	- 3 179 959	-2,4%	11 254 013	9,4%
(10) Peso dos Gastos / VN = (6) / (9)	51,35%	52,62%	51,73%	51,11%	54,98%	-0,37%	-0,7%	-3,3%	-5,9%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	23 707	40 430	5 564	49 037	14 427	18 142	326,0%	-8 863	-61,4%
ii. Gastos com Ajudas de Custos (G.c/Pessoal)	2 895	4 000	815	4 000	8 443	2 081	255,4%	-7 629	-90,4%
iii. Gastos associados à frota automóvel [c]; [d]	2 497 774	1 966 165	2 009 427	2 050 761	1 939 545	488 347	24,3%	69 882	3,6%
iv. Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	88 690	108 397	111 530	126 801	131 217	- 22 840	-20,5%	-19 687	-15,0%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	2 613 066	2 118 992	2 127 336	2 230 599	2 093 632	485 730	22,8%	53 391	-148,2%
Nº total de RH (OS + CD + Trabalhadores)	605	610	609	610	599	-4	-0,7%	10	1,7%
N.º Órgãos Sociais (OS)	7	8	7	8	8	0	0,0%	-1	-12,5%
N.º Cargos de Direção (CD)	12	12	12	12	12	-	0,0%	-	0,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	586	590	590	590	579	-4	-0,7%	11	1,9%
N.º Trabalhadores/N.º CD	49	49	49	49	48	-0	-0,7%	1	1,9%
N.º de viaturas	276	276	276	276	276	0	0,0%	0	0,0%

a) Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144.º do DLEO 2022.

b) Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

c) Os gastos com as viaturas incluem rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

d) Os gastos associados à frota automóvel em PAO estão deduzidos do valor de 205.049 euros (aumento não autorizado, conforme despacho n.º 110/2022-SET)

Detalhe do impacto nos gastos decorrentes de fatores excecionais

	Valor	Observações
Impactos decorrentes da Crise Geopolítica		
Fornecimentos e Serviços Externos	2 612 319	
FSE - Subcontratos	2 525 312	Subsistema SIDVA - Adicional à tarifa (preços de mercado)
FSE - Combustíveis	87 007	Preços de mercado - comparativo PAO
Outros impactos		
Consequências contabilísticas da Aplicação IFRS16 no prolongamento e substituição de viaturas	615 775	
FSE - Rendas e Alugues	615 775	Comparativo com PAO 2022
Imposições Legais		
Gastos com Pessoal	988 074	
Reclassificações - Técnicos operativos A para Técnicos operativos B (Clausula 21.ª do ACT)	185 343	
Reclassificações - Restantes Trabalhadores (Clausula 21.ª do ACT)	531 553	
Reclassificações - Técnico Superior	150 533	
Progressão na Carreira 2022 N.º 3 do Anexo III do ACT (Av. Desempenho)	54 768	
Promoção na Carreira 2022 N.º 2 do Anexo III do ACT	65 877	
Total dos impactos excecionais e impactos por imposições legais	**4 216 167**	
Total impactos - alínea b)- os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022	**4 216 167**	

O ano de 2022 foi influenciado pela crise geopolítica internacional, provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia, e crise climática (com o País numa situação de seca extrema), com impactos económicos e financeiros significativos (aceleração da inflação), designadamente em matéria de gastos do Custo da Vendas (Reagentes) energia, lamas, entre outros. Como resultado destes aumentos a rubrica de Subcontratos, em concreto no subsistema SIDVA, registou um adicional de 2.525 mil euros pela aplicação de um acréscimo de 0,0808 €/m3 sobre a tarifa provisória. Sobre este adicional importa referir que o mesmo foi objeto de parecer da Entidade Reguladora.

Ainda nos FSE, e no que diz respeito aos combustíveis, o aumento substancial no preço dos mesmos implicou um aumento nos custos de 87.007 euros.

Um outro impacto registado em FSE, em concreto em Rendas e alugueres de viaturas, resultou da extensão contratual pela impossibilidade de renovação da frota. Por este motivo, e em face da necessidade de ter os veículos disponíveis a Águas do

Norte, S.A. tem vindo a proceder sempre que possível e aceite pelas locadoras à extensão dos contratos de AOV, com custos acrescidos face à renovação da frota, por períodos de 12 meses. Os contratos de AOV são reconhecidos contabilisticamente no âmbito da norma IFRS16 – Locações, desde 2019. Esta norma traduz o reconhecimento no momento inicial do contrato de um ativo e passivo um ativo e um passivo que corresponde ao valor das rendas futuras descontado à taxa de juro implícita em cada contrato, pelo prazo da locação. Ora, no âmbito da referida norma, os contratos com duração até 12 meses ou em contratos cujo justo valor do ativo subjacente seja inferior a 5.000 euros, o reconhecimento das rendas é realizado diretamente como gastos em FSE, sendo o prolongamento do mesmo tratado como um novo contrato. Ou seja, nos termos das regras contabilísticas aplicáveis, o prazo e o valor do contrato são determinantes para a forma como os encargos são reconhecidos contabilisticamente. Esta alteração não afeta os encargos reportados com a frota, uma vez que para o cumprimento do princípio financeiro são considerados todos os encargos independentemente da forma de contabilização. No entanto, esta alteração traduziu em 2022 um incremento do valor apresentado em FSE de 615.775 euros, quando comparado com o estimado, que afetando o cálculo de rácio GO/VN, não traduz na realidade qualquer degradação da eficiência operacional da Empresa..

Os gastos com pessoal registam um aumento de 7,1% face a 2021, tendo sido, no entanto, autorizado o seu aumento extraordinário através do Despacho n.º 110/2022-SET de 28/01/2022.

Os gastos operacionais, expurgados dos impactos excecionais acima demonstrados, totalizam 65.891.202 euros.

Relativamente ao Volume de Negócios, registou-se em 2022 uma diminuição, face a 2021, de 3.179.959 euros (menos 2,4%), como resultado da diminuição do Volume de Atividade (-3,6% no abastecimento e -7,3% no saneamento). As quantidades de água vendida e tratada dependem de fatores de procura, externos à empresa. A conjuntura económica aliada a campanhas sobre a racionalização do consumo de água e de sustentabilidade ambiental tem tido como consequência uma tendência de diminuição de consumos. A este fator acresceu o efeito desfavorável da desativação gradual pela Petrogal das instalações industriais da refinaria de Matosinhos, que provocou uma redução de faturação de 1,8 M m3 i.e. menos 95,3% que em 2021. Esta diminuição representa, em termos de volume de negócios, um impacto da ordem dos 981 mil euros no ano de 2022 (-95%), o que, sendo valores muito significativos, implica uma grande penalização, sem que a AdNorte possa exercer qualquer ação de remediação.

Apresenta-se de seguida quadro resumo com apuramento do impacto no volume de negócios resultante da desativação da refinaria da Petrogal:

Perda de receita decorrente de fatores excecionais [b)]	Real 2022	PAO 2022	Real 2021
Volume de Negócios com impacto da Petrogal	128 314 892	132 053 671	131 494 851
Impacto da desativação da refinaria da Petrogal	981 240	980 453	
Volume de Negócios sem impacto Petrogal	129 296 131	133 034 124	131 494 851
Volume água faturada à Petrogal	86 420	240 000	1 857 112
Valor de água faturada à Petrogal	48 343	134 256	1 029 583
Perda de receita (Real 2022_Real 2021)	-981 240		

No que diz respeito à atividade de saneamento a diminuição de menos 6,5 Mm^3 correspondendo a menos 4,4 milhões de euros como consequência de uma diminuição de afluências indevidas de águas pluviais nas redes de saneamento em baixa, pelo facto de ter sido um ano atipicamente seco.

Nos termos do artigo 144º do Decreto – Lei n.º 52/2022, de 12 de agosto de 2022, o valor do GO/VN, excluindo os impactos excecionais e os impactos por imposição legal, é de 51,35%, apresentando face a 2021 uma diminuição no indicador de 0,4%.

Os gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e os associados à frota automóvel apresentam um aumento face a 2021 de 25,2% com origem nos seguintes fatores:

- Gastos com deslocações, alojamento e ajudas de custo - mais 20,2 mil euros como resultado da diminuição do recurso ao trabalho remoto (fator que influenciou positivamente os gastos desta natureza em 2021);

- Gastos associados à frota automóvel - mais 488,3 mil euros como resultado do seguinte:

  - Combustíveis: mais 216,4 mil euros (efeito do aumento do preço mais 178,9 mil euros; efeito quantidade mais 36,7 mil euros (diminuição do recurso ao trabalho remoto));

  - Portagens e estacionamento: mais 20,6 mil euros (efeito mais km percorridos);

  - Alugueres: mais 94,4 mil euros (efeito extensões contratuais pela não renovação da frota existente);

  - Manutenções: mais 128,1 mil euros (efeito depreciação das viaturas na sequência de uma maior antiguidade das mesmas); e

  - Seguros e Outros: mais 29,6 mil euros (efeito extensões contratuais pela não renovação da frota existente).

- Encargos com contratação de Estudos, Projetos e Consultoria – menos 22,8 mil euros .

14 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28° do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, artigo 136.° da LOE 2022 e artigo 102° do DLEO 2022

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;

- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;

- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;

- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 420 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2024, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos no Grupo AdP depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2022, no valor de 403,5 milhões de Euros, com vencimento em 2 de janeiro de 2023.

O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

As disponibilidades junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.PE., são as seguintes:

IGCP	1º Trimestre EUR	2º Trimestre EUR	3º Trimestre EUR	4º Trimestre EUR
Disponibilidades	92 195	39 496	140 807	109 937
Depósitos à ordem - cauções	1 490 814	1 625 836	1 864 910	1 958 169
Total	**1 583 009**	**1 665 332**	**2 005 716**	**2 068 106**

As disponibilidades da Águas do Norte, S.A. (para fazer face às necessidades correntes), junto da banca comercial são apresentadas no seguinte quadro:

Banca Comercial	1° Trimestre	2° Trimestre	3° Trimestre	4° Trimestre
	EUR	EUR	EUR	EUR
Novo Banco*	24 549	18 273	16 307	36 189
BPI*	44 187	59 682	52 523	55 182
Santander*	29 831	13 497	9 235	12 017
Millenniumbcp*	37 666	44 477	88 077	3 120
Caixa Geral Depósitos*	70 558	71 700	85 395	86 813
Montepio Geral	-	-	-	-
Caixa Crédito Agrícola Mutuo*	1 242	209	627	1 705
Bankinter*	2 863	10 410	17 692	7 876
BBVA	-	-	-	-
Total	**210 896**	**218 247**	**269 856**	**202 901**
Juros auferidos	-	-	-	-

* Disponibilidades associadas a pedido de exceção da UTE

15 Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos .

16 Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7.° da Lei .° 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3.° e do n.° 3 do artigo 6.° do Despacho Normativo n.° 18/2019, de 21 junho.

A informação relativa a este ponto ser consultada nos capítulos Sustentabilidade Empresarial e Gestão do Capital Humano.

O plano para a igualdade para 2022 foi aprovado na Comissão Executiva da Águas do Norte, S.A. de 29 de dezembro de 2021 e publicado no site da Águas do Norte, S.A., tendo sido remetido para o SIOE – Sistema de Informação da Organização do Estado o link com o sítio da internet. O mesmo está disponível para consulta em http://www.adnorte.pt/pt/aguas-do-norte/trabalhar-na-aguas-do-norte/igualdade-de-genero/?id=170.

17 Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.°-B ou 508.° -G do CSC, contendo, no mínimo, a informação indicada nos n^{os} 2 dos mencionados artigos

Águas do Norte, S.A. dá integral cumprimento ao disposto no n.° 2 dos art.° 66-B ou 508.°-G, podendo a informação ser consultada nos capítulos Sustentabilidade Empresarial e Gestão do Capital Humano, bem como no anexo I do Relatório de Governos Societário do ano 2022.

18 Quadro com informação a constar no *site* do SEE

Não aplicável. Conforme orientações da DGTF a Águas do Norte, S.A. não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Perspetivas Futuras

Num quadro de incerteza que marca os tempos vividos e em que a crise geopolítica internacional influencia de forma bastante significativa a atividade da empresa com os enormes impactos nos preços de bens e serviços, a Águas do Norte, S.A., não poderá deixar de prosseguir em 2023 os elevados desafios, dando continuidade aos objetivos traçados de manutenção e melhoria dos níveis de qualidade de serviço, reforçando e melhorando no que for possível a performance global da organização.

A Águas do Norte está totalmente alinhada com os compromissos Estratégicos do Grupo Águas de Portugal, apostando no reforço da resiliência das infraestruturas perante as alterações climáticas e fenómenos adversos, na descarbonização, transformação digital e na economia circular, dando seguimento aos desafios definidos neste domínio nas áreas de governação, excelência de serviço e utilidade social.

Para consubstanciar estes desígnios, a Águas do Norte, S.A., tem um ambicioso plano de investimentos para os próximos anos, prevendo no ano de 2023 executar 51,3M€.

Fazem parte do plano os investimentos de renovação dos ativos existentes, da digitalização de serviços ambientais, da adaptação e resiliência dos serviços de abastecimento de água e de saneamento e de sustentabilidade das infraestruturas e eficiência operacional, de economia circular e de neutralidade energética.

O programa de neutralidade energética será um desígnio dos próximos anos, com a ampliação dos sistemas de produção de energia solar, do aumento da produção de biogás para produção de energia, bem como nos investimentos na produção hídrica e eólica, que são uma prioridade para a melhoria da performance energética da empresa, tendo em vista a redução significativa na fatura da energia elétrica consumida com o objetivo último de se atingir a neutralidade energética, com base na redução de consumos por via da eficiência energética e na produção própria de energia 100% renovável.

Estão incluídos ainda no plano de investimentos previsto, os investimentos de construção de novas infraestruturas, designadamente os de expansão de redes de Saneamento do Sistema de Águas da Região do Noroeste apresentados na candidatura REACT-EU - Saneamento de Águas Residuais Urbanas em baixa - Programa Compete 2020.

O desafio da sustentabilidade económico-financeira continuará a ser central da nossa atividade comercial e operacional.

Naturalmente que aos clientes e acionistas não podemos deixar de recordar a importância de cooperarem com a Águas do Norte no sentido de manter uma tesouraria equilibrada, condição sem a qual não é possível garantir a estabilidade financeira para manter os níveis de serviço e de investimento desejados por todos.

A redução de gastos operacionais será, à semelhança dos anos anteriores, uma preocupação da gestão para a qual continuarão a manter-se em prática medidas de contenção e otimização de recursos, que permitam o cumprimento das orientações para o setor empresarial do estado.

No que respeita ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, no ano de 2023 prevê-se a consolidação do alargamento do sistema de abastecimento de água no concelho de Santo Tirso, com a entrada em funcionamento das redes de abastecimento de água construídas nas freguesias do Vale do Leça, em resultado dos aditamentos aos contratos de Parceria de Gestão assinados em 2021.

Em matéria de eficiência hídrica, tanto no sistema em alta, cujo índice de água não faturada se encontra já dentro dos padrões de excelência de serviço, mas sobretudo nas redes em baixa, continuará a dar-se destaque à implementação do Plano de Controlo Ativo de Perdas de Água, com a incorporação de objetivos de redução ainda mais ambiciosos.

A procura de ganhos de eficiência na exploração dos sistemas de abastecimento e de tratamento de águas é uma tarefa nunca esgotada. A implementação de mecanismos de reporte permanentes, que permitam a comparabilidade entre instalações, terá que ser um estímulo à melhoria contínua, à inovação e à obtenção de ganhos de produtividade e eficiência. Na gestão das operações, pretende-se ir além do cumprimento da "licença de utilização", dando continuidade e desenvolvendo os mecanismos de gestão e de melhoria da eficiência e de redução de custos já implementados.

Continuará a apoiar-se o desenvolvimento de projetos inovadores, que contemplam medidas e ações que visem a melhoria e eficiência dos processos, a expansão do conhecimento e a satisfação das partes interessadas num quadro de sustentabilidade Financeira, Ambiental e Social da Empresa.

Considerações Finais

Em face do exposto o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. considera que os objetivos listados para o exercício de 2022 foram atingidos, tendo-se cumprido as atividades previstas para esse exercício.

Os resultados alcançados tiveram o contributo de um conjunto diverso de entidades e de individualidades, que o Conselho de Administração considera de toda a justiça expressar o seu reconhecimento e o seu agradecimento, entre os quais se destacam:

- Às Tutelas Setorial e Financeira - Ministério do Ambiente e da Ação Climática e Ministério das Finanças pelo interesse, empenho, colaboração e apoio demonstrados, manifestando um especial agradecimento pela aprovação do PAO2022-24 no início do ano, o que permitiu desde logo trabalhar para os objetivos propostos;
- À Entidade Reguladora de Águas e de Resíduos, pelos contributos para o setor, mas sobretudo por uma ação de proximidade reforçada que, sem comprometer a sua independência, permitiu uma ação desta empresa mais dirigida e eficiente;
- Ao POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, entidade responsável pela gestão do Fundo de Coesão da União Europeia em Portugal, e ao Programa COMPETE, pelo importante apoio financeiro a este projeto de desenvolvimento regional e à forma construtiva com que cooperaram com esta organização na busca de soluções que maximizassem a eficácia dos investimentos;
- Ao Fundo Ambiental pelo importante apoio financeiro a este projeto de desenvolvimento regional;
- À AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo apoio, ajuda e orientações prestadas;
- Aos Municípios, pela participação empenhada e ativa nas atividades da Empresa no decurso de 2022;
- À APA - Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., em particular à ARH Norte, pela colaboração e apoio sempre demonstrados;
- A todos os organismos regionais, pela colaboração recebida nos diversos aspetos da nossa atividade, em particular à UM e à UTAD que têm vindo a demonstrar serem parceiros de excelência em diversos projetos;
- Aos Órgãos Sociais da Empresa, pela cooperação leal e construtiva demonstrada no exercício das suas funções e competências;
- Aos Órgãos de Fiscalização (Revisor Oficial de Contas e Conselho Fiscal), pelo modo eficiente e profissional como têm acompanhado as mais diversas atividades da Sociedade;
- A todos os Trabalhadores da Águas do Norte, S.A., que contribuíram decisivamente, com a sua dedicação, competência e profissionalismo, para a concretização dos objetivos, metas e sucessos alcançados, e que encontram no desígnio da melhoria contínua o estímulo para continuarem comprometidos com a missão desta organização.

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale

(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda

(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva

(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa

(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques

(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes

(Administrador Não Executivo)

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 30º dos Estatutos da Sociedade, constantes do Anexo ao Decreto-lei n.º 93/2015 de 29 de maio, e ouvido o acionista maioritário, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo de 9.322.271,85 EUR tenha a seguinte aplicação:

- 466.113,59 EUR para reserva legal;
- 8.856.158,26 EUR para resultados transitados.

Relativamente aos acionistas da Categoria A e da Categoria C, a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados terá a seguinte distribuição:

Distribuição	Categoria A (EUR)	Categoria C (EUR)	TOTAL (EUR)
Reserva Legal	424 763,26	41 350,33	466 113,59
Resultados Transitados	8 070 501,92	785 656,34	8 856 158,26
TOTAL	**8 495 265,18**	**827 006,67**	**9 322 271,85**

Em cumprimento das disposições legais vigentes, informa-se que a Águas do Norte, S.A. não se encontra em mora de quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal.

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 76.329.952 ações – sendo 67.302.952 A e 9.027.000 ações da Categoria A e C, respetivamente - com o valor nominal de 1,00 EUR (um euro), correspondentes a 68,73% do Capital Social da Águas de Norte, S.A.. Esta informação encontra-se de uma forma detalhada na Nota 16.3 deste relatório.

Nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2022:

- Relativamente ao valor do Desvio de Recuperação de Gastos apurado em 2022, e no que diz respeito à atividade em Alta, a Águas do Norte, S.A. enviou em janeiro de 2023 o respetivo valor para aprovação da ERSAR. Relativamente à atividade em Baixa, a Águas do Norte, S.A. submeterá à Comissão de Parceria o respetivo valor para aprovação
- A existirem ajustamentos ao DRG que o Conselho de Administração considere de probabilidade de ocorrência reduzida atendendo aos argumentos defendidos no processo de contraditório, serão limitados àquela quantia máxima.
- Eventuais acertos que daqui resultem serão refletidos nas contas do exercício de 2023
- Para além do apresentado acima, não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal.

Em cumprimento das disposições legais vigentes, o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. informa que não se encontram em mora quaisquer dívidas ao Setor Público Estatal.

Parte B -
Contas do Exercício de 2022

Demonstrações Financeiras do Exercício de 2022

Demonstração da Posição Financeira

	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6.3	1 050 405 922	1 071 617 863
Ativos fixos tangíveis	7.3	804 218	952 764
Ativos sob direito de uso	8.3	3 837 540	4 006 003
Outros ativos financeiros	9	63 709	50 926
Impostos diferidos ativos	33	52 161 508	50 229 990
Desvio Recuperação de Gastos	10	223 311 612	231 787 782
Clientes	11	1 496 208	694 295
Total dos ativos não correntes		**1 332 080 717**	**1 359 339 624**
Ativos Correntes			
Inventários	13	2 068 501	2 026 489
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	14	42 540	3 458 338
Clientes	11	96 791 225	91 574 511
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	1 044 831	0
Outros ativos correntes	12	33 290 155	28 619 900
Caixa e seus equivalentes	15	2 276 295	1 767 651
Total dos ativos correntes		**135 513 547**	**127 446 890**
Total do ativo		**1 467 594 264**	**1 486 786 514**
Capital próprio			
Capital social	16	108 095 468	108 095 468
Reservas e outros ajustamentos	16	3 184 708	2 974 724
Resultados transitados	16	162 167 928	158 178 243
Resultado líquido do exercício	16	9 322 272	4 199 668
Total do capital próprio		**282 770 375**	**273 448 103**
Passivos Não Correntes			
Acréscimo gastos de investimento contratual	18	98 562 807	101 152 030
Subsídios ao investimento	19	452 462 620	466 444 350
Empréstimos	20	484 216 914	502 496 671
Passivos da locação	8.4	1 366 957	2 203 829
Fornecedores e outros passivos não correntes	21	5 493 387	6 416 883
Impostos diferidos passivos	33	72 211 996	74 641 686
Total dos passivos não correntes		**1 114 314 680**	**1 153 355 451**
Passivos Correntes			
Empréstimos	20	34 389 535	23 837 673
Passivos da locação	8.4	383 715	866 647
Fornecedores e outros passivos correntes	21	35 735 958	34 317 118
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	0	961 523
Total dos passivos correntes		**70 509 209**	**59 982 960**
Total do passivo		**1 184 823 889**	**1 213 338 411**
Total do passivo e do capital próprio		**1 467 594 264**	**1 486 786 514**

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	2 022	2021
Vendas	23	60 230 588	60 809 483
Prestações de serviços	23	68 084 303	70 685 368
Rendimentos de construção em ativos concessionados	23	31 929 085	26 690 113
Desvio de Recuperação de Gastos	10 e 23	-8 476 170	-19 300 800
Gasto das vendas	24	-4 407 762	-4 216 844
Gastos de construção em ativos concessionados	24	-31 929 085	-26 690 113
Fornecimentos e serviços externos	25	-48 487 109	-47 760 234
Gastos com pessoal	26	-14 992 218	-13 992 303
Amortizações do exercício	27	-51 953 467	-54 643 344
Perdas por imparidade e reversões	28	-233 708	-447 426
Subsídios ao investimento	19	21 275 808	22 154 812
Outros gastos e perdas operacionais	29	-1 470 576	-1 384 390
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	448 146	494 194
Resultados operacionais		**20 017 836**	**12 398 516**
Gastos financeiros	31	-12 345 024	-11 402 876
Rendimentos financeiros	32	4 408 278	4 124 764
Resultados financeiros		**-7 936 746**	**-7 278 112**
Resultados antes de imposto		**12 081 090**	**5 120 404**
Imposto corrente	33	-7 120 026	-8 787 737
Imposto diferido	33	4 361 209	7 867 001
Resultado líquido do exercício		**9 322 272**	**4 199 668**
Rendimento integral		**9 322 272**	**4 199 668**

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2020	16	108 095 468	0	2 672 533	79 764	153 952 134	4 448 537	269 248 435
Aplicação do resultado de 2020								
AdNorte (Concessão)	16.2			197 123		3 745 340	-3 942 464	0
AdNW (Parceria)	16.2			25 304		480 769	-506 073	0
Realizações de Capital								
AdNorte (Concessão)								
AdNW (Parceria)	16.2							
Resultado líquido de 2021								
AdNorte (Concessão)	16.2						3 689 641	3 689 641
AdNW (Parceria)	16.2						510 027	510 027
Saldo a 31 de dezembro de 2021	16	108 095 468	0	2 894 960	79 764	158 178 243	4 199 668	273 448 103
Aplicação do resultado de 2021								
AdNorte (Concessão)	16.2			184 482		3 505 159	-3 689 641	0
AdNW (Parceria)	16.2			25 501		484 525	-510 027	0
Realizações de Capital								
AdNorte (Concessão)								
AdNW (Parceria)	16.2							
Resultado líquido de 2022								
AdNorte (Concessão)	16.2						8 495 265	8 495 265
AdNW (Parceria)	16.2						827 007	827 007
Saldo a 31 de dezembro de 2022		108 095 468	0	3 104 944	79 764	162 167 928	9 322 272	282 770 375

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		114 684 788	125 967 612
Pagamentos a fornecedores		- 59 382 157	- 61 434 367
Pagamentos ao pessoal		- 10 067 626	- 9 308 153
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento		- 9 111 874	- 11 857 655
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		10 683 140	11 328 202
		46 806 271	**54 695 638**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de ativos intangíveis		61 538	50 825
Recebimentos de subsídios de investimento		7 195 511	4 691 913
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		- 613 309	- 871 104
Pagamentos de ativos intangíveis		- 30 827 779	- 27 029 590
		- 24 184 039	**- 23 157 957**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	20.2	137 317 855	25 830 000
Recebimentos Passivos da locação		760 941	-
Recebimentos de juros e rendimentos similares		912 773	932 669
Pagamentos de empréstimos obtidos	20.2	- 145 589 653	- 44 397 520
Pagamentos Passivos da locação	8.5	- 2 080 744	- 928 533
Pagamentos de juros e gastos similares		- 13 434 760	- 12 566 789
		- 22 113 589	**- 31 130 172**
Variação de caixa e seus equivalentes		**508 644**	**407 509**
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	1 767 651	1 360 142
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	2 276 295	1 767 651
		508 644	**407 509**

Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	5 287	6 300
Depósitos à ordem	2 271 008	1 761 351
	2 276 295	1 767 651
Descobertos bancários de depósitos à ordem		
	2 276 295	1 767 651

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Atividade económica da Águas do Norte, S.A.

1.1. Introdução

A Águas do Norte, S.A. (adiante designada também por Águas do Norte, S.A. ou Empresa ou Sociedade) foi constituída em 29 de maio de 2015, tendo a sua sede social rua D. Pedro I A, em Vila Real. A Águas do Norte, S.A. tem como objeto a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal.

A Águas do Norte ,S.A. tem como principal acionista a Águas de Portugal, SGPS (68,73%) e um conjunto de municípios conforme detalhe apresentado na nota 16.2 .

1.2. Atividade económica

A Águas do Norte, S.A. foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, tendo-lhe sido atribuída a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusivo.

A Águas do Norte, S.A. resulta da agregação das sociedades Águas do Noroeste, S.A. (AdNoroeste) e Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. (AdTMAD), tendo-lhe sido transmitido o património global das sociedades agregadas, que integra o capital social da Sociedade na data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 93/2015 de 29 de maio, atribuindo-se aos acionistas daquelas sociedades as partes representativas do capital social da Sociedade, as quais foram fixadas em termos proporcionais, tendo por referência a participação nominal dos acionistas no capital social das entidades gestoras extintas.

A Águas do Norte, S.A. sucedeu em todos os direitos e obrigações das sociedades concessionárias referidas, que foram extintas, sem necessidade de liquidação e as operações das sociedades extintas foram consideradas, do ponto de vista contabilístico e fiscal, como efetuadas por conta da Águas do Norte, S.A. reportando os seus efeitos a 1 de janeiro de 2015.

A Águas do Norte, S.A. tem como objeto social a exploração e gestão em regime de exclusivo do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, bem como dos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, resultantes de parcerias entre o Estado e os municípios celebradas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, designadamente o Sistema de Águas da Região do Noroeste.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal integra como utilizadores:

a) No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Alfândega da Fé, Alijó, Arcos de Valdevez, Armamar, Boticas, Bragança, Caminha, Celorico de Basto, Chaves, Esposende, Fafe, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Macedo de Cavaleiros, Melgaço, Mesão Frio, Mirandela, Mogadouro, Moimenta da Beira, Monção, Mondim de Basto, Montalegre, Murça, Paredes de Coura, Peso da Régua, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Póvoa de Varzim, Resende, Ribeira de Pena, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Santo Tirso, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Trofa, Valença, Valpaços, Viana do Castelo, Vieira do Minho, Vila do Conde, Vila Flor, Vila Nova de Cerveira, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Foz Côa, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais;

b) No abastecimento de água, os municípios de Barcelos e Maia;

c) No saneamento de águas residuais os municípios de Amarante, Amares, Cabeceiras de Basto, Felgueiras, Guimarães, Lousada, Terras de Bouro, Vila Verde e Vizela.

A atividade da Empresa vigorará por um período de 30 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do trigésimo ano, i.é, 31de dezembro de 2045. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a Águas do Norte, S.A., à data de 30 de junho de 2015. Este contrato previsto no decreto-lei da constituição da Sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo dos desvios de recuperação de gastos, correspondendo estes à diferença existente, à data da extinção das concessionárias dos sistemas extintos, entre

os resultados líquidos da concessionária advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a concessionária tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido, bem como à diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido obtido pela concessionária adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas que permitissem a cobertura integral dos gastos das atividades em cenário de eficiência produtiva e a remuneração adequada dos capitais próprios da concessionária.

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

O Sistema de Águas da Região do Noroeste, atrás referido, constituído ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, resulta da celebração de contrato de parceria pública, entre o Estado Português e os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa, em 5 de julho de 2013, e da celebração de contrato de gestão entre o Estado, os referidos municípios e a Águas do Noroeste, S.A., em 26 de julho de 2013. A atividade da Empresa vigorará por um período de 50 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do quinquagésimo ano, i.e. 31.12.2063.

A intervenção prevista no contrato de gestão assenta nos seguintes objetivos estratégicos para o setor:

- A universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, uma vez que a solução proposta ao nível técnico e de gestão vem reforçar as condições de universalidade, continuidade e qualidade na prestação dos serviços, numa solução de solidariedade regional;
- A sustentabilidade do setor, uma vez que as soluções técnicas e de gestão que nos propomos desenvolver com os Municípios têm associadas preocupações de melhoria da produtividade e da eficiência e a coordenação com as políticas de desenvolvimento regional;
- A proteção dos valores ambientais, nomeadamente quanto às garantias acrescidas de boas práticas ambientais, e quanto ao desenvolvimento sustentável, num quadro de reforço dos mecanismos de regulação.

Este sistema foi gerido até 30 de junho de 2015 pela Águas do Noroeste, SA, entretanto extinta, tendo a Águas do Norte, S.A. sucedido na exploração e gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste, com base no disposto na Cláusula 30.ª do contrato de parceria.

De acordo com o Contrato de Parceria o valor do DRG a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação da Comissão da Parceria.

O desenvolvimento da exploração relativa ao Sistema de Águas da Região do Noroeste, tem em consideração o disposto na legislação, no contrato de parceria e no contrato de gestão, nomeadamente a adoção e a execução, tanto na construção das infraestruturas como na correspondente exploração do serviço, o modelo de financiamento constante do EVEF em vigor, devendo ser considerados o capital próprio da entidade gestora, as comparticipações e subsídios atribuídos, as receitas provenientes das tarifas dos serviços de águas relativos ao sistema e quaisquer outras fontes de financiamento, designadamente empréstimos. Para esse efeito, e ao longo do 1.º subperíodo tarifário (2015 a 2019), foram ajustadas as tarifas constantes do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, a preços de 2013, com base na Variação Média Anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) . Ano a ano o projeto tarifário é submetido para a apreciação à ERSAR. Salienta-se que a Parceria compreende 2 períodos tarifários – um de 10 anos, que se decompõe em 2 subperíodos tarifários, cada um de 5 anos, sendo o primeiro, que corresponde ao período de realização do investimento inicial, designado por período de convergência tarifária e que atualmente se encontra finalizado e, um segundo, a decorrer entre o termo do primeiro período e o termo do contrato de gestão, dividido em subperíodos tarifários, cada um de 5 anos. Foi aprovado para o período de 2020 a 2024 o tarifário a aplicar neste 2.º subperíodo tarifário.

Refere-se ainda, que a gestão do Sistema de Águas da Região do Noroeste se encontra submetida à supervisão da entidade reguladora competente, nos termos legalmente previstos.

Assim, as Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da concessão, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

Parte dos pressupostos utilizados estão considerados no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) pós cisão e nas alterações provenientes do processo de cisão associado ao contrato de concessão em alta, submetido à aprovação do concedente, a qual ainda não foi obtida.

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração no dia 16 de fevereiro de 2023. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "*International Accounting Standards Board*" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "*International Financial Reporting Interpretations Committee*" ("IFRIC") ou pelo anterior "*Standing Interpretations Committee*" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A. foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Concessões e Parcerias

2.2.1 Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num setor regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Norte, S.A. pode registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

A Águas do Norte, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

2.2.2 Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante especifico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento da gestão de que o modelo que se aplica às condições contratuais da concessão atribuída à empresa é o do ativo intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.3 Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.4 Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão/parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão/parceria.

As taxas de amortização no ano findo em 31 de dezembro de 2022 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram os seguintes:

Sistema	Taxa amortização 2022		Caudal remanescente junho 2022		Caudal 2022	
	Abastecimento de água	Saneamento	Abastecimento de água	Saneamento	Abastecimento de água	Saneamento
Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento	4,357%	3,664%	1 609 384 832	1 964 700 455	73 306 838	74 715 685
Sistema de Águas da Região do Noroeste	1,830%	2.207%	173 569 578	216 831 458	3 234 719	4 892 546

2.2.5 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da Águas do Norte, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.6 Desvio de recuperação de gastos (Déficit / Superavit tarifário)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: **(i)** à diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e **(ii)** à diferença verificada, anualmente, até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A Águas do Norte, S.A. regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do terceiro período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do terceiro período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao redito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.7 Rédito – Serviços de Construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O redito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respectivas rubricas:

- Nota 6.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 7.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 8.2 – vida útil de locações
- Nota 10.2. – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 – justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outros rendimento integral

2.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

2.4.1 Desvio de Recuperação de Gastos de 2022

No que diz respeito à atividade em Alta, e no cumprimento do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, no seu artigo n.º 12, foi submetido à ERSAR, em 31 de janeiro de 2023, o pedido de aprovação do Desvio de Recuperação de Gastos apurado em 2022 para a atividade em Alta, no montante de 12.516.200 EUR, de natureza excedentária (**Superavit Tarifário**).

Neste seguimento, a Águas do Norte, aguarda que a ERSAR emita o respetivo Projeto de Decisão, ficando este ainda sujeito ao contraditório a apresentar pela Águas do Norte, S.A.

No que respeita à atividade em Baixa, será submetido à aprovação da Comissão de Parceria o pedido de aprovação do Desvio de Recuperação de Gastos apurado em 2022, no montante de 4.040.029,44 EUR, de natureza deficitária (Déficit Tarifário).

É convincção da empresa que não existirão ajustamentos significativos ao DRG 2022. A existirem, serão refletidos nas contas do exercício de 2023.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021

Descrição	Alteração	Data efetiva
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2022 e que a Águas do Norte, S.A. não adotou antecipadamente são as seguintes:

- ***Já endossadas pela EU***

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas "materiais", em detrimento de políticas contabilísticas "significativas"	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

- ***Ainda não endossadas pela EU***

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com "covenants"	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a "covenants".	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo AdP após 1 de janeiro de 2022.

3.4 Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória, Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB após análise dos comentários recebidos ao Exposure Draft identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do Exposure Draft. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. Informação por segmentos operacionais

4.1. Políticas contabilísticas

Um segmento operacional é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos operacionais. Um segmento operacional está comprometido no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam os segmentos operacionais que operam em outros ambientes económicos. Os segmentos operacionais identificados são os seguintes:

- exploração e gestão do sistema multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte de Portugal (*alta*):
- exploração e gestão do sistema municipal de abastecimento de água e de saneamento (*baixa*)

4.2. Informação por segmento

A informação financeira relativa aos segmentos anteriormente identificados, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é apresentada como se segue:

Demonstração dos Resultados	2022							
	Atividade em Alta				Atividade em Baixa			
	AA	AR	Construção	Total	AA	AR	Construção	Total
Rendimentos de construção em ativos concessionados			20 923 549	20 923 549			11 005 535	11 005 535
Gastos de construção em ativos concessionados			-20 923 549	-20 923 549			-11 005 535	-11 005 535
Vendas	52 439 827			52 439 827	8 052 081			8 052 081
Prestação de serviços		62 400 410		62 400 410		10 569 517		10 569 517
Volume de negócios	**52 439 827**	**62 400 410**		**114 840 237**	**8 052 081**	**10 569 517**		**18 621 598**
Custo das vendas	-1 894 555	-893 295		-2 787 850	-1 840 015	-41		-1 840 056
Margem bruta	50 545 271	61 507 115	0	112 052 386	6 212 066	10 569 476	0	16 781 543
Fornecimentos e serviços externos	-10 798 078	-29 510 819	0	-40 308 896	-3 387 616	-9 717 396	0	-13 105 012
- Subcontratos	*-381 708*	*-17 503 975*		*-17 885 683*	*-205 326*	*-7 487 861*		*-7 693 188*
- Trabalhos Especializados	*-2 893 798*	*-4 713 861*	*0*	*-7 607 660*	*-426 321*	*-926 172*	*0*	*-1 352 493*
+ Assistência Técnica	*-61 141*	*-66 307*		*-127 448*	*-45 594*	*-221 845*		*-267 439*
+ Tratamento de Resíduos	*-238 549*	*-2 240 693*		*-2 479 242*	*-810*	*-155 303*		*-156 114*
+ Fee's	*-1 075 790*	*-1 277 517*		*-2 353 307*	*-192 461*	*-252 729*		*-445 190*
+ Restantes Trabalhos Especializados	*-1 518 319*	*-1 129 345*		*-2 647 663*	*-187 455*	*-296 295*		*-483 750*
- Conservação	*-2 562 016*	*-3 024 895*		*-5 586 911*	*-1 726 573*	*-376 607*		*-2 103 180*
- Energia Elétrica	*-2 781 691*	*-2 136 719*		*-4 918 410*	*-230 069*	*-105 659*		*-335 727*
- Combustíveis	*-473 775*	*-328 416*		*-802 191*	*-125 586*	*-49 964*		*-175 550*
- Deslocações e Estadas	*-70 923*	*-67 451*		*-138 374*	*-18 859*	*-12 529*		*-31 388*
- Rendas e Alugueres	*-495 449*	*-761 194*		*-1 256 642*	*-119 168*	*-47 764*		*-166 932*
- Comunicações	*-96 456*	*-78 681*		*-175 137*	*-247 767*	*-369 382*		*-617 149*
- Seguros	*-325 159*	*-219 545*		*-544 705*	*-16 515*	*-18 437*		*-34 952*
- Restantes FSE	*-717 102*	*-676 081*		*-1 393 184*	*-271 432*	*-323 021*		*-594 454*
Gastos com pessoal	-6 266 233	-6 130 456		-12 396 689	-1 359 270	-1 236 258		-2 595 528
Amortizações do exercício	-26 983 622	-20 825 596		-47 809 218	-1 310 051	-2 834 198		-4 144 249
Provisões e reversões do exercício	12 340	12 577		24 918	2 261	3 420		5 681
Perdas por imparidade e reversões	-88 593	-90 295		-178 888	-33 998	-51 422		-85 419
Subsídios ao investimento	11 093 604	9 319 010		20 412 614	131 473	731 721		863 195
Outros gastos e perdas operacionais	-506 250	-407 030		-913 281	-426 503	-130 793		-557 296
Outros rendimentos e ganhos operacionais	61 146	61 642		122 788	69 643	255 715		325 358
Resultados operacionais (antes de DRG)	17 069 586	13 936 148	0	**31 005 734**	-101 994	-2 409 734	0	**-2 511 728**
Desvio de recuperação de gastos (DRG)				-12 516 200				4 040 029
Resultados operacionais				18 489 534				1 528 302
Gastos financeiros				-11 707 104				-637 963
Rendimentos financeiros				4 312 739				95 583
Resultados financeiros				-7 394 365				-542 381
Resultados antes de imposto (antes de DRG)				**23 611 368**				**-3 054 108**
Resultados antes de imposto				11 095 169				985 921
Imposto do exercício				-7 412 092				292 066
Imposto diferido				1 235 149				561 305
Resultado líquido do exercício operações (antes de DRC)				**17 434 425**				**-2 200 738**
Imposto diferido do DRC				3 577 040				-1 012 285
Resultado líquido do exercício				**8 495 265**				**827 007**

Demonstração dos Resultados	2021							
	Atividade em Alta				Atividade em Baixa			
	AA	AR	Construção	Total	AA	AR	Construção	Total
Rendimentos de construção em ativos concessionados			20 571 995	20 571 995			6 118 118	6 118 118
Gastos de construção em ativos concessionados			-20 571 995	-20 571 995			-6 118 118	-6 118 118
Vendas	53 189 911			53 189 911	7 644 722			7 644 722
Prestação de serviços		65 834 906		65 834 906		10 095 077		10 095 077
Volume de negócios	**53 189 911**	**65 834 906**		**119 024 817**	**7 644 722**	**10 095 077**		**17 739 799**
Custo das vendas	-1 872 779	-741 283		-2 614 062	-1 627 933	0		-1 627 933
Margem bruta	51 317 133	65 093 622	0	116 410 755	6 016 789	10 095 077	0	16 111 866
Fornecimentos e serviços externos	-12 925 549	-27 918 449	0	-40 843 998	-2 651 502	-9 509 348	0	-12 160 850
- Subcontratos	*-446 763*	*-16 603 741*		*-17 050 504*	*-227 715*	*-7 721 947*		*-7 949 662*
- Trabalhos Especializados	*-2 401 055*	*-4 210 003*	*0*	*-6 611 059*	*-529 504*	*-944 091*	*0*	*-1 473 596*
+ Assistência Técnica	*-11 659*	*-63 465*		*-75 124*	*-44 254*	*-209 275*		*-253 529*
+ Tratamento de Resíduos	*-137 381*	*-1 987 222*		*-2 124 602*	*-728*	*-252 234*		*-252 962*
+ Fee's	*-1 314 453*	*-1 136 538*		*-2 450 991*	*-152 894*	*-201 902*		*-354 796*
+ Restantes Trabalhos Especializados	*-937 563*	*-1 022 778*		*-1 960 342*	*-331 627*	*-280 681*		*-612 308*
- Conservação	*-2 640 575*	*-2 439 846*		*-5 080 421*	*-956 520*	*-201 459*		*-1 157 979*
- Energia Elétrica	*-5 471 216*	*-3 104 981*		*-8 576 197*	*-275 400*	*-120 260*		*-395 661*
- Combustíveis	*-461 323*	*-269 181*		*-730 504*	*-126 483*	*-9 141*		*-135 624*
- Deslocações e Estadas	*-53 182*	*-47 692*		*-100 874*	*-18 325*	*-8 947*		*-27 272*
- Rendas e Alugueres	*-423 461*	*-354 442*		*-777 903*	*-139 345*	*-20 522*		*-159 867*
- Comunicações	*-146 456*	*-101 665*		*-248 120*	*-176 049*	*-260 596*		*-436 644*
- Seguros	*-298 299*	*-162 605*		*-460 904*	*-1 473*	*-18 796*		*-20 270*
- Restantes FSE	*-583 219*	*-624 292*		*-1 207 511*	*-200 688*	*-203 589*		*-404 277*
Gastos com pessoal	-5 973 875	-5 978 408		-11 952 283	-1 132 289	-907 731		-2 040 020
Amortizações do exercício	-28 084 046	-22 594 097		-50 678 144	-1 871 500	-2 093 700		-3 965 201
Provisões e reversões do exercício	2 081	31 013		33 093	721	1 116		1 837
Perdas por imparidade e reversões	-45 033	-192 289		-237 323	-96 193	-148 841		-245 034
Subsídios ao investimento	11 541 267	10 100 476		21 641 743	201 415	311 654		513 068
Outros gastos e perdas operacionais	-467 290	-369 194		-836 485	-547 469	-436		-547 905
Outros rendimentos e ganhos operacionais	98 650,30	118 496,08		217 146	100 898	176 150		277 047
Resultados operacionais (antes de DRG)	15 463 336	18 291 170	0	**33 754 506**	20 870	-2 076 060	0	**-2 055 190**
Desvio de recuperação de gastos (DRG)				-22 322 302				3 021 503
Resultados operacionais				11 432 203				966 312
Gastos financeiros				-10 993 319				-409 557
Rendimentos financeiros				4 058 850				65 914
Resultados financeiros				-6 934 469				-343 643
Resultados antes de imposto (antes de DRG)				**26 820 037**				**-2 398 833**
Resultados antes de imposto				4 497 735				622 669
Imposto do exercício				-8 753 132				-34 605
Imposto diferido				1 906 767				706 467
Resultado líquido do exercício operações (antes de DRC)				19 973 672				**-1 726 971**
Imposto diferido do DRC				6 038 271				-784 504
Resultado líquido do exercício				3 689 641				510 027

5. Políticas de gestão de risco

5.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Norte, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria da Águas do Norte, S.A., identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

5.2 Risco de mercado

5.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Norte, S.A. advém da contratação de empréstimos bancários. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Norte, S.A. ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Norte, S.A. ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está a remuneração garantida dos contratos de concessão e consequente desvio tarifário.

A taxa de juro média mensal incorrida foi de 2,36% em 2022 e 2,24% em 2021.

A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Águas do Norte, S.A.

		31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados	à taxa variável	5 945 079	5 185 555
Juros suportados	Tx Média + 1%	8 844 938	8 176 815
Juros suportados	Tx Média - 1%	3 045 219	2 186 474

Os juros do BEI não integram esta simulação uma vez que todas as tranches contratadas têm taxa fixa em 2022.

O impacto de uma eventual variação de 1%, favorável ou desfavorável, na taxa média de juro, teria representado em 2022 uma variação de 48,8%, positiva ou negativa, no gasto com juros suportados.

5.2.2 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da Águas do Norte, S.A. em energia e combustíveis, representam aproximadamente 12,9% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Serviços negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

5.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade para liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Norte, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito linhas de crédito disponíveis. A Águas do Norte, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Norte, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	nota	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Passivos					
Empréstimos	20	34 389 535	96 513 542	387 703 372	518 606 450
Passivos de locação (Locação Financeira)	8.4	383 715	1 083 252	283 705	1 750 672
Fornecedores de investimentos - Integração património	21	3 127 994	1 907 041	2 936 500	7 971 535
Fornecedores de investimentos	21	4 468 844			4 468 844
Fornecedores gerais	21	7 580 338			7 580 338
Outras contas a pagar:					
ODC-Taxa Munic RSU	21	1 936 607			1 936 607
Cauções Fornecedores	21	4 184 311			4 184 311
Rendas de infraestruturas	21	1 081 690	500 308		1 581 998
Outros credores	21	2 197 935			2 197 935
		59 350 970	100 004 143	390 923 577	550 278 690

Os Passivos de Locação aqui considerados dizem respeito à locação financeira, considerada fonte de financiamento.

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que Águas do Norte, S.A. escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31.12.2022 (nota 20.2)	Valor do capital no ano de refixação da taxa
2025	93 936 244	63 181 795
2026	10 074 585	6 220 560
2027	7 075 280	0
2029	47 018 940	23 125 230
2030	21 492 448	0
2032	25 471 008	0
2034	7 836 490	0
2042	90 000 000	0
	302 904 995	29 345 790

O objetivo da Águas do Norte, S.A. em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Norte, S.A. é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	nota	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos não correntes	20	484 216 914	502 496 672
Empréstimos correntes	20	34 389 535	23 837 672
Passivos da Locação (*)	8.4		1 235 433
Disponibilidades	15	-2 276 295	-1 767 651
Dívida		**516 330 155**	**525 802 127**
Subsídios ao investimento	19	452 462 620	466 444 350
Total do capital próprio	16	282 770 375	273 448 103
Capital		**735 232 995**	**739 892 454**
Dívida / Capital		**0,70**	**0,71**

(*) Locação Financeira

Os subsídios ao investimento foram incluídos no cálculo do rácio uma vez que o subsídio ao investimento não é uma obrigação presente e, por isso, não é uma obrigação da qual se espere exfluxos financeiros futuros Para este efeito deve ser tratado como *capital próprio* e, todos os anos, esse capital é transformado em rendimento, de forma a acompanhar as depreciações dos bens a que está associado.

O modelo de financiamento da Águas do Norte, S.A. assenta em duas tipologias. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto da *Holding* e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

5.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Águas do Norte, S.A. que está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

5.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da Águas do Norte, S.A. tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i.Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de vendas e de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e recolha de efluentes). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos pode vir a crescer significativamente (ver nota 11 - clientes).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando o prazo médio de recebimento e a condição financeira do cliente. A Empresa entende não ser necessário considerar um ajustamento adicional de risco de crédito, para além da imparidade já registada nas contas a receber – clientes.

O Grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. Os Conselhos de Administração, da Águas do Norte, S.A. e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Norte, S.A. continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

ii.Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas por imparidade em função da perda esperada. Para a divida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito "*forward looking*".

ii.Grandes Clientes Industriais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se tratam de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

O risco de crédito a 31 de dezembro de 2022 está classificado como segue:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"						Negócio "Baixa"					Total (*)
Tipologia de clientes	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	Total Alta	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Empresas do Grupo	Total Baixa	
Risco	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Baixo		Baixo	Baixo	Médio	Baixo		
Exposição bruta	91 394 819	680	24 128	243 076	732 002	92 394 704	33 024	31 744	8 883 812	17 413	8 965 993	101 360 698
Imparidade	-1 673 437	0	-8 933	-99 780	0	-1 782 151			-2 785 940		-2 785 940	-4 568 091
Exposição líquida	89 721 382	680	15 195	143 296	732 002	90 612 554	33 024	31 744	6 097 872	17 413	6 180 053	96 792 607

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado

(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

(*) O valor do balanço total incorpora a correção entre a alta e baixa no valor de 1.381,46 euros

5.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Norte, S.A. a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

	nota	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem *	15	2 271 008	1 761 351
		2 271 008	1 761 351

Rating	31.12.2022	31.12.2021
A2		51 449
A3		
Baa2	88 518	1 610 081
Baa3		
Ba2	36 189	
BBB	55 182	
A-	19 893	
BB	3 120	
BBB+	2 068 106	
n.d.		
	2 271 008	1 761 351

*inclui 1.958.169 euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP,EPE em 2022 e 1.458.338 euros em 2021

Nota: notação de rating da Moody's obtida nos sites das instituições financeiras em 30 janeiro de 2023

5.5 Risco de exploração

5.5.1 Risco de catástrofe

A empresa Águas do Norte, S.A. está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Águas do Norte, S.A. têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

5.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo Àguas de Portugal e, consequentemente, pela Águas do Norte, S.A.. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

6. Ativos intangíveis

6.1 Políticas contabilísticas

Direito de utilização de infraestruturas ("DUI") – Concessões e Parcerias

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos

Imparidade

Os ativos da Águas do Norte, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Norte, S.A.. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a Águas do Norte, S.A. efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão ou parceria. No fim das concessões ou parcerias o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%.

Na determinação do investimento contratual a Águas do Norte, S.A. utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A..

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Norte, S.A, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Norte, S.A.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Valor liquido	31.12.2022	31.12.2021
Despesas de desenvolvimento	1 503 389	1 565 718
Propriedade industrial e outros direitos	1 891 860	1 977 308
Direitos de utilização de infraestruturas	998 185 350	1 013 733 201
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	48 825 323	54 341 636
	1 050 405 922	1 071 617 863

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercício de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

Valor liquido	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	Transferências	31.12.2021	Aumentos	Reclassificação	Alienações	Reversões	Transferências	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	1 631 971	-66 253	0	0	1 565 718	-62 330					1 503 389
Propriedade industrial e outros direitos	2 066 523	-89 215	0	0	1 977 308	-85 448					1 891 860
Direitos de utilização de infraestruturas	1 037 427 819	-39 174 421	0	15 479 804	1 013 733 201	-38 771 914				23 224 063	998 185 350
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	57 138 668	23 678 003	0	-26 475 035	54 341 636	30 142 595				-35 658 908	48 825 323
	1 098 264 981	-15 651 886	0	-10 995 231	1 071 617 863	-8 777 097	0	0	0	-12 434 845	1 050 405 922

Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	Transferências	31.12.2021	Aumentos	Reclassificação	Alienações	Reversões	Transferências	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	2 755 872				2 755 872						2 755 872
Propriedade industrial e outros direitos	3 365 861				3 365 861						3 365 861
Direitos de utilização de infraestruturas	1 483 186 262	3 012 110		26 475 035	1 512 673 407	1 786 534				35 658 908	1 550 118 849
Direitos de utilização de infraestruturas em curso	57 138 668	23 678 003		-26 475 035	54 341 636	30 142 595				-35 658 908	48 825 323
	1 546 446 663	26 690 113	0	0	1 573 136 776	31 929 130	0	0	0	0	1 605 065 905

Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	Transferências	31.12.2021	Aumentos	Reclassificação	Alienações	Reversões	Transferências	31.12.2022
Despesas de desenvolvimento	1 123 901	66 253			1 190 154	62 330					1 252 483
Propriedade industrial e outros direitos	1 299 337	89 215			1 388 553	85 448					1 474 000
Direitos de utilização de infraestruturas	445 758 443	42 186 531		10 995 231	498 940 206	40 558 449				12 434 845	551 933 499
	448 181 681	42 341 999	0	10 995 231	501 518 912	40 706 226	0	0	0	12 434 845	554 659 983
Valor líquido	1 098 264 981	-15 651 886	0	-10 995 231	1 071 617 863	-8 777 097	0	0	0	-12 434 845	1 050 405 922

O investimento realizado em 2022 foi fundamentalmente em empreitadas nas componentes de Abastecimento de água e Saneamento de águas Residuais (cerca de 25,3 milhões euros), 2,5 milhões de euros em Fiscalizações, Estudos e Projetos e outros investimentos sob a gestão da Direção de Gestão de Ativos e Engenharia. O restante valor, refere-se a capitalizações de custos (1,6 milhões de euros), (ver notas 25, 26 e 31), integração de património (0,5 milhões de euros) e outros investimentos (0,9 milhões de euros). Em 2022 a transferência no montante de 35.658.908 euros para a rubrica "Direito de utilização de infraestruturas" é explicada essencialmente pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água e saneamento) e também pela redistribuição de valores de capitalização pelos respetivos projetos. Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica "Acréscimo de gastos de investimento contratual" para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas, o montante de 12.434.845 euros (ver nota 18), Acréscimo de de gastos de investimento contratual.

7. Ativos fixos tangíveis

7.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado

com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 10
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Ativos Fixos tangíveis - Out. Ativos Fixos Tangíveis	10 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

7.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Norte, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

7.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Valor liquido	31.12.2022	31.12.2021
Edifícios e outras construções	33 648	48 008
Equipamento Básico	3 549	5 207
Equipamento administrativo	760 864	890 640
Outro ativo fixo tangível	6 157	8 909
	804 218	**952 764**

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

Valor liquido	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021	Aumentos	31.12.2022
Edifícios e outras construções	62 368	-14 360	48 008	-14 360	33 648
Equipamento Básico	6 977	-1 770	5 207	-1 658	3 549
Equipamento administrativo	616 209	274 431	890 640	-129 776	760 864
Outro ativo fixo tangível	11 661	-2 752	8 909	-2 752	6 157
	697 215	255 549	952 764	-148 546	804 218

Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021	Aumentos	31.12.2022
Edifícios e outras construções	143 598		143 598		143 598
Equipamento Básico	27 059	4 159	31 218		31 218
Equipamento de transporte	0		0		0
Equipamento administrativo	1 274 236	733 420	2 007 656	323 670	2 331 325
Outro ativo fixo tangível	27 589		27 589		27 589
	1 472 482	737 579	2 210 061	323 670	2 533 730

Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	31.12.2021	Aumentos	31.12.2022
Edifícios e outras construções	81 231	14 360	95 590	14 360	109 950
Equipamento Básico	20 082	5 929	26 010	1 658	27 669
Equipamento administrativo	658 027	458 989	1 117 016	453 445	1 570 461
Outro ativo fixo tangível	15 928	2 752	18 680	2 752	21 432
	775 267	482 030	1 257 297	472 215	1 729 512
Valor liquido	697 215	255 549	952 764	-148 546	804 218

8. Locações

8.1 Políticas contabilísticas

As locações nas quais a Águas do Norte,S.A. é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a empresa reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A Águas do Norte, S.A. reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A) Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e

b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a Águas do Norte, S.A. contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a Águas do Norte, S.A. (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e

ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação *("commencement date")* corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação, a Águas do Norte, S.A. reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos (descontado de quaisquer incentivos de locação recebidos) e variáveis (baseados em índices ou taxas).futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);

ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	1 - 13
Equipamentos de transporte	1 - 4
Outros equipamentos	

A Águas do Norte, S.A. é locatário num contrato de locação que prevê opção de compra, tendo a mesma sido considerada na determinação do valor do ativo sob direito de uso e do passivo da locação.

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a Água do Norte, S.A. mensura o passivo da locação por:

i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);

ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;

iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):

   a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;

   b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela Águas do Norte, S.A. enquanto locatário

A Águas do Norte, S.A utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;

ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;

iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a Águas do Norte, S.A. é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

C) Contabilização nos locadores

As locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional:

i) Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;

ii) Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um proveito de forma linear os recebimentos da locação.

A Águas do Norte, S.A é locador apenas em locações operacionais.

8.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. O edifício de Viana do Castelo encontra-se a ser amortizado pelo critério das taxas de depleção, não obstante o contrato de locação financeira ter um prazo total de 20 anos. A Administração tem a expectativa de exercer a opção de compra do edifício no final do contrato de locação financeira, razão pela qual foi considerada a taxa de amortização referida.

8.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Valor liquido	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	31.12.2021	Aumentos	Reclassificação	31.12.2022
Ativos sob direito de uso - Terrenos	77 685	-12 641	-614	64 430	-13 277	0	51 153
Ativos sob direito de uso - Edif.Outras Construções	1 106 652	1 197	0	1 107 849	-140 857	0	966 992
Ativos sob direito de uso - Equipamento Transporte	932 758	-569 420	0	363 337	348 884	-56 154	656 067
Ativos sob direito de uso - Licenças	659 299	-226 045	0	433 254	-226 045	0	207 208
Ativos sob direito de uso - Terrenos LF	530 631	-21 526	0	509 105	-20 246	0	488 859
Ativos sob direito de uso - Edif.Outras Contruções LF	1 592 635	-64 607	0	1 528 028	-60 767	0	1 467 261
	4 899 659	**-893 042**	**-614**	**4 006 003**	**-112 309**	**-56 154**	**3 837 540**

Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	31.12.2021	Aumentos	Reclassificação	31.12.2022
Ativos sob direito de uso - Terrenos	106 537	838	-614	106 760			106 760
Ativos sob direito de uso - Edif.Outras Construções	1 408 721	177 826		1 586 547	30 030		1 616 578
Ativos sob direito de uso - Equipamento Transporte	2 170 155	10 030		2 180 185	787 064	-56 154	2 911 095
Ativos sob direito de uso - Licenças	678 136			678 136			678 136
Ativos sob direito de uso - Terrenos LF	733 688			733 688			733 688
Ativos sob direito de uso - Edif.Outras Contruções LF	2 201 063			2 201 063			2 201 063
	7 298 299	**188 694**	**-614**	**7 486 379**	**817 095**	**-56 154**	**8 247 319**

Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Reclassificação	31.12.2021	Aumentos	Reclassificação	31.12.2022
Ativos sob direito de uso - Terrenos	28 852	13 479		42 331	13 277		55 608
Ativos sob direito de uso - Edif.Outras Construções	302 069	176 629		478 698	170 888		649 586
Ativos sob direito de uso - Equipamento Transporte	1 237 397	579 450		1 816 847	438 180		2 255 027
Ativos sob direito de uso - Licenças	18 837	226 045		244 883	226 045		470 928
Ativos sob direito de uso - Terrenos LF	203 057	21 526		224 583	20 246		244 829
Ativos sob direito de uso - Edif.Outras Contruções LF	608 427	64 607		673 035	60 767		733 802
	2 398 639	**1 081 736**	**0**	**3 480 376**	**929 404**	**0**	**4 409 780**
Valor líquido	**4 899 659**	**-893 042**	**-614**	**4 006 003**	**-112 309**	**-56 154**	**3 837 540**

8.4 Passivos da locação

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Passivos da Locação	31.12.2022	31.12.2021
Correntes	383 715,47	866 646
Não correntes	1 366 956,95	2 203 829
	1 750 672	3 070 475

Dívida por natureza de ativo adquirido	31.12.2022	31.12.2021
Edifícios (Locação Financeira)	1 031 511	1 235 433
Edifícios (Arrendamento)	54 214	1 228 083
Viaturas	664 947	380 754
Licenças Informáticas	0	226 205
	1 750 672	3 070 476

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	383 715	866 646
De 1 a 5 anos	1 083 252	1 271 146
Superior a 5 anos	283 705	932 684
	1 750 672	3 070 476

Juros	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	53 566	45 563
De 1 a 5 anos	89 366	95 004
Superior a 5 anos	27 378	36 864
	170 310	177 431

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 anos	330 150	821 084
De 1 a 5 anos	993 886	1 176 142
Superior a 5 anos	256 327	895 820
	1 580 363	2 893 045

8.5 Pagamentos da locação

i) Enquanto locatário

	2022			2021		
	Pagamento Capital Passivos de Locação	Pagamento Juros e gastos similares	Total Pagamentos (Capital , juros e gastos similares)	Pagamento Capital Passivos de Locação	Pagamento Juros e gastos similares	Total Pagamentos (Capital , juros e gastos similares)
Edifícios locação financeira	1 230 554	4 880	1 235 433	120 435	3 949	124 384
Edifícios (Arrendamento)	172 368	34 892	207 260	-37 390	35 273	-2 117
Viaturas	446 717	22 209	468 926	559 069	22 972	582 041
Licenças Informáticas	226 040	1 831	227 871	220 412	3 813	224 224
Total	2 075 679	63 813	2 139 491	862 526	66 007	928 533

9. Outros ativos financeiros

O detalhe dos outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Participação financeira (Museu do Douro)	5 000	5 000
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	58 709	45 926
Total dos Outros Ativos financeiros	63 709	50 926

O atual Contrato de Concessão da Águas do Norte, S.A. (clausula 23.ª), dispensa a Empresa de manter quaisquer fundos de reconstituição de capital, podendo dispor na sua atividade dos valores acumulados nos fundos constituídos pelas concessionárias extintas.

O movimento ocorrido nos outros ativos financeiros no exercício de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

	31.12.2021	Aumentos	Alienações	31.12.2022
Participação financeira (Museu do Douro)	5 000			5 000
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	45 927	12 783		58 709
Total dos investimentos financeiros	**50 927**	**12 783**		**63 709**

10. Desvio de recuperação de gastos

10.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.6

10.2 Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade media diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos do Contrato de Concessão, a Águas do Norte, S.A deve enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

10.3 Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021 tem o seguinte detalhe:

Ativo regulatório - desvio tarifário bruto	31.12.2022	31.12.2021
DRG - Alta	179 632 583	192 148 783
DRG - Baixa	43 679 028	39 638 999
	223 311 612	**231 787 782**

O movimento ocorrido no desvio de recuperação e gastos no exercício findo em 2022 e no exercício de 2021 foi como segue:

	31.12.2020	Movimento 2021	31.12.2021	Movimento 2022	31.12.2022
DRG - Alta	214 471 085	-22 322 302	192 148 783	-12 516 200	179 632 583
DRG - Baixa	36 617 496	3 021 503	39 638 999	4 040 029	43 679 028
	251 088 582	-19 300 800	231 787 782	-8 476 170	223 311 612

A Águas do Norte, S.A. remeteu no passado dia 31 de janeiro de 2023 à ERSAR o pedido de aprovação do DRG 2022 da atividade em Alta, de natureza superavitária, apurado com base nas regras consagradas no Contrato de Concessão no montante de 12.516.200 EUR.

Relativamente ao DRG de 2022, a Empresa não registou qualquer ajustamento para gastos potencialmente não aceites pela ERSAR, por:

(i) Ser entendimento da Administração que o eventual ajustamento final ao DRG após contraditórios não deverá ser materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas tendo em conta o histórico verificado; e

(ii) Por ser convicção da Administração que o DRG relevado nas demonstrações financeiras consolidadas ser a melhor estimativa na presente data.

Quanto à atividade em Baixa o desvio de recuperação de gastos de natureza deficitária apurado com base nas regras consagradas no Contrato de Parceria ascende a 4.040.029 EUR, a remeter à aprovação da Comissão da Parceria.

A reconciliação entre o rendimento garantido e o resultado líquido antes de desvio de recuperação de gastos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

		31.12.2022	31.12.2021
OT 10 anos + 3%		5,18%	3,30%
	nota	31.12.2022	31.12.2021
Resultado liquido		15 558 190	18 246 701
Rendimento garantido		9 322 272	4 199 668
Desvio líquido		**-6 235 918**	**-14 047 033**
Desvio bruto	23.2	-8 476 170	-19 300 800
Imposto diferido		2 240 252	5 253 767
Efeito em resultados		**-6 235 918**	**-14 047 033**

11. Clientes

11.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;

b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou

c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:

a. Ativos financeiros detidos para negociação;

b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;

c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

A Águas do Norte, S.A. apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (divulgados na nota 14).

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da empresa).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a empresa determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a empresa não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a Águas do Norte, S.A. valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à sua atividade a Águas do Norte, S.A. apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a Águas do Norte, S.A. recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela Águas do Norte, S.A. no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (write-off)

A Águas do Norte, S.A. reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a Águas do Norte, S.A. aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a Águas do Norte, S.A. não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a Águas do Norte, S.A. alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
    - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
    - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
    - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
    - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

11.2 Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Norte, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas,

existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Norte, S.A..

Conforme divulgado na nota 5.4. face à tipologia de clientes da Águas do Norte, S.A. para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da Águas do Norte, S.A.

11.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Clientes é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Clientes Alta:						
Municípios	7 974 305		7 974 305	11 539 490		11 539 490
Municípios TRH	167 650		167 650	257 253		257 253
Municípios Acordos	930 920	1 496 208	2 427 128	410 623	694 295	1 104 918
Municípios Injunções	64 584 638		64 584 638	55 490 858		55 490 858
Municípios Juros de Mora [a]	1 401 208		1 401 208	1 596 153		1 596 153
Total Municípios	**75 058 721**	**1 496 208**	**76 554 929**	**69 294 377**	**694 295**	**69 988 672**
Outros Clientes alta	1 436 625		1 436 625	2 862 483		2 862 483
Outros Clientes Injunções	225 508		225 508	259 458		259 458
Imparidades Alta acumuladas	-1 782 151		-1 782 151	-1 782 151		-1 782 151
Acres. de Rendimentos (Água e Saneamento)	15 673 850		15 673 850	14 773 462		14 773 462
Total Clientes Alta	**90 612 554**	**1 496 208**	**92 108 762**	**85 407 629**	**694 295**	**86 101 924**
Clientes Baixa:						
Clientes C/C	8 033 542		8 033 542	8 119 102		8 119 102
Juros de Mora Clientes C/C	184 727		184 727	0		0
Imparidades Baixa acumuladas	-2 785 940		-2 785 940	-2 706 202		-2 706 202
Acres. de Rendimentos (Água e Saneamento)	746 342		746 342	753 983		753 983
Total Clientes Baixa	**6 178 671**		**6 178 671**	**6 166 882**		**6 166 882**
Total Clientes	**96 791 225**	**1 496 208**	**98 287 433**	**91 574 511**	**694 295**	**92 268 806**

(a) débito dos juros de mora decorre do incumprimento do pagamento do serviço prestado dentro do prazo contratual

Detalhe de Clientes – acordos (não correntes e correntes) em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
EDOO	4 570	12 078	0	0
Município de Mesão Frio	0	0	37 686	0
Município de Tabuaço	289 611	675 758	0	0
Município de Tarouca	200 643	191 522	127 681	300 963
Vila Pouca de Aguiar	0	0	24 282	0
Vimagua	204 532	204 533	204 533	393 332
Washedcolors	16 441	0	16 441	0
Artemalha	11 951	5 976	0	0
Município de Melgaço	203 171	406 342	0	0
	930 920	1 496 208	410 623	694 295

Detalhe de Clientes – injunções em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31.12.2022	31.12.2021
Camara Municipal de Amares	287 157	287 157
EMAR Vila Real	5 185 167	5 185 167
Indaqua Matosinhos	1 249	1 249
Indáqua Santo Tirso/ Trofa	51	51
Municipio de Armamar	33 290	33 290
Municipio de Boticas	4 901 400	3 645 101
Municipio de Bragança	19 999 672	14 424 636
Município de Caminha	0	63 663
Municipio de Chaves	1 949 257	1 949 257
Municipio de Freixo de Espada à Cinta	375 916	375 916
Municipio de Lamego	4 219 508	4 219 508
Municipio de Macedo de Cavaleiros	258 442	258 442
Municipio de Mirandela	2 522 263	2 522 263
Municipio de Mogadouro	7 384 133	5 563 948
Município de Monção	180 728	134 863
Municipio de Mondim de Basto	216 178	216 178
Municipio de Montalegre	2 487 869	2 487 869
Municipio de Peso da Régua	4 003 746	4 003 746
Município de Ponte da Barca	967	5 454
Município de Ponte de Lima	36 905	36 905
Municipio de Resende	3 068 292	3 068 899
Municipio de S. João da Pesqueira	14 536	14 536
Municipio de Sernancelhe	27 532	27 532
Municipio de Tabuaço	420 859	420 859
Municipio de Tarouca	1 159 468	1 159 468
Município de Valença	18 970	36 174
Municipio de Valpaços	3 231 406	3 231 406
Municipio de Vieira do Minho	505 920	228 481
Município de Vila Nova de Cerveira	0	85 971
Municipio de Vila Pouca de Aguiar	0	15 818
Municipio de Vila Nova de Famalicão	1 008 656	936 050
Municipio de Vinhais	643 647	643 647
EAMB - Esposende Ambiente EM	218 283	0
Serviços Municipalizados de Agua de Mirandela	207 353	207 353
Vimagua	15 818	0
Total Municípios	**64 584 638**	**55 490 857**
Outros Clientes não Municipais	225 508	259 458
Total Geral	**64 810 145**	**55 750 316**

Sobre os montantes acima referidos são estimados juros de mora à taxa legal, valores esses também peticionados nas injunções e nas ações declarativas, não sendo emitidas notas de débito, uma vez que estes serão calculados e liquidados por via judicial.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

	Vencido em 2021	Vencido em 2022	Total vencido	Não vencido	Total
ADB - Águas de Barcelos S.A.			-352	194 614	194 263
Águas de Gaia, Em, Sa			-2 756		-2 756
Águas de S.João,Em,Sa	40		-1 017		-1 017
Águas do Interior Norte			0	584 289	584 289
Ambisousa E.I.M.T.G.R.S., EIM			0	50 025	50 025
Câmara Municipal Amares			286 166		286 166
Câmara Municipal Arcos de Valdevez		68 062	67 441		67 441
Câmara Municipal da Trofa			53 063		53 063
Câmara Municipal Ponte da Barca		444 804	444 804	92 662	537 466
Eamb - Esposende Ambiente Em	138		-6		-6
Indaqua Vila do Conde - Gestão de Água			0	427 792	427 792
Município Caminha	-8 731		-8 731		-8 731
Município da Póvoa de Lanhoso			0	-1 148	-1 148
Município de Âlfandega da Fé		386 085	386 085	76 122	462 207
Município de Arouca			-2 056		-2 056
Município de Bragança		254 231	189 218	69 563	258 782
Município de Castelo de Paiva			-4 453		-4 453
Município de Celorico de Basto			131		131
Município de Lousada	-156 623	-307	-167 208		-167 208
Município de Macedo de Cavaleiros			0	248 977	248 977
Município de Mirandela			-944	332 288	331 344
Município de Moimenta da Beira			0	139 493	139 493
Município de Mondim de Basto		20	269 341		269 341
Município de Murça			364		364
Município de Paredes			-91		-91
Município de Ponte de Lima			-65 592		-65 592
Município de Tabuaço	5 282	18 946	72 496	77 601	150 097
Município de Tarouca	-190	248 562	243 702	83 031	326 732
Município de Terras de Bouro			469	27 373	27 842
Município de Torre Moncorvo			-3		-3
Município de Vieira do Minho		217 977	218 430	124 513	342 943
Município de Vila Pouca de Aguiar			0	47 474	47 474
Município de Vila Verde			0	63 593	63 593
Município de Vinhais			-13 395		-13 395
Município de Vizela			58 888		58 888
Município Melgaço			21 598		21 598
Município Monção		545 844	908 596	115 630	1 024 226
Município V. N. Cerveira			-1 573		-1 573
Município. S. João da Pesqueira	-1		-1	35 307	35 306
Vimágua-Empresa de Água E Saneamento		-475	-13 030	1 236 795	1 223 765
Indáqua Fafe -			-60		-60
Indaqua Feira - Industria de Aguas			-517		-517
Águas de Fafe			0	174 957	174 957
Outros (juntas de freguesia)	0	700	376	299	674
Indaqua Santo Tirso Trofa			0	136 712	136 712
Município de Armamar			0	74 699	74 699
Município de Ribeira de Pena			0	12 248	12 248
Município de Vila Nova de Famalicão			0	601 678	601 678
Águas do Marco		3 437	3 437	4 897	8 334
TOTAL	**-160 085**	**2 187 885**	**2 942 820**	**5 031 485**	**7 974 305**

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a receber de Outros clientes apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

Segmento de negócio	Negócio "Alta"				Negócio "Baixa"			
Tipologia de clientes	Outros				Estado, Setor Público e outros			
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	251 957		0%	251 957	2 487 704		0%	2 487 704
Vencida até 180 dias	190 905		0%	190 905	552 893		0%	552 893
Vencida há mais de 180 dias	418 792	-108 714	26%	310 078	3 886 531	-2 785 940	72%	1 100 591
	861 654	-108 714	13%	752 940	6 927 128	-2 785 940	40%	4 141 188

Nota: neste quadro não está apresentada a antiguidade da dívida municipal uma vez que está apresentada no quadro anterior

O movimento ocorrido na imparidade para clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 foi como segue:

	nota	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"			Grandes clientes industrais e outras entidades	Empresas do Grupo	Total
		Municipios	Outros	Grandes clientes industrais e outras entidades	Municipios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)			
Saldo em 31 de dezembro 2020		**(1 697 445)**	**(980 716)**	**(103 386)**	**0**	**0**	**(2 463 006)**			
Aumento	28		-144 400				-245 034			**-389 434**
Reversão	28	24 009	758	8 326			1 837			**34 930**
Utilização										**0**
Transferência entre classes de clientes	12		1 119 030	-8 326						**1 110 704**
Outras transferências										**0**
Diferenças de conversão cambial										**0**
Saldo em 31 de dezembro 2021		**(1 673 437)**	**(5 328)**	**(103 386)**	**0**	**0**	**(2 706 202)**			**(4 488 353)**
Aumento	28						-85 419			**-85 419**
Reversão	28						5 681			**5 681**
Utilização										**0**
Transferência entre classes de clientes	12									**0**
Outras transferências										**0**
Diferenças de conversão cambial										**0**
Saldo em 31 de dezembro 2022		**(1 673 437)**	**(5 328)**	**(103 386)**	**0**	**0**	**(2 785 940)**	**0**	**0**	**(4 568 091)**

O Conselho de Administração entende que estão a ser tomadas as medidas que permitem assegurar a recuperação sem perdas dos presentes saldos de Clientes, nomeadamente os saldos com processos de injunção e ações declarativas, bem como dos saldos referidos na nota 12 (juros de mora), assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das obrigações contratuais.

12. Outros ativos

12.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 11.1 – Clientes
- 19.1 – Subsidios ao investimento

12.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Diferimento de encargos da concessão						
Contas a receber diversas:						
Outros devedores		1 955 148	1 955 148		1 963 798	1 963 798
Subsídios ao investimento (A)		2 372 045	2 372 045		2 273 478	2 273 478
Adiantamento a Fornecedores (1)		2 504 529	2 504 529		2 504 584	2 504 584
Acréscimos de rendimentos:						
Acréscimos de rendimentos - juros a receber (2)		26 513 429	26 513 429		22 682 042	22 682 042
Acréscimos de rendimentos - redébito energia		525 069	525 069		60 000	60 000
Gastos a reconhecer - diversos		508 137	508 137		116 296	116 296
Estado e outros entes públicos (B)		901 552	901 552		855 485	855 485
	0	35 279 908	35 279 908	0	30 455 682	30 455 682
Imparidade (C)		-1 989 753	-1 989 753		-1 835 782	-1 835 782
Total Outros Ativos	0	33 290 155	33 290 155	0	28 619 900	28 619 900

(1) Está incluído nesta rubrica o valor pago à AMAVE (2.539.762 EUR) por conta de integração futura das infraestruturas SIDVA, bem como regularizações de adiantamentos de outras integrações.

(2) O valor na rubrica Aréscimos de proveitos – juros a receber diz respeito a juros de mora estimados e não faturados.

A) Subsídios ao investimento

Reconciliação de Subsídios a receber:

	nota	31.12.2022	31.12.2021
Valores a receber de subsídio - saldo inicial		2 273 478	1 482 695
Reconhecimento de direito a Subsídio	19	7 294 077	5 482 696
Recebimentos do período		7 195 511	4 691 913
Outras correções			
Valores a receber de subsídio - saldo final		2 372 045	2 273 478

B) Estados e outros entes públicos

	31.12.2022	31.12.2021
IVA a receber	901 552	855 485

Perdas por imparidade para outros ativos

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	-1 835 782	-725 078
Reforço	-178 888	0
Reversões	24 918	0
Transferências		-1 110 704
Saldo final	**-1 989 753**	**-1 835 782**

13. Inventários

13.1 Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

13.2 Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Matérias -subsidiárias e de consumo	377 677	376 438
Peças de manutenção e Outros	1 690 824	1 650 052
	2 068 501	**2 026 489**

O movimento ocorrido nas matérias-primas no semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

Matérias-primas subsidiárias e de consumo	nota	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial		2 026 489	1 999 719
Compras		4 449 774	4 243 614
Gasto com mercadorias e matérias consumidas	24	-4 407 762	-4 216 844
Saldo final		**2 068 501**	**2 026 489**

14. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

14.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um ativo financeiro que é um instrumento de dívida é classificado na categoria de "Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo combina o recebimento de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros e a sua venda; e

ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, decorrentes da celebração de Acordos de Regularização de Dívida (ARD) com clientes no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a Águas do Norte, S.A. não tivesse efetuado a transação.

Mensuração subsequente

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros têm procedimento igual ao dos ativos ao custo amortizado, sendo reconhecidos em resultados utilizando a taxa de juro efetiva da transação;
b) As perdas por imparidade ou ganhos na sua recuperação são reconhecidas em resultados; e
c) As restantes variações de valor são reconhecidas em outro rendimento integral.

Assim, quando um instrumento de dívida é mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral, os valores reconhecidos no resultado do período são os mesmos que os que seriam reconhecidos se mensurados pelo custo amortizado.

Quando um instrumento de dívida valorizado ao justo valor através de outro rendimento integral é desreconhecido do balanço, o ganho ou perda registado em outro rendimento integral é reclassificado para o resultado do exercício.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro em conformidade com a política adotada pela Águas do Norte, S.A., a empresa recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

14.2 Estimativas e julgamentos

Os Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Outro rendimento Integral detidos pela Águas do Norte, S.A. correspondem aos Acordos de Regularização de Dívida (ARD) celebrados com os clientes municipais no âmbito do Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou com o Banco Europeu de Investimento uma linha de 200 milhões de euros que podem ser utilizados por contrapartida da cedência de ARD, sendo a cedência feita pelo valor nominal dos créditos. Neste sentido considera-se que o justo valor dos ARD corresponde ao seu valor nominal.

14.3 Detalhe

O detalhe dos ativos financeiros ao Justo valor através de outro rendimento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Municipio de Tarouca	42 540	48 617
Municipio de Tabuaço		3 409 721
	42 540	3 458 338

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei nº 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida ("ARD") beneficiam de uma redução correspondente a 30 % dos juros vencidos à data de 31 de dezembro do ano anterior à celebrado do ARD, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo de aí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

A Lei do Orçamento de Estado para 2020 (Lei 2/2020, de 31 de março), no seu artigo 128º, estabelece que durante o ano 2020, podem ser celebrados novos ARD's nos mesmos termos definidos no DL 5/2019, de 14 de janeiro: (i) dívidas vencidas e reconhecidas até 31 de dezembro de 2019; (ii) perdão de 30% dos juros de mora vencidos até 31 de dezembro de 2019 caso os ARD's sejam celebrados até 28 de setembro de 2020; (iii) celebração de ARD's possível até 31 de dezembro de 2020 (mas sem perdão de juros); (iv) prazo máximo de ARD até 25 anos; e (v) dispensa da exigibilidade do visto do Tribunal de Contas ao ARD. A Lei do Orçamento de Estado para 2021 (Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro) no seu artigo 129º, estabelece para 2021 o mesmo regime previsto na LOE 2020, com as devidas alterações nas datas de referência da dívida.

Em 7 de abril de 2020, foi publicado o Decreto-Lei nº 14-B/2020 que estabeleceu medidas excecionais e temporárias de resposta à COVID-19: (i) diferimento no pagamento das prestações de junho e setembro de 2020 dos ARD celebrados ao abrigo do DL 5/2019, para data posterior a 30 de setembro de 2020, por um prazo máximo de 2 anos a contar da data de cada prestação; (ii) no período que medeia entre a data de produção de efeitos do DL 14-B/2020 e o dia 30 de setembro de 2020 ou a data de cessão de créditos, consoante o evento que ocorrer primeiro, não são devidos ao Grupo AdP os juros financeiros previstos nos ARD celebrados; e (iii) foi prorrogado até ao dia 30 de setembro de 2020 o prazo para a cessão de ARD celebrados em 2019 ao abrigo do DL 5/2019.

Em 7 de maio de 2020, foi publicada a Lei nº 11/2020 que estabelece um regime excecional e transitório para a celebração de ARD: (i) até ao dia 31 de dezembro de 2020, as dívidas relativas à prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do período compreendido entre 1 de abril e 30 de junho de 2020, podem ser regularizadas mediante a celebração de ARD nos termos definidos no DL 5/2019; (ii) o valor do ARD não pode exceder mais do que 50% do montante devido pela prestação de serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais naquele período, devendo os restantes 50 % ser integralmente liquidados junto da respetiva entidade gestora até à data de celebração do acordo; (iii) as entidades utilizadoras deveriam notificar a entidade gestora até 30 de junho de 2020 da intenção de celebração de ARD.

15. Caixa e equivalentes de caixa

15.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

15.2 Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	5 287	6 300
Depósitos à ordem	2 271 008	1 761 351
	2 276 295	1 767 651

16. Capital próprio

16.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

i. se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;

ii. se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

16.2 Detalhe

	31.12.2022	31.12.2021
Capital Social	108 095 468	108 095 468
Reservas e outros ajustamentos	3 184 708	2 974 724
Resultados transitados	162 167 928	158 178 243
Resultado líquido do exercício	9 322 272	4 199 668
	282 770 375	273 448 103

16.3 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

O capital total da Águas do Norte, S.A. é de 111.061.732 euros, sendo constituído por 111.061.732 ações com valor nominal de 1 (um) euro. À data de 31 de dezembro de 2021 estão realizados 95.162.655 euros Categoria A e 12.939.813 euros Categoria C, encontrando-se por realizar o valor de 2.966.264 euros (2.649.522 euros Categoria A e 316.742 euros Categoria C).

Acionistas	31.12.2022				31.12.2021			
	% de Capital Realizado	Capital Realizado		Total do Capital Realizado	% de Capital Realizado	Capital Realizado		Total do Capital Realizado
		Categoria A	Categoria C			Categoria A	Categoria C	
Águas de Portugal, SGPS, SA	70,61%	67 302 952	9 027 000	76 329 952	70,61%	67 302 952	9 027 000	76 329 952
Município de Alfândega da Fé	0,10%	106 119		106 119	0,10%	106 119	0	106 119
Município de Alijó	0,22%	240 010		240 010	0,22%	240 010	0	240 010
Município de Amarante	1,64%	341 240	1 430 290	1 771 530	1,64%	341 240	1 430 290	1 771 530
Município de Amares	0,10%	109 500		109 500	0,10%	109 500	0	109 500
Município de Arcos de Valdevez	0,21%	224 285		224 285	0,21%	224 285	0	224 285
Município de Armamar	0,11%	118 386		118 386	0,11%	118 386	0	118 386
Município de Arouca	0,40%	0	434 945	434 945	0,40%	0	434 945	434 945
Município de Baião	0,31%	0	338 705	338 705	0,31%	0	338 705	338 705
Município de Barcelos	1,44%	1 560 000		1 560 000	1,44%	1 560 000	0	1 560 000
Município de Boticas	0,11%	121 985		121 985	0,11%	121 985	0	121 985
Município de Bragança	0,99%	1 070 867		1 070 867	0,99%	1 070 867	0	1 070 867
Município de Cabeceiras de Basto	0,00%	0		0	0,00%	0	0	0
Município de Caminha	0,52%	563 190		563 190	0,52%	563 190	0	563 190
Município de Celorico de Basto	0,52%	363 483	195 488	558 970	0,52%	167 995	390 975	558 970
Município de Cinfães	0,22%	0	241 955	241 955	0,22%	0	241 955	241 955
Município de Esposende	0,65%	700 000		700 000	0,65%	700 000	0	700 000
Município de Fafe	2,25%	2 073 110	361 705	2 434 815	2,25%	2 073 110,00	361 705	2 434 815
Município de Felgueiras	0,47%	507 270		507 270	0,47%	507 270	0	507 270
Município de Freixo de Espada à Cinta	0,08%	84 213		84 213	0,08%	84 213	0	84 213
Município de Guimarães	0,00%	0		0	0,00%	0	0	0
Município de Lamego	0,51%	551 934		551 934	0,51%	551 934	0	551 934
Município de Lousada	0,29%	318 720		318 720	0,29%	318 720	0	318 720
Município de Macedo de Cavaleiros	0,31%	330 217		330 217	0,31%	330 217	0	330 217
Município de Maia	1,28%	1 380 000		1 380 000	1,28%	1 380 000	0	1 380 000
Município de Melgaço	0,15%	157 450		157 450	0,15%	157 450	0	157 450
Município de Mesão Frio	0,08%	90 119		90 119	0,08%	90 119	0	90 119
Município de Mirandela	0,57%	618 721		618 721	0,57%	618 721	0	618 721
Município de Moimenta da Beira	0,20%	217 661		217 661	0,20%	217 661	0	217 661
Município de Monção	0,38%	410 995		410 995	0,38%	410 995	0	410 995
Município de Mondim de Basto	0,00%	0		0	0,00%	0	0	0
Município de Montalegre	0,14%	146 878		146 878	0,14%	146 878	0	146 878
Município de Murça	0,10%	102 979		102 979	0,10%	102 979	0	102 979
Município de Paredes de Coura	0,12%	129 540		129 540	0,12%	129 540	0	129 540
Município de Peso da Régua	0,43%	467 528		467 528	0,43%	467 528	0	467 528
Município de Ponte da Barca	0,12%	133 420		133 420	0,12%	133 420	0	133 420
Município de Ponte de Lima	0,44%	470 305		470 305	0,44%	470 305	0	470 305
Município de Póvoa de Varzim	1,65%	1 780 210		1 780 210	1,65%	1 780 210	0	1 780 210
Município de Resende	0,14%	154 885		154 885	0,14%	154 885	0	154 885
Município de Ribeira de Pena	0,08%	86 994		86 994	0,08%	86 994	0	86 994
Município de Sabrosa	0,11%	115 288		115 288	0,11%	115 288	0	115 288
Município de Santa Marta de Penaguião	0,11%	113 605		113 605	0,11%	113 605	0	113 605
Município de Santo Tirso	2,71%	2 615 755	316 743	2 932 498	2,71%	2 615 755	316 743	2 932 498
Município de São João da Pesqueira	0,16%	170 463		170 463	0,16%	170 463	0	170 463
Município de Semancelhe	0,10%	105 664		105 664	0,10%	105 664	0	105 664
Município de Tabuaço	0,10%	103 720		103 720	0,10%	103 720	0	103 720
Município de Tarouca	0,19%	208 988		208 988	0,19%	208 988	0	208 988
Município de Terras de Bouro	0,16%	177 400		177 400	0,16%	177 400	0	177 400
Município de Torre de Moncorvo	0,14%	154 552		154 552	0,14%	154 552	0	154 552
Município de Trofa	0,79%	464 505	390 495	855 000	0,79%	464 505	390 495	855 000
Município de Valença	0,41%	448 140		448 140	0,41%	448 140	0	448 140
Município de Valpaços	0,27%	291 396		291 396	0,27%	291 396	0	291 396
Município de Viana do Castelo	1,24%	1 343 775		1 343 775	1,24%	1 343 775	0	1 343 775
Município de Vieira do Minho	0,61%	661 385		661 385	0,61%	661 385	0	661 385
Município de Vila do Conde	2,02%	2 179 830		2 179 830	2,02%	2 179 830	0	2 179 830
Município de Vila Flor	0,12%	126 973		126 973	0,12%	126 973	0	126 973
Município de Vila Nova de Cerveira	0,23%	243 900		243 900	0,23%	243 900	0	243 900
Município de Vila Nova de Foz Côa	0,11%	115 890		115 890	0,11%	115 890	0	115 890
Município de Vila Pouca de Aguiar	0,19%	203 779		203 779	0,19%	203 779	0	203 779
Município de Vila Real	0,89%	962 543		962 543	0,89%	962 543	0	962 543
Município de Vila Verde	0,18%	196 908		196 908	0,18%	196 908	0	196 908
Município de Vinhais	0,14%	148 863		148 863	0,14%	148 863	0	148 863
Município de Vizela	1,08%	1 169 655		1 169 655	1,08%	1 169 655	0	1 169 655
TOTAL	**100,00%**	**95 358 143**	**12 737 325**	**108 095 468**	**100,00%**	**95 162 655**	**12 932 813**	**108 095 468**

16.4 Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o resultado líquido por ação é o seguinte:

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido	9 322 272	4 199 668
Número médio de ações	108 095 468	108 095 468
	0,0862	0,0389

16.5 Reservas e outros ajustamentos

	31.12.2022	31.12.2021
Reserva Legal	3 104 944	2 894 960
Reserva Livre	18 100	18 100
Doações	61 664	61 664
	3 184 708	2 974 724

17. Provisões, ativos e passivos contingentes

17.1 Políticas contabilísticas

Provisões

Não existem Provisões registadas na Empresa

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Águas do Norte, S.A.. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Águas do Norte, S.A. procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Águas do Norte, S.A. procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

17.2 Estimativas e julgamentos

A Águas do Norte, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Norte, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Processos judiciais em curso

No final de 2022 encontram-se pendentes um conjunto de processos judiciais, conforme caracterização apresentada de seguida.

Processos Administrativos

No quadro seguinte são exibidos os processos administrativos pendentes no final de 2022:

Tribunal	Autor	Réu	Nº Ações	Valor da Ação
Arbitral	TRATAVE - Tratamento de Águas Residuais do Ave, S.A.	Águas do Norte, S.A.	1	38 530 442
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Município de Bragança	Águas do Norte, S.A.	26	27 217 521
Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	FXT - Fabrico e Acabamento de meias, Lda.	Águas do Norte, S.A.	1	7 795 360
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Conduril/Ramalho Rosas	Águas do Norte, S.A.	1	5 218 000
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	SADE. SA	Águas do Norte, S.A.	2	5 028 029
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Grabriel Couto e Isolux	Águas do Norte, S.A.	1	2 822 767
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Município de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	1	1 542 637
Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e Mirandela	J.C.C.A., Lda	Águas do Norte, S.A.	3	783.584
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Gabriel Couto e Isolux	Águas do Norte, S.A.	1	732 791
Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu	Município de Resende	Águas do Norte, S.A.	1	490 219
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	AT Santa Marta de Penaguião	Águas do Norte, S.A.	1	294 076
Balcão Nacional de Injuções (BNI)	Zacarias de Carvalho & Associados - Soc. de Advogados, R.L	Águas do Norte, S.A.	7	168 895
Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Gintegral - Gestão Ambiental, S.A.	Águas do Norte, S.A.	1	59 839
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Município de Vila Pouca de Aguiar	Águas do Norte, S.A.	1	50 000
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Armando Norberto Novais Filipe	Águas do Norte, S.A.	1	45 128
Vários	Vários	Águas do Norte, S.A.	27	451 670
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Bragança	19	16 302 629
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	EMAR - Água e Resíduos de Vila Real, EM, S.A.	9	5 646 435
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Mogadouro	7	5 729 819
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Lamego	5	3 907 184
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Mirandela	4	7 078 292
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Peso da Régua	4	2 957 302
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Boticas	8	4 005 159
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Valpaços	4	3 575 802
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Resende	6	3 310 633
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Montalegre	6	2 587 168
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Tabuaço	11	2 190 285
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Tarouca	3	1 049 750
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	SADE	4	3 686 900
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Vila Nova de Famalicão	3	1 127 305
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Freixo de Espada à Cinta	4	792 066
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Vinhais	6	647 353
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Águas do Norte, S.A.	Município de Vieira do Minho	3	857 352
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Macedo de Cavaleiros	4	4 681 977
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Águas do Norte, S.A.	Município de Amares	1	316 697
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Mondim de Basto	1	289 347
Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga	Águas do Norte, S.A.	Esposende Ambiente	3	252 484
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Monção	1	45 865
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de Sernancelhe	1	28 880
Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela	Águas do Norte, S.A.	Município de S. João da Pesqueira	1	110 228
Vários	Águas do Norte, S.A.	Vários	13	399 842

Processos judiciais

Tribunal	Autor	Réu	Nº Ações	Valor da Ação
Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	Plandor - Produção e Distribuição de Plantas Ornamentais	Águas do Norte, S.A.	1	170 865
Tribunal Judicial da Comarca de Braga	João Paulo Andrade Ribeiro da Cunha	Águas do Norte, S.A.	1	54 934
Tribunal da Comarca de Braga - Juízo Local de Braga	Luís Gonzaga Fonte Loureiro	Águas do Norte, S.A.	1	30 000
Trib. Judicial da Comarca deo Porto - Maia - Juízo Execução - Juiz 1	Armanda Maria Araújo da Costa e marido, Abílio da Silva Dias	Trofiguas - Serviços Ambientais, E.M. (Águas do Norte, S.A.: Interessada INF-0122/2019)	1	15 000
Tribunal Judicial Comarca de Braga - JL Cível de Fafe	Manuel Joaquim Rodrigues Teixeira e outro	Águas do Norte, S.A.	1	7 755
Tribunal Judicial Comarca de Aveiro - Juízo de Competência Genérica de Arouca	Dário Sérgio Reimão Vaz Pereira	Águas do Norte, S.A.	1	5 000
Juízo do Trabalho de Vila Real - Juiz 2	Sérgio Daniel Teixeira Oliveira	Águas do Norte, S.A.	1	2 996
Juízo Local Cível de Amarante	Arminda Maria Moreira Ribeiro	Águas do Norte, S.A. e Dizconstrução, Lda.	1	1 426

Tribunal	Autor	Réu	Nº Ações	Valor da Ação
Juízo de Trabalho de Viana do Castelo	Águas do Norte, S.A.	Eleutério Manuel Cardoso Esteves	1	30 000
Comarca Porto- Juízo Local santo Tirso	Águas do Norte, S.A.	Carlos Mouco	1	5 096

Contra – Ordenações

No quadro seguinte são exibidos processos de contraordenações pendentes no final de 2022.

Matéria	Entidade em que corre termos / Tribunal	Autor	Nº Processos	Valor da Coima
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	IGAMAOT	IGAMAOT	1	2 CO - Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	IGAMAOT	IGAMAOT	1	2 CO - Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	IMTT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP	1	1 CO - Coima entre 500 a 1.500 EUR
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação (outras)	ASAE - Autoridade de Segurança Alimental e Económica	ASAE - Autoridade de Segurança Alimental e Económica	1	Coima entre 7.500,00 e 15.000,00
Contraordenação Ambiental	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	ARH Norte - Administração da Região Hidrográfica do Norte IP	1	Coima entre 24.000,00 a 144.000,00 a título de negligência
Contraordenação (outras)	ERSAR	ERSAR	1	Coima entre 24.000,00 a 90.000,00

Processos expropriativos

No quadro seguinte são exibidos os processos expropriativos pendentes no final de 2022

N.º Processo	Tribunal	Expropriante	Expropriado	Valor da Ação
1578/06	S.João da Madeira	Cabral & Filhos	ATMAD	598 098
413/09.2 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Albino Pereira e Somingos Dias	198 351
358/14.4 T8BGC	Comarca de Bragança	ATMAD	Baldios de Montesinho e Baldios de Soutelo	174 111
342/10.7 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Maria M Correia e Olinda Tavares	104 240
30.09	Moimenta da Beira	Delfim Sobral	ATMAD	103 798
68/08.1 TBAFE	Comarca de Bragança - Macedo de Cavaleiros	ATMAD	Amândio Rodrigues	72 722
416/09.7 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Herdeiros de Arnaldo	50 000
425/09.6 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	47 425
410/09	Lamego	Manuel Morgado	ATMAD	39 375
924/08.7 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Aniceto da Costa Saavedra	33 852
69/08	A. Da Fé	Jorge Carvalho	ATMAD	31 999
110/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	31 835
627/08	Lamego	Aniceto Saavedra	ATMAD	31 748
452/21.5BEPNF	Administrativo e Fiscal de Mirandela	Cristina Carneiro Pacheco Bluemel	Águas do Norte, S.A.	30 000
1971/2.9T8STS	Judicial da Comarca do Porto	Águas do Norte, S.A.	Armanda Maria Araújo da Costa	30 000
721/12.5BEBRG	Administrativo e Fiscal de Braga	Valter Correia Fernandes e Águeda Maria Torres Barbosa Lima Fernandes	Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e Águas do Noroeste, S.A.	30 000
53/13.8 T8TMC	Comarca de Bragança - Torre Moncorvo	ATMAD	António Louças, António Trindade e outros	25 165
407/19.0T8PVL	Administrativo e Fiscal de Mirandela	José António Rodrigues e Teresa Rodrigues da Cunha	Fábrica da Igreja Paroquial de Santo André de Frades e a Á	21 650
400/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	20 515
165/09	Castro Daire	ATMAD	Ilidio Gonçalves	20 362
76/2007	Sta-Marta Penaguião	M.Mécia	ATMAD	15 000
31/09	Moimenta da Beira	Luis Queiroz	ATMAD	12 040
747/08.3 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	10 591
582/08.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Herdeiros de Arnaldo Dias Costa e Esposa	9 370
167/09	Castro Daire	ATMAD	Albino Pereira	9 104
401/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Junta de Freguesia de Pretarouca	7 890
396/09.9 TBLMG	Comarca de Viseu - Lamego	ATMAD	Herdeiros de Arnaldo Dias Costa e Esposa	7 587
99/08	Moimenta da Beira	REN	ATMAD	6 703
109/09 (869/08)	Lamego	Herd. A. Fonseca	ATMAD	6 259
111/09 (871/08)	Lamego	Herd. A. Fonseca	ATMAD	5 901
670/08	Lamego	Herd. A. Costa	ATMAD	5 516
767/08	Lamego	Herd. A. Costa	ATMAD	5 516
3256/16.3T8STS	Comarca Porto- Juízo Local santo Tirso	Águas do Norte, S.A.	Carlos Mouco	5 096
670/08	Lamego	Herd. A. Costa	ATMAD	5 000
932/08	Lamego	Junta Freg. Pretarouca	ATMAD	5 000

Regista-se, neste âmbito, que o Processo movido pela TRATAVE - Tratamento de Águas Residuais do Ave, S.A. estar a decorrer em sede de Tribunal Arbitral. É convicção da administração da Empresa que não existem riscos financeiros associados a estes processos, para além dos registados nas demonstrações financeiras.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas no valor de 4.296.409 EUR assim discriminadas:

Beneficiário	CGD	BPI	Santander	NBanco	BKI	IGCP	Dep. Caução	Montante
Infraestruturas de Portugal, SA	1 701 956	27 900	921 173		1 414 849		28 980	4 094 858
Tribunais	6 209		76 867	14 084				97 160
Auto-Estradas Norte Litoral			100 000					100 000
Município de Santo Tirso						4 391		4 391
TOTAL	**1 708 165**	**27 900**	**1 098 040**	**14 084**	**1 414 849**	**4 391**	**28 980**	**4 296 409**

18. Acréscimo de gastos de investimento contratual

18.1 Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.2.5

18.2 Detalhe e movimento

O detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	nota	31.12.2022	31.12.2021
Saldo em 1 de janeiro		101 152 030	101 409 683
Acréscimo do período	27	9 845 621	10 737 579
Realização do investimento	6.3	-12 434 845	-10 995 231
		98 562 807	**101 152 030**

19. Subsídios ao investimento

19.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Norte, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

19.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Fundo de Coesão - (i)	(i)	429 618 798	440 417 727
Outros subsídios		2 010 782	1 772 712
Integração de património		20 833 039	24 253 911
		452 462 619	**466 444 350**

(i) O movimento ocorrido nos Subsídios ao investimento – Fundo de coesão exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 é como segue:

	nota	31.12.2022	31.12.2021
Subsídios ao investimento saldo inicial		440 417 727	453 349 691
Reconhecimento de direito a subsídio	12.2 A)	6 972 710	5 482 696
Reconhecimento de proveito		-17 771 639	-18 414 660
Subsídios ao investimento saldo final		429 618 798	440 417 727

Valores reconhecidos em resultados

	31.12.2022	31.12.2021
Fundo de Coesão	17 771 639	18 414 660
Outros subsidios	83 298	80 184
Integração de património	3 420 872	3 659 968
	21 275 808	22 154 812

20. Passivos Financeiros

20.1 Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a Águas do Norte, S.A. liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

20.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe dos empréstimos é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários BEI	287 127 995	15 777 000	302 904 995	212 904 995	14 128 390	227 033 384
Encargos com montagem da operação BEI	-188 233		-188 233	-291 817		-291 817
Empréstimos - empresa-mãe	196 363 633	17 058 467	213 422 100	290 000 000	8 687 364	298 687 364
Encargos com montagem da operação empréstimo	-84 524		-84 524	-116 505		-116 505
Acrésc. Gastos - Encargos Financeiros - BEI		623 779	623 779		479 099	479 099
Acrésc. Gastos - Encargos Financeiros - empresa Mãe		806 479	806 479		542 820	542 820
Outros Emprestimos - banca comercial	998 044	123 811	1 121 855			
Total de empréstimos	**484 216 914**	**34 389 535**	**518 606 450**	**502 496 672**	**23 837 672**	**526 334 345**

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	502 496 672	23 837 672	526 334 345	524 670 876	19 118 519	543 789 395
Reclassificação de não corrente para corrente	-19 413 366	19 413 366	0	-17 764 753	17 764 753	0
Obtenção de empréstimos	90 998 044	46 319 811	137 317 855		25 830 000	25 830 000
Outros	135 564		135 564	90 550		90 550
Reembolso de capital de empréstimos	-90 000 000	-55 589 653	-145 589 653	-4 500 000	-39 897 520	-44 397 520
Variação na especialização de juros		408 339	408 339		1 021 919	1 021 919
Saldo final	**484 216 914**	**34 389 535**	**518 606 450**	**502 496 672**	**23 837 672**	**526 334 345**

O valor de Empréstimos registado na linha "Outros" diz respeito a correção do custo amortizado.

Não existiram outras variações nos empréstimos tais como variação de justo valor

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos BEI e acionista (empresa -mãe) em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte maturidade:

Por maturidade	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	34 389 535	23 837 672
De 1 a 2 anos	20 166 589	19 255 109
De 2 a 3 anos	21 282 200	20 102 657
De 3 a 4 anos	22 145 780	42 900 930
De 4 a 5 anos	32 918 973	18 513 393
Superior a 5 anos	387 703 372	401 724 583
	518 606 450	**526 334 345**

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os empréstimos BEI e e acionista (empresa -mãe) apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:tem a seguinte maturidade:

Taxa de juro variável	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	18 612 536	9 230 183
De 1 a 2 anos	3 636 546	3 577 517
De 2 a 3 anos	3 723 297	3 614 557
Superior a 3 anos	189 729 077	282 691 421
	215 701 455	**299 113 678**

Taxa de juro fixa	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	15 777 000	14 607 489
De 1 a 2 anos	16 530 043	15 677 592
De 2 a 3 anos	17 558 903	16 488 101
Superior a 3 anos	253 039 049	180 447 485
	302 904 995	**227 220 667**
	518 606 450	**526 334 345**

Justo valor

Os empréstimos obtidos pela Águas do Norte, S.A. correspondem a empréstimos BEI (302.904.995 Euros) e a empréstimo acionista (215.701.455 Euros). Atendendo ao facto de não existirem comparativos de mercado que permitam aferir a que taxas de financiamento alternativas ao BEI a Águas do Norte, S.A. se poderia financiar atendendo aos montantes e prazos envolvidos (25 anos), não sendo possível desta forma determinar a que taxas a Águas do Norte, S.A se poderia financiar atualmente para as maturidades contratadas; não é possível determinar o justo valor dos empréstimos obtidos de uma forma razoável.

21. Fornecedores e outros passivos

21.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a Águas do Norte, S.A. adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

21.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Não Corrente	Corrente	Total	Não Corrente	Corrente	Total
Fornecedores:						
Fornecedores de investimentos - integração património	4 843 541	3 127 994	7 971 535	4 681 317	3 299 095	7 980 412
Fornecedores de investimentos		4 468 844	4 468 844		5 084 236	5 084 236
Fornecedores gerais		7 580 338	7 580 338		7 179 087	7 179 087
Outras conta a pagar:			0			
ODC-Taxa Munic RSU		1 936 607	1 936 607		1 752 348	1 752 348
Cauções Fornecedores		4 184 311	4 184 311		4 267 866	4 267 866
Rendas de infraestruturas (1)	500 308	1 081 690	1 581 998	1 582 121	1 265 572	2 847 693
Outros credores (2)		2 197 935	2 197 935		2 119 850	2 119 850
Acréscimos de gastos e diferimentos:						
Férias e sub. de férias a pagar ao pessoal (3)		1 935 031	1 935 031		1 751 721	1 751 721
Credores por acréscimos de juros		783 725	783 725		665 645	665 645
Outros Credores por acréscimo de gastos (4)		3 124 522	3 124 522		2 486 632	2 486 632
Rendimentos a reconhecer (5)	149 538	3 086 834	3 236 372	153 445	2 428 051	2 581 497
Estado e outros entes públicos (A)		2 228 127	2 228 127		2 017 015	2 017 015
Total de Fornecedores e outros passivos	**5 493 387**	**35 735 958**	**41 229 345**	**6 416 883**	**34 317 118**	**40 734 001**

(1) O valor das rendas de infraestruturas diz respeito à EMAR no âmbito do acordo celebrado.

(2) O valor de Outros credores é constituído fundamentalmente por Juros de mora clientes Baixa (623.977 EUR), Imparidades de devedores diversos (798.441EUR), bem como do valor de 210.895 EUR referente à aplicação ao município de Bragança de juros de mora pelo atraso na realização de capital social.

(3) Esta rubrica inclui valores referentes a acréscimos de férias do ano n a liquidar no ano n+1

(4) A rubrica Outros Credores por acréscimo de gastos é constituída fundamentalmente por acréscimos de gastos com Energia (635.547EUR), Outros Trabalhos Especializados (254.693EUR), Aquisição de água (206.236EUR), Subcontratos (EUR),

(5) Na rubrica Rendimentos a reconhecer, Corrente, está incluído o valor de: 2.859.056 EUR relativo ao subsídio do Fundo Ambiental atribuído entre 2020 e 2022 ao Sistema de Águas da Região do Noroeste a reconhecer ao longo do período do contrato de gestão da Parceira, 224.004 EUR referente a Recebimento Subsídio "Life Pateiras". O valor do não corrente (149.538 EUR), inclui 113.302 EUR referentes a Castro Daire (ajustamento por contrapartida de outros gastos operacionais) e 40.143 EUR referente a indemnização da seguradora.

A) Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

Estado e outros entes públicos		
	31.12.2022	**31.12.2021**
Retenções - IRS	225 829	129 582
Retenções Segurança social, ADSE, CGA	320 305	212 728
Outras tributações - TRH	1 681 993	1 674 706
Estado e outros entes públicos passivos	**2 228 127**	**2 017 015**

22. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2022	nota	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	9	63 709			63 709
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	14		42 540		42 540
Clientes	11	96 791 225			96 791 225
Outros ativos correntes e não correntes	12	7 876 553			7 876 553
Caixa e seus equivalentes	15	2 276 295			2 276 295
		107 007 781	**42 540**	**0**	**107 050 322**
Empréstimos	20			518 606 450	518 606 450
Fornecedores e outros passivos não correntes	21			5 493 387	5 493 387
Fornecedores correntes	21			15 177 176	15 177 176
Outros passivos correntes	21			7 463 936	7 463 936
		0	**0**	**546 740 949**	**546 740 949**

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2021		Ativos financeiros pelo custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Outros ativos financeiros	9	50 926			50 926
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	14		3 458 338		3 458 338
Clientes	11	91 574 511			91 574 511
Outros ativos correntes e não correntes	12	6 741 859			6 741 859
Caixa e seus equivalentes	15	1 767 651			1 767 651
		100 134 948	**3 458 338**	**0**	**103 593 286**
Empréstimos	20			526 334 345	526 334 345
Fornecedores e outros passivos não correntes	21			6 416 883	6 416 883
Fornecedores correntes	21			15 562 418	15 562 418
Outros passivos correntes	21			7 653 288	7 653 288
		0	**0**	**555 966 933**	**555 966 933**

23. Rédito de contratos com clientes

23.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Águas do Norte, S.A.. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a Águas do Norte, S.A. avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a

existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela Águas do Norte,S.A., existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verifiquem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verifiquem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

Componente Tarifária Acrescida (CTA)

Nos termos do Artigo 12°, nº 9 e seguintes, do Decreto-Lei nº 16/2017, de 1 de fevereiro, foi definido que a Águas do Douro e Paiva, S.A. na faturação mensal aos seus clientes, fatura uma parcela com a denominação "Componente Tarifária Acrescida" (CTA), por conta da Águas do Norte, S.A..

A cobrança da CTA é efetuada pela Águas do Douro e Paiva, sendo entregue/repassada à Águas do Norte, S.A. mediante faturação trimestral da Águas do Norte, S.A. à Águas do Douro e Paiva.

A Águas do Norte, S.A. especializa mensalmente na rubrica "Clientes" o rédito da CTA que é faturada pela Águas do Douro e Paiva. O rédito é registado na rubrica "Vendas". O valor efetivamente cobrado em cada trimestre pela Águas do Douro e Paiva é faturado pela Águas do Norte, S.A. àquela empresa..

Fundo Ambiental

Nos termos do Artigo 59º, nº 8 e seguintes, do Decreto-Lei nº 16/2017, de 1 de fevereiro, ficou definido que a partir de 2017 e pelo período de 5 anos, a Águas do Norte, S.A. passaria a beneficiar de uma indemnização compensatória afeta à à atividade em alta por parte do Estado, sob a forma de apoio do Fundo Ambiental, prevista na alínea c) do n.º 4 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 42-A/2016, de 12 de agosto, totalmente afeta à alta.

A Águas do Norte, S.A. especializa mensalmente na rubrica "Prestações de Serviços" o valor anual dessa transferência.

Em 2022, e nos termos do Despacho n.º 14637-C/2022, de 22 de dezembro, do Senhor Ministro do Ambiente, foi atribuído ao sistema de Águas da Região do Noroeste o valor de 1.000.000 euros , valor a considerar até ao final do Contrato de Parceria. Mensalmente a Águas do Norte, S.A. especializa na rúbrica Prestações de Serviços o valor correspondente ao período.

Neste sentido, a receita extraordinária adicional sob a forma de apoio do Fundo Ambiental a receber em cada ano, tem por objetivo compensar o rédito que seria cobrado anualmente através da tarifa e que estava previsto na trajetória de aumento tarifário das empresas cindidas, pelo que, a receita extraordinária adicional sob a forma de apoio do Fundo Ambiental, é registada anualmente como rédito na rubrica "Prestação de Serviços".

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.7.

23.2 Detalhe

O rédito de contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 apresenta o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Vendas						
Vendas de água	40 790 335	8 010 905	48 801 241	42 150 975	7 644 722	49 795 696
Vendas internas Alta à Baixa	*220 144*			25 150		
Vendas internas Baixa à Alta		*41 176*				
Valores contratualmente garantidos (*)	3 715 133		3 715 133	3 466 599		3 466 599
CTA	7 714 214		7 714 214	7 547 187		7 547 187
	52 439 827	8 052 081	60 230 588	53 189 911	7 644 722	60 809 483
Prestação de serviços						
Saneamento	46 475 202	10 484 459	56 959 661	49 858 155	10 048 287	59 906 442
Prestação de serviços interna Alta à Baixa	*4 871 598*			5 244 615		
Prestação de serviços interna Baixa à Alta		*14 025*				
Valores contratualmente garantidos (*)	345 642		345 642	326 062		326 062
Fundo Ambiental	10 707 968	71 032	10 779 000	10 406 074	46 790	10 452 864
	62 400 410	10 569 517	68 084 304	65 834 906	10 095 077	70 685 368
Rédito de contratos com clientes	114 840 237	18 621 598	128 314 892	119 024 817	17 739 799	131 494 851
Rendimentos de construção em ativos concessionados	20 923 549	11 005 535	31 929 085	20 571 995	6 118 118	26 690 113
Desvio de Recuperação de Gastos	-12 516 200	4 040 029	-8 476 170	-22 322 302	3 021 503	-19 300 800
	123 247 587	33 667 163	151 767 806	117 274 510	26 879 419	138 884 164

(*) Neste item foram considerados os valores referentes a todos os utilizadores municipais que violaram o direito de exclusividade prevista na clausula 22ª do Contrato de Concessão.

O valor das vendas da água resulta do produto das quantidades fornecidas (m^3) pelas tarifas em vigor.

Na atividade em alta foram faturados 73.306.839 m^3 em 2022 e 76.341.960 m^3 em 2021. Na atividade em baixa foram faturados 3.235.147 m^3 em 2022 e 3.045.229 m^3 em 2021.

O valor das prestações de serviço resulta do produto das quantidades tratadas (m3) expurgadas das infiltrações de pluviais pelas tarifas em vigor.

Na atividade em alta foram faturados 74.715.636 m³ em 2022 e 81.182.996 m³ em 2021. Na atividade em baixa foram faturados 4.892.548 m³ em 2022 e 4.731.170 m³ em 2021.

Em 2022 e à semelhança dos períodos anteriores, está incluído no valor das prestações de serviços o valor relativo ao Fundo Ambiental - Indemnização compensatória por parte do Estado (referido na nota 2.16.5) - nº 8 do artº. 59 do DL 16/2017, de 1 de fevereiro, a que acresceu na atividade da baixa o valor 71.032 euros. Este último diz respeito à anualidade do valor atribuído pelo Fundo Ambiental ao sistema de Águas da Região do Noroeste em 2020, 2021 e 2022 (um milhão de euros em cada ano).

24. Gastos das vendas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
CMVMC - Matérias - primas	375 541	1 794 313	2 169 855	709 992	1 597 453	2 307 445
Aquisição de água à Alta (vendas internas)	220 144	41 176	41 176		25 150	
CMVMC - Matérias - subsidiárias	2 192 165	4 566	2 196 732	1 904 069	5 329	1 909 398
Gastos das vendas	2 787 850	1 840 056	4 407 762	2 614 062	1 627 933	4 216 844
Gastos de construção em ativos concessionados	20 923 549	11 005 535	31 929 085	20 571 995	6 118 118	26 690 113
	23 711 400	12 845 591	36 336 847	23 186 057	7 746 051	30 906 957

25. Fornecimentos e serviços externos

25.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

25.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Subcontratos	17 885 683	2 821 589	20 707 273	17 050 504	2 705 047	19 755 551
Subsontratos (Prestação de serviços interna)		4 871 598			5 244 615	
Trabalhos especializados (1)	7 607 659	1 352 493	8 960 152	6 611 059	1 473 596	8 084 654
Energia e outros fluídos (2)	5 844 416	537 185	6 381 601	9 413 559	545 953	9 959 512
Conservação e reparação	5 586 911	2 103 180	7 690 091	5 080 421	1 157 979	6 238 400
Comunicação	175 137	617 149	792 286	248 120	436 644	684 765
Seguros	544 705	34 952	579 657	460 904	20 270	481 174
Outros FSE's	2 938 910	711 875	3 650 785	2 165 946	631 053	2 797 000
Outros FSE's (Prestação de serviços interna)		55 201				
	40 583 422	13 105 223	48 761 845	41 030 513	12 215 157	48 001 055
FSE capitalizados	-274 525	-211	-274 736	-186 515	-54 306	-240 821
	40 308 896	13 105 012	48 487 109	40 843 998	12 160 850	47 760 234

(1) – A rubrica de Trabalhos especializados é composta ,entre outros, pelos gastos com Análises e monitorizações, Assistência técnica, Assistência informática, Fees de Gestão, Tratamento de lamas, tratamento de efluentes e resíduos, Assessoria Jurídica e Trabalhos Especializados. O aumento verificado face a 2021 tem como origem fundamentalmente gastos nas rubricas Tratamento de lamas, Resíduos, Efluentes, Assessoria Jurídica, Assistência Informática, que no global registaram uma variação de mais 787.340,67 EUR. s

(2) – A rubrica Energia e outros fluídos resulta do somatório dos seguintes gastos:

- Eletricidade (com 5.254.137 EUR), apresentando um desvio de menos 41,4% face a 2021 e como resultado fundamentalmente da redução definida pelo regulador às TAR (tarifas de acesso à rede);
- Combustiveis (com 977.141 EUR), apresentando um desvio de mais 12,9% face a 2021 como resultado do aumento de preço médio e consumos
- Água e outros fluídos, num total de 149.723 EUR, mais 23% face a 2021.

26. Gastos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o gasto com pessoal tem o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Remunerações OS	413 548		413 548	411 984	947	412 931
Remunerações pessoal	10 623 265	2 023 116	12 646 381	9 795 018	1 915 079	11 710 097
Indemnizações	81 497		81 497	2 477	0	2 477
Encargos sociais com remunerações	2 418 339	425 236	2 843 576	2 239 225	399 977	2 639 203
Outros custos com pessoal	314 054	50 848	364 902	275 251	64 318	339 569
Seguro de vida e de saúde	572 720	96 634	669 354	692 753	97 750	790 503
	14 423 423	2 595 835	17 019 258	13 416 707	2 478 073	15 894 780
Gastos com pessoal capitalizados	-2 026 734	-307	-2 027 040	-1 464 425	-438 053	-1 902 477
	12 396 689	2 595 528	14 992 218	11 952 283	2 040 020	13 992 303

Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	2022	2021
Órgãos Sociais	7	7
Trabalhadores efetivos e outros	602	604
	609	611

Número de colaboradores	31.12.2022	31.12.2021
Órgãos Sociais	7	7
Trabalhadores efetivos e outros	598	602
	605	609

No ano de 2022 verificou-se a admissão de 6 colaboradores nas ultima semana do ano.

27. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

	nota	2022	2021
Amortizações de ativos intangíveis	6.3	40 706 226	42 341 999
Amortizações de ativos fixos tangíveis	7.3	472 215	482 030
Acréscimo de gastos de investimento contratual	18.3	9 845 621	10 737 579
Amortizações de ativos sob direito uso	8.3	929 404	1 081 736
		51 953 467	54 643 344

28. Perdas por imparidade e reversões do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as perdas por imparidade e reversões têm o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Reforço	Reversões	Efeito em resultados	Reforço	Reversões	Efeito em resultados
Imparidade Clientes - Alta				144 400	-33 093	111 307
Imparidade Clientes - Baixa	85 419	-5 681	79 738	245 034	-1 837	243 196
Imparidade Outros Devedores	178 888	-24 918	153 971			
Imparidade - Adiantamento por conta Ativo Fixo Tang. (Integração património)				92 923		92 923
	264 308	-30 599	233 708	482 356	-34 930	447 426

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Impostos	818 710	8 762	827 472	763 851	7 220	771 071
Perdas em imobilizado			0	14 277	6 125	20 402
Descontos de pp concedidos	11 528		11 528	11 662	0	11 662
Donativos			0	0	0	0
Outros gastos operacionais	83 043	548 534	631 577	46 695	534 560	581 255
	913 281	557 296	1 470 577	836 485	547 905	1 384 390

Na rubrica Impostos estão incluídos 707.898 euros em 2022 e 721.593 euros em 2021 referente a Taxas ERSAR

Na rubrica Outros gastos operacionais está incluído o valor de 312.578 euros em 2022 e 342.964 euros em 2021 referentes à componente tarifária acrescida.

30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os outros rendimentos e ganhos operacionais têm o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Subsídios à exploração	14 728	2 632	17 360			0
Rendimentos suplementares	27 348	311 394	338 742	31 316	277 032	308 348
Ganhos em imobilizado - sinistros	35 216		35 216	29 225		29 225
Outros rendimentos e ganhos operacionais	45 496	11 332	56 828	156 606	15	156 621
	122 788	325 358	448 147	217 146	277 047	494 194

Na rubrica Rendimentos Suplementares estão incluídos 277.156 euros em 2022 e 277.032 euros em 2021, relativos a redébitos dos encargos administrativos e custas judiciais, no âmbito de processos de injunção de dívidas, faturados pela baixa.

Em Outros rendimentos e ganhos operacionais estão considerados os valores relativos a rendas pela cedência de espaço do Pólo de Viana do Castelo no valor de 11.700 euros em 2022 e 140.400 euros em 2021.

31. Gastos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Juros suportados	10 866 713	1 011 808	11 878 522	10 057 771	850 852	10 908 622
Juros suportados (Prestação de serviços interna)	43					
Comissões de grupo	1 480 841		1 480 841	1 500 402		1 500 402
Outros gastos financeiros		0	0		77	77
	12 347 598	1 011 808	13 359 363	11 558 172	850 929	12 409 101
Gastos financeiros capitalizados	-640 493	-373 845	-1 014 338	-564 853	-441 372	-1 006 225
	11 707 104	637 963	12 345 024	10 993 319	409 557	11 402 876

Verificou-se uma diminuição de 942 milhares de euros (+8,3 %), face ao exercício de 2021, como resultado do aumento da taxa média de financiamento (nota 5.2).

32. Rendimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

	2022			2021		
	Alta	Baixa	AdNorte	Alta	Baixa	AdNorte
Juros bancários					170	170
Juros de mora	4 176 762	95 539	4 272 301	3 943 209	65 744	4 008 953
Juros de mora (Prestação de serviços interna)		43				
Outros juros	135 977		135 977	115 641		115 641
	4 312 739	95 583	4 408 278	4 058 850	65 914	4 124 764

O valor registado em Outros juros diz respeito ao cálculo de juros financeiros referentes aos acordos de pagamento.

33. Imposto sobre o rendimento

33.1 Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A Águas do Norte, S.A. encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A empresa é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a Águas do Norte, S.A. cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. O Grupo AdP entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos

recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados consolidados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a Águas do Norte, S.A. seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

33.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo reportado no ativo corrente corresponde ao valor do IRC a receber referente a 2022. Não existem dívidas em mora relativamente às entidades fiscais.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

31.12.2022	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos			
	1 500 000	22,50%	337 500
	10 581 090	25,50%	2 698 178
	12 081 090	**25,13%**	3 035 678
Diferenças permanentes:			
. Provisões	233 708	0,49%	58 725
. Multas, coimas e juros compensatórios	4 458	0,01%	1 120
. Benefícios fiscais	-264 264	-0,55%	-66 403
. Outros	957	0,00%	241
Diferenças temporárias sem impostos diferidos reconhecidos:			
. Variações patrimoniais			
. Geração de prejuízos fiscais reportáveis sem ativos por impostos diferidos reconhecidos			
Diferença entre a taxa de tributação esperada e a taxa usada		0,24%	29 433
Tributação Autónoma		0,66%	79 957
Outros Ajustamentos Insuficiência Na Estimativa Impostos		0,19%	22 983
Excesso de estimativa de imposto de anos anteriores		-3,34%	-402 917
Carga Fiscal (Imposto corrente e Imposto diferido)	**12 055 949**	**22,84%**	**2 758 818**

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 e o movimento ocorrido no em 2021 é como segue:

	31.12.2021			reforços/reversões em resultados			Reclassificação reforços/reversões			Correção		31.12.2022	
	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Base	Tx	Imposto	Tx	Base	Tx	Imposto
Ativos por Impostos Diferidos													
Efeito IFRIC 12													
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento amortização firme													
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento subsídio firme													
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento amortização futuro													
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento subsídio futuro	5 333 053	26,57%	1 416 992	-222 211	26,43%	-58 730				-7 466	5 110 842	26,43%	1 350 796
Efeito IFRIC 12 Exercício - amortização IFRIC 12 VS fiscal	82 401 209	26,57%	21 894 001	-2 304 824	26,43%	-609 165	12 434 845	26,43%	3 286 529	-115 362	92 531 230	26,43%	24 456 004
Efeito IFRIC 12 Exercício - investimento futuro	101 152 030	26,57%	26 876 094	9 845 621	26,43%	2 602 198	-12 434 845	26,43%	-3 286 529	-141 613	98 562 807	26,43%	26 050 150
Efeito IFRIC 12 Exercício - subsídio IFRIC 12 VS fiscal	161 470	26,57%	42 903	990 852	26,43%	261 882				-226	1 152 322	26,43%	304 559
Impostos ativos	189 047 762	26,57%	50 229 990	8 309 439	26,43%	2 196 185	0		0	-264 667	197 357 201	26,43%	52 161 508
Passivos por impostos diferidos													
Desvio de recuperação de gastos (nota 10.3)	-231 787 782	26,57%	-61 586 014	8 476 170	26,43%	2 240 252	-		-	324 503	-223 311 612	26,43%	-59 021 259
Efeito IFRIC 12													
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento amortização firme							-		-				
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento subsídio firme							-		-				
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento amortização futuro	-37 923 804	26,57%	-10 076 355	1 580 158	26,43%	417 636	-		-	53 093	-36 343 645	26,43%	-9 605 625
Efeito IFRIC 12 (Transição) - investimento subsídio futuro							-		-				
Efeito IFRIC 12 Exercício - subsídio IFRIC 12 VS fiscal	-444 855	26,57%	-118 198		26,43%		-		-	623	-444 855	26,43%	-117 575
Efeito IFRIC 12 Exercício - subsídio futuro	-10 768 463	26,57%	-2 861 121	-2 351 464	26,43%	-621 492	-		-	15 076	-13 119 926	26,43%	-3 467 537
Impostos passivos	-280 924 903		-74 641 687	7 704 865	26,43%	2 036 396				393 295	-273 220 028	26,43%	-72 211 996
Impostos líquidos	-91 877 141	26,57%	-24 411 696	16 014 304	26,43%	4 232 581					-75 862 827	26,43%	-20 050 488

34. Saldos e transações com partes relacionadas

34.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 as partes relacionadas da Águas do Norte, S.A. são as seguintes:

- Águas de Portugal, SGPS
- Águas de Portugal Serviços Ambientais, S A
- Águas do Alto Minho, SA
- AdP Internacional, SA
- EPAL, SA
- Águas do Vale do Tejo, SA
- Águas da Região de Aveiro, SA
- Águas do Douro e Paiva, SA
- AdP Energias, SA
- Simdouro, SA, e
- Municípios acionistas e entidades relacionadas

34.2 Saldos e transações com partes relacionadas

	Rendimentos 2022	Gastos 2022	Rendimentos 2021	Gastos 2021
Águas de Portugal, SA - (1)		10 047 953		9 368 765
Águas de Portugal Serviços Ambientais, S A		40 293		14 718
Águas do Alto Minho, SA	12 248 417	5 177	13 659 660	4 965
EPAL, SA	180	130 552	480	113 720
Águas do Vale do Tejo, SA	9 752	595 685	10 573	706 094
Águas da Região de Aveiro, SA	16 855		16 855	
AdP Internacional, SA				
Águas do Douro e Paiva, SA		1 585 131		1 578 614
AdP Energias, SA		2 945	500	5 838
Simdouro, SA	11 527	1 361 774	19 331	1 487 600
Águas do Tejo Atlântico, SA		1 337		
Simarsul, SA		149		
Águas do Centro Litoral, SA	149	743		
Águas Públicas do Alentejo, SA		149		
Municípios acionistas e entidades relacionadas	59 938 277	1 420 298	60 500 142	874 584
	72 225 155	15 192 184	74 207 542	14 154 899

	Ativos 31.12.2022	Passivos 31.12.2022	Ativos 31.12.2021	Passivos 31.12.2021
Águas de Portugal, SA - (2)		214 819 124	5 272	300 199 567
Águas de Portugal Serviços Ambientais, S A		53 095		20 108
Águas do Alto Minho, SA	1 822 039	298	2 227 868	
AdP Internacional, SA			10 032	
EPAL, SA		28 668		22 132
Águas do Vale do Tejo, SA	376	133 893	33 894	169 399
Águas da Região de Aveiro, SA	1 728		19 004	
Águas do Douro e Paiva, SA - (3)	2 661 368	289 694	2 708 923	288 502
AdP Energias, SA		79 593		79 738
Simdouro, SA	1 907	170 436	1 523	287 040
Águas do Tejo Atlântico, SA		594		
Simarsul, SA		149		
Municípios acionistas e entidades relacionadas	80 655 730	3 782 742	54 651 811	4 534 062
	85 143 147	219 358 285	59 658 326	305 600 549

Com exceção das notas 1, 2 e 3, os restantes valores expressos nesta nota são referentes a vendas de água e prestações de serviços entre as partes relacionadas.

(1) gastos relativos a Fees de Gestão e Encargos Financeiros;

(2) saldo passivo refere-se essencialmente à linha de Apoio de Tesouraria e Suprimentos;

(3) saldo ativo referente à CTA

35. Investimento contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos Águas do Norte, S.A. não relevados no balanço, decorrentes da celebração do contrato de concessão e contrato de gestão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão são os seguintes:

- Sistema Multimunicipal (*Alta*):
  - ✓ Os Investimentos reversíveis incluídos no contrato de concessão, para a atividade em alta, perfazem, na sua mais recente versão constante do EVEF anexo ao contrato de concessão 1.729.462.353 EUR (preços correntes), dos quais 1.520.342.997 EUR já se encontram realizados:

- Sistema de Águas da Região do Noroeste (*Baixa*):

- ✓ Os Investimentos reversíveis incluídos no contrato de gestão, para a atividade em baixa, perfazem, na sua mais recente versão constante do EVEF anexo ao contrato de gestão 222.231.322 EUR (preços correntes), dos quais 84.722.908 EUR já se encontram realizados.

36. Rendimento garantido

Nos termos do Contrato de Concessão da Águas do Norte, S.A., (operação em alta), os capitais próprios aplicados na Empresa (ações categoria A) serão remunerados através de uma margem, a qual corresponde (até ao final do primeiro subperíodo do terceiro período tarifário) à aplicação ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

A remuneração que se encontrar em dívida, desde a data em que era devida a respetiva distribuição, é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos.

Nos termos do Contrato de Gestão (anteriormente em vigor na AdNoroeste) referente ao sistema de Águas da Região do Noroeste (operação em baixa), os capitais próprios aplicados na Empresa (ações categoria C) serão remunerados através de uma margem, a qual corresponde à aplicação ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco. A remuneração que se encontrar em dívida, desde a data em que era devida a respetiva distribuição, é capitalizada até à data do seu pagamento, com a taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O valor da remuneração do capital social, reserva legal e dividendos em dívida calculado nos termos dos Contratos de Concessão e Contrato de Gestão é o seguinte:

		2022			
		Categoria A		Categoria C	TOTAL
		AdTMAD	AdNW	AdNW	AdNorte
Capital social realizado a 01-01-2022		27 812 177	67 350 478	12 932 813	108 095 468
Capital a 31-12-2022		27 812 177	67 350 478	12 932 813	108 095 468
Taxa de juro OT 10 anos		2,18%	2,18%	2,18%	2,18%
Spread 3pp		3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de remuneração acionista		5,18%	5,18%	5,18%	5,18%
Remuneração do capital realizado		1 440 671	3 488 755	669 920	5 599 345
Reserva legal em 01-01-2022		756 176	2 015 988	122 797	2 894 960
- Reforço da Reserva legal					
data	nº dias				
21/03/2022	286	53 917	130 565		184 482
01/01/2022	365			25 501	25 501
Reserva legal a 31-12-2022		810 092	2 146 553	148 298	3 104 944
Taxa de juro OT 10 anos		2,18%	2,18%	2,18%	2,18%
Spread 3pp		3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de remuneração acionista		5,18%	5,18%	5,18%	5,18%
Remuneração da Reserva legal		41 360	109 726	7 682	158 768
Dividendos em dívida em 01-01-2022		44 923 122	108 970 450	2 399 741	156 293 312
- Aumento dos dividendos em dívida					
data	nº dias				
21/03/2022	286	1 024 416	2 480 744		3 505 159
01/01/2022	365			484 525	484 525
Dividendos em dívida a 31-12-2022		45 947 537	111 451 193	2 884 266	160 282 996
Taxa de juro OT 10 anos		2,18%	2,18%	2,18%	2,18%
Spread 3pp		0,00%	0,00%	3,00%	3,00%
Taxa de capitalização dos dividendos em dívida		2,18%	2,18%	5,18%	5,18%
Capitalização dos Dividendos em dívida		996 833	2 417 920	149 405	3 564 159
		2 478 864	6 016 401	827 007	9 322 272

37. Honorários de auditoria e de revisão legal

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da Águas do Norte, S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ascenderam a 13.182,35 EUR.

38. Outros assuntos

Apesar das dificuldades decorrentes do quadro de incerteza que marca os tempos atuais, não é expectável que em 2023 a Águas do Norte, S.A. venha a apresentar problemas na continuidade dos serviços prestados, sendo convicção da Empresa que, apesar das contrariedades e com as necessárias adaptações, seja levado a cabo a missão com eficiência interna e a melhoria sustentada dos serviços prestados.

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Parte C -
Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal

Introdução

A Parte C do Relatório & Contas do ano de 2022 destina-se a dar cumprimento ao previsto no n.º 3 do art.º 18.º dos Estatutos da Águas do Norte, S.A. que dispõe *"As deliberações das assembleias especiais das categorias A e B, por um lado, e da categoria C, por outro incidem exclusivamente sobre matérias relativas a cada uma das categorias de ações em causa, nomeadamente:*

a) Deliberar sobre contas operacionais da sociedade, reportando-se cada uma às atividades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º dos presentes estatutos;

b) Deliberar sobre o plano de atividades e orçamento das atividades exercidas pela sociedade e suas eventuais alterações, nos termos legais e contratuais previstos;"

Nesse sentido serão apresentadas de seguida as atividades operacionais e as contas operacionais relativas à gestão e exploração do sistema multimunicipal.

Relatório das Atividades Operacionais

Investimento

No sentido de assegurar a realização do plano de investimentos previsto para o Sistema Multimunicipal e o cumprimento das obrigações inerentes às operações cofinanciadas pelo POSEUR, durante o ano de 2022 foram lançados 43 concursos de empreitadas e assinados 33 contratos, no montante de cerca de 15,1 milhões de euros.

No quadro seguinte, apresenta-se o investimento realizado durante o ano de 2022 no Sistema Multimunicipal e nas componentes de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Estrutura.

Investimento no ano de 2022

Área de Atividade	Empreitadas (Milhares de EUR)	Outros Investimentos[1] (Milhares de EUR)	Investimento Total (Milhares de EUR)
Abastecimento de Água	11 139	3 561	14 700
Saneamento de Águas Residuais	4 185	2 039	6 223
Área Gestão / Estrutura	0	339	339
TOTAL	**15 323**	**5 939**	**21 263**

[1] Inclui Estudos e Projetos, Fiscalização de Obras, Assessorias Técnicas, Terrenos e Apoio às Expropriações, Capitalizações e Outros Investimentos

Associada à componente de Investimentos, o ano de 2022 destaca-se pelas seguintes ações:

Empreitadas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

Durante o ano de 2022, deu-se continuidade aos processos administrativos tendo em vista a construção/reabilitação das infraestruturas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais.

Desta forma, listam-se nos quadros seguintes os concursos de empreitada lançados, com indicação do Preço Contratual (Preço Base ou de adjudicação), bem como o Tipo de Procedimento adotado.

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2022 – Abastecimento de Água [1]

Designação	Preço Contratual (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento
PRC_0044/2022_GAE - AA0797 - Empreitada Conceção/Construção de Beneficiação da Instalação Elétrica do SAA do AVE- ETA da Queimadela (Fafe)	91	CP
PRC_0379/2022_GAE - AA0927 - Empreitada de Execução da Ligação do SAA Pinhão – SAA Vila Chã	7 000	CP
PRC_0069/2022_GAE - O0832 - Empreitada de Beneficiação dos Muros de Acesso á Barragem da Ferradosa	-*	CP
PRC_0030/2022_GAE - O0841 - Aquisição de serviços para a realização de leituras topográficas nas barragens da Águas do Norte, SA	7	CP
PRC_0119/2022_GAE - O0865 - Aquisição de serviços para elaboração de especificação técnica para a impermeabilização de betões na Barragem do Sordo	16	AD1
PRC_0187/2022_GAE - O0875 - Aquisição de serviços de monitorização do Projeto do Reforço do Abastecimento de Água a Bragança – Reserva de Água de Montesinho	20	CPrévia
PRC_0209/2022_GAE - O0881 - Empreitada de Beneficiação dos Muros de Acesso á Barragem da Ferradosa	356	CP
PRC_0232/2022_GAE - O0885 - Aquisição de serviços de acompanhamento técnico do LNEC para as barragens da Águas do Norte, S.A	49	ContEXCL
PRC_0294/2022_GAE - O0891 - Aquisição de serviços para Elaboração de Especificação Técnica para a Impermeabilização de Betões na Barragem do Sordo	23	ContEXCL
PRC_0335/2022_GAE - O0916 - Aquisição de serviços de Manutenção Corretiva das sondas de nível das barragens da Ferradosa, Olgas, Sambade e Pretarouca	11	AD1
PRC_0343/2022_GAE - O0918 - Aquisição de serviços de inspeção e revisão do Plano de Observação da Barragem do Sordo	12	ContEXCL
PRC_0418/2022_GAE - O0931 - Empreitada de beneficiação da Descarga de Fundo e criação de Circuito para Caudal Ecológico na Barragem do Sordo	190	CP
PRC_0538/2021_GAE - O0808 - Empreitada de execução de laje na caixa de medição de caudal do reservatório de Gondomil I	4	ADs
PRC_0550/2021_GAE - O0822 - Avaliação das condições geológicas-geotécnicas relativas à reabilitação da ETA do Alvão e respetiva conduta adutora de água bruta (Vila Real)	8	CPrévia
PRC_0140/2022_GAE - O0843 - Empreitada de Remodelação do Laboratório da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	158	CP
PRC_0090/2022_GAE - O0857 - Empreitada de Execução de Trabalhos de Suporte Provisório da Estrutura da EE Caça e Pesca – SAA Sordo	9	ADs
PRC_0272/2022_GAE - O0859 - Execução de Empreitada Concepção/Construção da Reabilitação do Filtro de Areia na ETA do Pinhão (Vila Real)	-*	CP
PRC_0162/2022_GAE - O0869 - Aquisição de serviços para a elaboração de proposta de alteração das medidas compensatórias da afetação dos valores naturais – Reserva de Água de Montesinho e estudo prévio de melhoria da conetividade fluvial no Rio Sabor	35	AD1
PRC_0281/2022_GAE - O0892 - Assessoria Técnica relativa ao Licenciamento Ambiental do Projeto de Reabilitação da ETA e Sistema Adutor de Água Bruta do Alvão (Vila Real)	-*	AD1
PRC_0305/2022_GAE - O0909 - Aquisição e montagem de junta de dilatação em conduta instalada em passagem superior sobre o Rio Lima	7	AD1
PRC_0353/2022_GAE - O0920 - Assessoria Técnica relativa ao Licenciamento Ambiental do Projeto de Reabilitação da ETA e Sistema Adutor de Água Bruta do Alvão (Vila Real)	12	AD1
PRC_0414/2022_GAE - O0926 - Empreitada de Impermeabilização do Reservatório de Tanque em Celorico de Basto	9	ADs
TOTAL	**8 016**	—

[1] Preço Base ou Valor de Adjudicação | ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

* Concurso deserto (ausência de propostas)

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2022 – Saneamento de Águas Residuais[2]

Designação	Preço Contratual (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento
PRC_0523/2021_GAE - AR0695 - Empreitada de conceção-construção da remodelação da ETAR de Viana do Castelo – Cidade	3 149	CP
PRC_0004/2022_GAE - AR0762 - Empreitada de execução da descarga de cheias e instalação de comportas mural no circuito hidráulico da EE da Preguiça (Mirandela)	38	CPrévia
PRC_0543/2021_GAE - AR0814 - Empreitada de Reparação de Anomalias e Defeitos de Construção da AR 71.0.09 - Execução dos Intercetores do Subsistema Cávado-Homem – 2ª Fase (Fd 12)	155	CP
PRC_0073/2022_GAE - AR0844 - Reparação de Defeitos/Insuficiências da Construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais do Douro Sul_Lote 2 (Procedimento 3)	-*	CP
PRC_0215/2022_GAE - AR0876 - Empreitada de Conceção-Construção de Remodelação da ETAR de Paredes de Coura – FASE 1	1 333	CP
PRC_0327/2022_GAE - AR0906 - Reparação de Defeitos/Insuficiências da Construção das Estações de Tratamento de Águas Residuais do Douro Sul - Lote 2 (Procedimento 4)	170	CP
PRC_0301/2022_GAE - O0904 - Avaliação das condições geológicas-geotécnicas da ETAR de Torre de Moncorvo (Decantador Secundário)	-*	AD1
TOTAL	**4 845**	–

[12] Preço Base ou Valor de Adjudicação | ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

* Concurso deserto (ausência de propostas)

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2022 – Empreitadas "Mistas" (Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) [3]

Designação	Preço Contratual (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento
PRC_0130/2022_GAE - O0825 - Acordos Quadro singulares para a execução de empreitadas de Substituição/Tratamento de Pavimentos em Estradas Afetadas pelas Infraestruturas da Águas do Norte, SA	-*	CP
PRC_0020/2022_GAE - O0835 - Fornecimento de etiquetas TAG NFC para identificação de Ativos da Águas do Norte, SA	74	AQ
PRC_0043/2022_GAE - O0842 - Levantamentos Topográficos Relativos a Projetos em Vieira do Minho, Ponte da Barca e Paredes de Coura	6	CPrévia
PRC_0230/2022_GAE - O0854 - Empreitada de Conceção / Construção de Centrais Fotovoltaicas para Autoconsumo II - Lote 1	1 030	CP
PRC_0230/2022_GAE - O0854 - Empreitada de Conceção / Construção de Centrais Fotovoltaicas para Autoconsumo II - Lote 2	600	CP
PRC_0135/2022_GAE - O0866 - Empreitada Geral para Intervenções de Manutenção e Reparação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e dos Sistemas de Recolha de Águas Residuais (SAR) em Alta da Águas do Norte, S. A - Lote A - Manutenção e Reparações no Alto Tâmega e Douro Norte	268	CP
PRC_0135/2022_GAE - O0866 - Empreitada Geral para Intervenções de Manutenção e Reparação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e dos Sistemas de Recolha de Águas Residuais (SAR) em Alta da Águas do Norte, S. A - Lote B - Manutenção e Reparações em Trás-os-Montes e Douro Superior	575	CP
PRC_0141/2022_GAE - O0867 - Acordo-quadro para atos inspetivos a equipamentos sob pressão	34	AQ
PRC_0202/2022_GAE - O0880 - Aquisição de serviços para instalação da válvula de seccionamento na conduta elevatória do Molhe Sul (Vila do Conde)	7	AD1
PRC_0223/2022_GAE - O0882 - Empreitada de Execução de Trabalhos de instalação de conduta PEAD 355 sob laje de consolidação do IP – EN 108 – Peso da Régua – SAR Régua	16	AD1
PRC_0276/2022_GAE - O0894 - Avaliação das condições geológicas-geotécnicas relativas a projetos localizados nos Municípios de Amarante, Arcos de Valdevez, Baião, Celorico de Basto, Esposende, Póvoa de Varzim e Ribeira de Pena	56	CPrévia
PRC_0454/2022_GAE - O0901 - Empreitada de beneficiação dos equipamentos sob pressão instalados nas infraestruturas da AdNorte S.A	140	CP
PRC_0287/2022_GAE - O0905 - Aquisição de serviços para elaboração de projeto para eliminação de riscos de segurança identificados nas infraestruturas da Águas do Norte	33	CPrévia
PRC_0329/2022_GAE - O0908 - Empreitada de Retificação das Anomalias na Pavimentação entre o Km50+600 e o Km52+90 da N13	73	CP
TOTAL	**2 911**	—

[3] Preço Base ou Valor de Adjudicação | ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

* Concurso deserto (ausência de propostas)

Paralelamente ao lançamento de concursos de empreitada foram assinados 33 contratos de empreitada que se resumem nos quadros seguintes:

Contratos de empreitada assinados em 2022 – Abastecimento de Água [14]

Designação	Preço Contratual (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento
PRC_0191/2021_GAE - AA0669 - Empreitada de Execução da Ligação do SAA Alto Rabagão – SAA Arcossó (Chaves)	1 539	CP
PRC_0336/2021_GAE - AA0680 - Empreitada de Remodelação dos Balneários da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	103	CP
PRC_0307/2021_GAE - AA0687 - Empreitada de substituição da conduta elevatória R6-RAboim – SAA S.Jorge (Arcos de Valdevez) - Lote A	300	CP
PRC_0044/2022_GAE - AA0797 - Empreitada Conceção/Construção de Beneficiação da Instalação Elétrica do SAA do AVE- ETA da Queimadela (Fafe)	91	CP
PRC_0268/2021_GAE - P0610 - Projeto de Reabilitação das Barragens da Cumieira e Fundeira – Alvão (Vila Real)	28	CP
PRC_0030/2022_GAE - O0841 - Aquisição de serviços para a realização de leituras topográficas nas barragens da Águas do Norte, SA	7	CP
PRC_0187/2022_GAE - O0875 - Aquisição de serviços de monitorização do Projeto do Reforço do Abastecimento de Água a Bragança – Reserva de Água de Montesinho	20	CPrévia
PRC_0209/2022_GAE - O0881 - Empreitada de Beneficiação dos Muros de Acesso á Barragem da Ferradosa	356	CP
PRC_0232/2022_GAE - O0885 - Aquisição de serviços de acompanhamento técnico do LNEC para as barragens da Águas do Norte, S.A	49	ContEXCL
PRC_0294/2022_GAE - O0891 - Aquisição de serviços para Elaboração de Especificação Técnica para a Impermeabilização de Betões na Barragem do Sordo	23	ContEXCL
PRC_0335/2022_GAE - O0916 - Aquisição de serviços de Manutenção Corretiva das sondas de nível das barragens da Ferradosa, Olgas, Sambade e Pretarouca	11	ADI
PRC_0343/2022_GAE - O0918 - Aquisição de serviços de inspeção e revisão do Plano de Observação da Barragem do Sordo	12	ContEXCL
PRC_0478/2021_GAE - O0795 - Empreitada de Conceção-Construção das Instalações Elétricas, da Automação e da Supervisão do Subsistema de Abastecimento de São Jorge – CEX Minho e Lima- Procedimento 2	319	CP
PRC_0497/2021_GAE - O0805 - Aquisição de Serviços de Manutenção Geral dos Edifícios Administrativos da Águas do Norte, S.A - Lote 1 - Barcelos: Edifício do Polo de Areias de Vilar	29	AQ
PRC_0520/2021_GAE - O0811 - Aquisição de Material Hidráulico para o Subsistema de Abastecimento de Águas do Alto Rabagão (Montalegre)	11	AD
PRC_0550/2021_GAE - O0822 - Avaliação das condições geológicas-geotécnicas relativas à reabilitação da ETA do Alvão e respetiva conduta adutora de água bruta (Vila Real)	8	CPrévia
PRC_0140/2022_GAE - O0843 - Empreitada de Remodelação do Laboratório da ETA de Areias de Vilar (Barcelos)	158	CP
PRC_0162/2022_GAE - O0869 - Aquisição de serviços para a elaboração de proposta de alteração das medidas compensatórias da afetação dos valores naturais – Reserva de Água de Montesinho e estudo prévio de melhoria da conetividade fluvial no Rio Sabor	35	ADI
PRC_0305/2022_GAE - O0909 - Aquisição e montagem de junta de dilatação em conduta instalada em passagem superior sobre o Rio Lima	7	ADI
TOTAL	**2 885**	—

[14] Valor de Adjudicação | ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

Contratos de empreitada assinados em 2022 – Saneamento de Águas Residuais [5]

Designação	Preço Contratual (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento
PRC_0475/2021_GAE - AR0675 - Remodelação do sistema de aproveitamento de biogás da ETAR de Vila Real, rumo a Neutralidade Energética	1 539	CP
PRC_0523/2021_GAE - AR0695 - Empreitada de conceção-construção da remodelação da ETAR de Viana do Castelo – Cidade	3 149	CP
PRC_0535/2021_GAE - AR0727 - Reparação da tubagem num troço de 72 metros no Intercetor da Aparecida II (EGA-AR0255)	40	CPrévia
PRC_0004/2022_GAE - AR0762 - Empreitada de execução da descarga de cheias e instalação de comportas mural no circuito hidráulico da EE da Preguiça (Mirandela)	38	CPrévia
PRC_0464/2021_GAE - AR0793 - Empreitada de Beneficiação da Estação Elevatória da Folia (RMS) - (Melgaço)	79	CP
PRC_0510/2021_GAE - AR0800 - Empreitada de Execução de poços de grossos nos SAR da AdNorte S.A.	294	CP
PRC_0505/2021_GAE - AR0801 - Intercetor de Laúndos Nascente - parte B – Estações Elevatórias de Laúndos e Ciclovia (Póvoa de Varzim)	607	CP
PRC_0543/2021_GAE - AR0814 - Empreitada de Reparação de Anomalias e Defeitos de Construção da AR 71.0.09 - Execução dos Intercetores do Subsistema Cávado-Homem – 2ª Fase (Fd 12)	155	CP
TOTAL	**5 901**	—

[5] Valor de Adjudicação | ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

Contratos de empreitada assinados em 2022 – Empreitadas "Mistas"
(Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) [6]

Designação	Preço Contratual (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento
PRC_0468/2021_GAE - O0615 - Empreitada para Intervenções de Reparação de Adutoras e Emissários em Alta da Águas do Norte,SA. nas Regiões do Minho, Lima e Cávado	423	CP
PRC_0060/2021_GAE - O0650 - Empreitada de Conceção / Construção de Centrais Fotovoltaicas para Autoconsumo - Lote 1	1 780	CP
PRC_0060/2021_GAE - O0650 - Empreitada de Conceção / Construção de Centrais Fotovoltaicas para Autoconsumo - Lote 2	1 045	CP
PRC_0507/2021_GAE - O0760 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote A - Trás-os-Montes, Douro Superior e Douro Sul	1 000	AQ
PRC_0507/2021_GAE - O0760 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Construção / Reparação de Infraestruturas das Águas do Norte, SA - Lote B - Tâmega, Sousa e Ave	1 000	AQ
PRC_0497/2021_GAE - O0805 - Aquisição de Serviços de Manutenção Geral dos Edifícios Administrativos da Águas do Norte, S.A - Lote 2 - Guimarães: Edifício do Polo de Guimarães	8	AQ
PRC_0497/2021_GAE - O0805 - Aquisição de Serviços de Manutenção Geral dos Edifícios Administrativos da Águas do Norte, S.A - Lote 3 - Vila Real: Edifício da Sede e Edifício do Armazém de Vila Real	14	AQ
PRC_0020/2022_GAE - O0835 - Fornecimento de etiquetas TAG NFC para identificação de Ativos da Águas do Norte, SA	74	AQ
PRC_0043/2022_GAE - O0842 - Levantamentos Topográficos Relativos a Projetos em Vieira do Minho, Ponte da Barca e Paredes de Coura	6	CPrévia
PRC_0135/2022_GAE - O0866 - Empreitada Geral para Intervenções de Manutenção e Reparação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e dos Sistemas de Recolha de Águas Residuais (SAR) em Alta da Águas do Norte, S. A - Lote A - Manutenção e Reparações no Alto Tâmega e Douro Norte	268	CP
PRC_0135/2022_GAE - O0866 - Empreitada Geral para Intervenções de Manutenção e Reparação de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e dos Sistemas de Recolha de Águas Residuais (SAR) em Alta da Águas do Norte, S. A - Lote B - Manutenção e Reparações em Trás-os-Montes e Douro Superior	575	CP
PRC_0141/2022_GAE - O0867 - Acordo-quadro para atos inspetivos a equipamentos sob pressão	34	AQ
PRC_0202/2022_GAE - O0880 - Aquisição de serviços para instalação da válvula de seccionamento na conduta elevatória do Molhe Sul (Vila do Conde)	7	AD1
PRC_0223/2022_GAE - O0882 - Empreitada de Execução de Trabalhos de Instalação de conduta PEAD 355 sob laje de consolidação do IP – EN 108 – Peso da Régua – SAR Régua	16	AD1
PRC_0276/2022_GAE - O0894 - Avaliação das condições geológicas-geotécnicas relativas a projetos localizados nos Municípios de Amarante, Arcos de Valdevez, Baião, Celorico de Basto, Esposende, Póvoa de Varzim e Ribeira de Pena	56	CPrévia
PRC_0287/2022_GAE - O0905 - Aquisição de serviços para elaboração de projeto para eliminação de riscos de segurança identificados nas infraestruturas da Águas do Norte	33	CPrévia
TOTAL	**6 338**	—

[16] Valor de Adjudicação | ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; Cprévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente

Clientes

Contingente de Utentes

As tabelas abaixo evidenciam o universo dos Utilizadores do Sistema Multimunicipal que estiveram ativos durante o ano de 2022. Os números apresentados respeitam a utilizadores municipais e utilizadores finais do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e efluentes proveniente da limpeza de fossas séticas):

Sistema Multimunicipal	Municípios	Utilizadores Municipais (*)
Abastecimento de Água	2	2
Saneamento de Águas Residuais	9	8
Abastecimento de Água + Saneamento de Águas Residuais	52	36
Total	**63**	**46**

(*) Embora se verifique que muitos dos Utilizadores Municipais coincidem com o Município que é servido pela Águas do Norte no âmbito do Sistema Multimunicipal, verifica-se igualmente que alguns dos Utilizadores Municipais incluem, e representam, simultaneamente vários Municípios que também integram este Sistema Multimunicipal.

Sistema Multimunicipal	Utilizadores Finais		
	Águas do Norte	Tratave	Total
Abastecimento de Água	7	0	7
Saneamento de Águas Residuais - com ligação	31	293	324
Saneamento de Águas Residuais - autoportantes	39	90	129
Descarga de Fossas Séticas	113	20	133
Total	**190**	**403**	**593**

Vendas e Serviços Prestados

Volumes de Vendas e de Serviços Prestados

Os volumes apresentados respeitam ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2022, e dizem respeito a faturação emitida e a volumes especializados.

Em 2022 a atividade da Águas do Norte, S.A. caracterizou-se pela faturação os seus clientes em 2022 um total de 76.306.839 m^3 de água, pela recolha de 74.660.368 m^3 de águas residuais e faturação de 55.268 m^3 de fossas séticas.

Abastecimento de Água – Volume faturado aos Municípios ou entidades Equiparadas

Verificou-se um decréscimo do volume de água abastecida a Municípios e Entidades Equiparadas de 4,0% face a 2021.

Unidade: m³

Municípios e Outros Utilizadores	Total 2021	Total 2022
Alfândega da Fé	622 430	575 110
Alijó	873 128	855 475
Armamar	483 657	530 348
Barcelos	4 404 925	4 523 914
Bragança	130 021	107 629
Chaves	3 063 198	2 952 243
Esposende	2 507 279	2 531 594
Fafe	1 911 248	1 964 698
Lamego	2 102 520	2 142 210
Macedo de Cavaleiros	2 327 178	1 852 429
Maia	2 364 211	1 956 307
AVT (Mêda)	19 071	16 788
Melgaço	293 455	317 691
Mirandela	2 163 986	2 107 294
Mogadouro	21 390	22 951
Moimenta da Beira	1 014 618	979 213
Monção	829 594	768 428
Montalegre	267 033	255 533
Ponte da Barca	800 143	814 805
Póvoa de Lanhoso	998 212	1 013 218
Póvoa de Varzim	3 875 320	3 864 976
Resende	463 958	512 658
Indaqua Santo Tirso/Trofa	2 970 498	3 116 305
São João da Pesqueira	762 135	563 200
Sernancelhe	233 570	231 507
Tabuaço	562 453	584 469
Tarouca	360 053	374 947
Valpaços	718 639	1 019 713
Vieira do Minho	841 938	813 990
Vila do Conde	4 265 259	4 279 057
Vila Flor	619 371	652 635
Vila Nova de Famalicão	7 618 166	8 379 710
Vila Nova de Foz Côa	964 362	827 943
Vinhais	446 920	426 204
Águas do Alto Minho	14 624 281	13 198 192
Águas do Interior Norte	7 720 056	7 520 498
Outras Entidades(*)	2 097 684	652 956
Total	**76 341 960**	**73 306 839**

(*) Em 2022 estão incluídos 393.535 m3 de faturação interna

Abastecimento de Água – Volume faturado a outras entidades

Foram faturados a diversos utilizadores industriais em 2022 e 2021, respetivamente, 259.421 m³ e 2.018.372 m³.

Recolha de Águas Residuais - Volume faturado aos Municípios ou entidades Equiparadas

Verificou-se um decréscimo do volume de efluente faturado relativo a Municípios e Entidades Equiparadas de 8,0% face a 2021.

Unidade: m^3

Municípios e Outros Utilizadores	Total 2021	Total 2022
Alfândega da Fé	297 369	234 104
Alijó	501 922	456 884
Amarante (*)	1 338 301	1 176 697
Amares	803 328	810 880
Armamar	235 566	196 546
Bragança	2 099 745	1 917 188
Celorico de Basto (*)	411 768	318 682
Chaves	3 244 737	2 759 017
Esposende	1 762 657	1 541 899
Fafe (*)	1 178 327	1 047 574
Felgueiras	1 456 441	1 324 167
Guimarães	7 804 716	8 092 244
Lamego	1 459 893	1 317 165
Lousada	1 307 280	1 435 604
Macedo de Cavaleiros	602 862	498 872
Melgaço	428 036	378 507
Mirandela	1 303 775	1 143 537
Moimenta da Beira	655 718	503 851
Monção	614 172	552 790
Montalegre	220 949	216 382
Mondim de Basto	275	238
Ponte da Barca	311 969	287 409
Póvoa de Lanhoso	932 966	911 694
Póvoa de Varzim	2 598 319	2 689 123
Resende	241 640	165 760
Ribeira de Pena	191 583	176 043
Santo Tirso (*)	2 478 899	2 488 730
São João da Pesqueira	325 113	268 027
Sernancelhe	351 195	228 114
Tabuaço	225 243	213 542
Tarouca	405 262	349 391
Terras de Bouro	261 195	261 877
Trofa (*)	2 375 004	2 127 205
Valpaços	529 676	419 039
Vieira do Minho	291 046	297 473
Vila do Conde	3 620 044	3 428 026
Vila Flor	141 635	114 754
Vila Nova de Famalicão	7 752 491	8 024 291
Vila Nova de Foz Côa	494 447	367 081
Vila Pouca de Aguiar	868 808	698 565
Vila Verde	1 458 432	1 255 263
Águas do Alto Minho	8 190 456	7 012 029
Águas do Interior Norte	4 695 849	3 955 996
Vinhais	163 495	119 417
Vizela	1 092 255	1 110 838
Industrial Tratave	12 124 855	10 381 903
Outras Entidades	1 333 282	1 441 218
Total	**81 182 996**	**74 715 636**

(*) Nestes Municípios foi incluído volume correspondente a faturação interna.

Recolha de Águas Residuais - Volume faturado a outras entidades

O caudal faturado pela Águas do Norte, S.A., através da Tratave, relativo a utilizadores finais do Sistema Multimunicipal que se encontram localizados no território que constituía o anterior SIDVA e que, por isso, possuem um contrato de recolha celebrado diretamente com a Tratave, ascendeu em 2022 a 10.381.903 m3.

Foram ainda faturados a diversos outros utilizadores finais do Sistema Multimunicipal, em 2022, 1.4441.218 m^3.

Ocorreu ainda em 2022 uma imputação entre Sistema Multimunicipal e o Sistema de Águas da Região do Noroeste de **7.158.888 m^3**, relativa à recolha de efluente nos municípios servidos pela rede em baixa, Amarante, Celorico, Fafe, Santo Tirso e Trofa, que são geridas pela Águas do Norte no âmbito do referido sistema.

Os serviços de limpeza de fossas atingiram em 2022 um volume total de **55.268 m^3**.

Avaliação da Satisfação dos Utilizadores Municipais

O Procedimento da Águas do Norte, S.A. para Avaliação da Satisfação dos Utilizadores do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal encontra-se em vigor desde 2019.

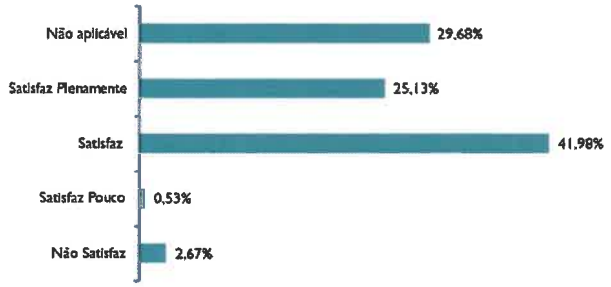
Em 2022 deu-se seguimento à metodologia adotada no ano transato e enviou-se o inquérito para os Utilizadores Municipais, para os Utilizadores Finais e para os Municípios que, apesar de terem delegado a gestão dos seus sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, estão, no entanto, abrangidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal.

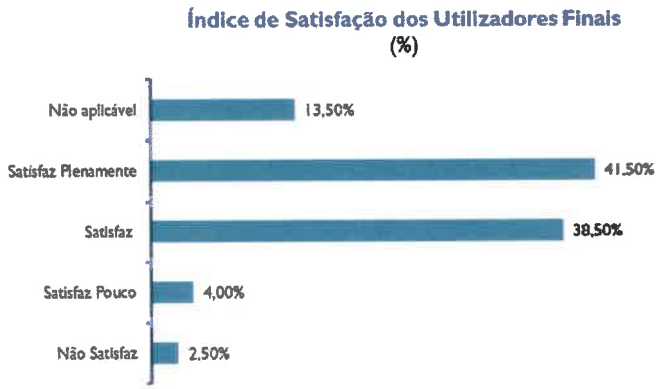
Sendo o contributo dos Utilizadores Municipais e Finais servidos pelo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte de Portugal fundamental para a melhoria contínua do serviço prestado, a Águas do Norte, S.A. realizou um Inquérito de Avaliação da Satisfação, através do qual se pretendeu não só auscultar o grau de satisfação dos referidos Utilizadores Municipais, como tentar perceber as suas expectativas e identificar eventuais oportunidades de melhoria.

A taxa de resposta aos inquéritos enviados para os Utilizadores Municipais foi de 46,6% e para os Utilizadores Finais foi de 31,7%.

De um modo genérico, através dos resultados pode fazer-se a leitura que os Utilizadores Municipais e Utilizadores Finais estão, regra geral, satisfeitos ou plenamente satisfeitos com o desempenho da Águas do Norte, S.A.

Índice de Satisfação dos Utilizadores Municipais/ Municípios
(%)





Exploração

A exploração visa a operação e manutenção dos sistemas com vista à sua gestão eficiente.

Neste âmbito, destacam-se os seguintes factos relevantes:

- Abastecimento contínuo de água em quantidade e qualidade ao utilizador final;

- Recolha e tratamento de águas residuais e a sua descarga nos meios recetores com qualidade compatível e no estrito cumprimento legal;

- Qualidade da água fornecida com padrões de excelência, promovendo a otimização dos processos de tratamento quer a nível técnico quer económico;

- Qualidade da água residual devolvida aos meios recetores em conformidade com as exigências regulamentares, promovendo a otimização dos processos de tratamento quer a nível técnico quer económico;

- Procura contínua de uma gestão eficiente dos recursos hídricos, principalmente através de programas de redução de perdas;

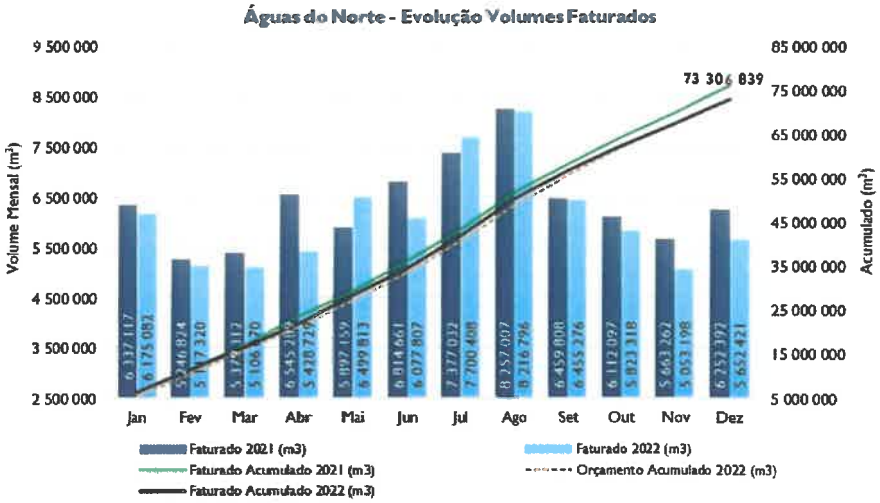
- A Gestão de Resíduos, incluindo lamas de ETA e ETAR, privilegiando soluções de valorização em detrimento de destino final em aterro;

- Gestão eficiente dos recursos energéticos que, para além da certificação energética das instalações mais representativas a nível de consumo, visou manter o controlo generalizado dos consumos e custos de energia. Potenciação da produção de energia, minimizando a pegada ecológica da Águas do Norte, S.A.;

- Gestão da Manutenção com vertente operacional e de melhoria de desempenho de equipamentos. Procura de uma manutenção preventiva eficiente que promova o aumento de tempo de vida útil dos equipamentos e a redução de constrangimentos decorrentes de indisponibilidade e mau funcionamento.

A. Serviço de Abastecimento de Água

A gestão do Serviço de Abastecimento de Água é realizada através da divisão por Centros de Exploração subdivididos em Subsistemas de Abastecimento de Água. A empresa verificou um decréscimo de 4,0% do volume de água faturado no ano de 2022 face ao registado no ano anterior.



Verifica-se que a evolução dos volumes abastecidos se encontra em concordância com os previstos em orçamento para o ano de 2022, tendo sido registado um diferencial positivo de 0,1%.

Eficiência na utilização dos recursos hídricos

A Águas do Norte, S.A. está a cumprir as metas estabelecidas para os indicadores de eficiência hídrica. Há, no entanto, alguns subsistemas que apresentam ainda valores elevados de perdas.

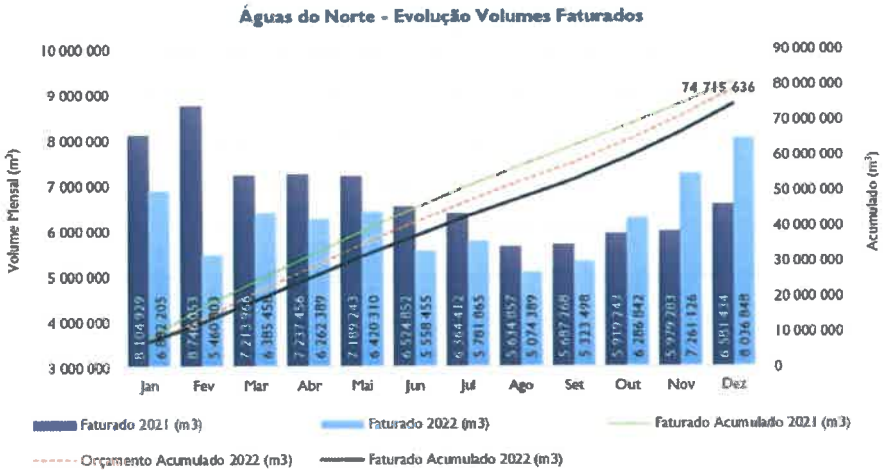
No indicador "Ineficiência dos Recursos Hídricos" atingiu-se um valor de 1,93%, o que representa um aumento de 2,3% face ao ano anterior, ficando abaixo do limite estabelecido pela ERSAR.

No indicador "Água Não Faturada" atingiu-se um valor de 3,10%, o que representa um aumento de 2,0% face ao ano anterior, ficando abaixo do limite estabelecido pela ERSAR.

B. Serviço de Saneamento de Águas Residuais

No ano de 2022 verifica-se um decréscimo na ordem dos 8,0% do volume de águas residuais faturadas face ao ano transato.

Os volumes apresentam um diferencial negativo de 5,3% em relação ao previsto em orçamento.



A Sustentabilidade Empresarial

Qualidade do Produto

Vigilância da Qualidade da Água (*Alta*)

A segurança da água abastecida para consumo humano constitui uma preocupação central na Águas do Norte, S.A.. É dada permanente atenção à verificação da conformidade do produto, à proteção da saúde do consumidor e à gestão dos riscos em todas as fases do sistema de abastecimento que possam pôr em causa a segurança do produto.

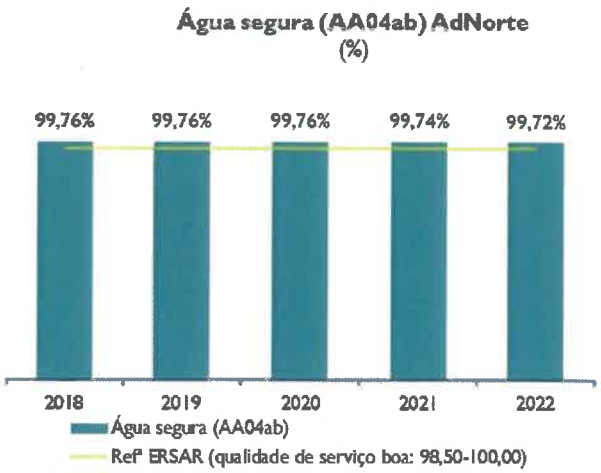
Para assegurar o controlo da qualidade da água abastecida, a Águas do Norte, S.A. tem implementado um Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que cumpre integralmente os requisitos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro, diploma legal que regula a qualidade da água para consumo humano.

Este PCQA é aprovado anualmente pela entidade competente, ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e consiste na avaliação da conformidade dos requisitos de qualidade definidos na legislação em vigor, através de análises efetuadas em pontos de entrega a outras entidades gestoras, estes são locais selecionados de modo a obter uma amostragem representativa da água fornecida. As análises à qualidade da água são realizadas em laboratórios acreditados, tal como o Laboratório da Águas do Norte, S.A., cuja aptidão é também aprovada pela entidade reguladora, ERSAR.

A monitorização da qualidade da água efetuada pela Águas do Norte, S.A. em 2022 foi muito para além do estritamente exigido por lei, quer em número de análises, quer em parâmetros pesquisados. A empresa implementou um Plano de Controlo Operacional para verificar a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento (captação, tratamento, reserva, adução e entrega) e detetar, atempadamente, eventuais alterações da qualidade de modo a desencadear a eficaz tomada de ações.

No ano de 2022, a Águas do Norte realizou 15.283 determinações na água tratada, de acordo com Plano Controlo Qualidade aprovado pela ERSAR.

Das análises efetuadas dentro do contexto do plano de controlo aprovado pela ERSAR, 99,7% cumpriram com os limites estipulados na legislação o que comprova a elevada qualidade da água distribuída pela empresa.



Sempre que se deteta uma não conformidade relacionada com a qualidade da água é registada uma constatação no sistema informático de gestão da Águas do Norte, S.A., na qual a ocorrência é descrita e onde são atualizadas as iniciativas de investigação do problema e a tomada de ações de correção ou corretivas. Estas ocorrências só são encerradas após confirmação da eficácia das ações e do pleno restabelecimento da qualidade da água abastecida.

Em situações de incumprimento dos valores paramétricos da legislação relativa à qualidade da água para consumo humano, estas são comunicadas, no prazo de um dia útil, à ERSAR, aos Clientes e à Autoridade de Saúde. Posteriormente, terminada a investigação sobre as causas e resolvida a situação, é dado conhecimento às entidades referidas anteriormente das ações corretivas adotadas e do resultado das mesmas.

A AdNorte aprovou em Conselho de Administração no dia 28/12/2018 o Plano de Comunicação Plano de Comunicação para emergências na qualidade e quantidade da água.

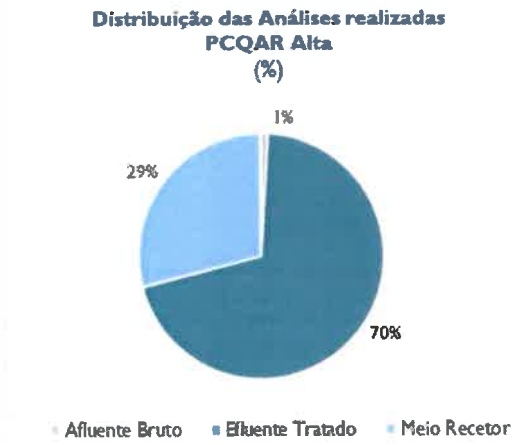
Este documento tem como objetivo estabelecer um modelo de comunicação interna e externa, a implementar perante uma situação de emergência, que coloque em causa a qualidade da água para o consumo humano e o serviço de fornecimento assegurado pela Águas do Norte, S.A., de modo a que se consiga uma rápida e adequada atuação, e por inerência, a mitigação de eventuais impactos nas condições de abastecimento de água para consumo humano, dando cumprimento ao requisito legal estabelecido no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro.

Este plano de comunicação aplica-se a potenciais situações de emergência, que possam ocorrer ao longo do sistema de tratamento, na distribuição, nas instalações ou áreas contíguas, que possam causar a contaminação da água ou impedir o abastecimento de água, e que constituam um risco para a saúde humana, indo de encontro ao disposto na legislação em vigor.

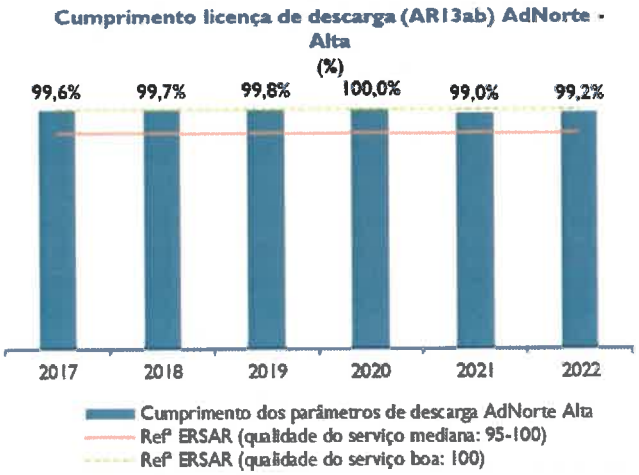
Vigilância da Qualidade das Águas Residuais (*Alta*)

Relativamente aos Subsistemas de Saneamento, a monitorização é efetuada segundo o estipulado nos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos das várias ETAR da Águas do Norte, S.A., onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores a cumprir no caso da água residual tratada, antes de esta ser descarregada no meio hídrico. O controlo realizado em todos os subsistemas geridos pela Águas do Norte, S.A. foi executado recorrendo a laboratórios externos acreditados para demonstração da conformidade da qualidade dos efluentes tratados e descarregados e ao laboratório interno de Vila Real.

Em 2022, no âmbito do PCQAR, foram realizadas cerca de 15 mil análises distribuídas da seguinte forma:



No que respeita a população servida com tratamento satisfatório (ver Nota 1), em 2022 verifica-se um cumprimento da licença de descargas na ordem dos 99%.



Nota 1: Foram tidos em conta as considerações da ERSAR - Percentagem da população equivalente que é servida com estações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga. Para o cálculo deste indicador apenas foram consideradas as ETAR com Licença de descarga em vigor, ou cujo pedido foi efetuado atempadamente.

Contas Operacionais – Alta

Demonstração da Posição Financeira

	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6.3	973 449 376	1 002 892 592
Ativos fixos tangíveis	7.3	732 521	861 662
Ativos sob direito de uso	8.3	3 684 143	3 913 134
Outros ativos financeiros	9	44 802	36 230
Impostos diferidos ativos	33	41 799 921	40 559 343
Desvio Recuperação de Gastos	10	179 632 583	192 148 783
Clientes	11	1 496 208	694 295
Total dos ativos não correntes		**1 200 839 554**	**1 241 106 040**
Ativos Correntes			
Inventários	13	1 840 764	1 776 863
Ativos financeiros ao justo valor rendimento integral	14	42 540	3 458 338
Clientes	11	90 612 554	85 407 629
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	815 247	0
Outros ativos correntes	12	32 516 428	27 799 948
Caixa e seus equivalentes	15	1 288 557	1 652 251
Total dos ativos correntes		**127 116 090**	**120 095 029**
Total do ativo		**1 327 955 644**	**1 361 201 068**
Capital próprio			
Capital social	16	95 162 655	95 162 655
Reservas e outros ajustamentos	16	3 036 410	2 851 928
Resultados transitados	16	159 283 662	155 778 503
Resultado líquido do exercício	16	8 495 265	3 689 641
Total do capital próprio		**265 977 992**	**257 482 726**
Passivos Não Correntes			
Acréscimo gastos de investimento contratual	18	78 305 583	82 143 279
Subsídios ao investimento	19	427 821 528	447 178 045
Empréstimos	20	448 216 914	466 496 671
Passivos da locação	8.4	1 277 110	2 174 108
Fornecedores e outros passivos não correntes	21	5 493 387	6 416 883
Impostos diferidos passivos	33	60 354 247	63 925 859
Total dos passivos não correntes		**1 021 468 768**	**1 068 334 845**
Passivos Correntes			
Empréstimos	20	15 277 921	8 812 313
Passivos da locação	8.4	317 124	799 201
Fornecedores e outros passivos correntes	21	24 913 840	24 922 617
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	0	849 367
Total dos passivos correntes		**40 508 885**	**35 383 497**
Total do passivo		**1 061 977 653**	**1 103 718 342**
Total do passivo e do capital próprio		**1 327 955 644**	**1 361 201 068**

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	2022	2021
Vendas	23	52 439 827	53 189 911
Prestações de serviços	23	62 400 410	65 834 906
Rendimentos de construção em ativos concessionados	23	20 923 549	20 571 995
Desvio de Recuperação de Gastos	10 e 23	-12 516 200	-22 322 302
Gasto das vendas	24	-2 787 850	-2 614 062
Gastos de construção em ativos concessionados	24	-20 923 549	-20 571 995
Fornecimentos e serviços externos	25	-40 308 896	-40 843 998
Gastos com pessoal	26	-12 396 689	-11 952 283
Amortizações do exercício	27	-47 809 218	-50 678 144
Perdas por imparidade e reversões	28	-153 971	-204 230
Subsídios ao investimento	19	20 412 614	21 641 743
Outros gastos e perdas operacionais	29	-913 281	-836 485
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	122 788	217 146
Resultados operacionais		**18 489 534**	**11 432 203**
Gastos financeiros	31	-11 707 104	-10 993 319
Rendimentos financeiros	32	4 312 739	4 058 850
Resultados financeiros		**-7 394 365**	**-6 934 469**
Resultados antes de imposto		**11 095 169**	**4 497 735**
Imposto corrente	33	-7 412 092	-8 753 132
Imposto diferido	33	4 812 189	7 945 038
Resultado líquido do exercício		**8 495 265**	**3 689 641**
Rendimento integral		**8 495 265**	**3 689 641**

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração das Variações do Capital Próprio

	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2020	**16**	**95 162 655**	**0**	**2 575 040**	**79 764**	**152 033 162**	**3 942 464**	**253 793 085**
Aplicação do resultado de 2020								
AdNorte (Concessão)	16.2			197 123		3 745 340	-3 942 464	0
Realizações de Capital								
AdNW (Concessão)	16.2							
Resultado líquido de 2021								
AdNorte (Concessão)	16.2						3 689 641	3 689 641
Saldo a 31 de dezembro de 2021	**16**	**95 162 655**	**0**	**2 772 163**	**79 764**	**155 778 503**	**3 689 641**	**257 482 726**
Aplicação do resultado de 2021								
AdNorte (Concessão)	16.2			184 482		3 505 159	-3 689 641	0
Realizações de Capital								
AdNW (Concessão)	16.2							
Resultado líquido de 2022								
AdNorte (Concessão)	16.2						8 495 265	8 495 265
Saldo a 31 de dezembro de 2022	**16**	**95 162 655**	**0**	**2 956 645**	**79 764**	**159 283 662**	**8 495 265**	**265 977 992**

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		94 716 892	107 340 278
Pagamentos a fornecedores		- 45 942 834	- 51 365 509
Pagamentos ao pessoal		- 8 336 752	- 7 639 113
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento		- 9 062 201	- 11 504 140
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		15 529 519	16 533 756
		46 904 625	**53 365 272**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de ativos intangíveis		399	50 825
Recebimentos de subsídios de investimento		545 777	1 299 915
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		- 606 607	- 844 416
Pagamentos de ativos intangíveis		- 21 669 563	- 20 912 323
		- 21 729 994	**- 20 405 998**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	20.2	123 174 837	15 027 040
Recebimentos Passivos da locação		612 795	-
Recebimentos de juros e rendimentos similares		363 480	442 288
Pagamentos de empréstimos obtidos	20.2	- 135 532 890	- 35 805 577
Pagamentos Passivos da locação	8.5	- 1 991 871	- 837 308
Pagamentos de juros e gastos similares		- 12 164 677	- 11 469 434
		- 25 538 324	**- 32 642 992**
Variação de caixa e seus equivalentes		**- 363 693**	**316 282**
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	1 652 251	1 335 968
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	1 288 557	1 652 251
		- 363 693	**316 282**

Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	4 137	5 150
Depósitos à ordem	1 284 420	1 647 101
	1 288 557	1 652 251
Descobertos bancários de depósitos à ordem		
	1 288 557	1 652 251

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Parte D - Sistema de Águas da Região do Noroeste

Relatório das Atividades Operacionais

Introdução

A Parte D do Relatório & Contas do ano de 2022 destina-se a dar cumprimento ao previsto no n.º 3 do art.º 18.º dos Estatutos da Águas do Norte. S.A. que dispõe *"As deliberações das assembleias especiais das categorias A e B, por um lado, e da categoria C, por outro incidem exclusivamente sobre matérias relativas a cada uma das categorias de ações em causa, nomeadamente:*

a) Deliberar sobre contas operacionais da sociedade, reportando-se cada uma às atividades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 3.º dos presentes estatutos;

b) Deliberar sobre o plano de atividades e orçamento das atividades exercidas pela sociedade e suas eventuais alterações, nos termos legais e contratuais previstos;"

Nesse sentido serão apresentadas de seguida as atividades operacionais e as contas operacionais relativas à gestão e exploração do sistema de águas.

Sistemas Municipais

As atividades da Direção de Sistemas Municipais centraram-se no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos, tendo como principal missão a melhoria dos serviços prestados ao cliente, de forma a atingir um elevado grau de excelência. Com este pressuposto, procedeu-se ao melhoramento dos diversos canais de comunicação no sentido de incrementar uma relação de proximidade, cada vez mais estreita, com os nossos clientes, sendo que o Portal do Cliente se configurou como um dos grandes veículos dessa relação de proximidade. Outra ferramenta que foi disponibilizada aos clientes, ainda no decorrer de 2021, respeita á aplicação MyAQUA, que permite maior fluidez e maior agilização no acompanhamento, por parte do cliente, no que respeita aos seus contratos.

Uma das grandes preocupações da DSM no ano de 2022 prendeu-se, também, com o levantamento cadastral, uma vez que continua a exigir uma especial atenção no sentido da melhoria da qualidade dos dados. Neste sentido, temos vindo a melhorar a fiabilidade dos dados e as melhorias conseguidas continuam a refletir-se em aperfeiçoamentos na qualidade do serviço prestado.

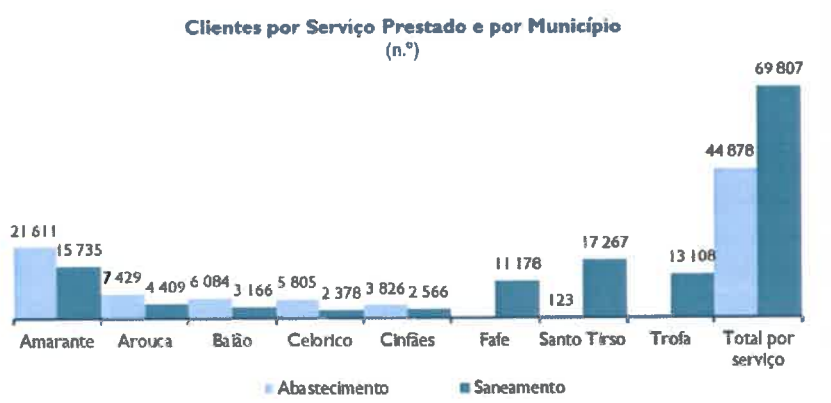
Como meio de agilização, flexibilização e simplicidade do processo e porque a Águas do Norte, S.A. prima pelo cumprimento de questões ambientais, foi disponibilizada ao cliente, de forma gratuita, a adesão à Fatura Eletrónica, contando até final de 2022 com 11.480 clientes aderentes. As aplicações referidas anteriormente, Portal do Cliente e aplicação MyAQUA, permitem aos clientes, de forma cómoda e rápida, aceder aos seus dados pessoais, de faturação, leituras, solicitar esclarecimentos e efetuar reclamações.

Contingente de Clientes

No que respeita à evolução de clientes servidos por água ou saneamento a evolução relativamente a 2022 é de 1.186 e 2.924 clientes, respetivamente.

N.º Clientes	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AA	40 419	41 288	42 128	42 866	43 692	44 878
AR	57 268	58 773	61 961	64 588	66 883	69 807
AdN (AA + AR)	75 443	77 031	79 801	81 998	84 376	87 311

Os quadros abaixo evidenciam o universo dos clientes ativos a 31 de dezembro de 2022, por cada município do Sistema de Águas da Região do Noroeste, tendo em conta que existem clientes que utilizam simultaneamente os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais:



No quadro seguinte, apresenta-se a evolução do número de novos contratos celebrados por Município, e por componente, durante o ano de 2022.

	AMT	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Total
Contratos AA	485	132	141	127	178	N/A	123	N/A	1 186
Contratos AR	564	157	198	94	246	357	969	339	2 924

AMT - Amarante; ARC - Arouca; BAI - Baião; CEL - Celorico de Basto; CNF - Cinfães; FAF - Fafe; STS - Santo Tirso e TRF - Trofa

Atendimento e Assistência a Clientes

Lojas de Atendimento a Clientes

A Águas do Norte, S.A. apetrechou as suas Lojas de Atendimento a Clientes com um sistema de gestão de filas de espera, permitindo uma melhor gestão no atendimento por ordem sequencial, obtendo dados para monitorização e implementação de ações de melhoria.

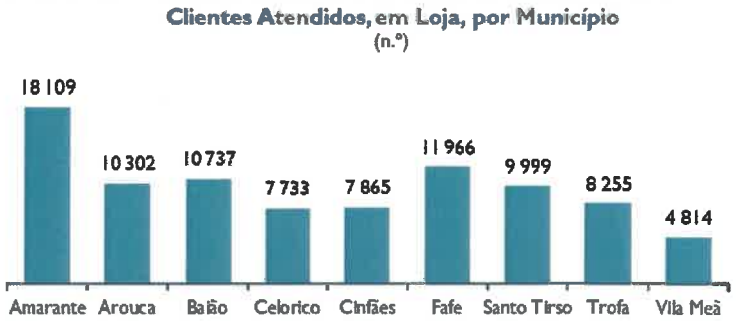
De forma a minorar o efeito do tempo de espera foi implementada, também, a TV corporativa com conteúdos especificamente elaborados para apresentação da entidade gestora e divulgação de boas práticas na utilização da água.

Devido ao momento, de pandemia ultrapassado, e ao facto de estes equipamentos não terem o devido uso e considerando o tempo útil de utilização e renovação do mesmo, estes tornaram-se obsoletos deixando de estar ativos, pelo que atualmente não dispomos dos tempos médios de atendimentos. A informação respeitante ao número de atendimentos presenciais, baseia-se no registo de atendimentos do AquaMATRIX.

Por forma a retificar a situação exposta, encontra-se em fase de contratação a substituição dos equipamentos a instalar nas lojas de atendimento.

Atendimento Presencial	2022
Atendimento Presencial (n°)	89 780
Tempo médio atendimentos (min)	N/D
Tempo médio espera (min)	N/D

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição do número total de atendimentos presenciais em loja, por Município, para o período acima referido.



Centro de Contacto do Norte

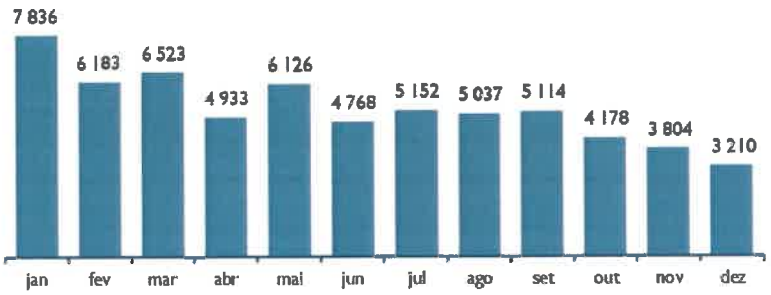
O Centro de Contacto do Norte (CCN) está instalado no Pólo de Guimarães, em sala preparada tecnologicamente para esse efeito. Este Centro atende as chamadas comerciais, bem como as gerais da Águas do Norte, S.A.. O atendimento telefónico efetuado cumpre os guiões de atendimento estabelecidos e ocorre das 8h às 20h. A esta disponibilidade acresce ainda a possibilidade de atendimento para comunicação de leituras, roturas e outros problemas num ciclo de 24 horas durante os 7 dias da semana.

Para um atendimento telefónico célere e eficiente, a Águas do Norte, S.A. dispõe de uma plataforma que permite apoiar nas tarefas administrativas relacionadas com os clientes. A qualidade do serviço prestado por este meio é cada vez mais exigente e rigoroso, atendendo ao elevado número de chamadas recebidas, num total de 62.864 chamadas atendidas, em 2022.

Atendimento Telefónico	2022
Total de clientes atendidos (n.°)	62 864
Tempo médio atendimentos (min)	00:04:24
Tempo médio espera (min)	00:00:42

No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição do número total de atendimentos telefónicos por mês:

Clientes Atendidos pela Linha de Apoio ao Cliente
(n.º)



Reclamações

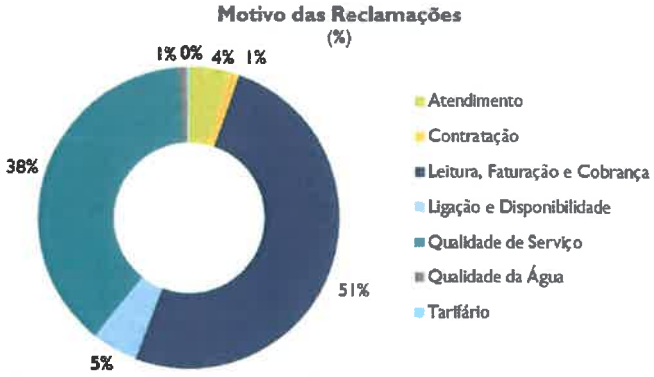
A imagem de uma empresa é cada vez mais valorizada pela qualidade do serviço que presta, sendo um fator decisivo para a diferenciação de outras imagens competitivas.

Assim, na Águas do Norte, S.A. as reclamações constituem uma fonte de informação importante sobre o grau de satisfação dos seus clientes, tornando possível identificar as áreas que carecem de intervenção e aplicar medidas corretivas e preventivas em tempo útil. A reclamação é vista como uma oportunidade e não como um problema. Só assim, o desempenho global da Empresa poderá ser melhorado significativamente através da ação direta sobre os pontos fracos identificados na análise das reclamações.

Assim, no decurso de 2022, a Águas do Norte, S.A., no que respeita ao serviço prestado pelo Sistema de Águas da Região do Noroeste, tratou 888 reclamações escritas, tendo as mesmas sido devidamente respondidas dentro do prazo legalmente definido, pela equipa de BackOffice que gere o processo.

Motivo das Reclamações	número
Atendimento	38
Contratação	9
Leitura, Faturação e Cobrança	448
Ligação e Disponibilidade	44
Qualidade de Serviço	339
Qualidade da Água	7
Tarifário	3
Total	**888**

Os principais motivos de reclamação de clientes, em 2022, prendem-se, de acordo com a tipologia definida no indicador ERSAR, com "Leitura, Faturação e Cobrança", correspondendo a 50% do total de reclamações recebidas, estando essencialmente associadas a questões de preço e faturação em excesso derivado de roturas.



Faturação e Cobrança

Volumes e Valores por Município

A Águas do Norte, S.A. faturou aos seus clientes em 2022 um total de 3.235.147 m³ de água e 4.892.548 m³ de saneamento, o equivalente a um total de 8.052.171 EUR e 10.296.715 EUR, respetivamente.

Água

Segue reporte da quantidade (m³) de água faturada e respetivo valor (EUR), durante o ano de 2022, por Município:

Unidade: m³

	AMT (*)	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Total
Água Faturada									
2022	1 634 166	522 032	442 894	356 397	286 181		3 247		**3 244 918**
Água a Faturar (Δ Estimativa)									
2022	-12 376	2 017	493	805	-1 184		475		**-9 771**

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

(*) Inclui 44.636 m³ de fornecimento interno à Alta (vendas internas), para abastecimento do Município de Marco de Canaveses e 31.066 m³ de outros conumos próprios.

Unidade: euros

	AMT (*)	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Total
Água Faturada									
2022	3 923 771	1 315 494	1 103 387	993 443	717 790		7 739		**8 061 624**
Água a Faturar (Estimativa)									
2022	-9 635	1 906	2 004	-2 968	-1 863		1 012		**-9 543**

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

(*) Inclui 24.509 euros de fornecimento interno à Alta (vendas internas), para abastecimento do Município de Marco de Canaveses e 16.667 euros de outros conumos próprios..

Saneamento

Segue reporte da quantidade (m3) de águas residuais faturadas e respetivo valor (EUR) durante o ano de 2022, por Município:

Unidade: m^3

	AMT	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Total
Saneamento Faturado									
2022	1 001 211	296 707	225 716	151 646	173 012	866 951	1 211 277	967 830	4 894 352
Saneamento a Faturar (Estimativa)									
2022	-4 654	687	80	336	-954	-1 624	2 730	1 596	-1 804

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

Unidade: euros

	AMT	ARC	BAI	CEL	CNF	FAF	STS	TRF	Total
Saneamento Faturado									
2022	2 209 994	632 078	481 022	342 471	358 008	1 757 988	2 522 827	1 988 368	10 292 755
Saneamento a Faturar (Estimativa)									
2022	-4 430	-48	346	820	-1 019	-1 029	6 419	2 901	3 960

AMT - Amarante, ARC - Arouca, BAI - Baião, CEL - Celorico de Basto, CNF - Cinfães, FAF - Fafe, STS - Santo Tirso, TRF - Trofa

Outros Serviços

As quantidades e valores apresentados nos quadros acima incluem outros serviços auxiliares que foram prestados e faturados ao longo de 2022, nomeadamente, serviços de limpeza de fossas séticas, entre outros.

Em paralelo com a atividade exercida, a Águas do Norte, S.A. colabora com os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico e Santo Tirso no que respeita à faturação e cobrança do serviço de Resíduos Sólidos Urbanos, para o qual foi celebrado um acordo de prestação de serviços.

Leituras

A faturação de água e saneamento nos municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães e Santo Tirso (Vale do Leça) requerem a realização de leituras por uma equipa de leitores contratada para o efeito. Nos municípios exclusivos de saneamento, Santo Tirso, Trofa e Fafe, as leituras dos clientes são adquiridas à concessionária do serviço abastecimento de água – INDAQUA e Águas do Fafe.

Em alternativa, os clientes podem em loja, via telefone ou através do *Portal do Cliente* comunicar a sua leitura.

Portal do Cliente

O Portal do Cliente consiste num serviço inovador disponibilizado a todos os clientes, que permite o acesso, de forma cómoda, autónoma e sem qualquer necessidade de mobilidade, a todos os dados de consumo e faturação, bem como efetuar a solicitação de diversos serviços e outras ações, desde acompanhar os seus consumos, consultar as faturas, gerir os seus próprios dados e ainda comunicar leituras ou anomalias.

Cobrança

No que respeita às modalidades de cobranças disponibilizadas pela AdNorte para a liquidação do serviço prestado, encontram-se disponíveis as modalidades de Débito Direto, pagamento por SIBS, Pagaqui, numerário em loja ou cheque, não se encontrando disponibilizada a modalidade de transferência bancária, pela dificuldade de se aferir a quem respeita cada uma das transações recebidas.

Para situações esporádicas, nomeadamente, dívida em injunção, está a ser estudada a hipótese do pagamento por MBWay.

O Débito Direto é a modalidade de pagamento mais eficiente e cómoda, quer para o cliente, quer para a gestão do serviço, uma vez que todo o processo é automático, pelo que têm sido feitas campanhas de adesão a esta modalidade.

Em sequência das mesmas, no final de 2022, existiam 23.686 clientes com esta modalidade de pagamento ativa, que equivale a uma percentagem de aproximadamente 27% relativamente ao nº de clientes ativos.

A modalidade de pagamento por SIBS, continua a ser a modalidade de pagamento mais utilizada.

Investimento

No sentido de assegurar a realização do plano de investimentos previsto para o Sistema de Águas da Região do Noroeste, e o cumprimento das obrigações inerentes às operações cofinanciadas pelo POSEUR e outros programas de financiamento, durante o ano de 2022, foram lançados 25 concursos de empreitadas e assinatura de 15 contratos, no montante de cerca de 19,0 milhões de euros.

No quadro seguinte, apresenta-se o investimento realizado durante o ano de 2022 no Sistema de Águas da Região do Noroeste e nas componentes de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e de Estrutura.

Investimento no ano de 2022

Área de Atividade	Empreitadas (Milhares de EUR)	Outros Investimentos[1] (Milhares de EUR)	Investimento Total (Milhares de EUR)
Abastecimento de Água	3 420	1 246	4 666
Saneamento de Águas Residuais	5 045	1 267	6 313
Área Gestão / Estrutura	-	11	11
TOTAL	**8 466**	**2 524**	**10 990**

[1] Inclui Estudos e Projetos, Fiscalização de Obras, Assessorias Técnicas, Terrenos e Apoio às Expropriações, Capitalizações e Outros Investimentos

Empreitadas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

Durante o ano de2022, deu-se continuidade aos processos administrativos tendo em vista a construção/reabilitação das infraestruturas de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais, bem como o aumento de cobertura, essencialmente, na componente de saneamento de águas residuais.

Desta forma, listam-se nos quadros seguintes os concursos de empreitada lançados, com indicação do Preço Contratual (Preço Base ou de adjudicação), bem como o Tipo de Procedimento adotado.

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2022 - Abastecimento de Água

Designação	Preço Contratual [1] (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento [2]
PRC_0186/2022_GAE - EB0868 - Empreitada para a construção de bases de betão para os novos sistemas de tratamento de A.A. no Vale do Leça, Santo Tirso	5	ADs
PRC_0195/2022_GAE - O0879 - Empreitada de reconstrução da Câmara de Manobras do RR de Pias - Cinfães	8	AD1
TOTAL	**13**	**—**

[1] Preço Base ou Valor de Adjudicação

[2] ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; CPrévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente; AD1 – Ajuste Direto a 1 concorrente

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2022 - Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual [3] (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento [4]
PRC_0191/2022_GAE - EB0724 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitada de Pavimentação de Estradas Municipais e Nacionais afetadas pela Instalação de Infraestruturas Trofa e Santo Tirso - Lote C	-*	AQ
PRC_0546/2021_GAE - EB0818 - Empreitada de construção de rede de saneamento (Fafe) - Lote 1	1 853	CP
PRC_0546/2021_GAE - EB0818 - Empreitada de construção de rede de saneamento Celorico de Basto - Lote 2	1 900	CP
PRC_0071/2022_GAE - EB0820 - Empreitada de construção de rede de saneamento (Santo Tirso) - Lote 1	-*	CP
PRC_0071/2022_GAE - EB0820 - Empreitada de construção de rede de saneamento (Trofa) - Lote 2	1 070	CP
PRC_0144/2022_GAE - EB0836 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Ligações de Redes de Drenagem de Águas Residuais - Municípios de Santo Tirso - Lote A	160	AQ
PRC_0144/2022_GAE - EB0836 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Ligações de Redes de Drenagem de Águas Residuais - Municípios da Trofa - Lote B	160	AQ
PRC_0100/2022_GAE - EB0858 - Empreitada de construção de rede de saneamento em Celorico de Basto	1 900	CP
PRC_0189/2022_GAE - EB0878 - Empreitada de construção de rede de saneamento em Celorico de Basto	1 900	CP
PRC_0260/2022_GAE - EB0898 - Requalificação da Rede de Saneamento da Avenida da Liberdade (Fafe)	50	CP
PRC_0270/2022_GAE - EB0900 - Empreitada de Construção de Rede de Saneamento na freguesia de Monte Córdova (Santo Tirso)	1 799	CP
PRC_0360/2022_GAE - EB0912 - Construção de infraestruturas de drenagem de águas residuais no Loteamento da Guarda, freguesia de Reguenga (Santo Tirso)	170	CP
PRC_0434/2022_GAE - EB0919 - Empreitada de conclusão da GAE-EB0540 - Construção de rede de drenagem de águas residuais na freguesia de Fervença (Fase 2) (Celorico de Basto) - Lote 1	843	CP
PRC_0384/2022_GAE - EB0925 - Empreitada de ligação de redes de drenagem de águas residuais nos Municípios de Trofa e Santo Tirso	10	ADs
PRC_0386/2022_GAE - 00930 - Empreitada de Execução das Pavimentações das ruas do Rosso e Cimo de Vila – Fervença (Celorico de Basto)	60	AD1
TOTAL	**11 875**	—

[3] Preço Base ou Valor de Adjudicação

[4][6] ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; CPrévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente; AD1 – Ajuste Direto a 1 concorrente

* Concurso deserto (ausência de propostas)

Lançamento de Concursos de Empreitada durante o ano de 2022 - Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual [5] (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento [6]
PRC_0191/2022_GAE - EB0724 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitada de Pavimentação de Estradas Municipais e Nacionais afetadas pela Instalação de Infraestruturas em Amarante, Baião - Lote A	1 750	AQ
PRC_0191/2022_GAE - EB0724 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitada de Pavimentação de Estradas Municipais e Nacionais afetadas pela Instalação de Infraestruturas em Celorico de Basto e Fafe - Lote B	600	AQ
PRC_0095/2022_GAE - EB0819 - Empreitada de construção de rede de saneamento (Amarante e Arouca)	-*	CP
PRC_0146/2022_GAE - EB0821 - Empreitada de construção de rede de saneamento e abastecimento - Lote 1 (Baião)	2 558	CP
PRC_0146/2022_GAE - EB0821 - Empreitada de construção de rede de saneamento e abastecimento - Lote 2 (Cinfães)	1 463	CP
PRC_0267/2022_GAE - EB0886 - Empreitada de Construção de Rede de Saneamento, Sistema elevatório e Reabilitação da rede de abastecimento de Água - Lote 1 - Amarante	1 869	CP
PRC_0267/2022_GAE - EB0886 - Empreitada de Construção de Rede de Saneamento, Sistema elevatório e Reabilitação da rede de abastecimento de Água - Lote 2 - Arouca	2 744	CP
PRC_0262/2022_GAE - EB0895 - Empreitada de Construção das Redes de Saneamento e Abastecimento de Água no Lugar de Moimenta, Freguesia de Moimenta (Cinfães)	1 054	CP
TOTAL	**12 038**	—

[5] Preço Base ou Valor de Adjudicação

[6] ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; CPrévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente; AD1 – Ajuste Direto a 1 concorrente

Paralelamente ao lançamento de concursos de empreitada foram assinados 15 contratos de empreitada que se resumem nos quadros seguintes.

Contratos de empreitada assinados em 2022 - Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual [7] (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento [8]
PRC_0546/2021_GAE - EB0818 - Empreitada de construção de rede de saneamento (Fafe) - Lote 1	1 853	CP
PRC_0071/2022_GAE - EB0820 - Empreitada de construção de rede de saneamento (Trofa) - Lote 2	1 070	CP
PRC_0144/2022_GAE - EB0836 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Ligações de Redes de Drenagem de Águas Residuais - Municípios de Santo Tirso - Lote A	160	AQ
PRC_0144/2022_GAE - EB0836 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitadas de Ligações de Redes de Drenagem de Águas Residuais - Municípios da Trofa - Lote B	160	AQ
PRC_0189/2022_GAE - EB0878 - Empreitada de construção de rede de saneamento em Celorico de Basto	1 900	CP
PRC_0270/2022_GAE - EB0900 - Empreitada de Construção de Rede de Saneamento na freguesia de Monte Córdova (Santo Tirso)	1 799	CP
TOTAL	**6 942**	—

[7] Preço Base ou Valor de Adjudicação

[8] ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; CPrévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente; AD1 – Ajuste Direto a 1 concorrente.

Contratos de empreitada assinados em 2022- Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

Designação	Preço Contratual [9] (Milhares de EUR)	Tipo de Procedimento [10]
PRC_0191/2022_GAE - EB0724 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitada de Pavimentação de Estradas Municipais e Nacionais afetadas pela Instalação de Infraestruturas em Amarante, Baião - Lote A	1 750	AQ
PRC_0191/2022_GAE - EB0724 - Acordo Quadro Singular para Execução de Empreitada de Pavimentação de Estradas Municipais e Nacionais afetadas pela Instalação de Infraestruturas em Celorico de Basto e Fafe - Lote B	600	AQ
PRC_0512/2021_GAE - EB0803 - Acordo Quadro singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote A - Municípios de Amarante e Baião	460	AQ
PRC_0512/2021_GAE - EB0803 - Acordo Quadro singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote B - Municípios de Arouca e Cinfães	300	AQ
PRC_0512/2021_GAE - EB0803 - Acordo Quadro singular para execução de empreitadas de ligações de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais - Lote C - Municípios de Celorico de Basto e Fafe	300	AQ
PRC_0146/2022_GAE - EB0821 - Empreitada de construção de rede de saneamento e abastecimento - Lote 1 (Baião)	2 558	CP
PRC_0146/2022_GAE - EB0821 - Empreitada de construção de rede de saneamento e abastecimento - Lote 2 (Cinfães)	1 463	CP
PRC_0267/2022_GAE - EB0886 - Empreitada de Construção de Rede de Saneamento, Sistema elevatório e Reabilitação da rede de abastecimento de Água - Lote 1 - Amarante	1 869	CP
PRC_0267/2022_GAE - EB0886 - Empreitada de Construção de Rede de Saneamento, Sistema elevatório e Reabilitação da rede de abastecimento de Água - Lote 2 - Arouca	2 744	CP
TOTAL	**12 044**	—

[9] Preço Base ou Valor da Adjudicação

[10] ADs – Ajuste Direto Simplificado; AQ – Acordo Quadro; CPrévia – Consulta Prévia; CP – Concurso Público; ContEXCL – Contratação Excluída; CPURGENTE – Concurso Público Urgente; AD1 – Ajuste Direto a 1 concorrente.

Exploração

A Águas do Norte, S.A., durante o ano 2022, no âmbito das suas funções de gestão do Contrato de Parceria celebrado entre o Estado Português e os Municípios de Amarante, Arouca, Baião, Cinfães, Celorico de Basto, Santo Tirso, Fafe e Trofa para a gestão da exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais (os dois últimos apenas na componente do saneamento de águas residuais), efetuou melhorias e alterações nas infraestruturas com dimensão e impacto visível.

Em março, promoveu-se a integração dos sistemas de abastecimento do Vale do Leça do Município de Santo Tirso, na gestão das Águas do Norte, S. A.. Estes sistemas correspondem a um total de 17 instalações, repartindo-se em 9 escolas, 4 habitações multifamiliares e 4 loteamentos.

As ações desenvolvidas incluem a realização de operação e manutenção das diferentes componentes das infraestruturas integradas e a sua reabilitação e beneficiação, bem como a instalação de ramais de ligação de água e de saneamento, gestão operacional do parque de contadores, reformulações e reajustamentos de funcionamento operacional (hidráulico,

mecânico e estrutural), controlo operacional de fugas e de afluências indevidas, reparação de roturas e desobstruções, bem como as desmatações e eliminação das pragas na rede.

As infraestruturas que asseguram a prestação de um serviço público, como é o caso do abastecimento de água e drenagem de águas residuais, devem manter-se funcionais e em condições de operacionalidade adequada à satisfação dos níveis de serviço pretendidos.

Principais intervenções nas infraestruturas

A equipa das Redes Municipais continua a participar de forma ativa na definição e acerto das zonas de abastecimento (ZA) e zonas de medição e controlo (ZMC) para os municípios de Amarante, Celorico de Basto, Baião, Arouca, Cinfães e Santo Tirso por forma a integrar no Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Durante o ano de 2022 realizou-se a parametrização e implementação da nova ferramenta de gestão de trabalho (GERE) nas redes municipais.

Em 2022, o Sistema de Telegestão dos Sistemas Municipais e Sistemas de Telemetria em Amarante, que monitoriza cerca de 129 infraestruturas de abastecimento em 6 municípios da parceria, teve como principal eixo de evolução, a consolidação da plataforma e a resiliência dos automatismos, devido à instalação de sensorização e instrumentação nas infraestruturas. Numa colaboração entre as equipas de exploração e sistemas de informação, foi possível alargar a monitorização nos municípios de Celorico de Basto, Arouca, Cinfães, Amarante e Santo Tirso, resultando num esforço de integração de 27 infraestruturas:

- Celorico de Basto: RR CPC Lourido, RR da Corredoura, Furo do campo de Futebol V1 (Cerqueda), RR Cerqueda, RR de Figueiredo e Furo de Figueiredo;
- Arouca: RR Paradinha, RR Forcada, RR Ameixeira, RR Covêlo, RR Cabreiros, RR Santa Maria do Monte, RR Chãos, RR Pousadouro-Tropeço, RR Vila Cova e RR de Portela;
- Cinfães: RR Meridãos;
- Santo Tirso: Habitações multifamiliares (HM) de Monte Córdova, HM Água Longa, HM Reguenga e HM Agrela;
- Amarante: RR Ôlo, EEAA das Cerdeirinhas, Furo de Espinheiro, Furo 1 de Fridão, EEAA Aboim e RR de Chedas.

Para além da integração de novas infraestruturas, foram integradas no SCADA os valores de nível, caudal, volume e pressão das infraestruturas da margem esquerda do rio Tâmega, pertencentes à Águas do Douro e Paiva, S.A..

Relativamente ao Sistemas de Telemetria de Amarante, o trabalho realizado em 2022 concentrou-se na fiabilização das leituras entre os contadores e a plataforma de modo a permitir a faturação automática, sem necessidade de validação por parte das equipas de leitores no terreno. No final de 2022, dos 1.163 dispositivos de telemetria instalados nas ZMC's 04 e 44 de Amarante, cerca de 96% dos contadores na plataforma apresentavam valores iguais aos do equipamento, tendo sido terminado o processo de transferência de dados para o AquaMatrix, permitindo à equipa da Direção de Clientes a utilização desses dados.

As intervenções mais relevantes no ano de 2022 são as descritas seguidamente:

Município de Amarante

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de Serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;

- Prática recorrente de utilização de geofone e de campanhas noturnas para deteção de fugas;

- Reformulação e Montagem de Equipamento - EEA das Cerdeirinhas;

- Reabilitação e Montagem de Equipamento - EEA de Matos (Ataíde) e RR de Vila Chã;

- Reabilitação da Câmara de Manobras e Reparação de Central Hidropressora - RR de Salvador;

- Instalação de Altimétrica e MC DN 100 mm (Entrada) - Reservatório de Pidre;

- Rede de Distribuição (Eletrossoldar tubagem DN 140 mm em Vila Meã);

- Reparação de Fuga de Água na EEA da Chapa;

- Execução de Estantes Metálicas - RR Velho (Antiga ETA);

- Reformulação da Descarga de Fundo e da Distribuição - RR Candemil Gião e RR Espinheiro;

- Reabilitação e Montagem de Equipamento - EE das Lapas (Real);

- Reformulação e Instalação de medidor - Reservatório de Vinhateiro e Estação Elevatória de Chedas;

- Instalação de medidores nos Reservatórios de Ansiães, Lufrei, Ôlo, Fridão e Vinhateiro;

- Instalação de Transdutor de Pressão em 11 reservatórios e 3 estações elevatórias (RR Espinheiro, RR de Gatão, RR de S. Brás, RR de Freixo de Cima, RR de Madalena, RR Sanche Novo, RR de Ansiães, RR de Fridão (Meia Via), RR de Padronelo, RR de Lufrei, RR de Vila Chã, E.E.A. das Sete Casas, E.E.A. das Cerdeirinhas e EE do Ferro);

- Reabilitação e Montagem da Bomba - EEA da Faia;

- Reforço de Água no Furo 1 - RR Fridão;

- Reabilitação do RR Fridão (S. Faustino);

- Reformulação e Instalação de Contador de Energia - Póvoa Ansiães (Furo 1);

- Prolongamento de rede AA;

- Reabilitação/remodelação de rede de AA.

Município de Arouca

- Implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;

- Utilização de geofone e de campanhas noturnas para deteção de fugas;

- Prolongamento de rede no lugar do Bacelo - Várzea (PE Souto Redondo);

- Prolongamento de rede no lugar de Carvalhais (RR Pade - Alvarenga) – ligação à Ponte 515-Arouca, em parceria com a Câmara Municipal de Arouca;

- Prolongamento de rede para adução ao RR Vila Viçosa através da rede de distribuição do RR Fornelos (Sistema Principal da Águas do Douro e Paiva, S.A.) em parceria com a Câmara Municipal de Arouca;

- Remodelação da adutora ao RR de Cabreiros e de rede no lugar de Figueiredo, Arrifana – Tropeço (PE Souto Redondo) e no lugar do Tojal – Chave;

- Remodelação de rede por parte da GAE nos lugares de Belide – Escariz, de S. João -Tropeço, de Sanfins – Várzea, dos Barreiros – Santa Eulália, na Rua das Gandaras – Fermedo, Rua de Cancelo – UF Arouca e Burgo e em Moldes;

- Execução do furo de Regoufe, execução e ativação do furo de Espírito Santo (Alvarenga);

- Ativação do furo em Canelas com designação "Arouca - Canelas Furo 2";

- Remodelação da descarga de fundo do RR Pade;

- Instalação de ventosas na conduta adutora ao RR Espírito Santo (Alvarenga);

- Remodelação da conduta adutora RR Espírito Santo/RR Pade;

- Reabilitar, Implementar Sistema Correção PH, Instalação de Nicho Telegestão e Painel Solar - RR Paradinha;

- Instalação de Nicho Telegestão e Suporte de Painel Solar - RR de Chãos;

- Instalação de Nicho Cloragem, Telegestão e Suporte de Painel Solar - RR de Cabreiros;

- Implementar Sistema de Correção do PH - RR Vilarinho e RR Vila Cova;

- Reformulação do Núcleo de Exploração de Arouca;

- Gestão e Exploração de Redes AR:

  - Prolongamento de coletor e execução dos respetivos ramais no lugar de Bacelo – Várzea;
  - Prolongamento de coletor em parceria com o município de Arouca e execução de ramais no lugar de Tropeço – Tropeço e no lugar das Costeiras – UF Arouca e Burgo;
  - Reabilitação da EEAR Chieira.

- Qualidade da água:

  - Melhoria no sistema de desinfeção do RR Regoufe e do RR Espírito Santo - Alvarenga, com a injeção de hipoclorito por impulso;
  - Instalação da etapa de correção de pH com brita calcária nos reservatórios de Regoufe, Vila Cova, Fuste e Melres.

- Apoio na Verificação de Viabilidade Técnica de Ramais;

- Instalação interna de contadores e apoio a prestador externo;

- Monitorização e controlo de prestadores de serviços externos (Exploração – CTGA, Instalação de contadores, medidores de caudal, VRP);

- Monitorização da qualidade da água (fiscalização da prestação de serviços da CTGA);

- Apoio local à ação comercial e à faturação;

- Reabilitação de aros e substituição de tampas (AR);

- Foram inspecionadas cerca de 887 caixas de visita, das quais 32 necessitam de intervenção. A média de Kms percorridos foram cerca de 44,5 km.

Município de Cinfães

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;

- Utilização de geofone e de campanhas noturnas para deteção de fugas;

- Prolongamento de rede, em parceria com a Câmara Municipal de Cinfães, no lugar de Pensais (RR Vila de Cinfães), em Vila Verde (Paços) (RR 25 de Abril), no Caminho do Calvário (RR Fermentãos), na Travessa do Cabo (RR Fermentãos), em Passos (RR Tarouquela), no lugar de Louredo (RR Vila de Cinfães) e prolongamento ao Miradouro de Teixeirô (RR Vila de Cinfães);

- Remodelação de rede por parte da GAE nos lugares de Santa Eulália (RR Vila de Cinfães), Choupelo (RR Oliveira), em Valdoninhas (RR Vista Alegre-Nespereira), em Chãos (RR Oliveira), na Rua de Fafe (RR Vila de Cinfães), em Salgueiros (RR 25 de Abril), em Meldoas (RR 25 de Abril), na Calçada de Fonte Coberta (RR Oliveira) e na Rua Joaquim Mendes Barbosa (RR Oliveira);

- Execução do furo de Fermentãos;

- Gestão e Exploração de Redes AR:

  - Remodelação da rede de descarga de efluente tratado da ETAR de Quinhão;
  - Prolongamento de coletor no lugar de Santa Eulália;

- Remodelação de coletor em Chousas - GAE, em consequência de situação detetada por inspeção-vídeo;
- Execução de conduta elevatória para a EEAR Travessa S. Miguel (Escamarão).

- Qualidade da água:

- Diminuição do volume de armazenamento de água RR's Tarouquela e São Cristóvão de Nogueira, de forma a reduzir o tempo de retenção e, consequentemente, evitar a diminuição do cloro residual livre.

- Apoio na Verificação de Viabilidade Técnica de Ramais;

- Instalação interna de contadores e apoio a prestador externo;

- Monitorização e controlo de prestadores de serviços externos (Exploração – CTGA, Instalação de contadores, medidores de caudal, VRP);

- Monitorização da qualidade da água (fiscalização da prestação de serviços da CTGA);

- Apoio local à ação comercial e à faturação.

Município de Baião

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;

- Utilização de geofone para deteção de fugas;

- Prolongamento de rede AA;

- Reabilitação/remodelação de rede de AA.

Município de Celorico de Basto

- Continuação da implementação dos procedimentos de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação e de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão;

- Utilização de geofone e de campanhas noturnas para deteção de fugas;

- Sistema de Tratamento no Fontanário de Rebordões;

- Ligação do Reservatório de Gagos, Regedouro, Tanque, Ourilhe, Gémeos, Molares e Veade 2 ao Sistema Principal do Rabagão;

- Obras de melhoria para ligação de outros sistemas autónomos;

- Prolongamento de rede AA;

- Reabilitação/remodelação de rede de AA.

Município de Fafe

- Foram realizadas 80 intervenções de reparação na rede de drenagem de águas residuais, incluindo os seguintes trabalhos: substituição de CV/CRL novas e de tampas CV/CRL, reabilitação de CV/CRL, reperfilamento e recravamento de tampas CV/CRL, reabilitação de ramais, substituição de coletor e reparação de abatimento no pavimento.

- Foram realizadas inspeções à rede AR na rua Eça de Queirós e na urbanização Dr. Leite Lage.

- No âmbito de empreitadas de rede de drenagem de águas residuais da Águas do Norte, S.A. e do município foram realizadas vistorias (incluindo análise de inspeções/ensaios e telas finais).

Município de Santo Tirso

- Vale do Leça

- Reabilitação e execução de plataforma em betão no RR de Stª Luzia (Monte Córdova), substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio, instalação de filtros para remoção de Arsénio, instalação de sistema para remoção de Radão e melhoramento da disposição da câmara de manobras;
- Execução de abrigo para Instalação de Tratamento de Água - RR Escola S. José (Refojos), desinfeção com hipoclorito de sódio e correção de pH com hidróxido de sódio (desativado);
- Implementação de Sistema de Tratamento de Água - Loteamento de Água Longa, instalação de desinfeção com hipoclorito de sódio, instalação de correção de pH com brita calcária, instalação de sistema de remoção de manganês, instalação de reservatório de água tratada e construção de infraestrutura onde se encontrará o tratamento de água;
- Instalação de Autoclave 200 L - Escola EB1 Quinchães (Monte Córdova), substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio e correção de pH com brita calcária;
- Reformulação e Instalação de Membrana Reservatório Inox - RR Escola EB1 Igreja (Guimarei), correção de pH com brita calcária, instalação de sistema de remoção de arsénio e alumínio (Osmose inversa), instalação de sistema de remoção de radão (arejamento) e instalação de reservatório para água tratada;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio nas Habitações multifamiliares da Reguenga, instalação de reservatório com hipoclorito de sódio (antes da pré-oxidação), correção de pH com brita calcária e instalação de pré oxidação química para remoção de Ferro;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio nas Habitações multifamiliares da Agrela e correção de pH com brita calcária;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio nas Habitações multifamiliares de Monte Córdova, correção de pH com brita calcária e substituição da etapa de remoção de arsénio por garrafas de remoção de arsénio;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio nas Habitações multifamiliares de Água Longa e correção de pH com brita calcária;
- Instalação de sistema de desinfeção com hipoclorito de sódio na Escola EB1/JI Cantim, correção de pH com brita calcária e instalação de sistema de remoção de arsénio;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio na Escola EB1/JI de Campinhos, correção de pH com brita calcária e substituição do meio filtrante da garrafa de remoção de manganês;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio na Escola EB1 Cabanas e correção de pH com brita calcária;
- Substituição das bombas doseadoras de hipoclorito de sódio na Escola EB1/JI Santa Luzia, correção de pH com brita calcária, substituição do meio filtrante da garrafa de remoção de manganês, instalação de sistema de remoção de alumínio, nitratos, nitritos, cloretos, sódio (osmose inversa), instalação de reservatório para água tratada e instalação de grupo hidropressor;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio na Escola EB1/JI Parada, correção de pH com brita calcária, melhoramento da disposição do tratamento e reativação e ligação ao reservatório de água tratada;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio no Centro Escolar de Arcozelo, correção de pH com brita calcária e substituição do meio filtrante da garrafa de remoção de manganês;
- Substituição da bomba doseadora de hipoclorito de sódio no Loteamento da Giesteira e correção de pH com brita calcária;

- Foram realizadas 60 intervenções de reparação na rede de drenagem de águas residuais, incluindo os seguintes trabalhos: substituição de CV/CRL novas e de tampas CV/CRL, reabilitação de CV/CRL, reperfilamento e recravamento de tampas CV/CRL, reabilitação de ramais, reparação de rotura em coletor e intervenções rede AA.

- Foram realizadas inspeções à rede AR nos seguintes arruamentos em empreitadas da Câmara Municipal: Rua da GPonte Nova em Monte Córdova, Rua Pateiras nas freguesias Além Rio, Rua Prof. Dr. Fernando Pires Lima, Ligação do ASAAST à rede, Requalificação da EM 318 em Água Longa, Rua das Laginhas, Rua Valinhas e Rua Parque Industrial da Barca em Vilarinho.

- No âmbito de empreitadas de rede de drenagem de águas residuais da Águas do Norte, S.A. e do município foram realizadas vistorias (incluindo análise de inspeções/ensaios e telas finais).

Município de Trofa

- Foram realizadas 29 intervenções de reparação na rede de drenagem de águas residuais, incluindo os seguintes trabalhos: substituição de CV/CRL novas e de tampas CV/CRL, reabilitação de CV/CRL, reperfilamento e recravamento de tampas CV/CRL, reabilitação de ramais, reparação de abatimento no pavimento e substituição de coletor.

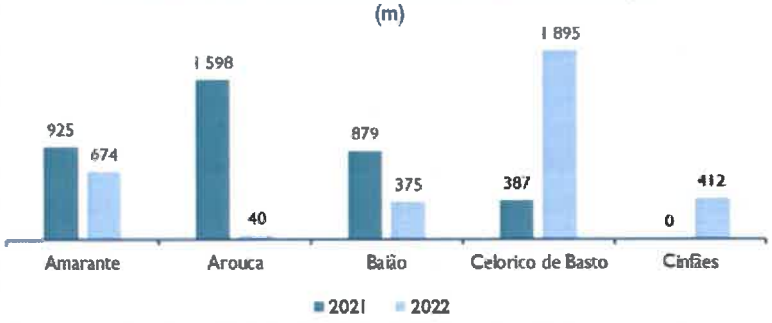
- Foram realizadas inspeções à rede AR nos seguintes arruamentos da freguesia de Coronado: Rua Pedro Homem de Melo, Rua Fernando Namora, Rua Jaime Cortesão, Rua Alves Redol, Rua Maria da Fonte e Rua Abade Inácio Pimentel;

- Foram realizadas inspeções à rede AR nos seguintes arruamentos da freguesia de Bougado: Rua da Costa, Rua de Santo António, Rua Heliodoro Salgado, Rua José Rego, Rua Prof. António Araújo e Rua da União.

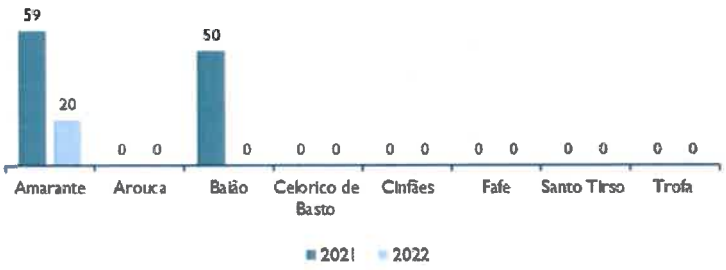
Reabilitação de Condutas

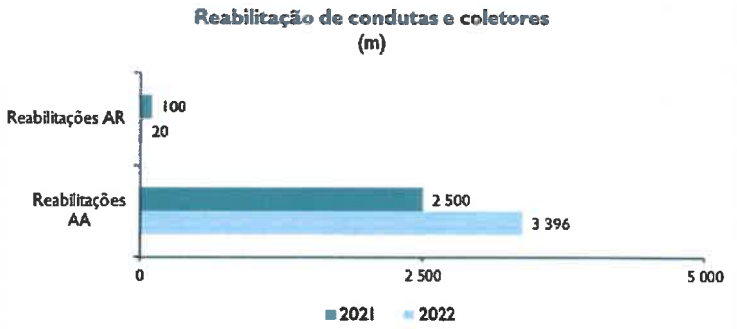
No que se refere à reabilitação de conduta os principais dados, que dizem respeito aos trabalhos executados pelas redes municipais, por administração direta, são apresentados de seguida:

Reabilitações de condutas de abastecimento de água
(m)



Reabilitações de coletores de águas residuais
(m)

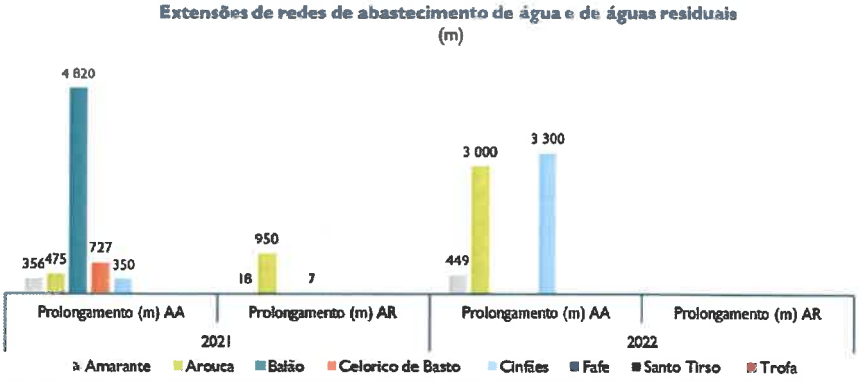


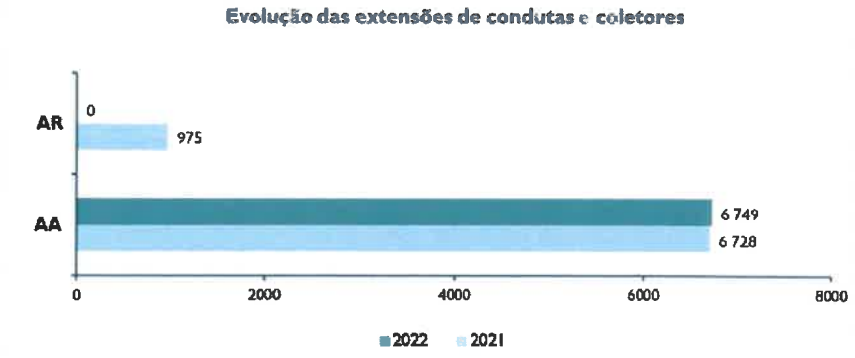


Extensão de Redes

O prolongamento das redes de distribuição e de drenagem existentes faz parte da estratégia de alargamento do serviço às populações e consequente melhoria dos indicadores de serviço.

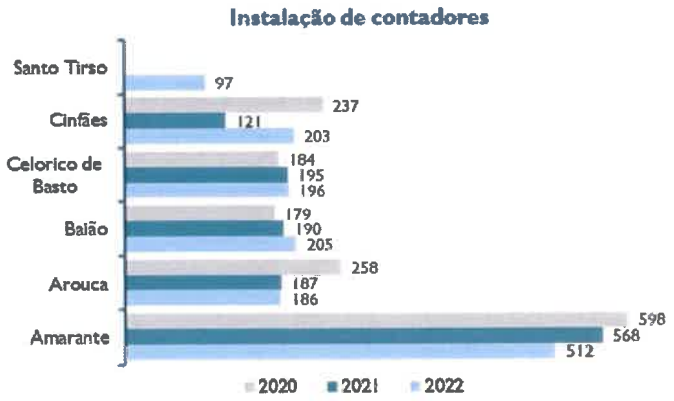
No gráfico seguinte apresentam-se os dados referentes ao comprimento de condutas e coletores executados em 2022, que dizem respeito aos trabalhos executados pelas redes municipais.





Instalação de Contadores

No gráfico seguinte compara-se o número de contadores instalados nos anos de 2020, 2021 e 2022 em cada um dos municípios que integram o Sistema de Águas da Região do Noroeste.



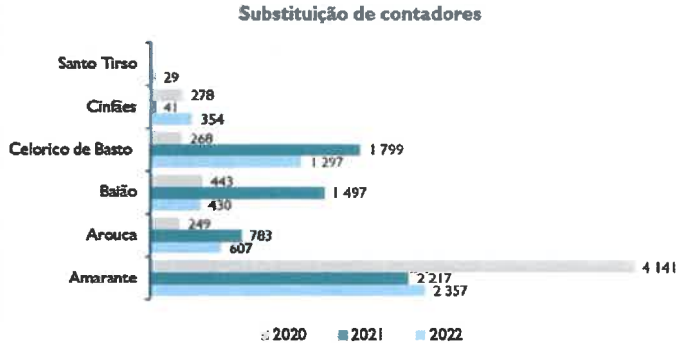
Substituição de Contadores

No início de 2022, a idade média dos contadores era de 4,44 anos, sendo que 2.927 necessitavam de ser substituídos.

No final do ano de 2022 a idade média do parque de contadores é de 3,76 anos, estimando-se que existam ainda 1.125 contadores que necessitam de ser substituídos.

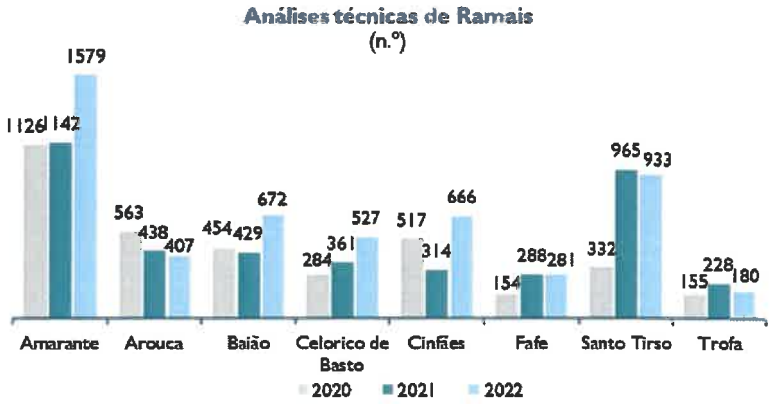
O parque de contadores existentes apresenta já uma idade média cujo valor permite reduzir as perdas aparentes significativamente, persistem alguns contadores mais antigos por substituir.

No gráfico seguinte compara-se o número de contadores substituídos entre os anos de 2020 e 2022 por cada um dos municípios que integram o Sistema de Águas da Região do Noroeste.



Análise técnica de Ramais de Ligação

De seguida apresenta-se a evolução da análise técnica dos ramais de abastecimento e saneamento.



Controlo Operacional de Perdas de Água

Das ações desenvolvidas durante o ano 2022 a mais importante foi, sem dúvida, a continuação da implementação do Plano de Controlo Ativo de Perdas de Água. Este instrumento sintetiza um conjunto de ações, modos e estratégias, que são fundamentais à concretização de um sistema de controlo de perdas de água. Os principais objetivos são a melhoria da informação e a conceção da matriz organizativa.

As campanhas noturnas para deteção de fugas tornaram-se uma prática recorrente, utilizando os equipamentos adquiridos (Geofone e Correladores), ação decisiva na identificação das causas de consumos anómalos. Os resultados obtidos até à data são consequência da especialização das equipas dedicadas à monitorização, avaliação e deteção de fugas.

Deu-se continuidade à instalação de equipamentos de medição de caudal e registo de comunicações, tendo sido integrados no sistema de monitorização e controlo e a aquisição e instalação de válvulas redutoras de pressão, que permitirá melhorar o desempenho no controlo de perdas.

Desenvolveu-se o projeto piloto de telemetria em duas ZMC de Amarante (ZMC04 e ZMC44).

Para além da localização de roturas em resultado da aquisição dos equipamentos referidos, da identificação de consumos ilícitos e do controlo de pressões, destaca-se a redução da "Água Entrada no Sistema" da Águas do Douro e Paiva, S.A., como materialização da estratégia adotada.

Do ponto de vista da gestão operacional, foram consolidadas as práticas das equipas especializadas na Gestão de Pressões e Pesquisa de Fugas e Perdas de Água.

Criação de Ordens de Trabalho da utilização do geofone e correladores, manutenção das válvulas redutoras por zonas de influência, purgas de rede, extravasamentos de reservatórios e desobstruções – GERE.

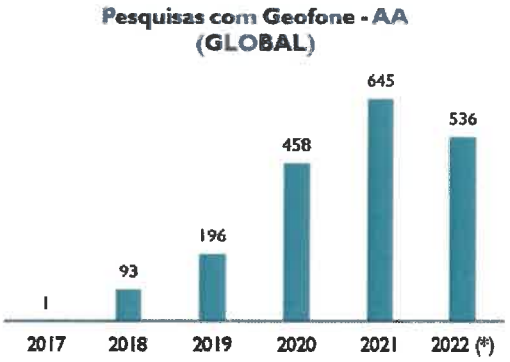
Destaque ainda, para a redução das zonas de abastecimento ao longo do tempo, que se deve à contínua restruturação da rede de abastecimento, eliminando-se zonas autónomas e a sua ligação ao sistema principal, permitindo garantir a qualidade da água servida aos utentes.

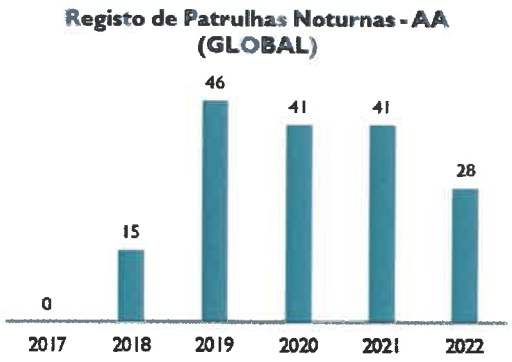
No final do ano de 2022 iniciou-se o procedimento de pesquisa ativa de fugas (PAF).

Resumidamente, por Município, temos:

a) Pesquisas com Geofone e Patrulhas Noturnas

ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Município/Sistema	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna	Geofone + Patrulha Noturna
Cinfães	--	2	36	28	15	17
Baião	--	3	17	35	10	5
Arouca	--	32	57	63	38	41
Amarante	1	71	109	282	467	417
Celorico de Basto	--	0	23	91	156	84
TOTAL	1	108	242	499	686	564



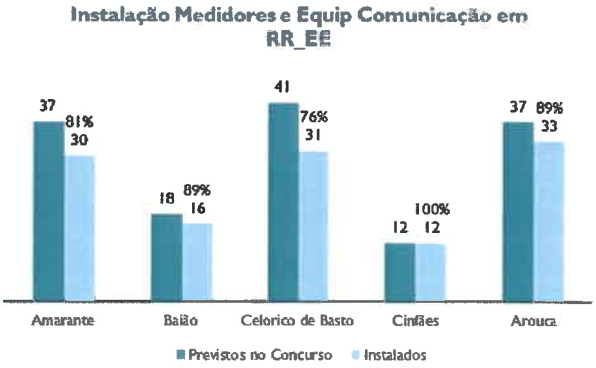


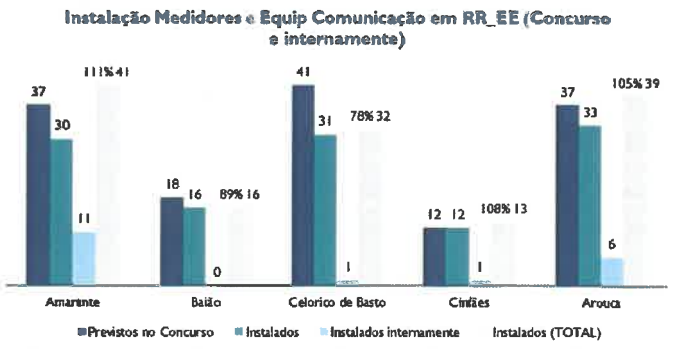
b) Válvulas redutoras de pressão e válvulas altimétricas existentes

ANO	2019	2020	2021	2022
Município/Sistema	VRP	VRP	VRP	VRP
Amarante	260	272	287	330
Celorico de Basto	118	136	149	192
Baião	117	121	124	171
Arouca	210	210	216	236
Cinfães	124	101	148	147
TOTAL	829	840	924	1 076

ANO	2020	2021	2022
Município/Sistema	Válv Alt	Válv Alt	Válv Alt
Amarante	17	17	18
Celorico de Basto	2	2	2
Baião	4	6	7
Arouca	0	0	11
Cinfães	4	6	7
TOTAL	27	31	45

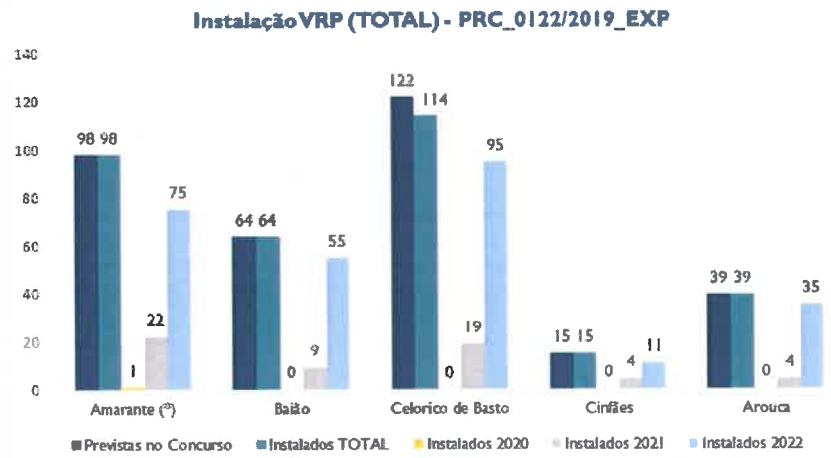
c) Aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação





d) Aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão

e)



De seguida expõe-se, por Município, as principais ações desenvolvidas.

Município de Amarante

1. Deteção de fugas:
   - Identificação/confirmação de roturas/fugas antes/depois do contador;
   - Utilização do Geofone para localização de fugas:
     - Utilização de aproximadamente 402 vezes, percorrendo cerca de 231 km;
   - Utilização dos correladores para deteção de fugas;
   - Realização de 15 pesquisas de fugas através do seccionamento da rede e do uso do geofone;

2. Monitorização de caudais e volumes:
   - Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
     - Visita aos locais e levantamento das condições de instalação;
     - Instalação dos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação:
       - 41 reservatórios e estações elevatórias.
   - Criação de 5 sub-ZMC com instalação medidores de caudal e *datalogger* de comunicação;
   - Instalação de 1 válvula de controlo altimétrico;
   - Monitorização da temporária de clientes (despiste de caudais):
     - Reclamações de excesso de consumo e suspeitas de avaria na rede predial.
   - Monitorização de grandes clientes (consumos elevados);
   - Continuação do procedimento de aquisição de uma solução de gestão e leitura de contadores de água (implementação do projeto piloto de telemetria na ZMC04 e ZMC44 de Amarante):
     - Continuação da visita aos locais de instalação por parte do adjudicatário e instalação do equipamento;

- Análise e desenvolvimento da respetiva plataforma e incorporação na plataforma Biwater;
- Análise de situações de não instalação de equipamento;
- Reporte das situações de fuga identificadas e auxílio na deteção da fuga na rede predial.

3. Gestão da pressão na rede de distribuição:
   - Gestão de pressões na rede de distribuição de água através da monitorização e controlo dos equipamentos de redução de pressão;
   - Continuação do procedimento de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão:
     - Visita aos locais de instalação;
     - Instalação de 11 novas válvulas redutoras de pressão;
     - Substituição de 64 válvulas redutoras de pressão;
   - Continuação da atualização cadastral das válvulas redutoras de pressão;
   - Criação de novos patamares de pressão com a instalação 4 novas válvulas redutoras internamente;
   - Anulação de 4 câmaras de perda de carga por válvulas redutoras de pressão;
   - Substituição de válvulas redutoras avariadas por novas/reabilitadas;
   - Reabilitação em oficina das válvulas redutoras hidráulicas e de ação direta;
   - Redução/otimização da pressão na rede de distribuição através do ajuste das válvulas redutoras;
   - Análise da criação de novos patamares de pressão através do QuantumGis;
   - Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos com o *logger* de pressão:
     - Comunicações/reclamações de excesso e de falta de pressão.
   - Início de implementação do projeto piloto de gestão de pressões em sistemas adutores e redes (ZMC44 e no sistema adutor Serra Água e Leite-Vila Meã e Serra Água e Leite-Pidre).

4. Gestão da rede / alterações dos circuitos hidráulicos:
   - Alterações nos circuitos da rede:
     - Reservatório de Vila Chã do Marão / Sanche Novo;
     - Reservatório de Sanche Novo / Ôlo;
     - Reservatório de Sanche Novo / Sanche Velho;
     - Reservatório de São Domingos / Vila Meã;
     - Reservatório de Ansiães;
   - Análise de alterações nos circuitos da rede (zona de influência dos reservatórios) com o objetivo da otimização da rede de distribuição nos Reservatórios de Vila Meã e Reservatório de São Domingos.

Município de Arouca

1. Deteção de fugas:
   - Identificação/confirmação de roturas/fugas antes/depois do contador;
   - Utilização do Geofone para localização de fugas:

- Utilização de aproximadamente 35 vezes, percorrendo cerca de 26 km, nas ZMC's dos PE's da Abelheira, Provizende, Souto Redondo, Portela-Moldes, SA Canelas e SA Fuste;

- Realização de 6 pesquisas noturnas através do seccionamento e patrulhamento com o geofone para deteção e localização de fugas, respetivamente, nos PE Abelheira (4), PE Provizende (1) e SA Canelas (1).

2. Monitorização de caudais e volumes (com transmissão ao BIWATER):
   - Início do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
     - Visita aos locais de instalação;
   - Instalação de 33 medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação para monitorização:
     - PE Abelheira - ZMC0302 (RR Agras), S. João – Tropeço (ZMC07), RR Vila Nova, RR Covelo de Paivô, RR Tebilhão, RR Santa Maria do Monte, RR Vila Cova. RR Forcada, RR Vila Viçosa, RR Chãos, R Pade, RR Ameixieira, Fráguas – Nogueiró, RR Espírito Santo (EE Lugar Vila Galega), RR Sarabigões, RR Pinheiral, RR Cando, RR Gamarão, RR Telhe, PE Provizende - Distribuição Saril, PE Provizende - Distribuição Póvoa-Reguenga, RR Várzeas, RR Cabreiros, RR Vilar de Servos;
   - Instalação de 6 medidores de caudal internamente para monitorização- nas seguintes localizações:
     - Adução Abelheira – Mansores, na distribuição Escariz, distribuição Cavada, distribuição Chão de Ave – Chave, Vêr – Escariz e na distribuição de S. João (ZMC05).

3. Gestão da pressão da rede de distribuição:
   - Atualização cadastral e das características das válvulas redutoras de pressão;
   - Reabilitação em oficina das válvulas redutoras de pressão;
   - Instalação de 16 VRP:
     - Internamente foram: 1 VRP em Carvalhais (RR Pade), 1 VRP em Carvalhais (RR Pade) em concordância com prolongamento de rede executada, 2 VRP em concordância com o prolongamento de rede executado para abastecimento do RR Vila Viçosa, 1 VRP Quintela 2 (Fraguinhas) (RR Pade);
   - Substituição de 24 VRP internamente;
   - Criação de circuitos de manutenção de VRP, executando-se manutenção em 108 VRP;
   - Substituição de VRP existentes, avariadas por novas/reabilitadas;
   - Gestão de pressões na rede de distribuição de água (monitorização e controlo de 236 VRP);
   - Análise da substituição de câmaras de perda de carga por VRP;
   - A instalação das VRP enumeradas em cima permitiu a desativação de 6 camaras de perda de carga;
   - Instalação de válvulas altimétricas nos reservatórios de Forcada e Vila Viçosa;
   - Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos através da medição sistemática de pressões (p. ex. logger de pressão);
   - Início de implementação do projeto piloto de gestão de pressões em sistemas adutores e redes (ZMC20).

4. Gestão da rede / Alterações dos circuitos hidráulicos:
   - Alterações nos circuitos da rede (zona de influência dos reservatórios) com o objetivo da otimização da rede de distribuição;

- Atualização/correção do cadastro existente e ajuste de fronteiras de cada ZMC.

Município de Cinfães

1. Deteção de fugas:
   - Realização de uma pesquisa noturna com patrulhamento com o geofone para deteção e localização de fugas, respetivamente, uma ação decisiva na identificação das causas de consumos anómalos, na ZMC do Reservatório da Vila de Cinfães;
   - Realização de 16 patrulhamentos com geofone, correspondendo a cerca de 8 Km de rede nas ZMC dos RR Vila de Cinfães, Boassas, São Cristóvão e Espírito Santo (Alvarenga).

2. Monitorização de caudais e volumes:

- Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
    - Visita aos locais de instalação;
    - Receção dos equipamentos a instalar:
        - Contadores de Caudal e d*ataloggers* da Vodafone – Water reader;
    - Instalação de medidores de caudal e datalogger's de comunicação:
        - 2 sub-ZMC: Rua Major Monteiro Leite (RR Vila de Cinfães) e Rua Vila Celina (RR Tarouquela).

3. Gestão da pressão da rede de distribuição:
   - Substituição de VRP internamente e alteração do tipo de instalação (de caixa para mural) em Lourido (RR Pade) e VRP Chãos de Ribeiro IV (RR Oliveira);
   - Instalação de 2 VRP internamente, 1 VRP na Rua da Escola (RR Boassas) e 1 VRP em concordância com o prolongamento de rede executado para abastecimento do RR Vila Viçosa;
   - Instalação de 7 VRP em Cinfães: rua S. Sebastião (RR Vila de Cinfães), rua do Mato (RR Boassas) e na rua dos Bombeiros (RR Vila de Cinfães);
   - Substituição de 4 VRP em Cinfães;
   - A substituição das VRP designadas como Vilar de Arca, Vale do Cão e Boassas 3 permitiu a desativação das 3 câmaras de perda de carga existentes em Cinfães;
   - Manutenção de 49 VRP;
   - Monitorização de 4 VRP;
   - Instalação de válvula altimétrica no reservatório de Oliveira;
   - Substituição da válvula altimétrica do RR Fonte Coberta;
   - Atualização cadastral e das características das válvulas redutoras de pressão.

4. Gestão da rede / Alterações dos circuitos hidráulicos:
   - Atualização/correção do cadastro existente e ajuste de fronteiras de cada ZMC.

Município de Baião

1. Deteção de fugas:
   - Identificação/confirmação roturas depois do contador;
   - Utilização do Geofone para localização de fugas:
     - Utilização de aproximadamente 5 vezes, percorrendo cerca de 1,5 km.

2. Monitorização de caudais e volumes:
   - Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
     - Visita aos locais e levantamento das condições de instalação;
     - Instalação dos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação:
       - 16 reservatórios e estações elevatórias.
   - Análise da criação de sub-ZMC com instalação medidores de caudal e *datalogger* de comunicação.
   - Instalação de 1 válvula de controlo altimétrico.
   - Monitorização da temporária de clientes (despiste de caudais):
     - Reclamações de excesso de consumo e suspeitas de avaria na rede predial.
   - Monitorização de grandes clientes (consumos elevados);

3. Gestão da pressão na rede de distribuição:
   - Gestão de pressões na rede de distribuição de água através da monitorização e controlo dos equipamentos de redução de pressão;
   - Continuação do procedimento de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão:
     - Visita aos locais de instalação;
     - Instalação de 19 válvulas redutoras de pressão novas;
     - Substituição de 36 válvulas redutoras de pressão;
   - Continuação da atualização cadastral das válvulas redutoras de pressão;
   - Criação de novos patamares de pressão com a instalação de 7 novas válvulas redutoras internamente;
   - Substituição de 3 câmaras de perda de carga por válvulas redutoras de pressão;
   - Substituição de válvulas redutoras avariadas por novas/reabilitadas;
   - Reabilitação em oficina das válvulas redutoras hidráulicas e de ação direta;
   - Redução/otimização da pressão na rede de distribuição através do ajuste das válvulas redutoras;
   - Análise da criação de novos patamares de pressão através do QuantumGis;
   - Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos com o *logger* de pressão:
     - Comunicações/reclamações de excesso e de falta de pressão.

4. Gestão da rede / Alterações dos circuitos hidráulicos:
   - Alterações nos circuitos da rede:

- Reservatório de Areeiros/Valadares;
- PE Loivos da Ribeira / Reservatório de Vale Figueira;

- Construção de armários pré-fabricados nas infraestruturas das válvulas redutoras, medidores de caudal e bocas-de-incêndio.

Município de Celorico de Basto

1. Deteção de fugas:
   - Identificação/confirmação de roturas/fugas antes e depois do contador;
   - Utilização do Geofone para localização de fugas:
     - Utilização de aproximadamente 78 vezes, percorrendo cerca de 45 km;
   - Utilização dos correladores para deteção de fugas;
   - Realização de 6 pesquisas de fugas através do seccionamento da rede.

2. Monitorização de caudais e volumes:
   - Continuação do procedimento de aquisição de serviços de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação:
     - Visita aos locais e levantamento das condições de instalação;
     - Instalação dos medidores de caudal e *datalogger's* de comunicação em 32 reservatórios.
   - Análise da criação de sub-ZMC com instalação medidores de caudal e *datalogger* de comunicação.
   - Monitorização da temporária de clientes (despiste de caudais):
     - Reclamações de excesso de consumo e suspeitas de avaria na rede predial.
   - Monitorização de grandes clientes (consumos elevados);

3. Gestão da pressão na rede de distribuição:
   - Gestão de pressões na rede de distribuição de água através da monitorização e controlo dos equipamentos de redução de pressão;
   - Continuação do procedimento de aquisição de serviços para fornecimento e instalação de válvulas redutoras de pressão:
     - Visita aos locais de instalação;
     - Instalação de 8 novas válvulas redutoras de pressão;
     - Substituição de 87 válvulas redutoras de pressão;
   - Continuação da atualização cadastral das válvulas redutoras de pressão;
   - Criação de novos patamares de pressão com a instalação de 3 novas válvulas redutoras internamente;
   - Anulação de 8 câmaras de perda de carga por válvulas redutoras de pressão;
   - Substituição de válvulas redutoras avariadas por novas/reabilitadas;
   - Reabilitação em oficina das válvulas redutoras hidráulicas e de ação direta;
   - Redução/otimização da pressão na rede de distribuição através do ajuste das válvulas redutoras;
   - Análise da criação de novos patamares de pressão através do QuantumGis;

- Monitorização da variação da pressão em pontos estratégicos com o *logger* de pressão:
    - Comunicações/reclamações de excesso e de falta de pressão.

4. Gestão da rede / alterações dos circuitos hidráulicos:
    - Alterações nos circuitos da rede:
        - Reservatório de Gémeos/ Bota-Fogo / Tanque;
        - Reservatório de Gandarela / Vilar.
    - Análise de alterações nos circuitos da rede (zona de influência dos reservatórios) com o objetivo da otimização da rede de distribuição nos Reservatórios de Cerqueda, Reservatório do Monte e Reservatório de Salmães.

Município de Santo Tirso

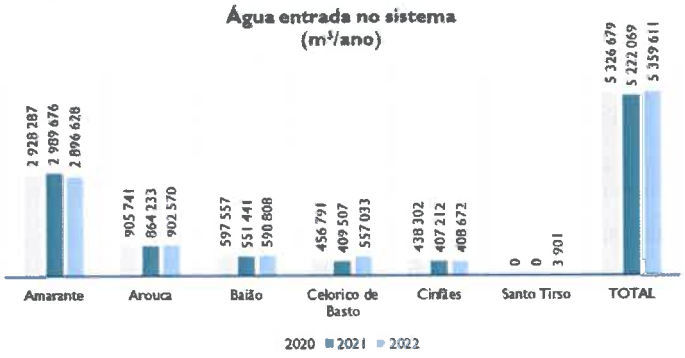
1. Monitorização de caudais e volumes:
    - Visita aos locais e levantamento das condições de instalação de contadores de caudal e equipamentos de comunicação.

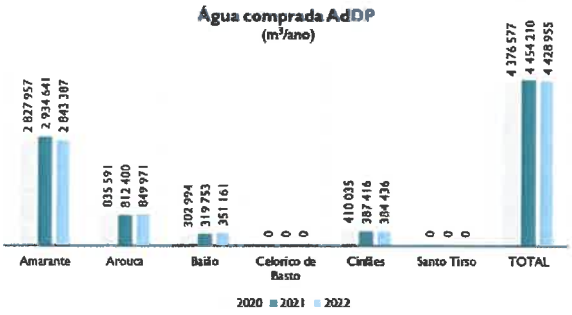
Desenvolvimento de Indicadores

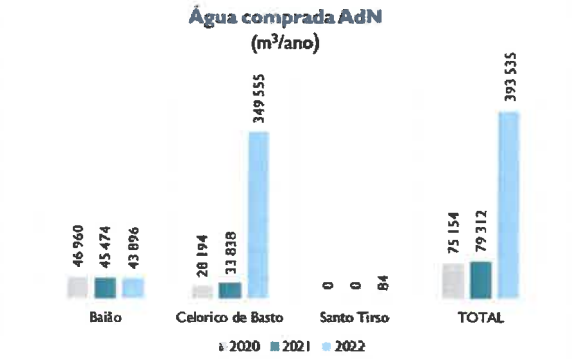
Desenvolveu-se um conjunto de indicadores que permitem sinalizar as ZMC, definir o seu posicionamento, nomeadamente na definição de valor das perdas recuperáveis, perdas inevitáveis, fatores de pesquisa. Determinou-se um outro indicador que se prende com o cálculo da água não faturada por ramal por Município.

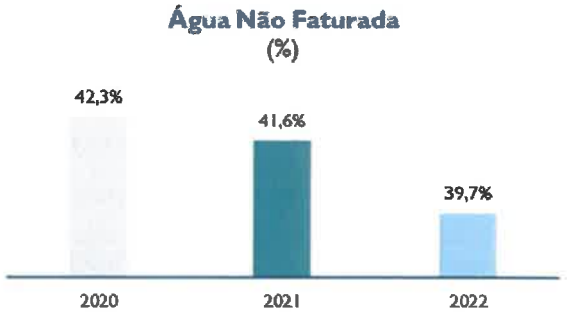
Cálculo dos diversos componentes do Balanço Hídrico e seus procedimentos

O estabelecimento de procedimentos para registo de dados e cálculo de cada uma das componentes do balanço hídrico é essencial para uma maior sistematização desta abordagem no controlo de perdas. Desta forma, definiu-se e apuraram-se as componentes do balanço hídrico global por subsistema, podendo comparar-se o ano de 2022 com os anos 2021 e 2020.









Modelação

O cadastro de infraestruturas tem sido atualizado, com a estruturação do modelo hidráulico, necessário à implementação da modelação. Nomeadamente, correção de traçados, características de materiais, diâmetros, definição de altimetria e ajuste das fronteiras de cada ZMC. Com a melhoria do cadastro e o registo de clientes será possível a realização da modelação das Zonas de Medição e Controlo (ZMC).

Controlo Operacional de Afluências Indevidas

As afluências indevidas estão identificadas como um dos principais problemas na gestão da exploração dos sistemas de drenagem e de tratamento de águas residuais e pluviais, contribuindo largamente para um desempenho insatisfatório e aumento dos custos de exploração das entidades gestoras. A Águas do Norte, S.A. enquanto entidade gestora de um Sistema Multimunicipal e de um Contrato de Parceria, não é exceção e reconhece as afluências indevidas como uma causa importante para a deterioração do desempenho funcional dos sistemas, com reflexos na qualidade do serviço prestado.

Do ponto de vista da gestão operacional serão consolidadas as práticas das equipas especializadas no controlo das afluências indevidas.

Procedeu-se à criação de Ordens de Trabalho para utilização de equipamento de inspeção vídeo ou solicitação deste tipo a trabalho a terceiros, a utilização de equipamento de deteção de afluências indevidas (fumos) e para eliminação de ligações indevidas detetas – GERE.

Ligações Indevidas

Com a implementação do "Plano para o Controlo de Afluências Indevidas" (PCAI), pretende-se eliminar ligações indevidas, nomeadamente, a separação de ligações de drenagem de águas pluviais a águas residuais:

ANO	2021	2022
Município/Sistema	Eliminar ligação indevida	Eliminar ligação indevida
Cinfães	0	0
Baião	0	0
Arouca	0	0
Amarante	0	3
Celorico de Basto	0	5
Fafe	2	(a)
Trofa	1	(a)
Sto. Tirso	0	(a)
TOTAL	3	8

(a) sem informação

Inspeções vídeo

A inspeção vídeo é recomendada para avaliar o estado da rede, localização de possíveis entupimentos, zonas danificadas ou colapsadas, no entanto, esta intervenção pode ser utilizada como forma independente, para serviços de manutenção, minimizando custos de problemas que venham a surgir futuramente.

Estes equipamentos permitem ainda o registo de todo um conjunto de informação relacionada com o coletor, compilada em relatórios de inspeção e que são essenciais para posterior análise do estado do coletor e decisão da melhor solução para intervenção. No ano de 2021 foram realizadas as seguintes inspeções:

ANO	2021		2022	
Município/Sistema	Número das inspeções vídeo	Km inspecionados	Número das inspeções vídeo	Km inspecionados
Cinfães	0	0	1	0,500
Baião	1	0,100	3	0,470
Arouca	2	0,050	0	0,000
Amarante	4	0,580	10	1,420
Celorico de Basto	2	0,100	0	0,000
Fafe	17	1,150	19	1,470
Trofa	12	1,363	6	0,667
Sto. Tirso	25	2,672	21	3,926
TOTAL	63	6,015	60	8,453

Equipamento de fumos

No final do ano de 2022 adquiriu-se o equipamento de deteção de afluências indevidas.

Com o resultado dos ensaios de fumos a realizar espera-se detetar se as redes prediais cumprem ou não o consagrado na legislação em vigor, designadamente no que respeita à separação dos sistemas prediais de drenagem de águas pluviais e de águas residuais (n.º 1, do artigo 198.º, do DR 23/95, de 23 de agosto).

ANO	2021	2022
Município/Sistema	Utilização de equipamento de fumos	Utilização de equipamento de fumos
Cinfães	0	0
Baião	0	0
Arouca	0	0
Amarante	0	0
Celorico de Basto	0	0
Fafe	0	0
Trofa	1	1
Sto. Tirso	0	2
TOTAL	1	3

Instalação de outros equipamentos e desenvolvimento da plataforma de monitorização de varáveis

Procedeu-se ainda à instalação de datalogger's e um udómetro para a monitorização de caudais e precipitação.

Está em execução o trabalho de desenvolvimento da plataforma de indicadores (BIWATER), na área de monitorização da rede de AR. Foi efetuada a análise da plataforma e envio de sugestões de melhoria.

Outros Destaques

Participação no Encontro CESDA – Perdas de Água – A insustentável Realidade.

Sustentabilidade Empresarial

Qualidade do Produto

Vigilância da Qualidade da Água (*Baixa*)

A segurança da água abastecida para consumo humano constitui uma preocupação central na Águas do Norte, S.A.. É dada permanente atenção à verificação da conformidade do produto, à proteção da saúde do consumidor e à gestão dos riscos em todas as fases do sistema de abastecimento que possam pôr em causa a segurança do produto.

Para assegurar o controlo da qualidade da água abastecida, a Águas do Norte, S.A. tem implementado um Programa de Controlo de Qualidade da Água (PCQA), que cumpre integralmente os requisitos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro, que é o diploma legal que regula a qualidade da água para consumo humano.

Este PCQA é aprovado anualmente pela entidade competente, ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), e consiste na avaliação da conformidade dos requisitos de qualidade definidos na legislação, através de análises efetuadas na torneira do consumidor, em pontos selecionados de modo a obter uma amostragem representativa da água abastecida. As análises à qualidade da água são realizadas em laboratórios acreditados, cuja seleção é também aprovada pela entidade reguladora, ERSAR.

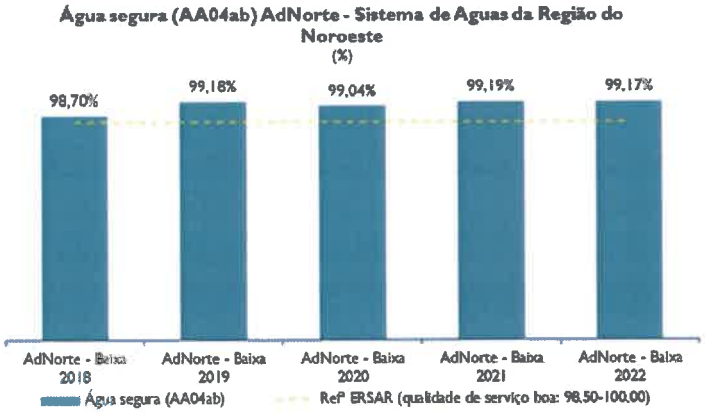
O controlo da qualidade da água aqui apresentado refere-se ao cumprimento do Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) em Baixa, aprovado pela ERSAR para 2022, o qual contempla 6 Municípios, num total de 97 Zonas de Abastecimento sendo que destas 7 são Fontanários. De referir que 13 ZA de Santo Tirso foram integradas pela AdNorte a 01 de março de 2022 e 1 ZA, designada de Santo Tirso - Loteamento Giesteira, entrou em atividade a 27 de maio de 2022.

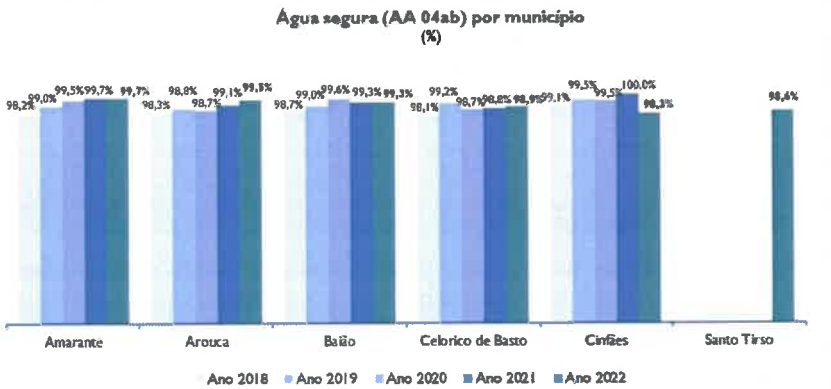
Os fontanários que constituem "origem única" de água localizam-se: 3 em Baião, 2 em Celorico de Basto, 1 em Amarante. De notar que, por força da entrada em vigor do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo

Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro o controlo da qualidade da água fornecida à população através de fontanários que constituem origem única de água em zonas sem rede pública foi integrado no âmbito dos PCQA aprovados pela ERSAR.

No ano de 2022, a área da Qualidade do Produto realizou 9.898 determinações na água tratada, de acordo com Plano Controlo Qualidade aprovado pela ERSAR.

No controlo da rede em baixa, obtivemos no ano de 2022 uma conformidade da qualidade da água de 99,2%, o que corresponde a uma "qualidade da água boa", segundo os critérios ERSAR para água segura, o que comprova a elevada qualidade da água distribuída pela empresa.





De notar que grande parte das análises realizadas imediatamente a seguir a se terem detetado os incumprimentos, estavam em conformidade com os limites legais. Sempre que ocorre uma não conformidade relacionada com a qualidade da água é registada uma constatação no sistema informático de gestão da Águas do Norte, S.A. onde a situação vai sendo acompanhada e onde são descritas as ações de correção ou corretivas implementadas, até se considerar a ocorrência como encerrada. Em situações de incumprimento dos valores paramétricos da legislação relativa à qualidade da água para consumo humano, são comunicadas à ERSAR e à Autoridade de Saúde da zona abastecida, até ao final do dia útil seguinte. Posteriormente, é dado conhecimento das ações corretivas adotadas e o resultado das mesmas.

A AdNorte aprovou em Conselho de Administração no dia 28/12/2018 o Plano de Comunicação Plano de Comunicação para emergências na qualidade e quantidade da água.

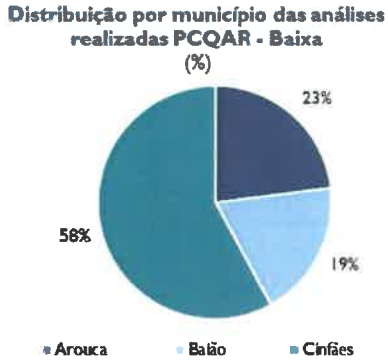
Este documento tem como objetivo estabelecer um modelo de comunicação interna e externa, a implementar perante uma situação de emergência, que coloque em causa a qualidade da água para o consumo humano e o serviço de fornecimento assegurado pela Águas do Norte, S.A., de modo a que se consiga uma rápida e adequada atuação, e por inerência, a mitigação de eventuais impactos nas condições de abastecimento de água para consumo humano, dando

cumprimento ao requisito legal estabelecido no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de Dezembro.Este plano de comunicação aplica-se a potenciais situações de emergência, que possam ocorrer ao longo do sistema de tratamento, na distribuição, nas instalações ou áreas contíguas, que possam causar a contaminação da água ou impedir o abastecimento de água, e que constituam um risco para a saúde humana, indo de encontro ao disposto na legislação em vigor.

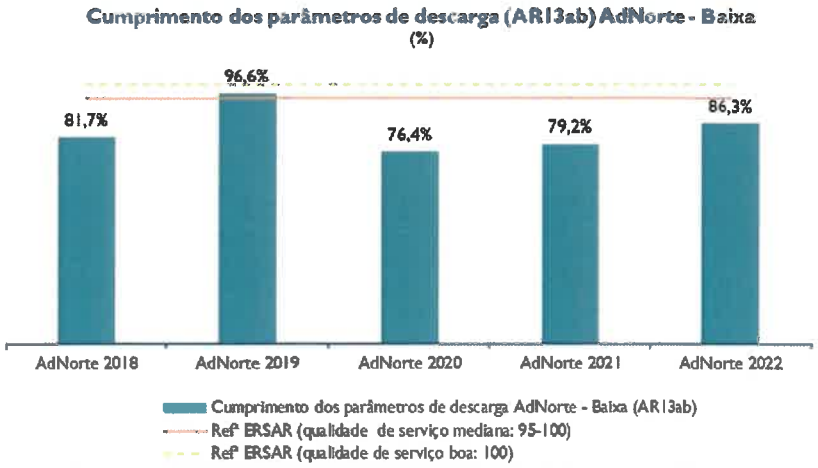
Vigilância da Qualidade das Águas Residuais (*Baixa*)

Relativamente aos Subsistemas de Saneamento, a monitorização é efetuada segundo o estipulado nos Títulos de Utilização de Recursos Hídricos das várias ETAR, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser descarregada no meio hídrico. Este controlo realizado em todos os subsistemas geridos pela Águas do Norte, S.A. recorrendo-se a laboratório acreditado para demonstração da conformidade da qualidade dos efluentes tratados e descarregados.

No global das ETAR em Exploração, em 2022 foram realizadas, cerca de 541 análises distribuídas, por município, da seguinte forma:



No que respeita a população servida com tratamento satisfatório (ver Nota 1), em 2022 verifica-se um cumprimento da licença de descargas na ordem dos 86%.



Nota 1: Foram tidos em conta as considerações da ERSAR - AR13ab - Percentagem da população equivalente que é servida com estações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga. Para o cálculo deste indicador apenas foram consideradas as ETAR com Licença de Descarga válida.

Contas Operacionais – Baixa

Demonstração da Posição Financeira

	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6.3	76 956 546	68 725 271
Ativos fixos tangíveis	7.3	71 698	91 102
Ativos sob direito de uso	8.3	153 396	92 869
Outros ativos financeiros	9	18 907	14 696
Impostos diferidos ativos	33	10 361 587	9 670 647
Desvio Recuperação de Gastos	10	43 679 028	39 638 999
Total dos ativos não correntes		**131 241 163**	**118 233 584**
Ativos Correntes			
Inventários	13	227 737	249 627
Clientes	11	6 180 053	6 172 169
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	229 584	0
Outros ativos correntes	12	959 192	937 670
Caixa e seus equivalentes	15	987 738	115 401
Total dos ativos correntes		**8 584 303**	**7 474 866**
Total do ativo		**139 825 466**	**125 708 451**
Capital próprio			
Capital social	16	12 932 813	12 932 813
Reservas e outros ajustamentos	16	148 298	122 797
Resultados transitados	16	2 884 266	2 399 741
Resultado líquido do exercício	16	827 007	510 027
Total do capital próprio		**16 792 384**	**15 965 377**
Passivos Não Correntes			
Acréscimo gastos de investimento contratual	18	20 257 224	19 008 752
Subsídios ao investimento	19	24 641 092	19 266 306
Empréstimos	20	36 000 000	36 000 000
Passivos da locação	8.4	89 847	29 721
Impostos diferidos passivos	33	11 857 749	10 715 828
Total dos passivos não correntes		**92 845 912**	**85 020 606**
Passivos Correntes			
Empréstimos	20	19 111 614	15 025 360
Passivos da locação	8.4	66 591	67 446
Fornecedores e outros passivos correntes	21	11 008 965	9 517 506
Imposto sobre o rendimento do exercício	33	0	112 155
Total dos passivos correntes		**30 187 170**	**24 722 468**
Total do passivo		**123 033 082**	**109 743 074**
Total do passivo e do capital próprio		**139 825 466**	**125 708 451**

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	2022	2021
Vendas	23	8 052 081	7 644 722
Prestações de serviços	23	10 569 517	10 095 077
Rendimentos de construção em ativos concessionados	23	11 005 535	6 118 118
Desvio de Recuperação de Gastos	10 e 23	4 040 029	3 021 503
Gasto das vendas	24	-1 840 056	-1 627 933
Gastos de construção em ativos concessionados	24	-11 005 535	-6 118 118
Fornecimentos e serviços externos	25	-13 105 012	-12 160 850
Gastos com pessoal	26	-2 595 528	-2 040 020
Amortizações do exercício	27	-4 144 249	-3 965 201
Perdas por imparidade e reversões	28	-79 738	-243 196
Subsídios ao investimento	19	863 195	513 068
Outros gastos e perdas operacionais	29	-557 296	-547 905
Outros rendimentos e ganhos operacionais	30	325 358	277 047
Resultados operacionais		**1 528 302**	**966 312**
Gastos financeiros	31	-637 963	-409 557
Rendimentos financeiros	32	95 583	65 914
Resultados financeiros		**-542 381**	**-343 643**
Resultados antes de imposto		**985 921**	**622 669**
Imposto corrente	33	292 066	-34 605
Imposto diferido	33	-450 981	-78 037
Resultado líquido do exercício		**827 007**	**510 027**
Rendimento integral		**827 007**	**510 027**

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração das Variações do Capital Próprio

	Notas	Capital Social	Ações Próprias	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total
Saldo final - 31 de dezembro de 2020	16	12 932 813	0	97 493	0	1 918 971	506 073	15 455 350
Aplicação do resultado de 2020								
AdNW (Parceria)	16.2			25 304		480 769	-506 073	0
Realizações de Capital								
AdNW (Parceria)	16.2							
Resultado líquido de 2021								
AdNW (Parceria)	16.2						510 027	510 027
Saldo final - 31 de dezembro de 2021	16	12 932 813	0	122 797	0	2 399 741	510 027	15 965 377
Aplicação do resultado de 2021								
AdNW (Parceria)	16.2			25 501		484 525	-510 027	0
Realizações de Capital								
AdNW (Parceria)	16.2							
Resultado líquido de 2022								
AdNW (Parceria)	16.2						827 007	827 007
Saldo a 31 de dezembro de 2022	16	12 932 813	0	148 298	0	2 884 266	827 007	16 792 384

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19 967 895	18 627 333
Pagamentos a fornecedores		- 13 439 323	- 10 068 859
Pagamentos ao pessoal		- 1 730 873	- 1 669 040
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento		- 49 673	- 353 515
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		- 4 846 379	- 5 205 554
		- 98 354	1 330 366
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de subsídios de investimento		6 710 873	3 391 997
Pagamentos de ativos fixos tangíveis		- 6 702	- 26 688
Pagamentos de ativos intangíveis		- 9 158 216	- 6 117 268
		- 2 454 045	- 2 751 959
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	20.2	14 143 018	10 802 960
Recebimentos Passivos da locação		148 145	-
Recebimentos de juros e rendimentos similares		549 292	490 382
Pagamentos de empréstimos obtidos	20.2	- 10 056 764	- 8 591 942
Pagamentos Passivos da locação	8.5	- 88 874	- 91 225
Pagamentos de juros e gastos similares		- 1 270 082	- 1 097 355
		3 424 736	1 512 820
Variação de caixa e seus equivalentes		872 337	91 227
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	115 401	24 173
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	987 738	115 401
		872 337	91 227

Decomposição de Caixa e seus Equivalentes

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	1 150	1 150
Depósitos à ordem	986 588	114 251
	987 738	115 401
Descobertos bancários de depósitos à ordem		
	987 738	115 401

Vila Real, 16 de fevereiro de 2023

O Conselho de Administração

José Luís Carneiro Machado do Vale
(Presidente Executivo)

Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda
(Vice-Presidente Executiva)

Filipe José Araújo da Silva
(Administrador Executivo)

Cristiana da Costa Barbosa
(Administradora Executiva)

Fernando Manuel Gonçalves dos Santos Marques
(Administrador Não Executivo)

António Gonçalves Bragança Fernandes
(Administrador Não Executivo)

Helena Maria Sousa da Silva
(Contabilista Certificado nº 79 877)

Jorge Pérez Brandão
(Diretor Administrativo e Financeiro)

Parte E -
Pareceres do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO NORTE, S.A.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2022

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420º e do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Norte, S.A., apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2022.

2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Norte, S.A. e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da Comissão Executiva e da informação financeira preparada regularmente pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado sempre que necessário com a presença do membro do Conselho de Administração responsável pelo pelouro financeiro, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.

3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.

4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu um Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2023, que à data ainda não se encontra aprovado pela Tutela.

5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.

6. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário previsto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, emitido pela Águas do Norte de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM.

7. Em observância do artigo n.º 420 do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2022, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.

8. A entidade apresenta os impactos nas demonstrações financeiras decorrentes a fatores excecionais e à pandemia associada ao vírus SARS-Cov-2.

9. De acordo com o divulgado na nota 1.2 do Anexo às Demonstrações Financeiras, O EVEF após cisão respeitante à concessão do sistema multimunicipal de abastecimento e de saneamento do Norte de Portugal (atividade em alta), aguarda aprovação pelo concedente.

10. Conforme referido nas notas 11 e 12 do Anexo às Demonstrações Financeiras, são apresentados saldos a receber de municípios clientes e acionistas, assim como juros de mora, que apresentam uma elevada antiguidade. Apesar da incerteza quanto à forma e tempestividade de recuperação dos saldos referidos, é entendimento do Conselho de Administração que estão a ser tomadas as medidas necessárias para a recuperação desses saldos sem perdas, o cumprimento das obrigações contratuais e o equilíbrio económico e financeiro da concessão.

11. Relativamente às divulgações constantes na Nota 10 do Anexo às Demonstrações Financeiras, no que diz respeito ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) da alta para o ano de 2022, o montante será ainda objeto de análise pela ERSAR. No que diz respeito ao DRG da baixa, o montante reconhecido no exercício de 2022 será ainda objeto de aprovação pela Comissão de Parceria.

12. A entidade apresenta, em 2022, um nível de execução do investimento inferior em 21,2% ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento aprovado para 2022 pela UTAM, após ter registado em 2021 um investimento inferior em 45,7% face ao previsto no PAO desse exercício.

13. Exceto quanto às exceções referidas no ponto seguinte, a empresa cumpriu com as orientações legais previstas no ofício-circular n.º 631, de 10 de fevereiro de 2023, da DGTF, relativo às instruções sobre o processo de prestação de contas referentes a 2022.

14. Exceções quanto ao cumprimento das orientações legais previstas no ofício-circular n.º 631, de 10 de fevereiro de 2023, da DGTF:
    - 14.1. No que diz respeito ao Prazo Médio de Pagamentos, a empresa não cumpre com o disposto no parágrafo 9 do anexo da RCM 34/2008, apresentando justificação para este aspeto no tópico 4 do ponto referente ao cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão e Contas.
    - 14.2. A empresa procedeu à divulgação da matéria relativa às remunerações, que de acordo com o Apêndice 1 do Ofício deveria constar do Relatório de Gestão, no capítulo VII do Relatório do Governo Societário.
    - 14.3. O montante de execução do endividamento verificado foi superior ao previsto em sede de orçamento, estando a evolução justificada no ponto referente ao cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão e Contas de 2022. No entanto, a empresa cumpre com o previsto no despacho 682/2021 do SET.
    - 14.4. No que diz respeito ao montante dos gastos com deslocações, ajudas de custo e frota, a empresa apresenta um aumento face ao orçamento, encontrando-se a evolução justificada no tópico 13 do ponto referente ao cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão e Contas referente a 2022.
    - 14.5. Relativamente ao valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente a viaturas de serviço, o incumprimento encontra-se justificado no ponto referente ao cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão e Contas referente a 2022.
    - 14.6. Os gastos com deslocações e alojamento, ajudas de custo e os associados à frota automóvel apresentam um aumento face a 2021, encontra-se esta evolução justificada no tópico 13 do ponto referente ao cumprimento das orientações legais do Relatório de Gestão e Contas referente a 2022.

15. A empresa divulgou no Relatório do Governo Societário as informações exigidas referentes à Demonstração não Financeira, no cumprimento do artigo 66.ºB do Código das Sociedades Comerciais.

16. Em 12 de julho de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral os objetivos de gestão que vigoram para o triénio 2021-2023, e igualmente assinado um contrato de gestão entre cada um dos membros da administração da empresa e a tutela.
A análise destes indicadores é efetuada no Relatório de Gestão, sendo a determinação do seu cumprimento realizada em colaboração com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da Águas de Portugal, SGPS, S.A. e tendo no que respeita aos objetivos fixados, estes indicadores sido globalmente superados, tendo em 2022, o grau de cumprimento dos objetivos ascendido a 2,6.
Decorrente da sua análise, e no âmbito da competência na avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal da Águas do Norte, S.A., concluiu que nada chegou ao seu conhecimento que o levasse a concluir que o grau de execução e cumprimento dos objetivos fixados, não é adequado à correta avaliação do desempenho do Conselho de Administração.

17. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, emitida nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, as matérias relevantes de auditoria e os outros requisitos legais, que se dão como aqui reproduzidos, e obteve destes, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

18. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.

19. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho das suas funções.

Parecer do Conselho Fiscal

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Águas do Norte, S.A., aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas do Exercício de 2022.
b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Vila Real, 10 de março de 2023

O Conselho Fiscal

Maria Albertina Barreiro Rodrigues	Carlos Sousa Ribeiro	Nuno Linhares da Silva
(Presidente)	(Vogal)	(Vogal)

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Norte, S.A., a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.467.594.264 euros e um total de capital próprio de 282.770.375 euros, incluindo um resultado líquido de 9.322.272 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Norte, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Salientamos o seguinte:

i) Conforme divulgado na nota 10 do Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Concessão relativo à atividade em Alta e no Contrato de Parceria relativo à atividade em Baixa, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, na rubrica de "Desvios de Recuperação de Gastos" da Demonstração dos resultados, a Entidade apresenta um superavit de 12.516.200 euros relativamente à atividade em Alta e um défice de 4.040.029 euros relativamente à atividade em Baixa. Estas quantias foram estimadas pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovadas pelo Regulador e Comissão de Parceria, respetivamente. Conforme divulgado na nota 10 do Anexo às demonstrações financeiras, é convicção do Conselho de Administração que as referidas estimativas são as melhores

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

na presente data e que os eventuais ajustamentos após contraditório não serão materialmente relevantes nas demonstrações financeiras.

ii) Conforme referido na nota 1.2 do Anexo às demonstrações financeiras, o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF) da concessão foi revisto no âmbito do processo de cisão, encontrando-se na presente data em aprovação por parte do Concedente.

iii) Tal como divulgado nas notas 11 e 12 das notas às demonstrações financeiras, existem saldos a receber dos Municípios clientes, e também acionistas, e acréscimos de juros de mora com estas entidades que apresentam uma elevada antiguidade. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que estão a ser tomadas as medidas que permitem assegurar a recuperação sem perdas dos presentes saldos de Clientes, nomeadamente os saldos com processos de injunção e ações declarativas, bem como dos saldos referidos na nota 12 (juros de mora), assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das obrigações contratuais. Embora subsista incerteza quanto a tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, nomeadamente os saldos com processos de injunção e ações declarativas referidos na mesma nota, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das obrigações contratuais.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União;

b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

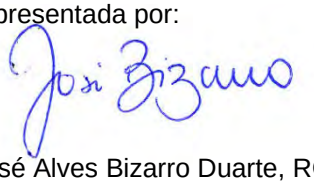
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

10 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003